

5 — 6 DEZEMBRO 2019

Rio de Janeiro, PUC-Rio

LIVRO DE ARTIGOS

1º SEMINÁRIO CIENTÍFICO LATINO-AMERICANO

A.Nuno Martins, Samia Sulaiman, Manuela Mendes, Carmen Mendoza-Arroyo (editores)

Risco, resiliência, arquitetura humanitária e incremental housing em favelas:

o papel das universidades, dos(as) profissionais de arquitetura, das áreas sociais e das Marias & Marielles



ORGANIZAÇÃO



UNIVERSIDADE
DE LISBOA



FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

CiAUD

Centro de Investigação
em Arquitetura, Urbanismo e Design

FCT



PUC
RIO

UIC
barcelona



Universidade
Federal
Fluminense



UNIVERSIDADE
BEIRA INTERIOR



Arquitetura Humanitária, Incremental Housing, Resiliência e Redução de Risco de Desastres em Favelas

A.Nuno Martins, Samia Sulaiman, Manuela Mendes, Carmen Mendoza-Arroyo
(editores)

ISBN:978-989-54741-4-1 © 2020 E-book.

<https://www.seminarioarq-humanitaria-marielleaward.com/oportunidades-publicacoes>

Livro de artigos do 1º Seminário Latino-Americano em Risco, resiliência, arquitetura humanitária e incremental housing em favelas: o papel das universidades, dos(as) profissionais, e das Marias&Marielles. 5- 6 de Dezembro 2019, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, Brasil

ENTIDADES ORGANIZADORAS:

PUC-Rio (RJ), Universidade de Lisboa (FAU, CIAUD), Universidade Internacional de Catalunya, Universidade de Beira Interior (DECA), UFF (EAU, PPGAU, Niteroi-RJ), e ONG Building 4Humanity (Coimbra, Portugal)

COMISSÃO ORGANIZADORA

PRESIDENTES

A.Nuno Martins (UL/FAU/CIAUD, UBI), Carmen Mendoza-Arroyo (UIC-Barcelona), Marcelo Burgos (PUC-Rio), Maria Alice Rezende de Carvalho (PUC-Rio), Otavio Leonidio (PUC-Rio), Jacira Saavedra (PROURB-UFRJ)

DIRETORA EXECUTIVA

Tatiana Terry (PUC-Rio)

ASSISTENTE DA DIREÇÃO EXECUTIVA:

Dorlene Meireles (PUC-Rio)

CONSELHO CONSULTIVO

Geronimo Leitão (UFF/RJ), Isabel Raposo (GESTUAL-CIAUD, FAUL), Maria Manuela Mendes (FAUL e CIES-ISCTE-IUL), Raquel Collacios (UIC/BCN)

Rede de colaboradores de universidades parceiras:

Aline Rocha (UFF), Debora Sanches (FAU+Mackenzie SP), Andreia Nogueira (PUC/UFRJ)

Apoio logístico na PUC-Rio: Departamentos de Ciências Sociais e de Arquitetura e Urbanismo

Editora:

Universidade da Beira Interior



COMISSÃO CIENTÍFICA

Adelia Nunes (UC)	Eliana Rosa de Queiroz Barbosa (PACC- UFRJ)
Adriana Gomes do Nascimento (UFSJ)	Eunice Helena Abascal (FAU Mackenzie)
Adriana Goni (UDELAR)	Fabio Duarte (PUC/PARANÁ)
Ana Baltazar (UFMG)	Gerônimo Emílio Almeida Leitão (UFF)
A. Nuno Martins (FAUL)	Giovanni Allegreti (UC)
Alex Magalhães (LEDUB-IPPUR/UFRJ)	Humberto Kzure-Cerquera (DAU/ IT/UFRRJ)
Aline Nasralla Regino (Centro Universitário Belas Artes-SP)	Isabel Raposo (FAUL)
Ana Claudia Cardoso (UFPA)	Ivo Pereira Oliveira (Universidade do Minho)
Ana Falu (UN HABITAT)	Jacira Saavedra (PROURB/UFRJ)
Ana Gabriela Godinho Lima (FAU Mackenzie)	João Paulo Huguenin (UFG)
Anderson Kazuo Nakano (UNIFESP)	Jose Irivaldo Alves Oliveira Silva (UAGESP-UFCG)
Andrea Borde (PROURB/UFRJ)	Judith Rodriguez (Harvard Graduate School of Design)
Andréa Zacharias (UNESP)	Juliana Demartini (UNEMAT)
Angélica Bennati Alvim (FAU Mackenzie)	Juliana Canedo (PROURB/UFRJ)
Apen Ruiz (UIC Barcelona)	Junia Ferrari (UFMG)
Ayara Mendo (UFRJ)	Kathrin Golda-Pongratz (UIC Barcelona)
Bernardina Borra (Spontaneous City)	Fabiana Mabel (LabEspaço/UFRJ)
Caliane C. O. de Almeida (Imed)	Faten Kikano (University of Montreal)
Carlos Leite de Souza (FAU Mackenzie)	Laura Machado de Mello Bueno (POSURB PUC-Campinas)
Catalina Ortiz (DPU-University College London)	Liliane Hobeica (UC)
Catarina Isabel Martins (UC)	Lucia Shimbo (IAU USP)
Clara E. Irazábal-Zurita (University of Missouri)	Luciana Nemer Diniz (UFF)
Claudio Acioly (UN-HABITAT)	Luciana Royer (FAU USP)
Clovis Ultramari (PUC/PARANÁ)	Luciano Lourenço (UC)
Debora Sanches (FAU Mackenzie)	Lúcio Cunha (UC)
Denise Antolucci (FAU Mackenzie)	Luiza Naomi Iwakami (Centro Universitário Belas Artes-SP)
Denise Falcão Pessoa (Centro Universitário Belas Artes-SP)	Marcela Tovar (Columbia-NY)
Dirceu Piccinato (Imed)	Marcelo Burgos (PUC / RIO)

COMISSÃO CIENTÍFICA (CONTINUAÇÃO)

Marcelo Perez (UDELAR)	Regina Bienenstein (PPGAU/UFF)
Marcos Virgílio da Silva (Centro Universitário Belas Artes-SP)	Ricardo de Sousa Moretti (UFRN)
Marcos Pereira Diligenti (PUCRS)	Rodrigo José Firmino (PUC/PARANÁ)
Margarida Pedroso Lima (UC)	Ronaldo de Moraes Brilhante (PPGAU/UFF)
Maria Alice Resende de Carvalho (PUC / RIO)	Rossana Brandão Tavares (PPGAU/UFF)
Maria Alice Medeiros Dias (PUCRS)	Sergio Palleroni (Portland State University)
Maria Helena do Carmo Silveira Costa (UFMG)	Sidney Piochi (Unicamp)
Maria Laís Pereira da Silva (UFF)	Silvia Mikami (Unicamp)
Maria Lurdes Zuquim (FAU USP)	Simone Gatti (FAU USP)
Maria Manuela Mendes (FAUL e CIES-ISCTE-IUL)	Solange Teles da Silva (Direito Mackenzie)
Marta Benages Albert (UIC Barcelona)	Tatiana Terry (PUC RJ)
Maureen Fordham (University College of London)	Temitope Egbekelian (University of Newcastle-Australia)
Mauro Claro (FAU Mackenzie)	Teresa Cunha (UC/CES)
Miguel Amado (IST/ULISBOA)	Thais Rosa (UFBA)
Otávio Leonídio (PUC-Rio/ DAU)	Tomás Antônio Moreira (PPGAU-IAU/USP)
Patricia Maya (UFRJ)	Viviane Manzione Rubio (FAU Mackenzie)
Paula Raquel Jorge (FAU Mackenzie)	Volia Kato (FAU Mackenzie)
Paula Santoro (FAU USP)	Wilson Ribeiro dos Santos Jr (POSURB PUC-Campinas)
Paulo Emilio Buarque Ferreira (FAU Mackenzie)	Zaida Muxi (UPC- Barcelona)
Paulo Nascimento Neto (PUC/PARANÁ)	
Pedro da Luz Moreira (UFF)	
Pedro Manuel Pinto Santos (IGOT-ULisboa)	

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
ENQUADRAMENTO	8
EIXOS	10

APRESENTAÇÃO

1º Seminário Latino-Americano em Risco, resiliência, arquitetura humanitária e incremental housing em favelas: o papel das universidades, dos(as) profissionais de arquitetura, da área social e das Marias&Marielles

Pesquisadores e professores de diversas instituições, entre as quais o CIAUD, da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, a PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), a Universidade Federal Fluminense, a Universidade Internacional de Catalunya (Master em Sustainable Emergency Architecture, Barcelona) e ainda a Universidade da Beira Interior (Portugal) se somaram à ONG Building 4Humanity (com sede na cidade de Coimbra, em Portugal) para organizar o 1º Seminário Científico Latino-americano em questões de Risco, Arquitectura Humanitária e Gênero, no âmbito do evento Marielle Franco Community Design Award #2nd edition. A PUC-Rio, através do Departamento de Ciências Sociais e do Departamento de Arquitectura e Urbanismo, sediou o seminário.

ENQUADRAMENTO

Quase a atingir o primeiro quinto de século XXI, a população mundial e em particular a população das grandes cidades, continua em acentuado crescimento, com algumas tendências que se apresentam preocupantes. O vertiginoso ritmo da urbanização como resultado de sucessivos movimentos migratórios, externos ou internos, tem provocado a um rápido aumento do número de habitantes das metrópoles, levando a que parte significativa das famílias que chegam à cidade se fixem nas periferias ou em interstícios urbanos sub-infraestruturados. Quer num quer noutros, a falta de serviços urbanos básicos é a regra, e a exposição ao risco de desastres é das mais elevadas. Seja por via de ocupação de áreas geologicamente instáveis, não adequadas à edificação, ou por ausência de políticas públicas de redução do risco e preparação dos desastres. À exposição ao risco soma-se a vulnerabilidade acrescida de certos grupos sociais: os idosos, jovens, mulheres e crianças em risco, ou outros subgrupos frequentemente marginalizados ou excluídos: refugiados, LGBT+, quilombolas, imigrantes, ciganos e outros grupos étnico-raciais minoritários.

Este encontro científico nas línguas portuguesa e castelhana de países europeus, africanos e latino-americanos, pode considerar-se como único na sua configuração geográfica, temática e reunião de cientistas sociais, designers e líderes comunitários. Juntou à mesa de debate, pesquisadores, profissionais, técnicos de instituições públicas, membros de ONGs, de movimentos sociais, ativistas e representantes de comunidades locais interessados em partilhar conhecimentos e experiências. A partir de saberes adquiridos através do estudo ou da vida quotidiana e seus desafios, o seminário teve como objectivo promover a discussão plural, democrática, e com uma visão de uma sociedade inclusiva e progressista, sobre questões de vulnerabilidade, criação de risco, construção de resiliência, arquitetura humanitária, *incremental housing*, urbanização de favelas, saúde pública, desenho urbano, expressões físicas do direito à cidade, infraestrutura e serviços públicos para a saúde. Questões que de um modo ou outro afetam o bem estar e qualidade de vida das comunidades que vivem em áreas precárias.

Sete grandes diferentes eixos temáticos estruturaram questões de vulnerabilidade, criação de risco (de desastre), construção de *resiliência comunitária*, *arquitetura humanitária*, *incremental housing* (a mais recorrente forma de densificação e auto-construção em favelas, a que traduz o famoso *puxadinho*, ou *construção de laje*, como se usa dizer nas morros do Rio de Janeiro), urbanização de favelas, saúde pública, desenho urbano, expressões físicas do direito à cidade, infraestrutura e serviços públicos para a

saúde. Enfim, questões materiais e imateriais que de alguma forma afetam o bem estar e qualidade de vida, o dia a dia das comunidades que vivem em *favelas, barrios, tugúrios, musseques, chabolas, slums*.

Este seminário tem a sua génese no concurso mundial Marielle Franco Community Design Award, criado em 2018 pela ONG Building 4Humanity Designing and Reconstructing Communities Association, de que se pode considerar como um desdobramento científico, e também artístico. De facto, o seminário decalca sobre o legado de ativismo feminino, resistência e causa pela *arquitetura humanitária* abraçada por Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro brutalmente assassinada num crime frio e calculado que chocou o Brasil e o mundo. Marielle vinha trabalhando com o CAU RJ para implementação de um projecto-lei sobre *Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social*. Neste contexto, o seminário encorajou o debate sobre questões de género. Em particular, o papel das mulheres nas melhorias habitacionais; nas suas lutas pela família e moradia adequada. Sublinhou o combate à discriminação, o direito à igualdade de oportunidades, à educação e participação política, à autonomia económica e a estarem livres da violência, física e psicológica. Abordou ainda a sua segurança pessoal das mulheres em situações de crise ou conflitos armados, o direito à diversidade e integração, ao envolvimento no planeamento, desenho, produção, uso e ocupação do espaço urbano; à higiene pessoal e à privacidade. Existia por isso, uma forte expectativa com respeito à participação de mulheres-acadêmicas, estudantes, profissionais e representantes da sociedade civil. Essa expectativa foi confirmada e superada: nas mais de cento e cinquenta submissões recebidas provenientes de sete países e nas 103 que conseguiram ser aprovadas (por uma comissão científica internacional de mais de 80 professores doutorados, mais de metade dos quais mulheres), 83 dessas submissões tiveram como primeiras autoras mulheres. Mais de 80%!

A *chamada de trabalhos científicos* teve como balizas as linhas orientadoras de acordos internacionais. Destaque para os ODS, *os objetivos de desenvolvimento sustentável*, e a agenda mundial 2030 adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, em 2015. Dentro dos 17 objetivos interessam em particular os que incidem sobre o tema das cidades, a equidade e igualdade sociais e de género, a segurança e a resiliência (os 5, 10, 11 e 13). Serve também como referente o *acordo de Paris para as alterações climáticas*, o *acordo de Sendai para a redução de risco de desastres*, o *Manifesto pelo Direito das Mulheres à Cidade*, assinado por diversas agências internacionais, entre as quais o Gender HUB UNI UN-Habitat.

O seminário organizou-se segundo sessões plenárias e temáticas com comunicações orais, posters e mesas de debate. As atividades científicas estiveram concentradas no primeiro dia na PUC-Rio, essa mesma onde Marielle estudou no departamento de ciências sociais graças a uma bolsa de estudos integral do governo do então Presidente Lula da Silva. No segundo dia, o seminário mudou-se para o complexo da Maré, a comunidade onde Marielle nasceu, cresceu e se tornou educadora e ativista. O programa incluiu uma visita guiada pela parceira *Redes da Maré* para conhecimento do vasto trabalho social, cultural e artístico desta ONG e para se observar, ao vivo, o trabalho das vencedoras do Marielle Award (numa acção demonstrativa com mulheres da comunidade da Maré). E culminaria com a entrega do prémio *Marielle Award* na sede do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RJ) às *Arquitectas sem fronteira-Brasil*, perante uma audiência repleta de arquitetos e arquitetas presentes para a entrega dos prémios anuais do IAB.

A. Nuno Martins

Pesquisador do CIAUD, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, professor convidado na Universidade da Beira Interior (Portugal); Director da ONG Building 4Humanity (Coimbra, Portugal)

Lisboa, Barcelona e Rio de Janeiro, 10 de Dezembro de 2020

EIXOS TEMÁTICOS

01 Melhoria habitacional e do espaço público, com ênfase no papel de mulheres da comunidade

Processos de emancipação feminina e envolvimento comunitário na urbanização de favela e auto-construção; Incremental housing ('construção de laje') e alargamento de becos e vielas como estratégia de redução de risco de desastre, saúde, bem estar e segurança pública via programas públicos, iniciativas comunitárias ou particulares. pp. 1-36

02 Direito(s) na cidade e espaços de diversidade

O papel e demandas de minorias (afro-brasileiros, indígenas, quilombolas, imigrantes, refugiados, ciganos/Roma e LGBT+) na configuração de áreas precárias e de favelas.pp.38-71

03 Insurgências urbanas associadas ao aumento da vulnerabilidades, à exposição ao risco e à produção de cidade

Processos de invasão de áreas livres (baldios urbanos) e ocupação de edifícios degradados; transformações arquitetônicas e expressões artísticas da resiliência e do ativismo pelo direito à cidade. pp. 73-109

04 Arquitetura de favela e suas dimensões

Dimensões etárias, sociais, culturais, artísticas, espirituais, de mobilidade, de participação comunitária, de violência (em particular sobre mulheres), de bem-estar e qualidade de vida. pp. 111-136

05 O papel de arquitetas/os e equipes mistas de ONGs nas favelas

Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social; formalidade X informalidade; relação saúde e bem-estar da família-ambiente construído. pp.137-160

06 Geografias da saúde, do risco e o uso de novas tecnologias

Saneamento, água potável, gestão de resíduos, censo social, mapeamento colaborativo, sistemas de informação e aplicativos para celular na urbanização de favelas, nas reformas e ampliações de casas e segurança pessoal dos moradores. pp.162-186

07 O papel da Universidade na construção de uma cidade mais igualitária

Empoderamento, capacitação e circulação de conhecimentos; alianças e ações colaborativas entre grupos de pesquisa, movimentos sociais urbanos e associações de moradores. pp. 188-186

EIXO 01 Melhoria habitacional e do espaço público, com ênfase no papel de mulheres da comunidade

Habitação de interesse social em container. Sarah Alves de Souza; Nathália Louise Macêdo Leal. pp.15-21

O habitat e o habitar na cidade: a experiência de mulheres beneficiárias do Parque das Águas em Juiz de Fora-MG. Verônica Sakaragui. pp. 22-27

Resgate da arquitetura vernacular e comunidade; o caso do povo indígena Kariri-Xocó no setor Noroeste/DF . Alessandra Fonseca Masuda; M.a Luciana Jobim Navarro; Elaine Kellen Luciano Marinho. pp. 28-36

EIXO 02 Direito(s) na cidade e espaços de diversidade

As mulheres e suas táticas na conquista dos espaços privados e públicos – uma breve incursão histórica. Christianne Pereira Gomes. pp. 38-43

Memórias, migrantes, exclusão, pertencimento e estudos de mobilidade – o caso de Goiânia . Suzete Bessa. pp.44-50

Urbanização em Florianópolis: disputas e insurgências pela regulação e uso do solo da capital catarinense. Aline Almeida da Silva; Gláucia de Oliveira Assis. pp.51-57

Intervenções urbanas: limites do (i) legal no espaço público. Gabriel de Jesus Zuchi; Cristienne Magalhães Pereira Pavez. pp.58-71

EIXO 03 Insurgências urbanas associadas ao aumento da vulnerabilidades, à exposição ao risco e à produção de cidade

Risco tecnológico e conflitos socioambientais: a relação entre mineração e urbanização na cidade de Maceió/AL. Alexandra Jane De Carvalho Freitas; Sérgio Torres Moraes; Paula Gabbi Polli; Marina Brito De Oliveira Marques; Maria Rita Soares. pp.73-82

Quilombo das Guerreiras: as dimensões da territorialidade da ocupação carioca. Juliana Varejão Giese; Leonardo Carneiro; Antonio Colchete Filho; Luciana Bosco e Silva. pp.83-88

Alternativas projetuais para problemas estruturais na América Latina: estudo de caso PICO Colectivo na Venezuela. Mariana Tealdi Sant’Anna; Vera Santana Luz. pp.89-97

Habitar a Caixa Preta: Processo de Ocupação da Região Portuária Carioca. Alexsander de Paula Pereira. pp.98-109

EIXO 04 Arquitetura de favela e suas dimensões

O imaginário da favela através do cinema: uma análise dos estereótipos reproduzidos no filme “Cidade De Deus”. Antônio Francisco dos Santos Neto. pp.11-118

Experiências de cocriação : sujeitos e espaços de participação e de luta no Morro do Papagaio. Maria Luiza Dias Viana, Maria Cecília dos Santos Loschiavo. pp.119-125

Qualidade de vida dos moradores de Rio das Pedras, uma análise acerca dos aspectos físicos e sociais da favela. Ana Beatriz Jardim Alves, Lilian Costa, Thayná Jerônimo, Vanessa Carla Sayão Cortez, José Roberto Oliveira. 126-136

EIXO 05 O papel de arquitetas/os e equipes mistas de ONGs nas favelas

Assistência técnica para habitação de interesse social: a experiência da ONG Habitat para a Humanidade em Heliópolis. Mariana Sylvia de Souza Silva. pp.138-145

Resistência no Espaço Urbano e Saúde Mental: O caso da Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, Salvador – Bahia. Adriana Teixeira Bahia, Luiz Augusto Maia Costa. pp.146-152

Assistência técnica como ferramenta para redução do déficit habitacional no Distrito Federal. Alessandra Fonseca Masuda, Ivana Almeida de Figueiredo Jalowitzki. pp.153-160

EIXO 06 Geografias da saúde, do risco e o uso de novas tecnologias

Fitorremediação para precariedade urbana: estudo de caso como piloto aplicável. Vera Santana Luz, Wesley da Silva. pp.162-170

Memória urbana e o direito à cidade: o caso da trajetória da comunidade Marião em Contagem – MG. Eityenne Júnia Maia. pp.171-179

Inundações urbanas: a vulnerabilidade social como efeito da (re)produção urbana excludente. Viirgínia Amaralinda Calabrez Martins, Miguel Fernandes Felipe. pp.180-186

EIXO 07 O papel da Universidade na construção de uma cidade mais igualitária

Escritório Público de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São João del-Rei (MG): Primeiras ações e resultados. Lívia Ribeiro Abreu Muchinelli, Dafne de Castro Faustino, Luiza Queiroz Barros. pp.188-195

A resignificação da Empena cega como elemento de transformação da paisagem urbana através da arte e inclusão social. Mariana Fernandes Mello Vieira, Laís de Andrade Costelha. pp.196-208

Risco e resiliência em arquitetura humanitária e incremental housing- o papel da academia e dos concursos
A.Nuno Martins. pp.209-216

AR TI GOS

EIXO 01

Melhoria habitacional e do espaço público, com ênfase no papel de mulheres da comunidade

Habitação de interesse social em container

Sarah Alves de Souza, Uniplan, Brasília DF, sarahalvess.1602@gmail.com
Nathália Louise Macêdo Leal, Uniplan, Brasília DF, arq.nathalya.leal@gmail.com

Resumo

Este artigo resulta da monografia do curso de Arquitetura e Urbanismo no âmbito do Centro Universitário Planalto do Distrito Federal - Uniplan. Trata da aplicação da análise das dimensões morfológicas para a geração de diretrizes para a Habitação de interesse social, situada no Sol Nascente. A problemática gira em torno da seguinte pergunta: como o container pode ser utilizado na habitação social de forma a minimizar o déficit habitacional e assegurar a qualidade arquitetônica e espacial? Dessa forma, o recorte territorial de estudo é o bairro Sol Nascente na Região administrativa da Ceilândia do Distrito Federal. A proposta é discutir a metodologia de projeto e as diretrizes projetuais adequadas para atender as quadras 700 do Sol Nascente e levar à população moradia digna, habitações acessíveis e de baixo custo. O objetivo é testar conceitualmente uma solução projetual e compreender de que forma a habitação social em container pode incorporar dimensões de análise urbana (funcional, bioclimática, simbólica, topoceptiva e econômica) para melhorar a oferta de moradia adequada, aliando-se à sustentabilidade na construção e à redução dos impactos ambientais.

Palavras-chave: déficit habitacional; construção alternative; metodologia projetual; dimensões morfológicas; diretrizes projetuais;

1. Introdução

O cenário atual das cidades mostra um crescimento desordenado, consequências vistas na migração da população para a periferia visto que os imóveis formais são mais caros, forçando a população a viver em condições precárias e a ter dificuldades de empregos para trabalhadores rurais e economia informal. Há um controle de urbanização em reformas urbanas e revitalizações regidas pelas cidades. As pessoas pagam um preço muito alto para viver nesses locais mais valorizados em que há um melhor desenvolvimento humano (Só geografia, 2007).

As habitações de Interesse Social já construídas, na maioria das vezes, contam com uma baixa qualidade arquitetônica e construtiva. Os lotes mais afastados dos centros comerciais e dos serviços acabam sendo os mais baratos e alvo das construtoras para implantar habitações sociais. As obras rápidas e a economia de materiais trazem danos à estrutura com o tempo e não há uma preocupação com a localização, nem dos espaços coletivos, de lazer e comércio nos condomínios para os moradores. O isolamento térmico deixa de ser preocupação e a funcionalidade dos cômodos dos apartamentos por exigirem metragens mínimas de moradia. Nem sempre a oferta dos imóveis de um programa de habitação social atende aos mais pobres, pessoas que vivem nos assentamentos informais, quando se mudam para uma moradia formal, acabam tendo que arcar com as contas de água, luz e transporte para ir a locais mais distantes.

A proposta é atender as quadras 700 no Sol Nascente e levar a essa população de classe baixa habitações acessíveis, de baixo custo, e que seja uma moradia adequada contando com espaços de lazer, comércio e alguns serviços no local, ou seja, uma área mista adequada para os moradores locais e para a vizinhança trazendo um bom convívio social entre eles. Um exemplo é o projeto conjunto habitacional do Sol Nascente na Ceilândia que atende esses exemplos de moradia adequada não só com residências implantadas no terreno, mas espaços de lazer e convívio social.

De forma geral, o objetivo deste trabalho é compreender de que forma a habitação social poderá melhorar a oferta de moradia adequada aliando-se à sustentabilidade na construção, minimizando o tempo e atingindo a demanda de moradia para a população, além da diminuição dos impactos ambientais reutilizando containers marítimos.

2. Déficit habitacional no Distrito Federal

De acordo com os dados do IBGE de 2018, o Distrito Federal conta com cerca de 2.974.403 pessoas. Ainda, segundo o IBGE, o Déficit Habitacional do Distrito Federal total absoluto calculado é de cerca de 132.903 pessoas. O Déficit Habitacional é composto por 4 tipos de modalidade sendo elas habitação precária, coabitação familiar, ônus excessivo do aluguel e adensamento excessivo.

A ação do governo acompanhado do Plano diretor local e territorial a partir da Lei de política habitacional oferta lotes com infraestrutura básica; incentiva habitações com tecnologias de baixo custo; amplia o sistema de planejamento e avaliação de programas habitacionais; prioriza o financiamento para habitação em áreas onde há maior concentração de baixa renda; incentiva cooperativas de habitação popular; construção de habitação onde há ofertas de emprego; aumento da oferta de áreas para construção habitacional e atendimento aos inscritos no SEDUH e IDHAB, respeitando a Legislação e a demanda habitacional (SEDUH, 2019).

Habita Brasília é um programa habitacional do DF onde o objetivo é solucionar problemas de moradia juntamente com o planejamento das cidades, a regularização fundiária e o combate a grilagem (GDF, 2016). O Habita Brasília aborda cinco modalidades sendo: Lote legal, Programa Morar Bem, Projeto na Medida, Aluguel legal e Portas abertas.

Diante dos valores altos de moradia no centro da cidade, as pessoas de classes mais pobres acabam indo morar na periferia onde as moradias seriam “mais baratas”. “Atualmente esse Déficit habitacional chega a 117 mil unidades habitacionais de acordo com a CODEPLAN (2019)”.

As consequências do Déficit Habitacional são a construção de casas irregulares em áreas de riscos sem infraestrutura, cortiços ocupados por várias famílias, movimento dos sem teto, em que indivíduos que não têm condições nem para morar nas “favelas” então invadem construções habitacionais pelo programa Minha Casa Minha Vida, prédios e obras abandonadas, e só acabam saindo pela ação da polícia e a promessa do Estado de os contemplarem com uma moradia digna.

O conceito de uma moradia adequada conta não só com infraestrutura, mas também uma qualidade de vida e a quantidade de recursos acessíveis aos moradores, conta com acesso às oportunidades ao desenvolvimento humano com acesso à saúde, educação, localização acessível por transporte e pessoas, tendo também direito a formação e participação onde os cidadãos têm direito a participar dos projetos a comunidade sobre as propostas de reassentamentos.

3. Container: uma alternativa para a construção

A construção civil é uma das que mais geram resíduos de materiais. Pensando nisso, é cada vez mais importante utilizar materiais naturais, reutilizar e reciclar, gerando menos impacto ao meio ambiente. Containers são a nova proposta para construção e podem ser uma das soluções para suprir a falta de moradia sendo mais econômicas e recicláveis.

No Brasil, a primeira habitação em container foi projetada por Danilo Corbas, arquiteto formado pela FAU-USP em 1991, sua própria casa chamada Casa Container Granja Viana, em São Paulo. Para a estrutura foram utilizados quatro *containers* marítimos de 40 pés que tem 12 metros de comprimento por 2,90 de altura cada um. A fundação da casa fez uso apenas de sapatas isoladas apoiadas no piso. Essa casa também fez uso de captação de água da chuva, ventilação cruzada, telhado verde, telhas térmicas, uso de iluminação em Leds, revestimento de lã de PET e pintura ecológica. Esses sistemas ecologicamente corretos permitiram significativa economia de energia elétrica e recursos naturais (Archdaily, 2016).

4. Estudos de Caso

Dois estudos de casos serão abordados a seguir, uma proposta de habitação na cidade do Cairo-Egito, relevando a reutilização de containers marítimos, e atendendo a população de baixa renda; e a Cidade Container em Cholula, cidade do México, uma grande idealização artística, social, econômica, relevando

questões de sustentabilidade e se tornando referência cultural e arquitetônica na cidade.

A micro habitação em container é uma proposta de habitação para a cidade dos mortos no Cairo. Chamado assim por ser o cemitério islâmico da cidade, hoje habitada por moradores pobres que não tem condições de pagar aluguel no Cairo. Projetado por arquitetos com sede nos Emirados Árabes Unidos, Mouaz Abouzaid, Bassel Omara e Ahmad Hammad para famílias refugiadas e carentes e estudantes na cidade dos mortos. Chamada de “Sheltainer”, o conjunto habitacional busca atender as necessidades das famílias na vida cotidiana. A “Sheltainer” comporta conjuntos de casas ao redor de um pátio com uma torre no centro. Essa torre tem por objetivo o desperdício zero, contendo turbinas eólicas, painéis solares e tanques de água, além de servir como criadouros de pombos de pássaros preservando a cultura egípcia (Baldwin, 2019). O térreo comporta comércios, serviços locais e lazer, no primeiro e no segundo pavimentos se encontram os apartamentos, e o terceiro pavimento é uma das possibilidades para a expansão das habitações.

A cidade container está localizada no Distrito Federal em Cholula, no estado de Puebla, na cidade do México, construído em 2010 com área urbana total de 5.000m². Planejado pelo design gráfico Gabriel Caram, graduado na Universidade das Américas, a cidade criada teve como objetivo reutilizar containers marítimos como sistema construtivo, criando residências e espaços alternativos de convívio social, lazer, comércios e serviços como alguns bares, restaurantes e padarias, além de galerias de arte. A cidade remete aos bairros alternativos de Soho e Nova Iorque, tornando-se referência cultural e arquitetônica em Cholula (ROSA, 2019).

A análise dos casos proporciona a criação de diretrizes adotadas para o projeto de Habitação Social no bairro do Sol Nascente, com a proposição de áreas de comércios, serviços e lazer, volumes habitacionais localizados em volta de um pátio interno para convívio social, containers com tratamento térmico e acústico, paisagismo, cores, painéis solares e reutilização de água da chuva.

5. Estudos Urbanos

Falta introduzir a que vem estas categorias.

Legislação e Destinação: A área em estudo possui destinação a habitação coletiva, é um terreno que está em processo de construção e está inserido na ARIS Sol Nascente, sob tratamento de Zona Especial de Interesse social (ZEIS), no endereço descrito como TRECHO 01, ETAPA 01, QUADRA 700, na Região administrativa de Ceilândia- RA IX. O terreno em estudo possui área de aproximadamente 21.952,18m².

Uso do Solo: Conforme o mapa de uso do solo com raio de 1000 metros de abrangência, o terreno de projeto está inserido na Aris Sol Nascente, entre o córrego do meio e o setor P Sul da Ceilândia. Nota-se que o terreno está localizado ao redor de bairros residenciais e quadras centrais com instituições e comércios. Um terminal de ônibus e uma Usina de compostagem se localizam próximos ao terreno de intervenção.

Gabarito de altura: O terreno está inserido em bairro residencial de forma horizontal entre 1 a 3 pavimentos.

Fluxo viário: O mapa de hierarquia viária mostra que a área de influência possui vias locais, coletoras e arteriais. A área está entre as rodovias BR 070, DF 180 e DF 085 (EPTG) e o terreno é acessado por uma via local.

Topografia: O terreno de implantação está inserido em desnível onde o ponto mais baixo está localizado a Norte e ao Sul um dos pontos mais altos. Possui uma curva mestra e aproximadamente 4 curvas intermediárias com altura de 1 metro de uma da outra. O projeto será feito em patamares aproveitando as curvas de nível e nivelando para aplicação da fundação em radier nas edificações.

Bioclimatismo: O clima de Brasília está classificado como Zona bioclimática 4, o clima é tropical de altitude. Clima quente e seco de duas estações uma chuvosa e outra seca. O período de seca vai de maio a setembro e o período chuvoso é de outubro a abril onde o trimestre com maiores índices é de novembro a janeiro. A figura a seguir mostra a carta bioclimática sobre as recomendações para aberturas, onde diz que

as edificações devem ter aberturas para ventilação médias de 15% a 25% da área do piso e sombreadas.

De acordo com os dados do Projeteer sobre as condições de conforto térmico, o maior desconforto é por frio com 46%.

A rosa dos ventos na figura a seguir mostra a predominância e a velocidade dos ventos. A predominância nos períodos de inverno, outono e primavera é Leste, com velocidade de 3m/s, e no período do verão é Noroeste, com velocidade de 5m/s. Deverá ser prevista no projeto barreiras a noroeste, pois a velocidade dos ventos é superior a 4 m/s.

As fachadas mais favoráveis são nordeste e sudeste devido às temperaturas mais baixas e as fachadas menos favoráveis são noroeste e sudoeste. Portanto, ambientes de maior permanência ficarão nas fachadas nordeste e sudeste para melhor conforto.

De acordo com o entorno, as edificações em volta do terreno são predominantes de 1 a 3 pavimentos, não interferindo tanto em relação à velocidade dos ventos ao terreno.

Áreas edificadas, pavimentação de asfalto e terra, aumentam a temperatura local e conseqüentemente baixa a umidade. Modificando assim os valores médios de temperatura e umidade, fazendo com que o projeto tenha soluções de resfriamento. Onde há barro e árvores, as temperaturas são menores em relação aos outros tipos de materiais.

Equipamentos: A área de influência de 1000 metros apresenta equipamentos de esporte e lazer no St. P, na QNP 22 e na QNP 28. As Instituições de Ensino estão localizadas nas quadras comerciais e institucionais da Ceilândia, um posto policial está na quadra 28 do P- Sul e os pontos de ônibus localizam-se nas vias arteriais, onde apenas 4 pontos foram encontrados no raio de influência.

Equipamentos: A área de influência de 1000 metros apresenta equipamentos de esporte e lazer no St. P, na QNP 22 e na QNP 28. As Instituições de Ensino estão localizadas nas quadras comerciais e institucionais da Ceilândia, um posto policial está na quadra 28 do P- Sul e os pontos de ônibus localizam-se nas vias arteriais, onde apenas 4 pontos foram encontrados no raio de influência.

Índices Urbanísticos: O artigo 40 do PDOT/2009 cita o coeficiente de aproveitamento do lote que relaciona a área edificada e a área do terreno. Para a Tipologia de uso Residencial multifamiliar- Habitação Coletiva, o coeficiente básico e máximo é de 1,5. De acordo com o processo de aprovação de regularização de parcelamento Urbano da Região Administrativa de Ceilândia- RA IX do Setor Habitacional Sol Nascente, TRECHO 01- ETAPA 01, de uso previsto para Residencial Multifamiliar ou habitação coletiva, a taxa de ocupação máxima é de 60%, a taxa de permeabilidade é de 30%, o número máximo de pavimentos da edificação é de 4 com altura máxima de 14,0 metros e os recuos frontal, lateral e fundos é de 5.0 metros.

6. Diretrizes projetuais

As diretrizes projetuais foram criadas com base nos estudos de caso e nos estudos urbanos, aliados às análises das dimensões morfológicas.

De acordo com a as suas funções os edifícios poderão ser acessados por 4 portas laterais de entrada e saída de moradores e funcionários. Há duas grandes circulações avarandadas que dão acesso aos apartamentos e uma central para fácil cruzamento. O pátio central também poderá ser acessado facilmente pelos corredores térreos.

O terreno localizado nas quadras 700 do Sol Nascente é acessado por duas vias locais e duas entre os conjuntos. Estacionamentos e acessos para pedestres são priorizados, tanto moradores quanto a comunidade poderão usufruir dos espaços públicos do projeto como ciclovias, calçadas para passeios e caminhadas, espaços de convívio social e a praça com áreas de lazer e esporte.

As edificações foram posicionadas recuadas 5 metros do limite dos lotes, permitindo mais áreas permeáveis e arborização para sombreamento. Os estacionamentos ficam intercalados em cada conjunto, as áreas de convívio social foram locadas entres os blocos e na praça central. Assim todos os espaços serão utilizados de maneiras diferentes, fazendo com que os visitantes e moradores façam todo o percurso, trazendo também a sensação de espaços utilizados mais seguros.

De acordo com a dimensão bioclimática, para amenizar as ilhas de calor, grande parte dos pisos das

áreas comuns serão de piso drenante na cor cinza claro, o piso vegetal com árvores de grande porte também trará conforto térmico. Para a proteção térmica e acústica da edificação foi utilizada a calculadora de propriedades do Projeteer para incluir os materiais de melhor eficiência em questão da transmitância térmica e atraso térmico. Parede alumínio 0,05 cm, com isolamento de placas termo isolantes de Poliuretano e revestimento de placa cimentícia, e argamassa.

A partir das cartas solares respectivas de cada fachada foram adaptados os ambientes, grande parte dos quartos se concentram a Norte, Nordeste, Leste, Sudeste, e Sul. E a menor parte deles voltados para oeste e sudoeste. Recebendo proteção de brises, painéis termoisolantes, e janelas altas, juntamente com a ventilação cruzada e iluminação natural. As áreas sociais se concentram voltadas para o centro da edificação recebendo luz e ventilação natural.

O zoneamento de permanência mostra que os quartos são os ambientes com maior tempo de permanência, onde ficaram inseridos de maneira que recebessem luz e ventilação natural. Os ambientes de média permanência são cozinha, sala de jantar e sala de estar, recebendo também luz e ventilação natural. Ventilação cruzada para melhor conforto térmico, além de material termoisolantes e brises para proteção solar.

De acordo com a Dimensão Topoceptiva, além das cores e arte urbana, a dimensão topoceptiva também é representada no projeto pelo pomar no setor de convívio social da praça com espécies frutíferas, transmitindo tranquilidade, paz e conforto visual. As espécies frutíferas permitem aguçar o paladar dos moradores e comunidade, assim como as hortas comunitárias dispostas pelos conjuntos. Ao longo do setor habitacional, estarão plantadas outras espécies nativas de vegetação.

De acordo com a Dimensão econômico-financeira, um dos aspectos mais importantes nesse projetos é a economia. Os blocos habitacionais tem estrutura de container permitindo uma arquitetura modular. As vantagens são: economia nas fundações para os edifícios, os containers são resistentes e permitem ser empilhados até 6 andares sem grandes estruturas, dispensando uso de fundações e sistema estrutural. Os custos de obra são refletidos com a rapidez construtiva, minimizando os custos de mão de obra. Outro aspecto importante é a economia gerada com o uso de energia e gastos de água, pois no projeto foi implantado uso de placas fotovoltaicas, dispositivos economizadores de água, sensores de luz, eletrodomésticos mais econômicos e captação de água da chuva.

7. Considerações e resultados

As quadras 700 do Sol Nascente são compostas pelos conjuntos, F, G e H. A proposta para Habitação de Interesse social será composta por 10 edifícios habitacionais de 4 pavimentos com comércios e serviços, estacionamentos e áreas de esporte, lazer, convívio social e espaços de contemplação.

Os apartamentos atendem de 2 a 6 pessoas onde as unidades são acessíveis para melhor conforto dos usuários e portadores de necessidades especiais. A proposta é atender uma habitação social de qualidade e garantir a densidade demográfica adequada.

Todos os apartamentos seguem a mesma tipologia gerando maior economia. 70% dos quartos foram posicionados a Leste, Norte e Sul e 30% para oeste. Todas as paredes externas terão isolamento térmico e proteção solar nas aberturas proporcionando melhor conforto e proteção. Todos os ambientes recebem ventilação e iluminação natural gerando mais economia com condicionadores de ar.

8. Conclusões e resultados

O tema habitação de Interesse social foi escolhido diante da grande quantidade de pessoas que sofrem com o déficit habitacional vivendo em situações precárias no Distrito Federal. É preciso pensar em habitações que atendam com urgência à população do Sol Nascente, a cidade vive na miséria. É considerada uma das maiores favelas em solo plano do Brasil, pela miséria e pela falta de infraestrutura, de acordo com o Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE), essa cidade possui 56.483 moradores, perdendo apenas para a Rocinha no Rio de Janeiro com 69.161 moradores. O projeto proposto é qualificar uma área

longe do centro da cidade, onde houve a maior favelização, as unidades habitacionais irão favorecer essa população não só com habitações, mas um espaço digno de morar com áreas de convívio social, lazer, comércios e serviços. A escolha do tipo construtivo usou critérios de sustentabilidade na reutilização de containers marítimos já descartados, visto que há grande quantidade deles nos portos de todo o Brasil. Esse método construtivo visa economizar significativamente durante a construção, energia elétrica e recursos naturais, minimizando o custo final da obra, 15% mais barata que a construção em alvenaria. A construção da Habitação social irá gerar muitos empregos para a população da região especializados na construção civil, os comércios e serviços propostos para a área também ofertará empregos para os moradores e vizinhos dando oportunidade aos seus negócios. A rapidez construtiva do método construtivo modular de containers beneficiará os inscritos em um curto prazo de tempo, pois há grande demanda e necessitados nesta região.

Referências

ARCHDAILY. "Casa Container Granja Viana / Container Box". 29/11/2016. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/800283/casa-container-granja-viana-container-box>> ISSN 0719-8906. Acessado em: 16/04/2019.

BALDWIN, Eric. "Arquitetos dos EAU propõem habitação feita com contêineres no Egito". 05/01/2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/908883/arquitetos-dos-eau-propoem-habitacao-feita-com-conteineres-no-egito/5c2cee3c08a5e585df00010-uae-architects-design-shipping-container-housing-for-cairo-sheltainer>. Acesso em: 20/04/2019.

BONDUKI, Nabil. "Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida". Teoria e Debate. Edição 82. 01/05/2009. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2009/05/01/do-projeto-moradia-ao-programa-minha-casa-minha-vida/>. Acesso em: 19/04/2019.

CODEPLAN. "Panorama habitacional prospectivo para o df - 2020/20251". 2018. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/Panorama-Habitacional-prospectivo-para-o-DF-2020-2025.pdf>. Acesso em: 11/04/2019

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLIS. "O crescimento das cidades e a periferização". 09/02/2016. Disponível em: <http://observatoriodasmetrololes.net.br/wp/o-crescimento-das-cidades-e-periferizacao/>. Acesso em 11/04/2019.

RAMALHOSO, Wellington. "Minha Casa, Minha Vida deu certo? Veja pontos positivos e negativos". 19/06/2016. Notícias Uol. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/06/19/minha-casa-minha-vida-deu-certo-veja-pontos-positivos-e-negativos.htm>. Acesso em: 11/04/2019.

ROSA, Mayra. "Bairro do México é construído em 50 contêires reaproveitados". 21/11/2013. Disponível em: https://ciclovivo.com.br/arb/arquitetura/mexico_constroi_cidade_utilizando_apenas_conteineres_de_navio_velhos/. Acesso em: 16/04/2019.

SECRETARIA DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO. "Política Habitacional do Distrito Federal: Nova política Habitacional do DF". 2017. Disponível em: http://www.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/2017_Apresenta%C3%A7%C3%A3o-Habita-Bras%C3%ADlia_-Vicente-Lima-Neto.pdf. Acesso em 11/04/2019.

SÓ GEOGRAFIA. "Urbanização - Consequências do crescimento desordenado". Virtuoso Tecnologia da Informação, 2007-2019. Disponível

em: <http://www.sogeografia.com.br/Conteudos/GeografiaHumana/Urbanizacao/urbanizacao1.php>. Acesso em: 21/04/2019.

O habitat e o habitar na cidade: a experiência de mulheres beneficiárias do Parque das Águas em Juiz de Fora-MG

Verônica Sakaragui, Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Juiz de Fora, veronicasakaragui@gmail.com

Resumo

O presente trabalho é fruto de reflexões da pesquisa de mestrado (em andamento) em Geografia que tem como mote a espacialidade de mulheres contempladas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, em Juiz de Fora – MG. A partir do momento que esta política pública habitacional passou a priorizar o poder jurídico de propriedade da casa às mulheres, o Estado resguardou o direito de habitação. É garantido, desse modo, o *habitat* e não o *habitar*. O espaço citadino é onde os sujeitos com diferentes intencionalidades lutam pelo direito à cidade, algo que está relacionado não apenas ao direito de ir e vir, educação, lazer, cultura, habitação, mas ao conjunto dos fixos e fluxos e à produção de obras e de relações sociais. Por ser o local onde as relações sociais se desenvolvem, é então um espaço desigual, com suas linearidades e rupturas, além de ser um espaço segregado por classes, raça e gênero. Sabe-se que os conjuntos habitacionais construídos pelo PMCMV estão localizados, em grande maioria, nas periferias urbanas, evidenciando que o Estado produz o espaço citadino e reforça a concepção de uma cidade fragmentada. Por isso, seria um enorme equívoco pensar que a garantia à habitação de uma parcela de mulheres de baixa renda é sinônimo de garantia ao seu direito à cidade.

Palavras-chave: Mulher; habitação; direito à cidade; espacialidade.

1. Introdução

O presente trabalho é fruto de reflexões da pesquisa de mestrado (em andamento) em Geografia que tem como mote a espacialidade de mulheres contempladas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida no município de Juiz de Fora – MG. A partir do momento que esta política pública habitacional passou a priorizar o poder jurídico de propriedade da casa às mulheres, em 2012, o Estado resguardou o direito de habitação, embora não tenha ofertado aparelhos públicos de usos coletivos suficientes para atender a nova parcela da população residente em nova localidade.

É garantido, desse modo, o *habitat* (a casa) e não o *habitar* (educação, saúde, lazer, segurança pública, transporte público, o espaço enquanto obra), segundo Lefebvre (2004). Nesse viés, este artigo busca compreender como as proprietárias de casas no residencial Parque das Águas residem e habitam nesse novo local de morada.

Este artigo traz os resultados de uma pesquisa desenvolvida seguindo os pressupostos da metodologia qualitativa, pois considera a relação entre o mundo real e o sujeito, para além das estatísticas. Este vínculo é indissociável para compreensão do mundo objetivo e da subjetividade do sujeito, que não pode ser representada por apenas números. Pesquisas de campo, assim como duas entrevistas semiestruturadas, foram realizadas com as proprietárias para que possamos (1) apreender sua vivência cotidiana pela cidade e (2) e investigar sobre as mudanças em suas vidas após a aquisição da casa própria. Foram utilizados nomes fictícios a fim de resguardar o anonimato das mulheres entrevistadas.

O espaço citadino, local de morada da maior parte da classe trabalhadora, é onde os sujeitos com diferentes intencionalidades lutam pelo direito à cidade, algo esse que está relacionado não apenas ao direito de ir e vir, ao saneamento básico, educação, lazer, cultura, habitação, mas ao conjunto dos fixos e fluxos e à produção de obras e de relações sociais, sempre pensadas em prol do coletivo (LEFEBVRE, 2001). Por ser o local onde as relações sociais se desenvolvem, é então um espaço desigual, com suas linearidades e rupturas, além de ser um espaço segregado por classes, raça e gênero.

Sabe-se que os conjuntos habitacionais construídos pelo PMCMV estão localizados, em grande maioria, nas periferias urbanas, evidenciando que o Estado produz o espaço citadino e reforça a concepção de uma cidade fragmentada, além do que, mostra que a classe trabalhadora tem seu local de morada marcado e imposto por relações de poder. Por isso, seria um enorme equívoco pensar que a garantia à habitação de uma parcela de mulheres de baixa renda é sinônimo de garantia ao seu direito à cidade e ao habitar.

2. O direito à cidade: tensionamentos e utopias do espaço urbano

Embora os agentes hegemônicos utilizem de seu poder para construir a cidade de acordo com seus interesses (econômico ou/e governamental), há também pessoas que no seu fazer cotidiano constroem a cidade com suas peculiaridades. A produção do espaço citadino é então esse jogo de poderes: o Estado e o capital de um lado (poder hegemônico) e a classe trabalhadora e pobres, do outro lado.

No fazer da vida cotidiana, a classe trabalhadora é a todo o momento lembrada que a cidade não é realizada para ela. O tempo de espera para o ônibus, para o serviço de saúde, na fila para conseguir vaga na creche, a falta de segurança pública, saneamento básico, enfim, o modo como os equipamentos públicos de uso coletivo são escassos para a reprodução da vida, faz com que o ser/estar na cidade seja vivido de forma distinta e precarizado para os sujeitos economicamente vulneráveis.

Porém, uma “outra cidade” é possível de existir. Segundo Rodrigues (2007, *on-line*), esta outra cidade está no plano utópico e “seu fundamento é transformar a realidade do mundo vivido com os desafios da vida cotidiana”. Essa transformação da realidade da/na cidade, a partir da vida cotidiana da classe trabalhadora é o devir, o direito à cidade. O direito à cidade é a utopia que nos movimenta para construirmos uma cidade melhor, onde a classe trabalhadora reinvente a cidade à sua maneira.

Porém, como nos mostra Harvey (2013), o capital transformou as relações próximas e o que dita as regras da cidade é o próprio capital. Dessa forma, fica evidente que a cidade do capital (setor privado aparelhado no Estado) limita as práticas espaciais de sujeitos subalternos. Mas a cidade é também um direito desses sujeitos e deveria ser realizada de acordo com seus desejos e necessidades.

Segundo Lefebvre (2001), a produção do espaço urbano, da cidade, deveria ser realizada mais a partir dos desejos e necessidades da população do que pelo capital. A utopia da construção de um novo modo da cidade alcançaria os ideários do direito à cidade. O direito à cidade, para o autor, não se resume ao acesso de bens e serviços existentes – embora escassos – da cidade capitalista. O direito à cidade perpassa pela construção de um novo tipo de sociedade. Esta nova sociedade teria acesso aos equipamentos de uso coletivo que fazem parte da reprodução da vida, mas também seria uma sociedade igualitária.

Por isso é costumeiro observarmos a utilização do termo “direito à cidade” quando minorias sociais estão lutando por seus mais diversos direitos. Não é de tudo errôneo afirmar isso na cidade capitalista, mas é necessário compreender que estas pessoas que estão lutando por seu “direito à cidade” não estão apenas reivindicando moradia, mobilidade urbana, acesso ao saneamento básico, segurança pública, mas sim um novo tipo de sociedade, onde todos os direitos sejam respeitados.

3. O habitar e o habitat citadino

Como supracitado, a cidade do capital é produzida como imagem e semelhança da sociedade: uma cidade desigual. Como o Estado e o setor privado detém maior poder decisor na produção do espaço, vão “jogando” e garantem que a cidade se produza à sua maneira. Assim, para a população mais vulnerável economicamente (e por consequência, socialmente) ficam garantidas as piores localizações na cidade e lhe é reservado apenas o habitat.

Segundo Lefebvre (2004), no final do século XIX um pensamento urbanístico reduziu o habitar ao habitat.

Restringiu-se o ato de morar e das relações próximas a apenas aos atos elementares, como “comer, dormir, reproduzir-se” (LEFEBVRE, 2004, p. 80). Como este pensamento urbanístico é contemporâneo ao surgimento das cidades industriais e do início da exploração da mão de obra trabalhadora assalariada cidadina, ele passa a vigorar no desenvolvimento do urbano.

O habitat atende às demandas do capital, pois reduz a necessidade de uma vida plena ao “comer, dormir, reproduzir-se”. Dessa forma, o sujeito social do habitar é transformado em sujeito individual e individualista que não tem uma sociabilização fluida na sociedade urbana. Lefebvre (2004, p. 81) diz que “o habitat foi instaurado pelo alto: aplicação de um espaço global homogêneo e quantitativo obrigando o ‘vivido’ a encerrar-se em caixas, gaiolas, ou ‘máquinas de habitar’”. Assim, este novo sujeito é moldado para atender muito melhor às expectativas do capital, pois sua vida é reduzida ao trabalho e ao descanso (tempo não remunerado de trabalho, realizado no habitat).

Mas então se o habitat foi o modelo urbanístico propagado pelo capital no espaço urbano para a população de baixa renda, qual seria a possibilidade do habitar? Segundo Heidegger (2006, p.130) “O traço fundamental do habitar é, porém, resguardar”. E resguardar? Ainda segundo o autor:

Resguardar é, em sentido próprio, algo positivo e acontece quando deixamos alguma coisa entregue de antemão a seu vigor de essência, quando devolvemos, de maneira própria, alguma coisa ao abrigo de sua essência, seguindo a correspondência com a palavra libertar (freien): libertar para a paz de um abrigo. Habitar, ser trazido à paz de um abrigo, diz: permanecer pacificado na liberdade de um pertencimento, resguardar cada coisa em sua essência. O traço fundamental do habitar é esse resguardo. O resguardo perpassa o habitar em toda a sua amplitude. Mostra-se tão logo nos dispomos a pensar que ser homem consiste em habitar e, isso, no sentido de um de-morar-se dos mortais sobre essa terra (HEIDEGGER, 2006, p.129).

Assim, podemos inferir que o habitar não se finda no resguardo da edificação, é o resguardo dos laços sociais próximos, da liberdade de sua produção do espaço; é poder produzir a “outra cidade”, permanecendo pacificado na liberdade da cidade. Essa possibilidade dos sujeitos pobres terem o habitar ao reproduzirem-se na cidade foi cerceada pelo capital, restando a possibilidade do habitat com a utopia para transformarem suas realidades. A possibilidade de se reinventar o habitar para os pobres na cidade é a partir da sua vida cotidiana. Segundo Lefebvre (2004, p.81):

Para reencontrar o habitar e seu sentido, para exprimi-los, é preciso utilizar conceitos e categorias capazes de ir aquém do “vivido” do habitante, em direção ao não-conhecimento e ao desconhecido da cotidianidade – e além, em direção à teoria geral, à filosofia e à metafilosofia. Heidegger assinalou o caminho dessa restituição ao comentar as palavras esquecidas ou incompreendidas de Hölderlin: “O homem habita como poeta”. Isso quer dizer que a relação do “ser humano” com a natureza e com sua própria natureza, com o “ser” e seu próprio ser, reside no habitar, nele se realiza e nele se lê.

Dessa forma, Jacques (2012) já havia nos alertado para a cidade opaca, a “outra cidade” que existe em função de um fazer cotidiano desses sujeitos invisibilizados. Não é em vão que o capital tenta restringir as práticas cotidianas dos trabalhadores e trabalhadoras da periferia ao trabalho e ao descanso. Porém, para a população pobre recriar seu habitat é necessário reinventar a cidade, reinventar enquanto poetas cidadãos.

4. O habitat na periferia: Restrições e possibilidades da mulher na cidade

Além de a produção do espaço urbano expressar as contradições de poder do capital, expressa também as contradições de gênero e raça. Além do modo de produção capitalista criar um novo sujeito para explorar sua mão de obra, foi preciso também reforçar padrões de gênero para que sua reprodução fosse mais ampliada: dessa forma, os homens ficaram responsáveis pelo trabalho produtivo (homem como figura pública) e às mulheres recaiu o trabalho reprodutivo (realizado no privado, ou seja, na casa) (FREDERICI, 2017).

Embora as mulheres tenham conquistado o direito de ter um trabalho remunerado – tornando-se sujeitos públicos também -, as identidades sociais construídas por meio das atribuições de gênero da sociedade patriarcal continuam a sobrecarregar as mulheres, que são responsabilizadas pelo trabalho doméstico ainda hoje. Dessa forma, Silva (2015) afirma que pelo estabelecimento do trabalho doméstico recair sobre as mulheres, a casa tem um valor simbólico distinto para elas, sendo o local do resguardo para os filhos e filhas.

Apesar de a casa ter um valor simbólico maior às mulheres, apenas 1% das propriedades de moradias do mundo inteiro pertencem às mulheres. Desse modo, pode-se inferir que a restrição às mulheres à casa própria é ligeiramente maior em comparação com os homens, e ainda, para mulheres pobres é mais difícil ainda (SILVA, 2015).

Para tentar amenizar as brutais desigualdades da propriedade privada do espaço urbano, o Estado brasileiro criou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em 2009. Esta política pública habitacional foi criada para tentar conter a crise financeira global de 2008, empregando muita mão de obra para as construções de infraestrutura e habitação por todo o país. Esta medida, além de garantir a habitação para milhares de famílias, injetou dinheiro na economia e a crise financeira foi sentida de forma suavizada pelo Brasil, pois beneficiou a classe trabalhadora e os grandes empresários que realizaram/realizam as obras por meio de parcerias público-privadas (BARROS, 2016).

Em 2012, foi sancionada uma medida provisória (que se tornou parte constituinte da Lei do PMCMV) que garantiu à mulher o direito jurídico de propriedade da casa (BARROS, 2016). Embora esta medida reforce a ideia de que a mulher é responsável pela família e o cuidado do lar, é um avanço, pois garante uma estabilidade antes não garantida a esses sujeitos que enfrentam as desigualdades de gênero.

Contudo, como já dito anteriormente, as localizações dos empreendimentos realizados pelo PMCMV são escolhidas, sobretudo, conforme as regras do Estado e do setor privado. Por isso são majoritariamente em áreas de periferias geográficas e sociais das cidades. A má localização na cidade cerceia as possibilidades de uma melhora na qualidade de vida dos sujeitos que passam a morar nesses espaços. Quando realizamos o recorte de gênero, esta limitação às mulheres aumenta, pois há uma forma desigual de apropriação pelo espaço por homens e mulheres.

O conjunto habitacional Parque das Águas está localizado na zona norte da cidade de Juiz de Fora. Esta região é a de maior população da cidade e é local de moradia de grande parte da classe trabalhadora. O empreendimento conta com 545 casas e é muito próximo de outros dois conjuntos habitacionais: o Nova Germânia e o Parque das Águas II. O Parque das Águas, por não ter sido construído para o habitar pleno, tem apenas uma escola municipal que atende o ensino fundamental. Quando o jovem passa para o ensino médio, precisa deslocar-se até o Monte Castelo (bairro ao lado) para concluir os estudos. O mesmo acontece em relação à saúde. As moradoras e moradores do Parque das Águas vão até o posto de saúde do bairro vizinho para serem atendidos (SOUZA; ALMEIDA, 2019). Dessa forma, podemos elucidar que os/as moradoras não detêm sobre o direito ao habitar pleno, vivem seu habitat da cidade capitalista e têm a casa apenas como local de descanso, pois são casas pequenas e com má infraestrutura.

Em entrevista, Juliana e Mariana nos relataram que embora tenham realizado o “sonho da casa própria”, com ele vieram outros desafios, desde a dificuldade de se sentirem pertencentes ao novo local de morada, até a limitação da mobilidade urbana, por ser um local de periferia, mas, sobretudo, por carregarem a partir de então, o estigma de serem moradoras de um conjunto habitacional taxado como violento pela sociedade. Embora morassem em bairros de periferia, podiam contar com sua rede de apoio, pois viviam nos bairros

em que nasceram e tinham toda sua espacialidade desenvolvida com relação ao bairro.

Ao mudarem para o Parque das Águas, além de ter alterado todas as relações da vida cotidiana em outras regiões da cidade, tiveram de lidar com a falta de segurança no bairro, que é sempre atrelado ao tráfego e por não terem uma vizinhança em que confiassem. A falta de segurança, para nós mulheres, é um fato que interfere nas nossas práticas espaciais de forma com que homens heterossexuais não experienciam (mas o homem-hétero-negro-morador-de-periferia tem outras experiências que limitam seu estar na cidade - por questões de classe, raça e etária - que não serão tratadas neste artigo, embora muito pertinentes para entendermos a sociedade).

Esta limitação à liberdade da mulher está relacionada ao fato de a lógica capitalista de produção do espaço ser também uma lógica da sociedade patriarcal, que tem em seu âmago a ideia de que a mulher pertence ao espaço privado, tornando o espaço público muitas vezes um espaço de constrangimento. Silva (2007, p. 120) diz:

[...] os espaços de constrangimento, como a rua em determinados locais e horários, ou espaços de confinamento, como as residências em periferias distantes, são claramente elementos que tanto se referem às diferenças de acesso físico entre mulheres e homens a determinados espaços, como a construção de barreiras invisíveis criadas pelo olhar e força daqueles que impõem sua ordem e alcançam legitimidade.

Neste sentido, podemos dialogar com a autora os dizeres de Lefebvre sobre as fronteiras invisíveis que o habitat corrobora na paisagem citadina e criam barreiras no espaço social (LEFEBVRE, 2013). Habitar como poeta para essas mulheres, está muito mais distante por serem mulheres, moradoras de periferia e maioria negras. Mas, na vida cotidiana elas se reinventam, criando novas redes de apoio no bairro, garantindo o resguardo de suas famílias em suas casas - pois agora são proprietárias-, ressignificam o espaço criado pelo capital, pois dão vida a ele. E embora tenham todas as limitações de equipamentos públicos de uso coletivo, carregam consigo a utopia do devir, do direito à cidade.

5. Conclusões

Embora a cidade capitalista seja um espaço hostil, pois é construída na dialética da contradição que é o espaço - entre forças hegemônicas que detém o capital e a população trabalhadora -, ela é também o espaço de esperança, movido pelas utopias. Utopias estas mostradas, sobretudo por Lefebvre, que garantem o movimento do devir de uma "outra cidade". Esta outra cidade, que garantiria então o direito à cidade, e então, o habitar, é realizada todo dia por tantas mulheres como Juliana e Mariana. Por serem mulheres, pobres, de periferia, mães, donas de casa, sentem nas suas práticas espaciais cotidianas os estigmas que a cidade capitalista deposita sobre seus corpos e as estigmatizam.

As mudanças na cidade não são apenas realizadas por construções. Quando criam novos espaços, estão remodelando modos de vida e espacialidades de pessoas que já tinham sua vida cotidiana muito bem definida no seu antigo local de morada. Ao negar o direito à cidade de 545 famílias, o Estado está negando que essas famílias tenham uma reprodução plena, com acesso aos equipamentos públicos que garantam de fato essa reprodução social. Não se pode romantizar o direito à habitação, nem tampouco o papel da mulher guerreira. Precisamos considerar todas as contradições que modelam a cidade e a vida desses sujeitos.

Produzir a cidade é também ser produzida por ela. E ao habitar não como poeta da utopia, mas como poeta da realidade vivida, mulheres-mães-trabalhadoras reinventam a cidade. A cidade - substantivo feminino - aos poucos se torna cada vez mais feminina, porque mulheres a estão produzindo à sua maneira. Por isso, o esforço por tentar compreender como as contradições existentes no espaço citadino - e no local mais privado da cidade, a casa - é compreender como essas mulheres ressignificam e existem na cidade,

pois uma das maneiras de alcançarmos uma “outra cidade”, perpassa por elas que fazem isso todos os dias, as donas de casa.

Referências

- BARROS, Tainã Aynoã dos Santos. Mulheres em “Nova Vida”: Um estudo sobre moradoras de um conjunto habitacional, contempladas pelo programa Minha Casa Minha Vida, em Petrolina – PE. Universidade Federal de Pernambuco, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/29454>.
- FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.
- HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, p.27-34, 2013.
- HEIDEGGER, Martin. Ensaio e conferências. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão; Gilvan Fogel; Marcia Sá Cavalcante Schuback. 7. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2006.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Tradução de Sérgio Martins. 2º reimpressão. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. La producción del espacio. Tradução de Emilio Martínez. Madrid: Capitán Swing, 2013.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. A cidade como direito. In: Scripta Nova. Vol. XI, n. 245 (33), 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/9porto/arlete.htm>.
- SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 44, p.117-134, jul. dez. 2007.
- SILVA, Kamila Anne Carvalho. Mulheres e o direito à moradia: Uma análise a partir do Programa Minha Casa, Minha Vida. Trabalho de Conclusão de Curso, Curitiba: 2015.
- SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In. A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. (org.) Hermínia Maricato. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- SOUZA, Aline Vieira de; ALMEIDA, Milena Garcia Machado de. Programa minha casa minha vida, localização e segregação socioespacial: um estudo a partir do empreendimento “parque das águas” em Juiz de Fora – mg. Anais do XVI SIMPURB, v. 1 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26625>.

Resgate da arquitetura vernacular e comunidade; o caso do povo indígena Kariri-Xocó no setor Noroeste/DF

Alessandra Fonseca Masuda - Centro Universitário Planalto do Distrito Federal/UNIPLAN, afgpi@uol.com.br

Professora M.a Luciana Jobim Navarro – Centro Universitário Planalto do Distrito Federal/UNIPLAN,
lu.jobimnavarro@gmail.com

Elaine Kellen Luciano Marinho - Centro Universitário Planalto do Distrito Federal/UNIPLAN,
arq.elaine.marinho@gmail.com

Resumo

Este Artigo tem como objetivo apresentar um breve panorama das ocupações indígenas dentro do Distrito Federal (DF). Procura-se compreender como ocorreu o distanciamento desses povos da sua cultura original, os conflitos que os cercam no processo da luta pelo direito à terra, bem como evidenciar a presença feminina na liderança de uma comunidade indígena. O trabalho ressalta como a migração e o processo de urbanização contribui para o distanciamento desse povo das suas tradições. A partir disso, traça-se um panorama sobre a tribo indígena Kariri-Xocó, apresentando sua história no DF e a da sua cacique Ivanice Tononé, umas das primeiras lideranças indígenas femininas. A pesquisa fundamentou sua revisão bibliográfica e pesquisa teórica a partir de artigos científicos, sites e reportagens, bem como em material disponível no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Também foram realizadas pesquisas de campo na comunidade indígena dos Kariri-Xocó. Todo esse estudo revelou um cenário complexo, que atualmente envolve a tribo, devido à miscigenação, ao processo de urbanização e a luta pela terra. Por fim buscou-se entender como técnicas construtivas vernaculares tradicionais dos povos indígenas podem promover um cenário de fortalecimento da cultura, resultando em um desenvolvimento social e econômico da comunidade.

Palavras-chave: Migração Indígena; Kariri-Xocó; Liderança Feminina; Arquitetura Vernacular.

1. Introdução

Grande parte das comunidades indígenas brasileiras vêm passando por um crescente processo de urbanização. Isso acontece devido a vários fatores que influenciam na inalterabilidade de sua cultura, entre eles encontra-se a busca dos jovens por trabalho, estudos e condições de vida diferenciadas. No DF, esse processo não é diferente e é agravado pelo conflito imobiliário existente.

Acredita-se que a presença dos índios na região é recente, porém estudos revelam o contrário. Magalhães (2008), afirma que as terras do DF foram motivos de conflitos entre povos indígenas e a bandeira do Araguaia II. Bertran (1994) faz afirmações que também reforçam essa tese:

“O território do Distrito Federal, de 2000 anos AP (antes do presente) até a época da sua colonização pelos invasores bandeirantes, no século XVIII, foi domínio incontestável dos povos indígenas da família Macro-gê, o Tapuia, de língua própria, especializado em viver nos cerrados e que domina técnicas de agricultura e produz peças em cerâmica”. (BERTRAN, 1994, apud, MAGALHÃES, 2009, p.25).

Atualmente, os povos indígenas que habitam em territórios no Distrito Federal passam despercebidos pela população. Por esse motivo este artigo foi desenvolvido, a fim de promover informações que levem a um conhecimento do contexto que envolve uma comunidade indígena, em específico, os Kariri-Xocó. Busca-se,

então, destacar a necessidade de fortalecimento de sua comunidade.

Para que esse objetivo seja alcançado, foram fixadas diretrizes, como: evidenciar a história dos Kariri-Xocó no DF; apontar os motivos para migração dos povos indígenas; identificar seus principais conflitos na região e desenvolver metas de valorização da cultura e da arquitetura vernácula como ferramenta de fortalecimento da comunidade.

É fato que os Kariri-Xocó têm um cenário complexo e que se agrava pelo motivo de serem um povo migratório de origem sergipana na luta para estabelecerem sua comunidade no DF. O local também é cercado por grande interesse imobiliário, o que torna ainda mais intenso esse conflito. A miscigenação e a urbanização acarretam na fragilização de sua cultura indígena. Todos esses fatos mostram algumas questões envolvidas, resultando na seguinte pergunta: Como o resgate da arquitetura vernacular pode colaborar para a valorização da cultura tradicional e para o desenvolvimento social e econômico da comunidade dos Kariri-Xocó? Esta questão será respondida no decorrer deste artigo.

2. Fundamentação teórica

Este artigo começou a ser idealizado a partir de um convite por parte da Professora da disciplina de técnicas retrospectivas, para participar de um mutirão na comunidade Kariri-Xocó no Noroeste. Após observações e conversas informais, surgiram as primeiras informações para o desenvolvimento desse trabalho.

Por ser um assunto pouco documentado em nosso país, existe uma certa dificuldade em descrever a história dos Kariri-Xocó dentro do DF, sendo assim esse artigo buscou fundamentar-se em pesquisas de revisão bibliográficas, relacionados em conteúdo de artigos científicos, sites e reportagens, além de buscar maior embasamento no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Todos esses elementos levaram a divisão deste artigo em três subtítulos, onde no primeiro faz-se um relato sobre o contexto histórico dos indígenas no DF e o santuário dos Pajés, no segundo descreve-se o processo de urbanização e migração dos indígenas, o terceiro aborda os conflitos existentes em torno da ocupação do local e da liderança feminina, no último título abordado por esse artigo apresenta-se a arquitetura vernácula, e um panorama do desenvolvimento do mutirão dentro da comunidade dos Kariri-Xocó.

2.1 Contexto histórico dos indígenas no DF e sua relação com o Santuário dos Pajés

A presença indígena no território do DF não é algo recente. Como colocado anteriormente segundo uma publicação da CODEPLAN, (2013), a presença indígena no DF, datam de 8 ou 10 mil anos, muito antes da chegada dos primeiros Bandeirantes, que buscavam metais preciosos e nesse processo acabavam aprisionando índios que cruzavam seu caminho.

Para Paulo Bertran, a primeira expedição “moderna” a chegar à região do Planalto Central foi a do descobridor das minas dos Goyazes, Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera II, que quer dizer “diabo que foi” ou “diabólico”. “Anhanguera II ao entrar em Goiás, em 1722, sabia aproximadamente o que encontrar: índios Caiapó, Carapitanguá, Araxá, Quirixá, Goiás, Bareri e Carajaúna [...] E ouro, prata e pedras preciosas”. A área hoje pertencente ao DF era ponto de encontro da tribo Jê, os caiapós, procedentes do sul do país e Xavante, Xerente e Xacriabá, do Norte (CODEPLAN, 2013).

Na década de 60, durante a construção de Brasília, novamente registra-se a presença indígena, como trabalhadores da construção civil da capital, como é possível ver na Imagem 1.

Imagem 1 – Presença indígenas na construção de Brasília



Fonte: BIOY, 2010, p.41, apud BRAYNER, 2013, p.64

Os primeiros imigrantes indígenas em Brasília foram registrados, na região do Bananal por volta de 1957, considerado o primeiro passo para a criação do Santuário dos Pajés. Nessa área na época se localizava uma fazenda onde os indígenas realizavam suas cerimônias e, posteriormente, acabaram fixando suas moradias. Hoje faz parte do setor de expansão imobiliário denominado Noroeste, correspondente às quadras comerciais CRNW 508, CRNW 708 e EQNW 708/709. Com o passar do tempo os indígenas criam um vínculo com o local, como afirmou *Santxiê* Tapuya pajé dos Santuário dos Pajés em 2010:

“Claro, derramamos nosso suor, nosso sangue aqui, né!?” Seus próprios filhos tiveram o umbigo enterrado no Santuário dos Pajés, o que simbolicamente representa uma vinculação perpétua com aquele território. OLIVEIRA et al., 2011, p.26

Nesse local encontram-se três etnias: a Tapuya/Fulni-ô, os Tuxá e os Kariri-Xocó. Essa última etnia é o foco dos estudos desse artigo e sua história no DF começa com a chegada da senhora Ivanice Tononé vinda de Porto Real do Colégio, município de Alagoas em 1986 para buscar tratamento médico, nessa ocasião foi acolhida por Santixê de forma a princípio temporário no Santuário, e acabou constituindo moradia, trazendo a família que estava em Alagoas e se consolidando na região. No Quadro 1 apresenta-se a cronologia da história indígena no DF.

Imagem 2 – Cronologia dos acontecimentos no DF.

Fonte: Adaptado de <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=df-indigenas-lutam-por-permanencia-e-reconhecimento-de-santuario-e-territorio-tradicional>

2.2 Processo de urbanização indígena

As cidades brasileiras estão cada vez mais convivendo com a migração dos povos indígenas, existe um fluxo maior dentro das grandes regiões. Segundo a ONU, os indígenas acabam deixando suas terras ancestrais e migram para as cidades por fatores como a invasão de suas terras, estudos e busca por melhores oportunidades. Mas ao chegar nos novos territórios, encontram dificuldade de inclusão e moradia, passando a viver em favelas. Estudos de obras relacionadas apontam que para os indígenas a sociedade branca representa a possibilidade de ter acesso a melhores estruturas e qualidade de vida, porém ao chegar aos novos territórios, o que encontram é dificuldade de inclusão e moradia. Melo (2009) apresenta a migração da seguinte forma:

Os índios estão migrando para a cidade buscando o que falta na aldeia – como mercadorias e educação formal principalmente. O “mundo dos brancos” é representado por bens simbolicamente importantes: as mercadorias e a escola. Ir para a cidade significa

escolarização, inserção no mercado de trabalho e, muitas vezes, casamentos interétnicos (MELO, 2009, p. 76).

O processo de migração indígena tem um cenário complexo, existe uma luta contra o estereótipo de que o indígena no meio urbano é um intruso, que seu lugar é isolado e afastado do meio urbano. Essa mentalidade atrapalha o processo de inclusão social desse povo, pois na verdade eles buscam tão somente um lugar onde possam integrar-se à sociedade sem ter que suprimir seus costumes, com respeito a sua identidade. Existe também um processo de esquecimento do Estado em relação à população indígena. As políticas públicas direcionadas a questão de inclusão do indígena é quase nula como afirma o Núcleo de Políticas Públicas para Povos Indígenas, de Porto Alegre (2013):

Apesar desse percentual elevado, há raras ações e políticas públicas que levam em conta as perspectivas dos povos indígenas presentes nas cidades do Brasil, que encontram grande dificuldade para acessar seus direitos básicos. Por uma série de preconceitos decorrentes da dominação cultural, que apresenta raízes históricas, a invisibilidade da presença indígena no espaço urbano ainda persiste. Originada de um longo processo de colonização, as imagens estereotipadas do índio “ligado à natureza”, natureza essa apartada do humano, precisa ser urgentemente superada. Em algumas situações ainda perdura a ideia equivocada de que o indígena “deixa de ser índio” quando está no espaço urbano. Estas imagens ofuscadas e distorcidas corroboram para a ocorrência de ações discriminatórias, tal como a insistência em negar a presença indígena na cidade como legítima. Embora os esforços empreendidos para desconstruí-las, essas imagens ainda persistem no dia a dia da cidade (Maris e Fernando, 2013, p. 08)

Esse descaso por parte do poder público tende a reforçar a ideia equivocada de que os indígenas não têm direito a melhorar suas condições de vida, a querer viver melhor, a ter acesso a tecnologia, a bens materiais a ser visto como qualquer ser humano e não como uma raça inferior que precisa ser confinada em lugares isolados.

2.3 Conflitos interno e externo existente em torno da ocupação dos kariri- Xocó na região do Noroeste

O conflito externos pelo direito à terra entre povos indígenas e o governo do Distrito Federal no noroeste começaram em 2008, com as primeiras movimentações em direção à construção do Setor Noroeste, na ocasião os indígenas da etnia Fulniô-Tapuya alegavam que a área seria um santuário ou um cemitério indígena antes da construção de Brasília e que, por isso, teria valor sagrado. A partir daí começaram anos de negociações sem um consenso entre os envolvidos, todo esse cenário de especulação imobiliária em torno do local provocou, além dos conflitos externos, conflitos internos envolvendo os indígenas.

O conflito interno começou quando os Kariri-Xocó que é constituído basicamente por familiares de Ivanice Tononé (Imagem 2), a qual foi nomeada pelos mesmo como cacique da comunidade em 2005, mostrando que uma tribo indígena pode sim ter uma liderança feminina. Começaram a negociar a saída do local em troca de uma indenização. Porém nenhum valor foi pago, devido ao fato de não existir um consenso entre as etnias que lá residem, sobre a ideia de deixar o local.

Imagem 2 – Ivanice Tononé



Fonte: <https://www.femininbio.com/agir-green/actualites-nouveautes/interview-engagee-cacique-tanone-l-environnement-96984>

Assim os Kariri-Xocó não saíram do local, só que o impasse já havia abalado as relações dentro do Santuário dos Pajés, gerando tensão entre os índios. E isso fica evidente na fala do Santxiê em 2012 para a reportagem da Revista Época:

[...] meu clã é o clã que doutrina, eu já vim com essa missão da doutrinação, de continuar isso, esse é o meu papel, e estou preparando Juninho, aliás, preparando os dois para continuar o papel. Um índio tem que ser reconhecido pelo seu povo, os Fulni-ô de Águas Belas são meus parentes, um índio deve ser reconhecido por sua comunidade, não adianta você dizer que é cacique, que é isso ou aquilo, como no caso da Kariri [referindo-se a Ivanice] lá que não é reconhecida pela patente que ela diz que tem, nem como indígena pelo povo dela, e ela perde o referencial, ela não está ligada à terra, à causa da terra do Santuário, ela está ligada a uma questão financeira, dinheiro, os 74 milhões que ela quer [...] (Entrevistado Santxi, em 2012).

Mesmo sem o reconhecimento de sua liderança pelas demais etnias que habitam o local, Ivanice não se deixou abalar por esse fato, mantendo-se firme nos seus ideais de luta para melhoria de condições de vida do seu povo Kariri-Xocó.

3. Arquitetura vernácula e o processo de valorização da cultura tradicional e para o desenvolvimento social e econômico da comunidade dos Kariri-Xocó

A arquitetura vernácula é um conjunto de habilidades dos construtores locais que é passada de geração a geração, feita com recursos naturais e técnicas próprias de uma região específica. A essa arquitetura caracteriza-se pela sua sustentabilidade e a capacidade de adequação ao meio geográfico onde se situa, como o clima e a vegetação, A disponibilidade de recursos, mão de obra, condições econômicas e Influências históricas. Sobre isso Pereira (2012) afirma que:

Os materiais disponíveis nas regiões onde será erguida determinada moradia definem as características essenciais de arquitetura vernacular local. Em áreas ricas em árvores, desenvolver-se-á uma arquitetura vernacular em madeira, enquanto locais sem matas e florestas permitirão o aparecimento de uma arquitetura de lama ou pedra, conforme o material que estiver à mão (PEREIRA, 2012, p. 40).

Nas aldeias brasileiras a arquitetura é feita de modo vernacular, o que varia são suas peculiaridades entre algumas etnias, porém com o sistema construtivo bem parecidos. Ao longo do tempo, com o contato com a cultura branca, os indígenas absorveram muitas das influências construtivas coloniais trazidas pelos colonizadores.

Os Kariri-Xocó por serem uma comunidade indígenas urbana, assimilaram o sistema construtivo da região, porém sentiram a necessidade de resgatar a arquitetura vernacular, como forma de valorização de sua cultura perante os mais novos e de promoção social e econômica. Para alcançar esse objetivo montou-se um mutirão aberto a toda comunidade, para construção de um local que servirá para a venda do artesanato produzido por eles.

Ao observar as instalações da comunidade nota-se que muitas das construções erguidas estão precisando de manutenção, pois sua estrutura coloca em risco seus frequentadores, esse é o caso do ponto focal da comunidade, o local que usam para a cerimônias (Imagem 3).

Imagem 3 – Cobertura do centro de atividades da comunidade Kariri-Xocò.



Fonte: Arquivo pessoal.

Assim a técnica vernácula escolhida por eles foi a do pau a pique (também conhecida como taipa de mão) que é mais indicada, isso devido ao fato do fator econômico e fácil acesso aos matérias exigidos. Essa técnica consiste no entrelaçamento de madeiras verticais fixadas no solo, com vigas horizontais, geralmente de bambu, amarradas entre si por cipós, dando origem a um grande painel perfurado (imagem 4), após esse processo inicial os vãos preenchidos com barro retirado das sobras das construções dos condomínios do próprio Noroeste (imagem 5). Dando forma às paredes da construção (imagem 6), na cobertura utilizou-se telha de fibrocimento doadas.

Imagem 4– Estrutura da loja

Imagem 5– Recolhimento do Barro



Fonte: Arquivo pessoal 2019.



Fonte: Arquivo pessoal 2019.

Imagem 6– preenchimento das paredes



Fonte: Arquivo pessoal 2019.

Imagem 7– preenchimento das paredes



Fonte: Arquivo pessoal 2019.

A taipa reúne uma mistura tanto da influência indígena como da africana, a respeito disso Olender diz o seguinte:

“[...]os índios utilizavam em suas ocas engradados de madeira e folhas de palmeira para cobri-los e que os negros africanos tinham o costume de revestir as suas habitações com barro [...]”. Olender (2006, p. 20)

Todo esse processo visa proporcionar a valorização dos métodos construtivos tradicionais indígenas e de suas manifestações culturais, para isso a forma de mutirão é que melhor permite uma interação da comunidade em geral com a comunidade indígenas,

4. Conclusões

O contexto de disputa do local não favorece a integração dos povos indígenas com a comunidade dos condomínios do noroeste, de fato eles passam até despercebidos por esses moradores. Apesar da aparente calma, existe uma certa incerteza por parte dos indígenas, devido ao fato de que, o que mantém seu direito à terra ser uma liminar judicial. Os conflitos internos provocados pelo assédio da especulação imobiliária, ainda é uma realidade presente entre eles. Porém buscam seguir em frente na luta pelos seus direitos.

O mutirão foi uma excelente ferramenta para interação com a comunidade, e para que os indígenas mais novos tivessem contato com a arquitetura tradicional de seu povo. Também foi uma oportunidade única para

que os participantes pudessem conversar, informar-se e se sensibilizarem com sua luta através de seus relatos. É fato que isso não é suficiente para sanar os problemas existentes, nota-se a necessidade de um trabalho mais amplo de integração, melhoria da estrutura da comunidade e melhores políticas públicas dirigidas a esse povo. Afinal são brasileiros que têm seus direitos garantidos na constituição.

Referências

- Codeplan, Companhia de Planejamento do Distrito Federal (2013). *Distrito Federal em Síntese - Informações*. <http://tinyurl.com/okar2xr>
- Centro De Mídia Independente (2009). *[Santuário dos Pajés] Toré do milho 2009- Fotos*. Disponível em: <<https://midiaindependente.org/pt/green/2009/04/444720.shtml>>.
- Magalhães, Frederico Flávio (2009). *Terra Indígena Bananal: Territorialização tapuya e materialização da presença indígena em Brasília. Monografia de Especialização em Desenvolvimento Sustentável*. – Brasília, CDS/UnB.
- Santuário dos Pajés (2010). I *Encontro inter-religioso do Santuário dos Pajés*. Disponível em: <<http://santuariodospajes.blogspot.com.br/2010/>>.
- Nunes, Eduardo Soares (2010). *Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades*. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9-30.
- Olender, M. C. H. L (2006). *A técnica do Pau-a-pique: subsídios para a sua preservação*. 2006, 94 f. *Dissertação (Mestrado) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia*. Salvador.

EIXO 02

Direito(s) na cidade e espaços de diversidade

As mulheres e suas táticas na conquista dos espaços privados e públicos – uma breve incursão histórica.

Christianne Pereira Gomes, Universidade Federal Fluminense (UFF), Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU, Niterói – Rio de Janeiro, xistianne@hotmail.com

Resumo

Este artigo traz considerações de caráter exploratório e histórico sobre minha investigação doutoral – *Do "boudoir" ao "trottoir": a tática feminina para a conquista dos espaços privados e públicos* – na qual me propus a pensar como as mulheres conquistam seus espaços em suas práticas diárias, incluindo o exercício da prostituição como um movimento hábil na produção da paisagem urbana.

Na análise de uma paisagem construída pela ‘tática’ da mulher em uma extensão do trabalho feminino que surge com a História, a prostituição ocupa o seu lugar para além do exercício da fantasia sexual e do imaginário coletivo. Seja na Antiguidade Clássica, com a participação de *hetairas* (mulheres de amplo conhecimento artístico e político) na prática da *symposia* grega, na Idade Média onde a prostituição era o centro de um dilema entre a fé e a necessidade, ou no Renascimento onde cortesãs serviam como entretenimento à aristocracia; o artigo propõe uma breve discussão sobre como as prostitutas estão mergulhadas na paisagem urbana e na dimensão sensível do espaço através dos tempos.

Palavras-chave: Mulher; tática; práticas cotidianas; prostituição; paisagem urbana.

1. Introdução

Início este artigo citando Michel de Certeau (1994) em seu livro “*A Invenção do Cotidiano*” e sua interpretação estimulante sobre as práticas anônimas e a capacidade de improvisação. A tática, para Certeau, emerge do cotidiano. Em suas ‘práticas diárias’, o sujeito de forma ágil, rápida e flexível, vai transpondo barreiras e tornando possível o que era no mínimo dificultoso. Um indivíduo (ou grupo), aparenta estar conformado com suas condições na sociedade. No entanto a ‘tática’, a ‘arte do fazer’ e o ‘improvisado’, subvertem imposições sociais ou econômicas e diversas formas de controle.

Trazendo esta reflexão para a Arquitetura – em gênero e produção do espaço – admitimos a dificuldade em identificar exclusivamente a ‘tática feminina’. No entanto, é nela que encontramos uma parte significativa de seu poder. Ante regras e convenções impostas por uma ordem social e economicamente dominante, as relações familiares comuns encontram sua ‘tática’ de sobrevivência face às relações de controle, subvertendo assim o que é muitas vezes propagado no discurso histórico como um modelo típico feminino – onde a mulher ficaria restrita aos afazeres domésticos e responsável pela coordenação das atividades do lar. Fontes de cultura material (edificações, objetos artísticos e utensílios cotidianos) e imaterial (os saberes e os modos de fazer) nos demonstram com constância uma proatividade da mulher enquanto organizadora e agente de seu meio.

A casa é o local do exercício dos laços familiares e olhar para a mulher em seu ambiente privado é também identificar hábitos sociais, senso estético, ideias de conforto, avanços tecnológicos ou a utilização de ferramentas e utensílios que ajudam a resolver problemas cotidianos (Bruneau, 2001). Já o espaço público, é onde se pensa o coletivo. Um lugar de memórias, onde se cria também a identidade da cidade. Um espaço político, real e simbólico, onde os interesses individuais são ultrapassados pelos interesses comunitários e que vai além das relações parentais, de amizade e de vizinhança (Theml, 1998, pp.7–16). Compreender a conexão da mulher com o seu ‘espaço íntimo’ talvez nos aponte como ela gradativamente foi alcançando diversos cenários na vida urbana, na paisagem e na arquitetura.

Em um estudo que enfatiza o corpo feminino em interação com a cidade e sua relação com o outro, optamos por uma abordagem que destaca a prática da prostituição. No espaço público, esta mulher negocia (entre o dinheiro, a liberdade e o próprio desejo) formas de sobrevivência, utilizando-se de ‘táticas’ para assumir seu lugar na cidade, transgredindo assim regras e os conceitos de moral e território. Ela atua

diretamente no redesenho da paisagem urbana, atribuindo assim, novas identidades à um determinado espaço consolidado pelo poder público, pela comunidade ou mesmo historicamente.

2. A casa, a rua, a prostituta

A dinâmica nas relações entre o que é público e o que é privado, sobrepõe-se ao contraste rígido de certas atribuições e permite uma série de variações, combinações e segmentações. Roberto Da Matta (1997, p.17), ao abordar a casa e a rua, conceitua que estas “*não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas.*”. Henri Lefebvre (2001, p.15) nos traz através de seus textos, o espaço como um produto social complexo que afetava e era afetado por suas práticas, onde a vida urbana admitiria “*encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na cidade*”.

Seria então o processo de urbanização afetado, planejado, organizado e reorganizado pelas relações de gênero? Avancemos então ao ponto da prestação de serviços eróticos enquanto ‘tática’ utilizada pelas mulheres para conquistar o seu lugar na cidade: além da demanda pela sobrevivência ou da necessidade de ascensão social; a mulher ampliaria assim a sua participação como um agente da paisagem urbana? Ou seja, apesar das diversas narrativas históricas que trabalham um ‘modelo de comportamento feminino’, a mulher conquistaria, através da prostituição, seu espaço de domínio face ao gênero masculino?

Cronologicamente, vou aqui citar a *polis* de Atenas no século V. Segundo a historiadora Neyde Theml (1998, pp.70 – 76.), as denominações de *androceu* (parte destinada às atividades masculinas; sala dos banquetes) e *gineceu* (o lugar de vivência das mulheres) para os espaços interiores da “casa grega” estão muito mais conectadas com as questões de gênero do que exatamente com as questões das atividades exercidas naquele determinado local, embora ambas se fundam na maioria das vezes.

No *gineceu*, além da esperada conexão com o feminino, se desenvolvem ações de foro íntimo, pessoal e reservado. É um ambiente que concentra atividades de higiene, cuidados, manutenção do privado e das necessidades da própria família. Envolve também ritos sociais e uma atmosfera de concentração, onde um círculo restrito de pessoas se encontra envolvido em determinadas funções. Um mundo onde a entrada não era exatamente proibida e sim restrita. No entanto quanto às práticas, o *androceu*, independente da predominância da presença masculina, é um espaço intermediário, “elástico”, onde convidados são recebidos para banquetes (*symposia*) e celebrações numa espécie de mediação entre o público e o privado, em uma interação de um mundo particular com a sociedade.

Nestes banquetes, a presença das *hetairas* – descritas na retórica da elite masculina grega como prostitutas dotadas de habilidades que envolviam desde a prática musical à conversação política – é largamente difundida em textos da antiguidade. *Hetairas* famosas como Friné e Aspásia são descritas por filósofos como Plutarco e frequentemente tinham seus nomes diretamente ligados aos de seus amantes. No entanto, é através da cerâmica grega (ou seja, da cultura material) que podemos perceber em determinadas representações a riqueza das vestimentas destas mulheres, seus olhares nivelados com os de seus amantes, o compartilhamento de mobiliário e utensílios domésticos e o conceito de relaxamento com a partilha da comida, do vinho e das almofadas.

Atividades como as práticas da música, dança, do canto/poesia, da sedução e do sexo, são como qualquer outra atividade social, carregadas de valores culturais que se interconectam. A ‘tática feminina’ da versatilidade de talentos (em oposição ao modelo feminino virtuoso apregoado à época por discursos diversos), pode ter alçado estas mulheres a um tipo de liberdade e trânsito social que talvez fosse relegado às esposas. Então na interpretação de um ambiente como a casa grega podemos supor que, apesar da existência de um complexo de regras sociais definidas, este espaço poderia assumir novos significados. A realização dos banquetes talvez permitisse muitas práticas consideradas ‘subversivas’, que poderiam opor-se ou não às práticas oficiais de Atenas.

Saindo do privado para o público, parece haver um consenso entre diversos pesquisadores de que a prostituição de rua não era tratada como clandestina na Grécia Antiga. Prostitutas não seriam punidas e

alguns bordéis construídos pelo governo de Sólon (590 a.C.) seriam estatais e teriam seus preços regulados. No entanto, além de trabalharem em zonas específicas da cidade (como no porto de Pireu e no bairro do Cerâmico – onde eram localizadas as oficinas dos artesãos), estas mulheres seriam enquadradas em categorias distintas. Algumas trabalhavam em bordéis, outras diretamente nas ruas, usando-se de táticas de sedução para atrair seus clientes. As *pornái* (na escala inferior), seriam em geral escravas e ‘propriedades’ de um proxeneta – o *pornoboskós* – muitas vezes um estrangeiro. A atividade da cafetinagem seria uma atividade econômica reconhecida – como citado na obra *Caracteres* (VI,5 - Teofrasto).

Na análise de uma paisagem construída pela ‘tática’ da mulher em uma extensão deste trabalho feminino que surge com a História, a prostituição ocupa o seu lugar, seja como uma estratégia econômica, de liberdade ou mesmo de consolidação de seu prestígio social. A prostituta muitas vezes romantizada e muitas vezes triste, constrói, mesmo que inconscientemente, uma forte relação urbana. E em meio a tantas políticas de ocupação da cidade, ela é a alma da rua ainda que, por vezes, somente seu corpo seja apreciado.

Embora seja notória a conquista da cidade pela mulher, principalmente a partir do Modernismo (na primeira metade do século XX), não podemos ignorar que a prostituta possui uma relação com a cidade que é de fato muito mais antiga. Apesar da invenção da pílula e da revolução sexual nos anos 60, onde a mulher conquista sua liberdade sexual e modifica seu relacionamento com o sexo oposto tanto no ambiente privado quanto no âmbito público, provavelmente alterando suas ‘táticas’; a profissão de prostituta ainda marca seu lugar na sociedade contemporânea. Em países como na Holanda por exemplo, a prostituição habita o coração de sua capital (Amsterdã) em uma mistura que congrege poder público, iniciativa privada e cidadãos na compreensão, absorção e prática desta atividade.

Ao contrário do que afirmam muitas narrativas, a História apresenta constantes alterações nos ditos ‘padrões de célula familiar’ (pai-mãe-filhos). Sejam estas mudanças provocadas por períodos de guerra, por doenças infectocontagiosas de grandes proporções, por conflitos internos no núcleo familiar, pela homoafetividade, ou pela desconstrução do modelo patriarcal; somos obrigados a reconhecer a pluralidade da composição da família. O crescimento de núcleos parentais chefiados unicamente por mulheres, traz uma nova perspectiva para o relacionamento público versus privado e um novo destaque às relações sociais, de trabalho e de participação ativa na construção de uma nova paisagem urbana.

Se nos referirmos à Primeira Grande Guerra (1914 – 1918) temos aí um fator mundial que define novos rumos para famílias tradicionais. Com a grave depressão econômica, o exacerbado sentimento nacionalista e o crescimento do antissemitismo, há um êxodo de famílias europeias para outros continentes. No Brasil, a chegada de mulheres judias nascidas no leste europeu, analfabetas e sem um bom dote para o casamento – as ‘polacas’ – enganadas com promessas de trabalho e tranquilidade para o exercício de sua fé; fomenta o exercício da prostituição nos bordéis que atendiam à classe média brasileira, atraída pelo exótico e refinamento característicos do idílico espírito europeu.

Nos anos 30, toma forma uma das mais curiosas formas de prostituição: as vitrines da *Red Light District* (O Distrito da Luz Vermelha) – De Wallen – em Amsterdã (Países Baixos). Embora a atividade tenha seus mais remotos registros de prática no final do século XIX, antes da prostituição das “*windows*”, a prática era comum em bordéis. As prostitutas não eram autorizadas pela polícia a captar clientes na rua ou com a porta aberta, mas eram habilitadas a seduzi-los por trás das janelas com as cortinas semifechadas.

Com a Segunda Grande Guerra (1939-1945), a mulher europeia de classe baixa, forçosamente sai de casa e vai para as fábricas, assumindo o sustento de sua família e contribuindo para a indústria bélica (Hobsbawn, 2019). Esta mulher muitas vezes chefia sua família pela ausência da figura masculina. Algumas relacionavam-se com soldados em uma ligação velada que envolvia ora o patriotismo, ora a necessidade. Segundo relatos coletados pelo Rijksmuseum Amsterdã (Teoli, 2015), a recessão trazida pela guerra, também se refletiria no consumo da prostituição da De Wallen. O toque de recolher e o blecaute diário imposto pelos alemães limitava qualquer atividade noturna no coração da cidade. O Distrito da Luz Vermelha não poderia ser frequentado por soldados alemães em busca de entretenimento – oficiais da SS perseguiram os militares que ignorassem a proibição. No entanto, a prostituição encontra sua estratégia: longe das janelas, prostitutas encontravam suas clientelas nos cafés de ruas próximas, onde havia mais movimento. Já em Londres, segundo o Arquivo Nacional Britânico (Slater, 2010), milhares de prostitutas e mulheres ditas ‘liberais’ tomavam espaços urbanos como o Leicester e o Picadilly Circus em busca de militares norte-

americanos. Aproveitavam-se dos blecautes noturnos para fugir da polícia e utilizando-se desta tática, seduziam seus clientes ou amantes. No Japão as ‘mulheres de conforto’ viviam uma situação de escravidão sexual, onde muitos bordéis eram administrados por particulares e supervisionados pelo Exército Imperial Japonês. Por outro lado, as ‘garotas *panpan*’ (prostitutas autônomas), que encontraram sua ‘tática’ em relacionar-se apenas com soldados subdivididos por categorias, gozavam de certo prestígio econômico e social, embora fossem constantemente apontadas como um símbolo de degradação nacional. No Norte do Brasil, com a implantação da base militar estratégica americana em Natal, o índice de prostitutas aumentou. Soldados americanos influenciavam costumes e movimentavam a economia – que entrou em declínio ao final do conflito (Souza, 2006, p. 147). Uma cidade pacata tornou-se assim um centro de consumo de novos produtos e novas culturas e as mulheres de outras cidades aportaram em Natal em busca de alternativas para suas vidas.

Já nos anos 50, o “*american way of life*” envolve o mundo com o consumo. Em um pós-guerra abundante com o *boom* do plástico, onde a propaganda era realmente “a alma do negócio”, o estereótipo da mulher ‘do lar’ aparece com força total em meio às *Tuppewares Parties* – evento onde a anfitriã da casa de subúrbio ganhava destaque (e uma renda extra!), apresentando os pequenos *containers* plásticos ostentando um ideal de praticidade nos afazeres domésticos. O General do momento é o *General Electric* e a conveniência para o lar está conectada a uma ideia de liberdade – embora nem sempre fosse esta a realidade. O rock’n roll, junto com a corrida espacial trazem uma perspectiva de mudança nos hábitos familiares e individuais. Em Amsterdam, as prostitutas já podem chegar à porta e junto com esta novidade, chegam também os sex-shops e os shows de erotismo. No Brasil, na reabertura da Zona do Mangue – conhecida zona de prostituição do Rio de Janeiro – segundo a autora Beatriz Kushnir (1996), o clima era republicano, onde as gerentes das casas eram eleitas pelas prostitutas e tinham cargos de administradoras das atividades e não donas dos bordéis.

Nos anos 60, em meio aos movimentos de contracultura, há uma busca por um novo estilo de vida. Sendo *Black, Flower* ou *Gay Power*, a liberdade ganha as ruas e com isso a mulher reivindica seus direitos e conquista seu espaço de forma mais proeminente. Da realidade à romantização, em 1967, o filme francês *A Bela da Tarde (Belle De Jour)*, com Catherine Deneuve, aborda a história de uma burguesa casada com um médico, que passa suas tardes trabalhando no bordel de Madame Anaís. O drama, na verdade inspirado em um romance de 1928, mostra uma mulher que se prostitui sem necessariamente renunciar à sua domesticidade, onde a tática da ‘mulher decente’ traz uma maior preservação de sua identidade e intimidade. Em um enredo típico de um seriado de uma plataforma de *streaming*, em 2003, um blog incomum foi eleito o melhor da blogosfera pelo jornal inglês The Guardian. Em “*Diário de uma garota de programa londrina*”, *Belle de Jour*, uma prostituta de luxo que se intitulava com o mesmíssimo nome do filme francês, escrevia sobre como seus clientes a tratavam melhor do que os homens que a levavam para sair objetivando um compromisso futuro. Ela fez tanto sucesso que se tornou colunista do jornal *Sunday Telegraph*. Sua identidade sigilosa até 2009, sofreu a pressão de um ex-namorado furioso. Antes que ele a expusesse, ela veio à público: era a Dra. Brooke Magnanti, pesquisadora de câncer infantil. Explicou a todos que se prostituía para conquistar a estabilidade financeira que lhe permitisse escolher a área científica que mais lhe agradasse. Usou a prostituição como ‘tática’, contando com a discrição que a tecnologia lhe proporcionava, aliada ao fascínio provocado por ‘uma das profissões mais antigas do mundo’. *Belle* também é o nome de um monumento no coração de Amsterdam em 2007, que honra as prostitutas em seu dever e trabalho, erguido pela artista plástica Els Reijerse em um quarteirão nomeado Oude Kerk – o quarteirão da Velha Igreja.

Falar sobre a Red Light District em Amsterdam ou sobre a Vila Mimosa no Rio de Janeiro em um contexto atual, é também abordar a questão da gentrificação em espaços que conservam, historicamente, uma paisagem relacionada ou até mesmo composta pela prostituição. A articulação entre o poder público, os habitantes, empresários, turistas e os usuários destes espaços requer o entendimento das trajetórias de etnicidade, capital, poder e gênero. Interpretar estes lugares como portadores de identidades múltiplas que sofreram diversos processos de ocupação, nos remete à cientista social e geógrafa britânica Doreen Massey. Em seu livro “*Pelo Espaço*”, a autora argumenta que “qualquer política que apreenda as trajetórias da cidade e de seus habitantes em pontos diferentes está tentando articular ritmos que pulsam em diferentes

compassos" (p.225), enfatizando que lugares não estão congelados no tempo, são processos. que por muitas vezes colidem e reverberam por toda a cidade.

3. Conclusões

A observação da paisagem urbana bem como o estudo das fontes de cultura material e imaterial nos apresentam uma clara dualidade: a construção de um discurso sobre o local físico e social da mulher na família e em sua comunidade e a ocupação real do espaço privado e público pelo feminino.

As relações de poder, as dinâmicas entre os gêneros (muitas vezes traduzidas em acordos para o uso de espaços comuns) ou mesmo os indicadores de desigualdade social, permeiam a relação da mulher com seu espaço íntimo/ privado e o papel da prostituição na conquista da paisagem urbana pela mulher, comporta interações e conflitos entre os gêneros feminino e masculino. Em um campo de domínio muito peculiar.

Interpretar historicamente as mulheres de forma exclusivamente submissa, como se elas não se utilizassem de artifícios para conquistar a paisagem urbana e jamais construíssem seus próprios espaços sem evitar o conflito de gênero ou acatar a permissão masculina, é não levar em consideração suas reais práticas. Compreender, como diria Michel de Certeau (1994) os "lugares intermediários", onde efetivamente as coisas são criadas, no entendimento dos processos, pode nos trazer esclarecimentos sobre arranjos espaciais, questões políticas e econômicas que vão muito além da busca pelo prazer. Em lógicas por vezes contraditórias, prestemos atenção à dialética da prostituição: com suas múltiplas linguagens, contraposições, diferenças étnicas, territoriais e sociais.

Referências

- Bruneau, Ph. (2001). *Histoire des techniques, ergologie, archéologie*. In: BRUN, J.-P. et Jockey, Ph. (éd.) *Techniques et sociétés en Méditerranée. Hommage à Marie-Claire Amouretti*. Paris: Maisonneuve et Larose.
- Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Ed. Petrópolis, RJ:Vozes.
- Da Matta, R. (1997). *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco. 17 p.
- Hobsbawn, E. (2009). *Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- JR. T., Daniel D. (2015). *De Wallen: Amsterdam's red-light district / social documentary photography*. Rijksmuseum Amsterdam.
- Kennedy, R. (2019). *Immigrant Women in Athens: Gender, Ethnicity, and Citizenship in the Classical City*, 1st Edition (Paperback) - Routledge. Routledge.com. Retrieved 2019-02-20.
- Kushinir, B. (1996). *Baile de Máscaras. Mulheres Judias e Prostituição. As Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua*. Rio de Janeiro, Imago.
- Lefebvre, H. (2001). *O Direito à Cidade*. (Trad. Rubens Eduardo Frias) São Paulo. Centauro. 15 p.
- Massey, D. (2012). *Pelo Espaço: Uma Nova Política da Espacialidade*. Tradução de Maciel, Hilda P. e Rogério Haesbaert ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 225 p.
- Mott, L. *Jornal Mulherio*, SP, 1987; *Diário Oficial SP*, Leitura. 1988.
- Mumford L. (1965) *A Cidade Na História: Suas Origens, Suas Transformações, Suas Perspectivas*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- Slater, S. A. (2010) *Containment: Managing Street Prostitution in London, 1918—1959*. *Journal of British Studies* 49, no. 2 (2010): 332-57. <http://www.jstor.org/stable/23265205>. (accessed 02 December 2019).
- Souza, I. (2006) *O impacto da II Guerra em Natal*. *Diário de Natal*, nº6, 147 p. Teofrasto, *Caracteres*, VI,5.
- Theml, N. (1998). *O Público e o Privado na Grécia do VIII ao IV Séc. a. C.: o Modelo Ateniense*. Rio de Janeiro: Sette Letras. pp.7 – 16.
- Vincent, S. (2008). *Preserving Domesticity: Reading Tupperware in Women's Changing Domestic, Social and Economic Roles*. *Canadian Review of Sociology*. 40 (2): 171.

Memórias, migrantes, exclusão, pertencimento e estudos de mobilidade – o caso de Goiânia

Suzete Bessa, UFG / UFBA, Arquitetura e Urbanismo, Goiânia – GO, suzete_bessa@ufg.br

Resumo

Este artigo propõe um diálogo sobre os processos de elaboração de memórias coletivas e das migrações, com especial atenção ao caso dos refugiados venezuelanos em Goiânia, com interesse em manifestar meandros que nos permitam compreender melhor a complexidade desses processos em um contexto político contemporâneo. Pretende-se também promover as devidas distinções considerando as particularidades do processo migratório dentro do território brasileiro, além das possíveis características de um cenário tão diversificado em termos dos perfis e trajetórias migrantes e do controle crescente dos deslocamentos. Para tanto, abordaremos através da revisão bibliográfica deste artigo, problemáticas consideradas fundamentais para os estudos da memória como: lugares e sítios, e as disputas entre memórias oficiais e não oficiais. Através de entrevistas com refugiados venezuelanos em Goiânia, não obstante, concluímos que a estrutura que permite o diálogo entre memórias e migrações, também permite analisar dinâmicas como as memórias sem lugar e o não lugar de memória, os imaginários de exclusão e os limites do pertencimento como fatores absolutamente relevantes na gestão de tensões políticas, e integração ao território. Por fim, espera-se que cada vez menos o tema permaneça no desconhecimento, ou centralizado apenas em questões políticas, mas imbuído das vivências e da própria voz dos migrantes.

Palavras-chave: Memória; Migração; Memórias Coletivas; Estudos de Mobilidade.

1. Introdução

Ao considerarmos relevantes estudos de memória e migração como Creet (2011), Halbwachs (2005), Nora (2008) e Tosić y Palmberger (2016), fica evidente que abordar os fenômenos das memórias coletivas e migrações é relevante em pelo menos três sentidos. Em primeiro lugar, as narrativas dos sujeitos que se moveram e se mudaram historicamente ao redor do mundo – relatos em que suas perspectivas se cruzam, imaginários e memórias – tem sido constitutivos do que hoje se conhece como estudos das migrações, e simultaneamente têm sido os fundamentos para contestar e reconsiderar teorias e categorizações reducionistas a respeito dos processos migratórios e seus protagonistas.

Em segundo lugar, estas narrativas, através de múltiplos formatos e plataformas, têm contribuído para dar visibilidade aos conflitos sociais, políticos e econômicos de nossas sociedades – desde as desigualdades até as perseguições – e a problematizar a autonomia dos mesmos. No entanto, memórias são também catalisadores de outros processos de rememoração em relação a, por exemplo, os cenários de emigração e imigração no presente.

Em terceiro lugar, estas narrativas e as memórias que mobilizam e interpelam a seletividade das recordações e esquecimentos dos passados imigrantes e de suas contribuições nas sociedades e países são considerados receptores, podendo ser capazes de colocar em questão imaginários, práticas e políticas de exclusão e expulsão.

Fazer uma análise crítica em torno dessas articulações possíveis entre memória e migração, e suas consequências teóricas e políticas ajuda a reconhecer e refletir a respeito do impacto dos processos de elaboração de memórias coletivas e das migrações, e especificamente promove uma leitura das compreensões tradicionais de ambos os fenômenos abrindo espaços para reconsiderações, auxiliando um desenho mais claro de situações como a vivida pela região centro-oeste brasileira.

Nos últimos anos, diante do aumento dos problemas enfrentados em território brasileiro, o estado de Goiás tem procurado se inserir nos programas de reassentamento de migrantes e refugiados, com especial atenção aos venezuelanos que ocuparam o território de Pacaraima, município brasileiro localizado ao norte

do estado de Roraima. Estes programas de reassentamento são uma iniciativa que parte principalmente da sociedade civil. Em 2019 a capital do estado, Goiânia, efetivamente conseguiu receber com apoio governamental através da Operação Acolhida diversas famílias de migrantes, e somente no último mês de novembro, 26 famílias foram reassentadas através da OSCEIA, organização não governamental (figura 1).

Outro perfil constante do fluxo migratório venezuelano que rompe fronteiras e permeia o Estado é constituído por indivíduos que se deslocam sem a ajuda governamental, e sem rede de apoio ou condições mínimas, às vezes após dias de caminhada, chegam ao centro do país em busca de melhores condições de vida. Ao chegar à capital, essas pessoas são auxiliadas por ONGs, como a Missão Amar Sem Fronteiras, que, mesmo sem sede própria, possui uma rede de apoio que procura abrigar e retirar os migrantes e refugiados da situação de rua. A ONG auxilia migrantes e refugiados com documentação, encaminhamento para o emprego e articula a locação de aluguéis mais acessíveis para os refugiados, promovendo assim, a inclusão da família em uma nova dinâmica na sociedade.



Figura 1 Chegada de vinte e sete famílias Venezuelanas à Goiânia. Fonte: Jornal O Popular online. Matéria publicada em 13 de novembro de 2019.

Dessas famílias reassentadas, uma em especial foi objeto de pesquisa e contribuiu para o aprofundamento deste artigo. A escolha desta família em específico se deu pela acessibilidade e contou com o apoio da ONG Missão Amar Sem Fronteiras para a realização do trabalho de campo. A família entrevistada é constituída por 4 pessoas, sendo pai, mãe e dois filhos, solicitantes de refúgio que chegaram recentemente ao Brasil, vindos da Venezuela. Este trabalho de campo permitiu conhecer, analisar e também promover investigações empíricas e teorizações que colocam o centro nas narrativas migrantes e nas memórias que estão entrelaçadas nelas e promove o repensar do conhecimento dominante sobre os sujeitos que migram e suas trajetórias, assim como sobre suas compreensões e práticas situadas em relação ao pertencimento.

A pesquisa foi conduzida de forma a identificar os motivos da saída de seu país de origem, como se deu o trajeto até a fronteira com o Brasil, sua estadia em Roraima e seu reassentamento em Goiânia, no estado de Goiás. A pesquisa lançou mão também de entrevistas que se deram em grupo com toda a família, e individual, com cada um de seus integrantes a fim de propor um diálogo sobre os processos de elaboração de memórias coletivas e das migrações, problematizando e completando noções e conceitos, promovendo distinções dentro de cada um dos perfis dos familiares ouvidos. A pesquisa serviu também como possibilidade de confrontar as bases teóricas utilizadas neste artigo e anteriormente citadas.

2. A prática de “fazer memória” e a “representação das memórias migrantes”: o processo de

reconsideração

Os fenômenos das memórias coletivas e migrações são relevantes em primeiro lugar, e especificamente neste artigo, para as narrativas dos sujeitos da família pesquisada, que se moveram e se mudaram da Venezuela para a cidade de Goiânia, no centro-oeste brasileiro (e que corrobora com o que acontece historicamente no mundo todo), seus relatos, suas perspectivas, seus imaginários e memórias ganham força para questionar conceitos pré-estabelecidos. Conceitos que colocam o refugiado como indivíduos que estão limitados à necessitar de proteção, ajuda e assistência, sem que eles próprios tenham participação como atores no processo social, sempre dependentes passíveis e vulneráveis.

À medida que esses relatos são ouvidos tornam-se argumentos para reconsideração de discursos reducionistas e políticas discriminatórias a respeito dos processos migratórios e seus sujeitos, além de reconsiderarem o desvio de atenção que coloca o "migrante" em um território de disputa, onde cada vez mais ele tem menos participação ativa e é relegado à clandestinidade.



Figura 2 Venezuelanos recebidos em Goiânia para reassentamento. Fonte: Jornal Metrôpoles online. Matéria publicada em 13 de novembro de 2019.

O processo de reconsideração também contribui para o entendimento das relações entre as trajetórias vitais daqueles que migram e os processos sociais, econômicos e políticos mais amplos. A experiência dos sujeitos migrantes permite que os mesmos sejam entendidos como parte, e não colocá-los à parte, integrando seus "percursos", "saberes", "laços" e "lugares". A complexidade do desenraizamento, reinvenção e recuperação da memória coletiva estabelecem uma estratégia para continuar.

Para Halbwach (2013), a maior expressão de memória coletiva era o conceito de memória nacional. A presença e o relato de migrantes ajuda a explorar como diferentes processos e atores intervêm na formalização e solidificação da memória. Nessa perspectiva, as contribuições da história oral e a ênfase que ela permite dar às "memórias subterrâneas" que, ao aflorarem em momentos de crise engendrando conflitos e disputas, podem silenciosamente subverter a lógica imposta por uma memória oficial e coletiva.

Sendo assim, a partir das mediações culturais, como propõe HALL (2012) e das construções de memórias e subjetividades (CANDAUI, 2012), vistas de suas alteridades, do nacional e do exterior, e também da decomposição em múltiplos fatores de desigualdade social daquele que é estrangeiro, essa subversão, pode ser encontrada, por exemplo, nas memórias compartilhadas pela família pesquisada, ao se recordarem dos dias em que viveram na região de Pacaraima, antes de serem instalados em Goiânia, a julgar pelos relatos à respeito das diversas impossibilidades de realizar o percurso de volta à Venezuela e à rejeição sofrida por parte da população brasileira que reside na fronteira. Essas memórias revelam os limites entre o

"esquecido" e o "não dito" entre as várias partes envolvidas no processo, além de tornar mais complexo o trabalho de "configuração" dessa memória.

A necessidade de um espaço constante dedicado à reflexão, sofisticação dos argumentos e aprofundamento dos conceitos em torno das memórias migrantes encontra, na história oral captada nesta pesquisa, uma forma de registrar, preservar e valorizar as experiências das pessoas que chegaram a Goiânia, ressaltando um fio condutor das experiências de mobilidade, traçando paralelos e estimulando o diálogo e a aproximação entre experiências passadas e contemporâneas, garantindo a presença de múltiplas vozes e versões.

É verdade que a história mantém com a memória importantes relações (LE GOFF, 1994), mas também se sabe que história não é memória. Sabe-se também que a historiografia aponta para a realidade de que toda história possui uma memória que é privilegiada em detrimento de outras. Neste sentido, esta pesquisa ganhou amplitude quando permitiu a apropriação do sujeito migrante de sua própria voz, utilizando-a como "instrumento de protagonismo" no ato de fazer memória, como forma de resistência, dialogando sobre suas vidas, representando suas memórias por meio daquilo que possuem à mão.

A apropriação da voz por parte do sujeito migrante colabora com o desenvolvimento e promoção de uma reflexão crítica sobre possíveis articulações entre os fenômenos de elaboração de memórias coletivas e migrações e suas consequências em nível teórico, conceitual e político. Essa família, assim como outras inseridas nos fluxos migratórios, buscam pertencimento em vários espaços, sociais, econômicos, políticos e inclusive no espaço urbano, que drasticamente ainda os empurra para a margem.

Naturalmente, na busca pelo pertencimento, alguns processos têm se naturalizado. Processos de expulsão do migrante ou de auto-segregação por parte do restante da população, no sentido de garantir a separação étnico-racial. Criam-se grupos segregados, que nem sempre encontram espaço para a manutenção de sua identidade e pertencimento no meio. Essa falta de abertura, de semelhante modo relatada através destas narrativas, têm contribuído para dar visibilidade às motivações de conflitos sociais, políticos e econômicos de nossas sociedades – das desigualdades às perseguições – e a problematizar a autonomia desses indivíduos.

Esses processos não desaparecem com o tempo, pelo contrário, se tornam a estrutura pela qual se sustenta a relação migrante e população local, ou seja, a forma de incorporação do preconceito como parte invisível do processo, não declarada nos seus propósitos e ações. O resultado são grupos de migrantes comumente vistos negativamente por grande parcela da população que atribui a eles um sentimento de insegurança. Para Bauman (2017), "...os refugiados simbolizam, personificam nossos medos. Ontem, eram pessoas poderosas em seus países. Felizes. Como nós somos aqui, hoje".

Sendo assim, as narrativas e memórias que mobilizam e interpelam recordações e esquecimentos dos passados imigrantes e da contribuição dos imigrantes nas sociedades e países, assim como levantados na entrevista desenvolvida para este artigo, colocam em questão práticas e políticas de exclusão e expulsão promovidas erroneamente pela sociedade e contribuem para a resolução de tensões.

Considerando que a mobilidade migratória é um movimento que envolve pessoas, habilidades, saberes e, sobretudo, um íntimo diálogo com as fronteiras pelas quais se percorre, e que muitas vezes tende a fugir da análise ou compreensão do espectador; e que o mundo globalizado contemporâneo, contraditoriamente, caracteriza-se não apenas por maior circularidade de mercadorias, informações e pessoas, mas, sobretudo, por uma multiplicação de fronteiras (BALIBAR, 2004), a literatura em estudos fronteiriços revela-nos que a proliferação de tais fronteiras, no mundo contemporâneo, não deixa claros os limites do que pode ser entendido como fronteiras exteriores ou fronteiras interiores (BALIBAR, 2002).

A proliferação dessas fronteiras também não admite uma categorização dos processos migratórios em um cenário de alta diversificação e complexização de perfis e trajetórias. Compreender a migração não como fluxo, mas como uma prática social do ator migrante carregada de experiências vividas, negociadas e produzidas no espaço é de extrema importância. É uma das dimensões sociais onde viajantes experienciam, como exemplo, paixões, afetos, deveres, insultos e proibições (LEFEBVRE, 1991). Por isso há a necessidade de compreender a jornada através dos espaços sociais, sem concentrar-se nos pontos de partida e chegada, mas no trajeto em si e nas particularidades produzidas pela mobilidade migratória. Essas particularidades da

mobilidade, recuperadas a partir da narrativa migrante promovem novos marcos de análise, alternativos e sensíveis à problemática de classificação dos processos migratórios.

3. Perspectiva crítica acerca das categorizações no processo migratório e da discussão dos direitos de migrar.

Algumas categorias do processo migratório, conforme citado anteriormente foram definidas para distinguir entre movimentos migratórios, consequências na compreensão do fenômeno e nos direitos acordados entre os protagonistas. A maior crítica com relação às classificações utilizadas nos atuais instrumentos de regularização sustentadas pela leitura do momento atual e pela complexidade dos movimentos migratórios, é que elas não conseguem articular memória e migração.

Estudos das migrações e das mobilidades fundamentados na maioria das teorias sobre a migração internacional possuem enfoques estruturalistas e funcionalistas. Algumas teorias formuladas por economistas tiveram que passar por um esforço de reprodução ou reelaboração por parte dos cientistas sociais para que fossem adaptadas de forma a atender melhor a complexidade das situações, incorporando a noção de memória coletiva e seus desenvolvimentos: as memórias dos migrantes e as memórias acerca das migrações.

Tabela 1 Teorias sobre a migração internacional.

Por que as pessoas migram?	Economia Neoclássica Micro/Macro	Push-Pull	Nova economia da migração	Mercados Fragmentados	Sistema mundial
Por que as migrações se reproduzem?	Redes sociais		Institucional		Causa Acumulativa
Que dinâmicas caracterizam a instalação?	Assimilação clássica ou convergente		Assimilação Segmentada		Transnacionalismo

Fonte: DURAND, J.; MASSEY D.S. (2003). Los enfoques teóricos: una síntesis. Clandestinos. Migración México-Estados Unidos en los albores del siglo XXI. Mexico-Miguel Angel Porrúa-UAZ.

Essas reconfigurações conseguiram tornar um pouco mais maleáveis os limites das explicações elaboradas sobre contextos e grupos específicos, que precisam abranger realidades diferentes no tratamento dos vários conceitos que estão na base do estudo dos deslocamentos. Duran e Massey (2003), por exemplo, promovem uma compreensão integral da migração internacional no sec. XXI. Para os autores, essa compreensão supõe uma verificação das teorias a partir de 4 elementos, abordando-os de forma independente. Em outras palavras, quais as forças estruturais de atração da família venezuelana, as forças estruturais de expulsão, as motivações que a fizeram migrar, e as estruturas e relações históricas que conectam seu país de origem, a Venezuela e o destino, a cidade de Goiânia, no centro-oeste brasileiro.

Articular memória e migração e colocar valor em seus impactos através da adaptação de marcos analíticos nos quais as teorias da migração já estão em diálogo promovem um impacto discreto, devido à centralidade e a racionalidade econômica inseridas nessas teorias. Sem questionar esse argumento de forma mais profunda, a migração se resume ao deslocamento de mão de obra ao redor do mundo, e as motivações para migrar à expectativa de mobilidade social.

As migrações se iniciam por processos multicausais que são muito complexos, e que se concretizam através de inserções particulares em relações de poder, que vão modelando as possibilidades de se deslocar como desejo, resultando em motivações que são múltiplas, daí a necessidade de que os instrumentos de regularização e proteção têm de assumir a responsabilidade dessa multiplicidade, e evitar cair em hierarquizações fáceis, por mais que as categorias migratórias queiram forçar a isso.

Durante a entrevista, uma série de argumentos foram levantados à pergunta “por que vocês migraram?”. Esses argumentos não necessariamente estavam vinculados às respostas das duas perguntas mais elementares: o que é a migração, e quem é ou o que é ser migrante? Fato esse ligado principalmente ao fenômeno do transnacionalismo, decorrente da maior interconectividade entre as pessoas e da crescente importância econômica e social das fronteiras dos estados-nação. Enquanto a perspectiva tradicional de construção da história segue um continuum lógico de acontecimentos e registro linear de pessoas, dando a conhecer a memória coletiva que o tempo preservou, a construção das memórias migrantes concentra-se nas descontinuidades e nas rupturas que a história também guarda.

A escrita da história a partir das potencialidades e limitações dessas memórias migrantes obtidas das narrativas próprias, e a construção de contra-memórias são fundamentais, pois modelam o sentimento de pertencimento com maior assertividade. É preciso manter-se crítico frente ao uso de definições, pois elas vão impor quais direitos são oferecidos a um migrante e quais lhes são negados a partir de teorias que nem sempre dialogam com a memória dos sujeitos migrantes ou os vêem como atores no seu próprio processo social.

4. Conclusões

As reflexões críticas em torno das articulações entre memória e migração, e suas consequências teóricas e políticas, e a análise conjunta dos processos de elaboração de memórias coletivas, promovem as compreensões de ambos os fenômenos e favorecem a sua reconsideração. Essas teorizações colocam o centro nas narrativas migrantes e nas memórias que estão entrelaçadas nelas, além de repensar o conhecimento dominante sobre os sujeitos que migram e suas trajetórias, assim como sobre as compreensões e práticas em relação ao pertencimento.

De semelhante modo este, este artigo pretendeu contribuir para entender as relações entre as trajetórias vitais de quem migra e os processos sociais, econômicos e políticos de maior amplitude, desenraizamento e processos de reinvenção e recuperação da memória coletiva como estratégia para continuar, a partir das reflexões de uma família venezuelana reassentada na cidade de Goiânia-GO. As reflexões partiram da centralidade das narrativas da família, e das memórias que estão entrelaçadas nelas, repensando o conhecimento dominante sobre os sujeitos que migram e suas trajetórias, assim como sobre as compreensões e práticas que reconhecem os migrantes como atores sociais da sua própria história e facilitam o sentimento de pertencimento.

Segundo Pierre Nora (1993), uma das questões significativas da cultura contemporânea situa-se no entrecruzamento entre o respeito ao passado – seja ele real ou imaginário – e o sentimento de pertencimento a um grupo; entre a consciência coletiva e a preocupação com a individualidade; entre a memória e a identidade. Dar a devida importância à essas relações, reconhecendo os motivos multi-construtivos, as tentativas de controle da população, a governabilidade da mobilidade que se manifesta nos deslocamento e confinamentos não só físicos e geográficos, mas também psíquicos, oferece algumas respostas para a segregação, inclusive a urbana, pois passa a ser uma solução para a distribuição racializada e étnica da mobilidade. É um grande desafio frente à complexidade das migrações internacionais.

Não obstante, concluímos que o diálogo entre memórias e migrações auxilia na compreensão de questões de exclusão e limites de pertencimento como alternativas de gestão de tensões, de seu caráter conflitivo e igualmente suas potencialidades, a partir do momento que inclui vivências e a própria voz das pessoas migrantes, ouvindo-a e garantindo-lhe representatividade, afinal, não podemos e nem devemos apenas falar por eles, nem apenas encaixá-los nas políticas existentes.

Referências

- Balibar, E. (2004). *Nous, citoyens d'Europe? Les frontières, l'État, le peuple*. Paris: La Découverte.
- Balibar, E. (2002). *Politics and the other scene*. London: Verso.

- Bauman, Z. (2017). *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 76 p.
- Candau, J. (2012). *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.
- Creet, J. et Kitzmann, A. (2011). The migration of memory and memories of migration. *Memory and migration: multidisciplinary approaches to memory studies*, pp. 3-10. Toronto: University of Toronto Press.
- Durand, J.; Massey D.S. (2003). Los enfoques teóricos: una síntesis. *Clandestinos. Migración México-Estados Unidos en los albores del siglo XXI*, pp. 11-44. Mexico-Miguel Angel Porrúa-UAZ.
- Halbwachs, M. (2005). Memoria individual y memoria colectiva. *Revista Estudios*, pp. 163-187.
- Hall, S. (2012). *Da Diáspora, identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- Josephson, T. (2015). Desiring the Nation: Transgender Trauma in Asylum Declarations. *Mobile Desires: The Politics and Erotics of Mobility Justice*, Montegary, Liz y Melissa Autumn White (eds.), pp. 67-79. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Le Goff, J. (1994). *História e memória*. 3ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 535.
- Nora, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*, São Paulo, nº 10, pp. 7-28.
- Tosić, J. y Palmberger, M. (2016). Memory and Mobility: A retrospection and outlook. *Memories on the move: Experiencing Mobility, Rethinking the Past*, pp. pp.3-7. Londres: Palgrave Macmillan.

Urbanização em Florianópolis: disputas e insurgências pela regulação e uso do solo da capital catarinense

Aline Almeida da Silva, UDESC, PPGPLAN, Florianópolis, alialmeidas@gmail.com
Gláucia de Oliveira Assis, UDESC, PPGPLAN, Florianópolis, galssis@gmail.com

Resumo

Florianópolis constituiu-se como um polo de atração e de destaque na rede urbana através dos incentivos financeiros, interesses políticos e econômicos, que agregaram valor turístico, fundiário e mercadológico às terras da ilha. Políticas estaduais e federais, voltadas para a modernização propiciaram a valorização do mercado de terras, além de políticas que valorizam o potencial turístico, belezas naturais e qualidade de vida no intuito de atrair investimentos. Nesse sentido, o alcance de acesso ao solo urbanizado e a regularidade ao mesmo tornam-se cada vez mais restritos à população que constitui grande parte dos habitantes de Florianópolis. Esse trabalho traz à discussão a articulação desta população ao longo da história de Florianópolis, no acesso à moradia e à cidade urbanizada, em contra-posição às políticas territoriais mal estruturadas, as quais evidenciam as disputas pelo solo urbano, os interesses econômicos públicos e privados diversos, o surgimento de insurgências e movimentos neste contexto e os diversos agentes envolvidos no mesmo.

Palavras-chave: uso do solo, movimentos sociais, ocupação e assentamentos urbanos, democratização urbana

1. Introdução

Assim como em outros estados brasileiros, em Santa Catarina a dinâmica de ocupação do solo urbano inicia por se estabelecer no litoral para fins de povoamento, com a chegada de imigrantes europeus a partir de meados do século XVII. O processo de conquista e colonização deste estado se deu cerca de 100 anos depois deste processo dos estados situados nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil. A partir do século XIX, o processo de produção capitalista e decorrente excedente populacional europeu, intensifica o processo migratório com a ocupação dos vales e encostas catarinense. A formação de pólos industriais mais dinâmicos em regiões mais próximas ao litoral contribuíram para o incremento da população e desenvolvimento econômico nas regiões no leste de Santa Catarina.

Florianópolis constituiu-se como um polo de atração e de destaque na rede urbana através de incentivos financeiros, interesses políticos e econômicos, que agregaram valor turístico, fundiário e mercadológico às terras da ilha. A imagem de valorização do solo enquanto capital mercadológico, cidade turística, belezas naturais e qualidade de vida atraem um público de alta renda para investir e morar em Florianópolis. Assim também são os planos e políticas territoriais: dão visibilidade aos aspectos mencionados (só os positivos e desenvolvimentistas) e direcionadas à parcela da população privilegiada economicamente. Nesse cenário, o alcance de acesso ao solo urbanizado e a regularidade ao mesmo tornam-se restritos. Populações de imigrantes, comunidades tradicionais, ou pessoas de origem rural constituem uma grande, ou maior, parte da população de Florianópolis e da região metropolitana, mas permanecem invisibilizadas, tendo de buscar meios e articulações para acessar os direitos à moradia através de movimentos e ações para a democratização do solo urbano.

O presente trabalho tem por objetivo apresentar influências do modelo e de políticas territoriais no acesso ao solo urbano, movimentos e insurgências que acompanharam o processo de urbanização de Florianópolis.

São apresentados dados e registros históricos sob a hipótese de mostrar que a configuração da cidade e políticas existentes, ao promoverem dificuldades acesso à moradia, podem promover também articulações populares para garantir o acesso mínimo aos seus direitos e permanência nesses territórios. Assim são apresentadas algumas das repercussões de articulações e movimentos, bem como políticas e intenções para o planejamento urbano correspondentes ao período.

A metodologia para o estudo consiste em revisão bibliográfica de pesquisas, dados históricos e jornalísticos sobre políticas urbanísticas e de investimentos em infra-estrutura, movimentos e ocupações e organizações em Florianópolis que protagonizaram lutas pelo acesso ao solo urbano. O estudo situa temporalmente a ação desses grupos, relacionando também as políticas e atuação do poder público que influenciaram tais atuações nesses períodos.

2. Valorização e acesso ao solo urbano em Florianópolis

Até meados do século XIX, a maioria dos habitantes de Florianópolis concentrava-se nas áreas próximas da Praça da Igreja Matriz, onde também se desenvolviam as atividades da cidade. Naquele período em Florianópolis não existia a separação entre locais de comércio e moradia, assim como a separação de ricos e pobres dentro da área urbana.

O fenômeno de diferenciação de classes ocorreu com o surgimento da classe média já ao final do século XIX (SUGAI & VILLAÇA, 1994). Na década de 1860 e Florianópolis já apresentava, em seu perímetro urbano as características de modernização Haussmaniano, assim como outras das cidades brasileiras (LOHN, 2007; PMF, 2006).

Já a separação de populações pobres que se localizaram inicialmente no Maciço Central, ocorreu no princípio do século XX, quando os escravos e ex-escravos foram expulsos da área central da cidade, à época de políticas de “higienização” de áreas centrais em diversas cidades brasileiras. Assim passaram a viver nas áreas de encosta da área insular, muitas delas consideradas de risco (CANELLA, 2015).

Até a década de 1970, a maior parte da população pobre constituía-se de ex-escravos, alguns outros setores ligados ao exército e à marinha e população de origem rural. Esta última, vivendo nas proximidades da costa, compunha o que se chama de socioeconomia da pesca, sendo esta uma atividade desenvolvida primeiramente como complementar a agricultura, e, depois, levada a principal atividade, desenvolvida fundamentalmente pela população masculina. No entanto, em que pese a condição camponesa desta população, ela detinha a posse da terra – não tendo, portanto, problemas referentes à moradia como parte de suas preocupações – aspecto que, mais recentemente, parece ter-se modificado, com o forte processo de elitização da parte insular da capital (CANELLA, 2015). Ainda na década de 1930 Florianópolis possuía uma característica fortemente agrária e de baixa ocupação demográfica, com várias comunidades dispersas formadas por pequenos núcleos: Saco dos Limões, Pantanal, Córrego Grande, Pregibae (costeira do Pirajubaé), Rio Tavares, Ribeirão, Caiacanga-Açu, Pantano, Lagoinha, Naufragados, Capivaras, Várzea Grande, Várzea Pequena, Canasvieiras, Ponta Grossa, Ratoles, Santo Antônio, Sambaqui, Cacupé, Itacorobi, Traz do Morro, Freguesia da Lagoa (Lagoa da Conceição), Pântano do Sul, Armação, Lagoinha e da Praia do Campeche (VARZEA, 1985).

2.1. *As transformações e regulação urbanísticas em Florianópolis no Século XX*

Políticas estaduais e federais a partir da década de 1930, voltadas para a modernização em voga à época, propiciaram desde os anos 1940 a aceleração de movimentação do mercado de terras, que se prolongou até os anos 1960, com o número significativo de loteamentos, especialmente nos anos de 1950, para serem posteriormente regularizados (PMF, 2006).

De acordo com trabalho publicado no Boletim Geográfico ditado pelo Departamento Estadual de Geografia e Cartografia em 1947 e 1948, as dimensões sociais e os aspectos de “solene antiguidade” ainda se faziam presentes na década de 1940, quando a cidade começara “a transformar-se e adaptar-se às exigências da vida moderna”. Apesar do crescimento populacional do Distrito do Estreito, incorporado à

Capital desde 1943, favorecido pela construção da ponte Hercílio Luz e pela manutenção de algum movimento portuário resultante da exportação da madeira trazida da região do Planalto, a área ainda não contava com serviços de esgoto e o preço dos imóveis, mais baixo, atraía as “classes menos favorecidas”.

Na porção insular de Florianópolis, os desmembramentos das chácaras acentuam a irregularidade do traçado urbano, e a valorização imobiliária viabiliza a comercialização de terrenos nas proximidades da Avenida Hercílio Luz, como resultado de sua pavimentação. A condição de valorização imobiliária decorrente de obras de infraestrutura nesse período, já deslocava antigos moradores para ruas abertas recentemente em condições de urbanização mais precárias e/ ou nas encostas de morros que circundam a cidade (DIAS, apud LOHN & AREND, 2013).

Ainda na década de 1970, a expansão urbana é revigorada a partir das políticas direcionadas para a capital do Estado, em especial, ao desenvolvimento do turismo e expansão do sistema viário com as obras viárias. O fenômeno de urbanização com crescente parcelamento promove, juntamente com os incentivos ao turismo e investimentos em infra-estrutura em áreas promovem a crescente valorização do solo. A falta de políticas de regulação do valor imobiliário e do parcelamento não são praticadas pela administração pública. Só em 1974 é promulgada que dispõe sobre loteamentos urbanos desmembramentos e arruamentos (Lei Municipal 1.215/74).

A partir desses fenômenos e políticas ocorrem processos de mudança quanto ao valor e uso do solo na Ilha como, por exemplo, a extinção das terras comunais existentes na comunidade tradicional açoriana. Essas mudanças são substanciais nos aspectos sócio-econômicos na medida que alteram o valor de uso da propriedade, pelo valor de troca.

O modelo territorial – que pode ser entendido como forma de utilização e processos de transformação do meio físico - expressa parte da materialidade dos projetos de desenvolvimento executados pelo Estado e dá-se no âmbito dos processos sociais vigentes. Nesse sentido, o planejamento territorial condiciona esse modelo territorial e os padrões de desenvolvimento. Ele expressa parte da materialidade dos projetos de desenvolvimento executados pelo Estado e se dá no âmbito dos processos sociais vigentes (VITTI, 2015). A definição de Vitte (2015), é compatível com os processos que ocorreram em Florianópolis, nos quais as políticas e o planejamento territorial influenciaram modelos territoriais, padrões de desenvolvimento e na criação de núcleos urbanos na cidade.

Assim como os preceitos de investimento e planejamento em Florianópolis, historicamente, foram pautados pelos interesse de classes mais favorecidas, o modelo de parcelamento do solo seguiu o mesmo direcionamento. Os altos padrões de exigências de tamanho de lotes, as dimensões do sistema viário, sem considerar a hierarquia das vias e o padrão dos assentamentos, tornam inacessível às camadas da população de menor poder aquisitivo, o acesso ao solo urbano de forma regular, seguindo a legislação urbanística e ritos jurídicos estabelecidos. Para Lopes (2000), trata-se de uma legislação de parcelamento, que se apresenta restritiva e elitizada, quando estabelece A partir da edição da Lei nº 1215/74, que trata do parcelamento do solo - até hoje vigente - veio a se consolidar um projeto de cidade que passou a contemplar a existência de lotes de padrão urbanístico mais elevado (testada de 12m e área total acima de 360 m², para lotes em zonas urbanas – art. 30), enquanto que, por volta dos anos 50, os loteamentos eram aprovados com lotes de 150 a 200 m². Nesse compasso, o Decreto nº 135/77, que veio regulamentar a Lei 1215/74, específica em seu art. 5º, além do lote mínimo de 360m² para a zona urbana, o lote mínimo de 450 m² para as zonas de urbanização prioritária. Este, pode-se diagnosticar a princípio, como um dos motivos que acabaram por dificultar o acesso à terra. A Lei 2193/85 em consonância com tal disposição legal estabeleceu um lote mínimo de 450,00 m² e testada mínima de 15,00 metros para todos os Distritos dos Balneários e Interior da Ilha.

2.2. *Direito à cidade:articulação social, movimentos e a elaboração de planos urbanísticos*

Segundo diagnóstico da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF,2006) grande porcentagem das terras da Ilha de Santa Catarina possui apenas titulação de posse, devido a cultura de não formalizar o título para não pagar tributos. A construção do espaço urbano, e sua reificação, deveria ser resultado de uma discussão

que expusesse os conflitos inerentes às assimetrias sociais, cabendo ao Estado um papel de mediador dessa discussão (VAZ & PEREIRA, 2011). No entanto a irregularidade dos assentamentos se impõe no atendimento necessidades primárias da população, e a cidade informal, porém real sequer figura na imagem veiculada como capital turística tranquila, de qualidade de vida e belezas naturais, e para isso se fez necessário, como salienta Canella (2015), silenciar e invisibilizar aspectos que poderiam desautorizar a venda desse produto (imagem).

Para Pereira e Cunha (2019), a inconformidade e a busca pelo direito à cidade possibilitaram estratégias que envolveram ação direta e luta foram capazes de, em diferentes momentos, influenciar e modificar processos decisórios do planejamento urbano municipal, indo contra as políticas predominantes de resguardo ao capital e desenvolvimento financeiro. As próprias ações controladoras e impositivas de governos, tais como os conselhos comunitários (1979) ; e ações de despejo Governo Espiridião Amin (1989) provocaram fortalecimento e organização de associações de moradores e organização independente de entidades de outras naturezas, inclusive contando com a igreja católica na década de 1980.

O prefeito eleito entre 1986 e 1988, Edson Andrino se destacou junto aos movimentos populares justamente devido ao apoio desprendido por ele para o fortalecimento das associações de moradores, em contraposição aos conselhos comunitários atrelados ao governo na época. Neste momento duas grandes entidades surgiram com o intuito de representar as demandas da população em espaços de decisão mais amplos: Federação de Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina (FAMESC), criada em 1986 (ligada ao PMDB) e a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO), fundada em 1987, com uma diretoria paritária, composta por 33 entidades de associações e conselhos comunitários (ROCHA, 2015).

Na década de 90 ocorreu o fortalecimento paralelo de associações de moradores independentes e entidades de outras naturezas, inclusive à igreja católica. A Lei Complementar número 001/97 do Plano Diretor, foi contraposto por dois novos movimentos: Movimento Ilhativa, Movimento Campeche Qualidade de Vida. Este último, elaborou uma nova proposta enviada ao IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis) com as demandas comunitárias não contempladas pelo plano Ao todo, incluindo também entidades do Norte da Ilha, foram apresentadas 159 propostas contrárias ao plano original, 78 delas acatadas

A década de 2000 foi marcada por articulações e organização social pela política urbana, na década do Estatuto das Cidades. Muitas dessas articulações, fóruns e conferências da cidade com forte influência política/ partidária, já que eram onde se fundamentavam não só políticas legais e de planejamento, mas também de uso e valor do solo urbano. De acordo com Cardoso (2006), a I Conferência Municipal estruturou-se contrária aos apelos encaminhados pelas organizações, seguindo seus próprios moldes e convocando apenas entidades politicamente atreladas à gestão municipal. A UFECO e o Fórum da Cidade enviaram cartas e recursos à comissão organizadora solicitando a ampliação da divulgação a fim de aprofundar os debates e assegurar a representação da sociedade civil florianopolitana neste espaço (CARDOSO, 2006). A realização cinco Fóruns da Cidade contribuiu, em diversos momentos, com a abertura de novas possibilidades de organização e participação da sociedade civil, adquirindo forças no debate público e na elaboração de propostas para o Plano Diretor da cidade, contando com a participação acadêmica do Departamento de Serviço Social da UFSC, em especial o NESSOP.

Após 2010 a organização por moradia e ocupação, nota-se novamente articulada, não por acaso, após o início de uma crise no Brasil e no mundo que deflagra movimentos migratórios e várias sanções às populações de baixa renda.

A tabela 1 apresenta algumas das entidades e ocupações mais recentes em Florianópolis:

Tabela 1 – Ocupações e organizações apoiadoras para moradia em Florianópolis

Nome Ocupação/ entidade	Descrição
-------------------------	-----------

Ocupação Contestado	Ocupação articulada com redes de apoio, organizada pelas Brigadas Populares, pelo Coletivo Anarquista Bandeira Negra (CABN) e por militantes do Movimento Sem-Terra., FALM (Frente Autônoma de Luta por Moradia), Coletivo Bandeira Negra, estudantes e acadêmicos. Existente, desde 2012.
Ocupação Palmares	Ocupação de organização espontânea, constituída por migrantes e apoiada em um segundo momento por entidades, assim como a Contestado. Por ocuparem uma área de risco, acabaram por ser removidos, com a maioria das famílias destinadas ao aluguel social.
Ocupação Amarelido	Ocupação em um terreno da União, em 2013, às margens da rodovia que dá acesso ao Norte da Ilha (SC401), organizada com apoio do MST, com um grupo denominado Brigadas-Marighela. Já removida em função da região nobre e de visibilidade.
Ocupação Marielle Franco	Ocupação constantemente ameaçada no maciço do Morro da Cruz, composta por 78 famílias. Existente desde 2018.
Brigadas Populares	Organização de apoio a movimentos e ocupações, através da orientação e organização, sendo composto por pessoas de diversos setores e classes.

Fonte: (ROCHA, 2015; CANELLA, 2015; PMF)

A tabela 2 apresenta algumas entidades organizadas e fóruns para planejamento e discussões em Florianópolis, desde os anos 80 e mais recentes. Neste quadro, algumas entidades são mais ligadas à movimentos de moradia, e outros a organizações privadas e setores com ligações políticas territoriais.

Tabela 2 - Entidades e Organizações Sociais com interferência na discussão de políticas do uso do solo em Florianópolis

UFECO – União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – organização ativa nos fóruns, mobilizações e discussões;	FECOOHAS – Federação Habitacional de Santa Catarina;
NESSOP – Núcleo de Estudos de Serviço Social e Organização Popular;	IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil;
ICOM – Instituto Comunitário - Ong com projetos sociais - Grande Florianópolis;	União por Moradia Popular de Santa Catarina;
Fórum Morro da Cruz - organização social atuante desde a década de 80;	MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto;
CAAP – Centro de Assessoria e Autogestão Popular;	CAPROM – Centro de Apoio e Promoção ao Migrante;
Floripa Amanhã – constituída por entidades privadas como Shoppings, incorporadoras entre outras e pessoas físicas.	CEDEP – Centro de Educação e Evangelização Popular – Ong com projetos sociais no Birro Monte Cristo – Florianópolis.
Moradia e Cidadania – origem nos Comitês de Ação da Cidadania, possui comitês estaduais.	BR CIDADES – organização nacional de arquitetos e urbanistas, pesquisadores e profissionais que discutem e subsidiam meios de acesso ao Direito à Cidade.
Fórum da Cidade – Organização Social de Associações de Moradores e Conselhos Comunitários de Florianópolis, UFECO Ongs, e Extensão do NESSOP/DSS/UFSC/Arquitetura /Ciências Sociais.	

Fonte: (ROCHA, 2015; CANELLA, 2015; PMF)

A atuação grupos e movimentos pode ser vista como forma de resistência e atuação que vai de encontro à política instaurada com ritos de regulação imobiliária e fundiária inacessíveis e que promovem a segregação crescente, priorizando tributação, arrecadação e valorização imobiliária. As ações da população para acessar e ocupar o solo urbano, seja através de mecanismos irregulares, seja pela organização e composição de insurgências, movimentos, ocupações, coletivos, entre outros, têm lugar e importância, mas não conseguem conter esse processos, sem a atuação da administração pública e a implementação de políticas legítimas e permanentes, haja vista a recorrência de despejo e retirada de famílias e populações tradicionais de forma arbitrária e até mesmo violenta em Florianópolis.

Esse tipo de atuação governamental extrema somando-se aos exemplos já citados encontra-se em descompasso com a realidade, com agendas que ainda buscam apoio da opinião pública para reforçar a positividade de um modelo segregador e elitizado de cidade.

3. Conclusões

Conforme demonstrado há uma atuação coletiva significativa por moradia e democratização do espaço urbano atuante há mais de 40 anos, fato não reconhecido e oculto na imagem de Florianópolis. Percebe-se, pelos dados apresentados, que muitos movimentos e organizações populares em prol de moradia surgiram após o ano de 2010, momento em que as políticas econômicas no Brasil ainda não sofriam grande impacto, mas os movimentos de migração em busca de trabalho já eram significativos.

Nota-se ainda que atuação é permanente ao longo da urbanização de Florianópolis, e se sobressaem nos períodos de crises econômicas e de dinâmicas da população; e ainda, são reforçados de acordo com os direcionamentos e projetos políticos vigentes, necessitando em alguns períodos resguardar moradia, preservação de áreas ambientais, entre outros fatores de qualificação e equidade urbana em Florianópolis; e até mesmo direitos básicos como o direito à vida das pessoas em muitas situações. Cabe ressaltar, portanto, que a realidade social e territorial existente se mostra e se articula, podendo ser mais representativa, de acordo com modelos de gestão mais ou menos participativos e igualitários de uso solo urbano. Faz-se, portanto, fundamental a visão de totalidade nas práticas de políticas, gestão e regulação do solo urbano, especialmente por parte dos setores técnicos e da administração pública, assim como da sociedade, em geral, para a garantia do direito à cidade para toda a população.

Referências

- Cardoso, M.N. (2006). *Desafios da Sociedade Civil para a construção dos espaços públicos em Florianópolis: configuração, obstáculos e perspectivas da experiência do Fórum da Cidade*. Florianópolis. Dissertação para Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 92 p.
- Canella, F. (2015). Cidade turística, cidade de migrantes: movimento dos sem-teto e representações sociais em Florianópolis (1989 - 2015). *Revista Libertas*, Vol.2 No 15, pp. 215-242.
- Cunha, L. F.; Pereira, E.(2019) *Práticas insurgentes no planejamento urbano municipal: A experiência do Campeche em Florianópolis-SC*. Natal. XVII Enanpur.
- Lohn, R. L.; AREND, S. M. F. (2013). Estado e populações pobres no Brasil: a espacialização da desigualdade social em Florianópolis - SC (décadas de 1930- 1950.) *Geosul*, Vol. 28, No. 56, pp. 33-64.
- Lopes, J. M.(2000) *Habitação Popular Subsídios para uma política Habitacional no Município de Florianópolis*. UFSC, Curso de Pós-Graduação, Florianópolis.
- PMF (2006). *Diagnóstico sobre os critérios existentes de aprovação de loteamentos para habitações de interesse social*. Florianópolis: Prefeitura municipal de Florianópolis.
- Rocha, D. L. (2015). O direito à cidade e a organização social em torno do plano diretor de Florianópolis. Dissertação de mestrado para a Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 174 p.
- Sugai, M. I.; Villaça, F.J. M. (2002) *Segregação silenciosa: investimentos públicos e distribuição sócio-espacial na área conurbada de Florianópolis*. 2002.São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Várzea, V. (1985). *Santa Catarina - A Ilha*. Florianópolis. Florianópolis: Ed. Lunardelli. Florianópolis.

- Vaz, M.J.M; Pereira, E. (2011) O “espaço geográfico e o “espaço social” Florianópolis. *Revista Geográfica de América Central*
Número Especial. Costa Rica. pp. 1-18.
- Vitti C.C da S. (2015). O planejamento territorial e a dimensão espacial do desenvolvimento: algumas das experiências recentes no Brasil. *Revista Política e Planejamento Regional*, Vol. 2, No 1, pp. 1 -18.

Intervenções urbanas: limites do (i) legal no espaço público

Gabriel de Jesus Zuchi, UNISOCIESC - Centro Universitário SOCIESC, Arquitetura e Urbanismo, Joinville, gabrielzuuchi@gmail.com

Cristienne Magalhães Pereira Pavez, UNISOCIESC - Centro Universitário SOCIESC, Arquitetura e Urbanismo, Joinville, cristiennep@gmail.com

Resumo

O objetivo deste trabalho é identificar e definir as intervenções urbanas presentes nas metrópoles contemporâneas. Analisar e caracterizar suas diferentes tipologias e apontar a contribuição no desenvolvimento urbanístico e social. Além disso, fomentar um debate sobre as intervenções recorrentes nas metrópoles e a sua relação com questões políticas, sociais, culturais e econômicas locais. Através do estudo de caso na área central da metrópole de Joinville/SC, mapear e discutir a (i)legalidade de intervenções nos espaços públicos e sua ligação com o entorno imediato, relacionando atuação do Poder público, moradores, agentes interventores e assuntos emergentes, evidenciando a cidade segregada. Desta forma, identificar os diversos agentes que atuam no espaço urbano por meio da expressão sócio-espacial.

Palavras-chave: Intervenções urbanas; Direito à cidade; Espaço público; Manifesto social.

1. Introdução

Nas cidades contemporâneas é emergente a participação da sociedade para o desenvolvimento de um espaço urbano democrático (GEHL, 2014). As intervenções estão presentes no processo que busca modificar o meio urbano, tendo como agentes de destaque manifestações populares (principalmente por meio da arte urbana), o poder público (plano diretor participativo) e iniciativas privadas. Neste contexto, busca-se através desta pesquisa, definir e discutir as diversas formas de intervir no espaço urbano, identificando de que modo estas contribuem para o desenvolvimento urbanístico e social. Afinal, o que são intervenções urbanas? Quais os tipos de intervenções? Quais os limites (i)legais de intervir no espaço público? De que forma estas contribuem para a conquista do espaço público, no sentido lefebvriano de “direito à cidade”?

Intervenção, segundo a definição de Oxford (2020), significa “o ato de intervir”, o ato de contribuir com ideias e emitir opinião diante de um debate (OXFORD, 2020). Do ponto de vista urbanístico, intervir é a busca pela recuperação de determinado espaço, o reforço de uma identidade/referência, a adequação socioeconômica e tecnológica do local, visando questões imobiliárias, urbanas e econômicas (VARGAS, 2006).

A intervenção urbana é a expressão da ação no espaço que pode ser móvel (dança, teatro, piadas) ou imóvel (instalações, pichações, pinturas, mobiliários urbanos ou infraestrutura). “O urbano, como espaço construído por tangíveis imóveis de acordo com a estrutura incorporal da lei, seria o suporte material necessário para conter a efemeridade, a precariedade, o deslimite e a imprevisibilidade ontológica da política, ou seja, do agir que tem como produto apenas o agir.” (LEPECKI, 2011, p. 48). Neste estudo se abordará as questões de intervenções imóveis.

Diante dos questionamentos apresentados, o desenvolvimento desta pesquisa tem como objetivo principal, identificar as funções sociais das intervenções nas cidades, em específico, no espaço público, relacionando as práticas espaciais com a evolução social e urbanística local. Logo, os objetivos específicos, buscam: 1) uma definição/caracterização para as formas de intervir nos espaços e os limites da legalidade ao intervir no meio urbano, tendo como estudo de caso o centro da cidade de Joinville/SC; 2) Análise em relação à atuação de agentes interventores atuantes neste espaço, identificando possíveis manifestos

O método adotado para o desenvolvimento desta pesquisa se pauta na dialética da intervenção urbana e um urbanismo democrático. O estudo de caso de abordagem qualitativa, foi estruturado em uma análise exploratória que consiste na definição teórica dos seguintes tópicos: Diferentes formas de intervir no espaço urbano; Intervenções Urbanas e sua(s) função(ões) sociais e; Os agentes interventores do espaço público. Dos métodos de coleta para a identificação das intervenções em campo (quadro 1) tem-se a observação sistemática, com registros fotográficos, mapeamento e roteiro para observação direta. E por fim uma análise realizada no formato descritivo e categorizado, o qual aponta a relação das diversas formas de intervir no caso singular do centro da cidade de Joinville/SC .

Quadro 1: Matriz metodológica utilizada para esta pesquisa. Fonte: AUTOR, 2020.

OBJETIVOS	DADOS PARA COLETAR	MÉTODO DE COLETA	TIPO DE ANÁLISE	RESULTADO DA ANÁLISE
Identificar as diferentes formas de intervir no espaço urbano	- Identificar as diferentes intervenções presentes no centro da cidade; - Identificar as características do local.	- Pesquisa bibliográfica; - Estudo de campo; - Observação sistemática direta; - Análise documental;	- Análise descritiva; - Categorização.	-Tipologias das intervenções e suas características.
Apontar as funções sociais das intervenções urbanas.	- Finalidade das intervenções; - Assuntos pertinentes.	- Pesquisa bibliográfica; - Entrevista estruturada.	- Análise descritiva. - Categorização.	- Identificação das diversas funções das intervenções e seus transeuntes.
Identificar os agentes interventores que atuam no espaço público.	- Identificar os agentes interventores.	- Pesquisa bibliográfica; - Estudo de campo; - Observação direta; - Entrevista estruturada.	- Análise descritiva. – Categorização.	- Identificação dos agentes interventores e seus objetivos em intervir no meio urbano.

2. Intervenção Urbana

No que antecede o século XX, o ato de intervir era privilégio exclusivamente de uma classe seleta, entre esta, as forças militares e planejadores urbanos. Desde então, artistas se apropriaram desta ferramenta socioespacial, para intervir em questões culturais em uma escala mundial e difundir a arte para além de museus e galerias. Desta forma, as intervenções instalaram-se permanentemente no meio urbano, originando uma cultura identitária urbana, reconhecendo atores anônimos e comuns (MARQUEZ; CANÇADO, 2010).

Segundo Vargas e Castilho (2006), intervir no meio urbano, significa avaliar a história e o patrimônio local, sua funcionalidade em meio a “estrutura urbana”, mas principalmente questionar o motivo de intervir no espaço. Afinal, intervir pode ser comparado ao método cirúrgico, com o intuito de “recuperação da saúde, ou manutenção da vida” em busca de reparos causados por “acidentes”, levando em consideração padrões estéticos, para além do funcional (VARGAS; CASTILHO, 2006).

De acordo com Lefebvre (1991), o ato de intervir é:

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização, na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 1991, p. 135).

Inseridas principalmente no espaço público, as intervenções tomam força através da cultura e identidade social, distanciam-se da política institucionalizada e utilizam do meio urbano como um território para o manifesto. Com o objetivo de fomentar um olhar crítico à sociedade e contrapondo-se a realidades evidenciadas no espaço urbano (MAZZETI, 2006). Uma intervenção, ao ser instalada no cotidiano urbano, pode proporcionar diversas conexões entre pessoas, espaço e sociedade (BARJA, 2008).

Intervir é levar em consideração o meio em que a mesma está inserida. Correlacionando-a com fatores históricos, políticos e econômicos locais. (BARJA, 2008). Transformando assim, o meio urbano em uma metamorfose de ideias/ ideais (DIÓGENES, 2015.)

Sendo assim, é possível identificar que as intervenções exercem um papel expressivo na vida cotidiana dos indivíduos urbanos. Contribuindo para a formação do caráter de uma sociedade na fomentação de debates, inserindo mudanças, sejam estas visuais, sociais, políticas e econômicas, mas que contribuem de uma forma imensurável para o desenvolvimento urbanístico e social de uma metrópole.

2.1 As tipologias das intervenções urbanas

A diversidade de intervenções presentes no meio urbano é produto da atuação de diferentes agentes na modificação/transformação dos espaços urbanos. Em vista da pluralidade de tipologias de intervenções, buscou-se reunir neste tópico um estudo que aponte a diferenciação de cada método de intervenção presente nas cidades e seu entrelaçamento.

2.1.1 Instalações Artísticas

Segundo Luciana Silva, doutora em artes plásticas (2009), é através do espaço, do vazio e do tempo que compreendemos a arte contemporânea e, em especial, a Instalação. Mas, em termos literais, a Instalação sempre existiu, já que o espaço ou “locais artísticos” sempre estiveram “instalados” em determinado espaço, desde as primeiras obras feitas pelo homem (SILVA, 2009). O público estabelece o contato entre a obra de arte e o mundo exterior, decifrando e interpretando suas qualidades intrínsecas e, desta forma, acrescenta sua contribuição ao ato criador.” (DUCHAMP, 2002, p. 74).

As instalações artísticas diferem-se das demais obras pois, não são necessariamente concebidas e realizadas para instalação em um determinado local, mesmo utilizando do sítio como difusor da arte e não como um fator circunstancial (CARVALHO, 2005). Transeuntes e voláteis, as instalações artísticas atuam de forma construtiva e desconstrutiva de espaços e ideias, afirmando-se como obra instalada. Esta se materializa apenas na memória daqueles que a vivenciaram, pois tem sua instalação em *in loco* - feita no lugar - em tempo determinado (MARTINS, et al, 2018).

As instalações artísticas podem ser móveis ou imóveis. Se móvel, se refere a intervenções que se movimentam na cidade, expressas no espaço urbano por atuações de grupos de teatro, de danças, ilusionistas ou outros atores. Também pode ser instalada nos espaços da cidade de forma efêmera, mas imóvel, como escultura, elementos gráficos ou objetos, utilizados para instigar a percepção dos cidadãos (LEPECKI, 2011)

2.1.2 Intervenções Gráficas

Estas intervenções estão presentes no meio urbano através de cartazes, outdoors e na arte/manifesto de grafiteiros e pichadores. Instalando-se fora de espaços denominados “culturais” pela sociedade. (BLAUTH, et al, 2012).

Vistas como um manifesto, mas também classificadas por alguns autores como micropolíticas pós-modernas, pois boa parte destas, são identificadas como uma contestação sociocultural. O grafismo que estas intervenções propagam em meio ao cenário urbano, proporciona diferentes sensações em cada indivíduo, relacionando o conteúdo com as características de cada personalidade (MAZETTI, 2006).

Atuante não só como ferramenta de manifesto social, em prol de lutas sociais, mas também como ferramenta de marketing de variadas marcas estas intervenções são encontradas em pontos estratégicos da cidade, visíveis em um campo de visão de pedestres, mas principalmente de veículos

2.1.3 Intervenções Arquitetônicas .

Intervir de forma arquitetônica, “permite-se reformular componentes que compõem a edificação - elementos constituintes -, associar novas funções e acrescentar intenções ao projeto”, desde que se mantenha por completo ou parcialmente “o caráter” e a identidade original da mesma (CASTELNOU NETO, 1992. p. 267). Desta forma, “às diversas condições em que se desenvolve a intervenção, configuram-se assim diferentes posturas repristinatórias que, nos casos mais comuns, são de tipo pseudo-filológico ou de atualização tecnológica” (SALVO, 2007, p. 143).

Neste aspecto, observa-se que a intervenção arquitetônica parte do objetivo de devolver uso potencial do imóvel em meio às mudanças histórica-sociais, em busca de valorização cultural e arquitetônica para a sociedade. Resultando em níveis de intervenção variados, mas que buscam uma adequação a atual sociedade com a inserção de novas tecnologias, por exemplo, ultrapassando muitas vezes o conceito primeiro da edificação.

2.1.4 Instalações Festivas

Os elementos decorativos que transformam as cidades em datas festivas, alteram completamente o visual urbano e o cotidiano dos habitantes da cidade. Relacionando o espaço da cidade com as datas comemorativas locais.

As festas desempenham um papel cultural importante nas cidades, são formas de produção e valorização de identidade, se tornando um veículo de valorização local, evidenciando suas diferenças culturais em um cenário nacional (BEZERRA, 2008). Os elementos decorativos que são instalados pelas cidades em datas festivas alteram completamente - por um período determinado- o visual urbano, envolvendo os habitantes locais com as tradições/eventos das cidades.

2.1.5 Infraestrutura - Urbana

Os processos de intervenção urbana, iniciam em 1950 e passam por diferentes etapas. A Renovação Urbana (1950-1960), a Preservação Urbana (1970-1980) e a Reinvenção Urbana (1990 até os dias atuais). Intervenções estas, impulsionadas por um cenário pós-guerra, em busca da reconstrução das cidades, solucionando problemas urbanos. Se torna importante intervir nas metrópoles, atuando diretamente nos aglomerados urbanos por meio do estabelecimento de um sistema de infraestrutura que atenda as demandas das cidades. (CASTILHO, *et all*, 2016).

O investimento em infraestrutura urbana se faz necessário para que haja desenvolvimento social e econômico, priorizando manutenção dos espaços públicos, inovação em logística, energia, habitação, mobilidade e principalmente saneamento básico, para a consolidação de infraestrutura urbana básica de qualidade. (ELETROBRAS PAR, 2007). Nas cidades brasileiras a infraestrutura urbana atende apenas uma parcela da população, desta forma, nem todos os habitantes têm acesso a água potável e saneamento básico de qualidade em bairros afastados das áreas centrais, ou seja, bairros periféricos. Por conta do descaso do setor público/político nestas regiões, as concessionárias do setor privado, se tornam responsáveis por sanar o déficit de saneamento básico e água potável em nas periféricas (YOSHINAGA, 2003).

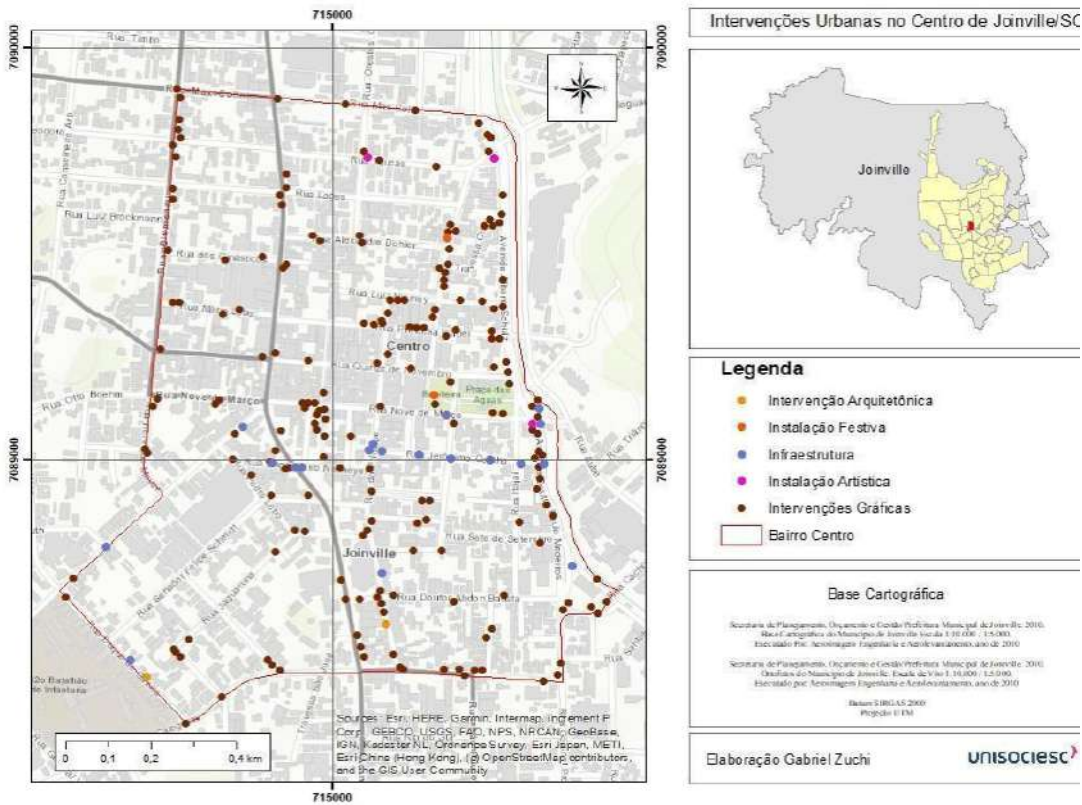
3. Intervenções no centro da cidade de Joinville/SC

O estudo de caso se concentrou em analisar a área central da cidade de Joinville/SC (Brasil). Localizada ao norte catarinense, a cidade conta com aproximadamente quinhentos e noventa mil habitantes e contribui de forma significativa para a economia brasileira. Importantes indústrias do ramo de eletro e usinagem estão localizadas em território joinvilense. Seu PIB, de acordo com a pesquisa IBGE (2017) é o maior no *ranking* catarinense e o vigésimo nono no ranking nacional (IBGE, 2017).

No entanto, Joinville tem passado por uma série de processos de transformação da área central. Desde a modificação da Lei de Ordenamento Territorial (LOT) e reformas na infraestrutura por conta de enchentes e problemas de mobilidade. Estas mudanças impactam diretamente o espaço urbano, em específico o espaço público. Espaço este, visto por Naum Alves de Santana (1998), doutor em geografia, como um meio urbano segregado, conseqüente de processos históricos que envolvem desde a colonização, a inserção de atividades industriais e a formação da classe operária, evidenciando uma segregação espacial, "separação social, mas também étnica e histórica", evidente na estrutura urbana e social da cidade (SANTANA, 1998).

O mapeamento e análise de intervenções urbanas nesta área têm como objetivo identificar de que forma a população se manifesta/discute os assuntos recorrentes da cidade. Além disso, apontar as ações do poder público no meio urbano, como agente responsável em garantir o direito à cidade aos seus habitantes, mas que ao mesmo tempo, coíbe algumas manifestações, intimidando grupos minoritários. De uma forma geral, o mapeamento busca analisar as práticas socioespaciais no centro da cidade.

Este mapeamento foi realizado após um levantamento fotográfico e análise em campo de todas as ruas locais, entre 19 outubro de 2019 (campo 01) e 12 de novembro de 2019 (campo 02), cerca de 221 intervenções urbanas foram mapeadas no centro joinvilense, como ilustrado no gráfico abaixo.



Mapa 1: Mapeamento das intervenções urbanas no centro da cidade de Joinville/SC. Fonte: AUTOR, 2019.

Após analisar os registros coletados, constatou-se que as intervenções apresentam mensagens com o debate recorrente para os seguintes assuntos: questões sociais, econômicas, políticas e culturais, inseridos em intervenções de infraestrutura, intervenções arquitetônicas, instalações artísticas, comemorativas e a predominância de intervenções gráficas (de finalidade artística, publicitária e comunicação entre tribos urbanas), como indica o mapa acima.

3.1 Interventor, intervenção e local

A atuação dos interventores está diretamente relacionada com o entorno no qual a intervenção está inserida. Das categorias identificadas pode se delimitar: 1) o tipo de uso das edificações; 2) tipo de crítica que a intervenção almeja fomentar; 3) de que forma o interventor realiza o ato, são fatores diretamente interligados ao espaço local. Esta relação entre o local, o interventor, a intervenção e o transeunte é descrita no quadro 02, tendo como base: pesquisas bibliográficas, estudo de campo, observação sistemática direta do local e análise documental, além de conteúdo informativo divulgado pela mídia local.

Quadro 2: Relação das intervenções mapeadas com o local, agentes interventores, transeuntes e suas finalidades. Fonte: AUTOR, 2020.

Tipo de Intervenção	Local	Interventores	Finalidade	Aceitação pela sociedade/ moradores
Intervenção Arquitetônica	Edificações privadas ou edificações tombadas/históricas.	Setor privado e em alguns casos de edificações tombadas, setor público.	Reformas; reabilitação.	Em caso de edificações patrimoniais: 1) Quando existe o financiamento por parte do poder público, a intervenção é aceita. 2) Quando a manutenção é requerida pelo proprietário, da qual o mesmo deve arcar com os custos, não é aceita a intervenção.
Instalação Festiva	Parques, praças, ruas e edificações	Setor público, setor privado e os moradores.	Divulgação de eventos e fortalecimento da identidade local. Promover pontos de interação com os moradores. Incentivar o consumo	Interação de moradores e visitantes, mobilização nas redes sociais através de registros fotográficos.
Infraestrutura	Ruas, parques, praças	Principalmente pelo setor público, mas ocorre também através do setor privado.	Consolidação de infraestrutura. Reparos no sistema de distribuição de água e esgoto. Manutenção da malha viária com objetivo de sanar problemas de deslocamento.	Aprovada por moradores e pelo Estado. Vista como ação necessária para o desenvolvimento local. No entanto, algumas obras são criticadas pelo longo tempo de execução, sendo alvo de crítica de lavagem de dinheiro e corrupção.
Instalação Artística	Edificações, edificações abandonadas, ruas, parques, praças, mobiliário urbano - como: lixeiras, pontos de ônibus, etc	Artistas locais e coletivos urbanos.	Arte Urbana, instigar a visão para o meio artístico da cidade; fomentar debates; mobilizar campanhas.	Aceita por moradores e pelo Estado. Tendo autorização por parte do proprietário (em casos de residência privada) e autorização do Estado e de moradores em locais públicos.
Intervenções Gráficas	Ruas, parques, praças, edificações abandonadas, mobiliário urbano, edificações públicas e privadas; canteiros de obras;	Ativistas locais; anônimos; empresas locais; promotores de eventos.	Empresas locais e promotores de eventos - publicidade. Demais, viés crítico, protesto, manifesto, comunicação entre tribos urbanas.	A publicidade é aceita pela população, apesar de questionar em alguns pontos como algo que "polui a imagem da cidade". As demais intervenções, como pichações, não são aceitas, denominadas por alguns moradores e até mesmo pelo Estado como ato de vandalismo e rebeldia.

Verificou-se, um maior número de intervenções do tipo: *graffiti*, pichações e colagens próximo a praças da área central, por se tratar de um ambiente público e de grande fluxo/permanência de pessoas. O fato de ser um espaço público, configura-se como um local de todos, logo, entende-se como aberta para a apropriação (mesmo que legalmente existam os limites). Além deste fator, notou-se que locais - ativos durante o dia, motivados pela diversidade de atividades comerciais e empresariais - passam por um processo de êxodo durante o período da noite, o que de certa forma, proporciona a atuação de boa parte dos interventores, afinal, muitos ainda são intimidados pela população e pelo poder público, que identificam parte das intervenções como um ato de vandalismo e por isso, consideradas intervenções “ilegais” pela sociedade.



Figura 1: Praça onde está inserida a Biblioteca Municipal de Joinville. Fonte: AUTOR, 2019.

As edificações em processo de degradação, são também palco de boa parte das intervenções urbanas consideradas ilegais (grafite e pichação). O fato de estarem sem utilização e instaladas em um local de alto potencial construtivo (também visibilidade), resulta em uma grande tela para os interventores sociais, que de certa forma, se apropriam do local para expor suas ideias, em prol de instigar um olhar -isso pode ocorrer de forma subjetiva ou não- crítico, à situação atual; e ou usar como palco para protestar sobre diversos assuntos, como o direito à moradia e críticas raciais/ gênero.

O poder público também está presente nas intervenções que ocorrem no centro da cidade. A macrodrenagem do Rio Mathias é um exemplo de intervenção que ocorre há quase seis anos na cidade e busca solucionar as enchentes que ocorrem na área central, garantindo à população segurança e qualidade de vida. É presente também nas intervenções de festividade como o “Natal” e “Festival de Dança”, em que inserem elementos comunicativos para instigar o turismo.

No entanto, sua atuação ocorre também como um órgão que coíbe alguns “atos de expressões sociais”. Em 2014, após a constatação do crescente número de atos de “depredação de patrimônios” a Prefeitura de Joinville lança a campanha “Sua cidade é sua casa”, o governo solicita aos moradores que denunciem qualquer tipo de “vandalismo” (figura 2). Mas afinal, além da depredação de monumentos, o que seria vandalismo? O ato apropriação do espaço urbano ainda é visto como um vandalismo por boa parte da sociedade brasileira.



Figura 2: Campanha publicitária da Prefeitura de Joinville que tem como objetivo a denúncia de atos de expressão social. Fonte: D/ ARAUJO, 2014.

A campanha acima ilustra claramente a pichação como um ato de vandalismo, quando na realidade faz parte de uma comunicação tribal - comunicação entre indivíduos de determinada tribo, neste caso, de grupos urbanos - que ocorre em diversas cidades do Brasil e do mundo, se tratando de uma intervenção de apropriação do espaço público. A campanha ilustra de forma marginalizada os interventores que utilizam do espaço físico como meio de comunicação entre grupos e incentiva sua caracterização como vândalos e ameaças para o espaço urbano.

Após a análise alguns indícios se evidenciaram, a forma ilegal de intervir no espaço público aponta principalmente para a luta das minorias/ grupos em busca de seu direito à cidade, através de expressividade socioespacial. Esta forma de intervir no meio urbano sem o consentimento do poder público, resulta em uma certa ameaça ao Estado, logo a mensagem que se busca transmitir à população é a de que o manifesto realizado por determinado grupo, é algo ilegal, considerado depredação do espaço público.

3.1.1 O caso de intervenção gráfica do Coletivo LAB URB

Criado em 2019 pela estudante de arquitetura e urbanismo Júlia Martins Grawe, o coletivo urbano LAB URB, vem desenvolvendo debates e intervenções no meio urbano joinvilense em busca de garantir a todos e a todas o “direito à cidade”.

Através de uma entrevista com uma das integrantes do coletivo, que decidiu contribuir com informações, mas manter sua identidade anônima, foi possível compreender a visão de cidade que o grupo busca trazer para a população. Uma cidade inclusiva, sustentável e para todos, reaproximando os usuários à cidade.

O movimento tomou força nas redes sociais (instagram) no ano de 2019, quando o coletivo começou a intervir no centro da cidade através de “lambe-lambe” - posters com conteúdo gráfico, colado em espaços públicos - também através dos “curativos urbanos” - pintura com desenho de curativo - em calçadas com problemas na cidade, dificultando o deslocamento de pedestres. Além do movimento “O carnaval é direito à cidade” após uma situação de repressão policial na festa carnavalesca da cidade de Joinville/SC no dia vinte e dois de fevereiro de 2020, repudiando o ato e evidenciando a festa popular como um momento de apropriação das ruas, do espaço público, do meio urbano, “do que é nosso por direito”.

Quando pergunto se houve em algum momento opressão, repressão ou então, um olhar de julgamento pela sociedade no ato das intervenções promovidas pelo coletivo, a mesma afirma: “Nunca sofremos qualquer tipo de opressão, ou repressão, afinal somos brancos, classe média, nunca fomos oprimidos”.

Desta forma, é possível compreender a atuação e a importância deste coletivo - ou então, agente interventor - na fomentação de debates na cidade, evidenciando o pertencimento da cidade a todos, contribuindo para um meio urbano democrático/participativo, apontando suas fragilidades em busca de reaproximação dos habitantes em busca de políticas públicas e sociais que atendam a todos, garantindo o direito de manifesto por meio urbano do espaço urbano.



Figura 3: Curativos Urbanos. Fonte: O MIRANTE, 2020.

3.2. Aspectos da publicidade na área central joinvilense

Boa parte das intervenções gráficas presentes na cidade, está ligada a campanhas publicitárias, estas geralmente estão localizadas em pontos estratégicos e visam garantir um olhar rápido e objetivo das pessoas que circulam no local, seja caminhando ou então, usuários de veículos.

As intervenções gráficas mapeadas no centro da cidade foram localizadas -boa parte destas- em avenidas de grande fluxo de veículos, sua instalação ocorre principalmente no nível dos olhos - logo, nas paredes - em uma escala consideravelmente grande, além de ser constante em ruas sem saídas, ou cruzamentos de ruas/ avenidas. Além disso, esse tipo de intervenção também está presente nas calçadas, invadindo o percurso do pedestre (figura 4), obstruindo muitas vezes, o fluxo de pessoas, mesmo assim, aceita pela sociedade como algo legalizado, institucionalizado.



Figura 4: Imagem da esquerda aponta a instalação de conteúdo publicitário em calçadas. Já a imagem da direita ilustra a instalação de outdoors em pontos estratégicos em rotas de veículos. Fonte: AUTOR, 2020.

3.3. *Intervenções temporárias?*

Algumas datas comemorativas mobilizam a cidade e alteram o seu visual urbano. Instalações são espalhadas pela cidade, mas principalmente na área central. Dentre estes eventos, está o Festival de Dança e as festas de final de ano. Parte destas intervenções contemplam o visual urbano e muitas vezes por um período curto de tempo, sendo aceitas -em alguns casos- pela população local, tornando-se permanente.

Outro evento em que a cidade passa por grandes transformações visuais urbanas, ocorre no período eleitoral. Onde outdoors de inúmeros candidatos são expostos/instalados e poluem o visual urbano em uma escala macro. Boa parte destas intervenções de campanha política ocorrem por iniciativa de moradores que autorizam a instalação destes grafismos em suas residências que impactam diretamente a paisagem urbana.

4. Conclusões

Esta pesquisa evidenciou a atuação das intervenções no meio urbano como objeto de manifesto e transformação, apontando de que maneira a cidade debate suas fragilidades e busca desenvolvimento urbanístico e social. O estudo de caso apontou uma preocupação da cidade de Joinville/ SC com as intervenções de infraestrutura, com intuito de garantir o funcionamento do centro. As intervenções visuais apontam um florescer artístico na cidade, através de grafismos e instalações artísticas, além do envolvimento em datas/eventos comemorativos, o que garante um visual urbano em constante transformação, mas que também instiga a população a debater diversos assuntos recorrentes em sociedade. Ademais, observa-se a localização estratégica em que as intervenções publicitárias estão localizadas e a forma com que o marketing está inserido no meio urbano.

Através da metodologia adotada, alicerçada em análise em campo, entrevista estruturada e pesquisa bibliográfica, foi possível identificar os quatro principais agentes interventores modificam o espaço urbano, sendo estes: 1) Poder Público, através de obras de infraestrutura, comunicação festiva ou então como agente que limita/ marginaliza o manifesto de outros interventores; 2) Grupos/ interventores sociais não identificados, estes buscam fomentar discussões para assuntos como, desigualdade social, racial e de gênero, direito à moradia, à educação e manifestação política, este considerados agentes que atuam na ilegalidade; 3) Coletivos e interventores sociais que se identificam, assinando a sua intervenção/obra, muitas vezes trabalhando com autorização do proprietário local/ Poder Público; e por fim, 4) Interventores independentes, estes geralmente atuam de forma individual, sem ter uma ligação direta com questões políticas, sociais e urbanísticas.

Identifica-se também, a ausência de intervenções “ilegais” em ruas de uso residencial, apontando a possível intimidação de interventores quando se tem “olhos para ruas”, como aponta Jacobs em *Morte e Vida de Grandes Cidades* (2000). Este estudo é ainda limitado e deixa lacunas para novas pesquisas neste campo, como as seguintes questões: Qual o limite do Estado como agente moderador da expressividade da população? Quais modalidades são consideradas arte para a população? Quais são consideradas vandalismo? Quais as consequências para o espaço urbano, diante das constantes transformações causadas pelas intervenções urbanas?

Referências

BARJA, Wagner. Intervenção/terinvenção: a arte de inventar e intervir diretamente sobre o urbano, suas categorias e o impacto no cotidiano. *Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI)*, v.1 n.1, p.213-218, jul./dez. 2008, p. 213-128.

BEZERRA, AMÉLIA. Espaço e Cultura, UERJ, RJ, N. 23, P. 7-18, JAN./JUN. DE 2008. Acesso em: 10 nov. de 2019. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/narapessoa/disciplinas/configuracoes-culturais/festa-e-cidade-entrelacamentos-e-proximidades/view>

BLAUTH, L; POSSA, A. Arte, Grafite e o Espaço Urbano. *Palíndromo*, p. 152, 2012. Disponível em:

<http://www.revistas.udesc.br/index.php/palindromo/article/view/3458/2479>. Acesso em 03 de nov.. 2020.

CARVALHO, Ana M. Albani. Instalação como problemática artística Contemporânea: Os modos de espacialização e especificidade do sítio. *Lume Repositório Digital*, Rio Grande do Sul, 2005. Acesso em: 15 jan. de 2020. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10864/000602841.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

y

CASTELNOU NETO, A.M. A intervenção arquitetônica em obras existentes. *Semina: Ci. Exatas/Tecnol.*, Londrina, v. 13, n. 4, p. 265-268, dez. 1992. Acesso em: 08 de fev. de 2020. Disponível em: <http://srv-009.uel.br/seer/index.php/semexatas/article/view/3200/2681>.

D/ ARAUJO. PMJ - Depredação - outdoor, 2014. Acesso em: 01 fev. de 2020. Disponível em:

<https://daraujo.com/campanha-contra-a-depredacao-em-joinville/pmj-depredacao-outdoor-2/>

DIÓGENES, G. A arte urbana entre ambientes: “dobras” entre a cidade “material” e o ciberespaço. *Etnográfica*, v. 19, n. 3, p. 537-556, 2015.

ELETROBRAS PAR. Gestão de Projeto do PAC, 2007. Acesso em: 07 fev. de 2020. Disponível em: <http://www.eletronbraspar.com/main.asp?Team=%7BE4B9057D-7BB6-4077-8AA8-1FE5E1AC464D%7D>

GEHL, J. *Cidade para Pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

IBGE. *Brasil/ Santa Catarina/ Joinville*, 2017. Acesso em: 20 nov. de 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/joinville/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. Coleção a, São Paulo, WMF Martins Fontes, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 1991. 135 p

LEPECKI, André. Coreo-política e coreo-polícia. *Ilha Revista de Antropologia*, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, vol. 13, n. 1. p. 41-60, jan./jun. (2011) 2012.

MARTINS, Simone R.; IMBROISI, Margaret H. *Impressionismo*. Disponível em: <http://www.historiadasartes.com/nomundo/arte-seculo-19/impressionismo/>. Acesso em 01 março 2020.

MARQUEZ, R.; CANÇADO, W. Na corda bamba. *ENARTCI: emergência*, Ipatinga: Híbridos, p. 70-74, 2010. Disponível em: <http://www.geografiaportatil.org/files/na-corda-bamba.pdf> . Acesso em 09 fev.. 2020.

MAZZETI, Henrique. Entre o afetivo e o ideológico: as intervenções urbanas como políticas pósmodernas. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-PÓS)*, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p.123-138, 2006.

OXFORD. *Dicionário*, 2020. Acesso em: 11 de out. de 2020. Disponível em: https://www.google.com/search?q=significado+de+intervencao&rlz=1C1SQJL_enBR869BR869&oq=significado+de+intervencao+&aqs=chrome..69i57.3679j0j1&sourceid=chrome&ie=UTF-8

- SALVO, Simona. Revista CPC, São Paulo, n.4, p.139-157, maio/out. 2007. Acesso em: 06 nov. de 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15610/17184>
- SANTANA, Naum Alves de. A Produção do Espaço Urbano e os Loteamentos na Cidade de Joinville (SC) - 1949/1996. UFSC - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1998.
- SILVA, Luciana. Cidade/arte: a instalação e sua transmutação em objeto expandido no meio urbano. LAV, 2019. Acesso em: 10 de fev. de 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/2170/1334>
- SILVEIRA, FELIPE. O Mirante: Coletivo de urbanismo promove reunião aberta nesta quinta-feira. Acesso em: 09 out. de 2020. Disponível em: <https://omirantejoinville.com.br/2020/01/29/coletivo-de-urbanismo-promove-reuniao-aberta-nesta-quinta-feira/>
- VARGAS, Heliana Comin. Centros Urbanos: Por quê Intervir? Seminário Internacional de Reabilitação de Edifícios em áreas centrais. São Paulo: EPUSP. 2006. Acesso em: 11 de out. de 2020. Disponível em: https://www.fau.usp.br/deprojeto/labcom/produtos/2006_vargas_centrosurb_porqueintervir.pdf.
- VARGAS, H; CASTILHO, Ana. Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados. Manoele Ltda, São Paulo, 2016.
- YOSHINAGA, Mario. Infra-estrutura urbana e Plano Diretor. Vitruvius, 2003. Acesso em 08 de mar. de 2020. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.036/689>

EIXO 03

Insurgências urbanas associadas ao aumento da vulnerabilidades, à exposição ao risco e à produção de cidade

**Risco tecnológico e conflitos socioambientais:
a relação entre mineração e urbanização na cidade de Maceió/AL.**

Alexandra Jane De Carvalho Freitas

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, PósARQ UFSC, Florianópolis/SC, alexandrajanepi@gmail.com

Sérgio Torres Moraes

Doutor em Arquitetura e Urbanismo, Professor Adjunto da FAU/UFSC, Florianópolis/SC,

stmoraes27@gmail.com

Paula Gabbi Polli

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, PósARQ UFSC, Florianópolis/SC, paula.polli@gmail.com

Marina Brito De Oliveira Marques

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, PósARQ UFSC, Florianópolis/SC, marina_bom@hotmail.com

Maria Rita Soares

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, PósARQ UFSC, Florianópolis/SC, mariaritasoares@gmail.com

Resumo

Os desastres tecnológicos no Brasil com significativos impactos socioambientais têm ocorrido com preocupante frequência. Neste cenário, este trabalho busca entender como a produção da cidade desconectada das estruturas socioambientais amplia a vulnerabilidade e exposição ao risco iminente. Neste contexto, os bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, em Maceió/AL, cidade do Nordeste brasileiro, sofrem há três anos com rachaduras nos edifícios e crateras abertas nas vias. Mais de 600 famílias foram evacuadas. O problema foi recentemente diagnosticado pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) como efeito direto da extração de sal-gema pela multinacional química Braskem, causando uma desestabilização generalizada do solo. O caso coloca em evidência a necessidade de debates sobre as relações entre produção da cidade, gestão de risco e vulnerabilidade socioambiental. Para a análise dos aspectos territoriais, sociais e administrativos construiu-se um banco de dados a partir de referências de instituições públicas e privadas, e elegeu-se indicadores para o mapeamento de condições de vulnerabilidade socioambiental. Também foi pesquisada a dimensão política a partir da coleta de notícias veiculadas na imprensa e nos debates públicos em fóruns administrativos.

Palavras-chave: transformação urbana; vulnerabilidade socioambiental; gestão de risco; risco tecnológico.

1. Introdução

Riscos são ligados aos fenômenos naturais, escolhas tecnológicas, políticas econômicas e planejamento territorial. A gestão desses processos exigem estudos interdisciplinares em uma perspectiva contemporânea que busca estratégias de desenvolvimento estruturadas sob conceitos de sustentabilidade e resiliência.

A discussão do fenômeno de subsidência do solo em Maceió que ilustra esse trabalho tem como objetivo questionar os processos de planejamento e gestão urbano – ambiental em relação à tais riscos, bem como especular sobre possíveis cenários de desenvolvimento urbano em territórios sujeitos à impactos de desastres tecnológicos.

Um “desastre tecnológico” pode ser conceituado como um evento causado pela falha estrutural ou gerencial/manuseio de tecnologias, de causas claramente identificáveis (Lindsey et al, 2011). Ainda que se possa considerar o risco da proximidade de empreendimentos potencialmente perigosos, tais eventos são repentinos e imprevisíveis, causando fortes impactos sociais, econômicos e ambientais. No Brasil os

desastres tecnológicos têm ocorrido com preocupante frequência gerando impactos socioambientais. O colapso de represas de resíduos tóxicos da mineração de ferro em Minas Gerais – 2015 e 2018 - que resultou em mortes humanas, catástrofe ambiental e desabrigados, expôs a vulnerabilidade socioambiental de populações vizinhas a esses empreendimentos. A gestão de risco em áreas de atividade de mineração é complexa, e abre muitas perspectivas de estudos sobre vulnerabilidades e resiliência dos territórios antrópicos.

Em Maceió, o convívio e relações da cidade com a empresa Braskem não suscitou ao longo da história conflitos evidentes. Mais que isso, a presença da indústria foi economicamente e socialmente estruturante naquele contexto territorial. Apesar dos inúmeros questionamentos em relação aos impactos devido à localização da fábrica em uma área turística, de fragilidade ambiental e próxima ao centro, não eram perceptíveis riscos elevados para a população como a da subsidência do solo que se manifestou nos últimos anos os bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro.

Os estudos de gerenciamento de risco têm indicado algumas “respostas políticas”, para lidar com riscos tecnológicos. Martinais (2010) indica ao menos quatro categorias possíveis de gerenciamento identificadas em seu estudo da região de Lyon, França, ao longo do processo de industrialização da região: 1) isolar a empresa geradora do risco; 2) a invisibilização (e banalização) dos impactos com o realce das vantagens econômicas e sociais da presença da indústria; 3) a aceitação e racionalização do risco, estruturando uma lógica de prevenção de risco, e 4) uma ampliação da gestão de risco com o envolvimento amplo da sociedade civil e regras rígidas de controle de prevenção de impactos.

A tentativa de traçar um paralelo destes modelos com o caso da Braskem em Maceió, sugere que nunca houve uma política de gestão desde a implantação, em 1979, da indústria de extração de sal-gema. Esta deu-se sem preocupações com a condição ambiental da área, mas buscando um certo “isolamento” da fábrica, sem referências à área de extração. A administração pública praticou a “invisibilização” dos riscos e apenas em 2006 se iniciou um debate mais aprofundado dos possíveis impactos da Braskem na área urbanizada, como veremos a seguir.

2. Contextualização histórica

O município de Maceió, Nordeste brasileiro, tem uma extensão de 511 km² e sua área urbana legal equivale a 233 km². Em 2010, a população era de 932.748 habitantes (IBGE, 2010), com 99,75% dos residentes em área urbana. Ao longo dos anos, sua transformação urbana esteve ligada à retificação e drenagem dos riachos e cursos d'água que marcavam a paisagem, possibilitando a ampliação de áreas urbanizáveis.

O povoado que deu origem à atual capital alagoana surgiu no final do século XVIII às margens do encontro do riacho Maçayó com o mar, lugar onde se instalou o primeiro engenho de cana-de-açúcar da região (COSTA, 1939. p. 12), decisivo no processo de ocupação da cidade. No início do século XIX, a abertura dos portos e a vinda da família real de Portugal para o Brasil constituíram um marco no processo de expansão de Maceió.

A expansão maceioense pode ser caracterizada como radiocêntrica na planície e linear no tabuleiro (Figura 01). Os primeiros bairros a serem ocupados foram o Centro, Jaraguá e Levada, localizados na planície litorânea-central. Em seguida, no sentido da planície lagunar, surgiram habitações nos bairros de Bebedouro, Trapiche, Mutange, Poço e Mangabeiras. Após o século XX, iniciou-se a expansão em direção ao noroeste na região do tabuleiro.

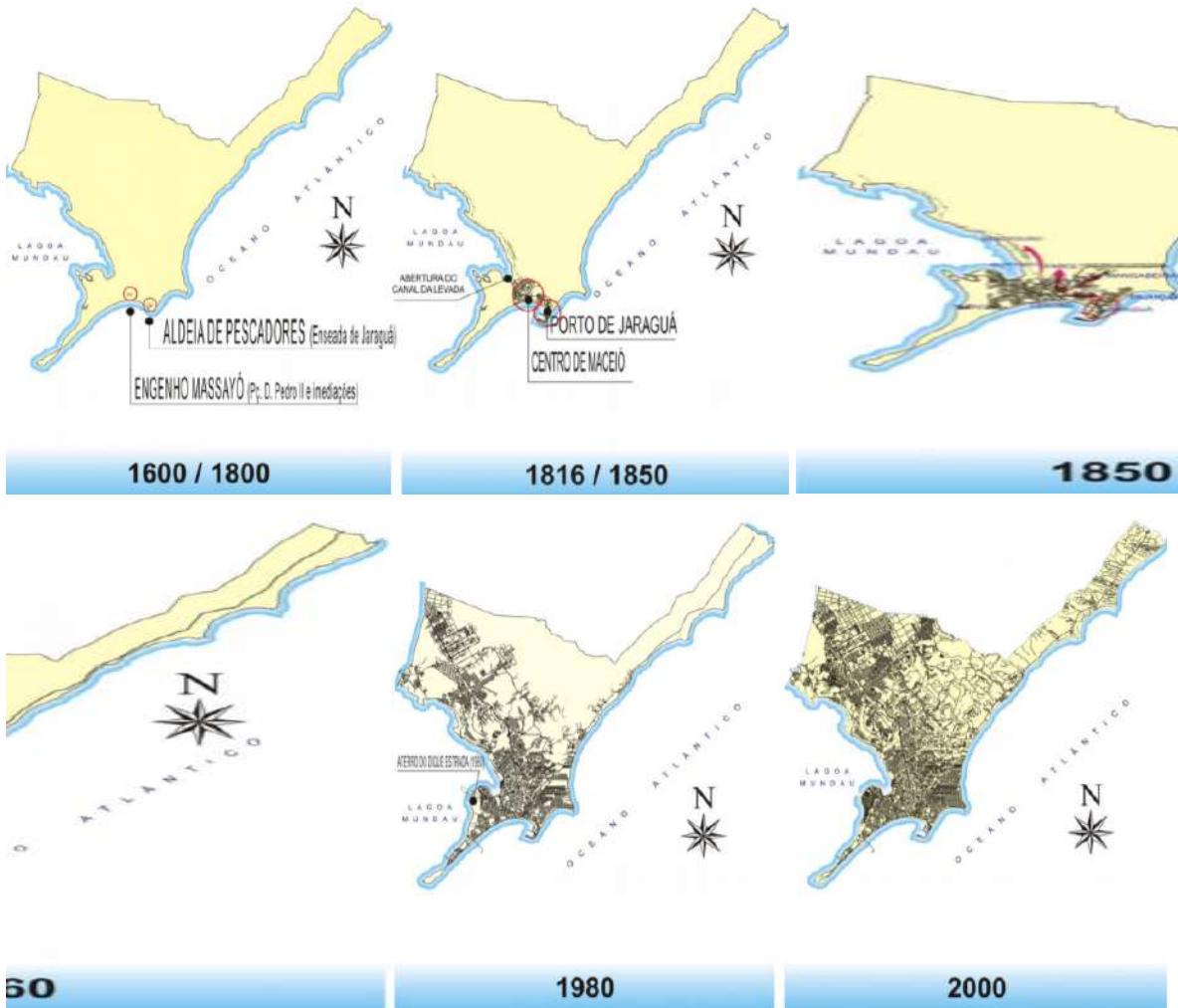


Figura 01: Evolução urbana de Maceió entre os anos 1600 a 2000. Fonte: Melo et al. (2003) apud Alencar, 2007. p. 79.

Os bairros estudados, Pinheiro, Mutange e Bebedouro (figuras 02, 03 e 04) estão situados a oeste do município, junto à margem direita da laguna Mundaú. Os dois últimos tiveram seu desenvolvimento condicionado à linha férrea que conectava a capital às cidades do interior do Estado no final do século XIX, enquanto o povoamento da região do tabuleiro no Pinheiro ocorreu apenas no início da década de 1950 (CARVALHO, 2007).



Figuras 02, 03 e 04: Vista aérea e formas urbanas dos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, respectivamente. Fonte: PJM Drone, 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UC5XypoND3jHZbpD0e-OUd7g>>

Atualmente, no bairro Pinheiro é possível observar uma predominância residencial com tendência de renda mais elevada, oferecendo comércios e serviços diversificados. Em oposição, os bairros Bebedouro e

Mutange apresentam predomínio de uma população com baixo poder aquisitivo e um comércio simples voltado para as necessidades básicas locais e serviços vicinais.

1.1. Implantação da Braskem

Durante a década de 1950, ocorreu um grande movimento migratório para a cidade e a agroindústria açucareira passou a ocupar a região dos tabuleiros. Na década de 1970, inicia-se obras de porte na malha viária de Maceió com grande investimento do Estado no processo de ocupação da orla marítima.

A implantação da indústria Braskem em 1979 consolida o complexo químico de Alagoas. Apesar de ter 120ha locados na parte média da restinga, no bairro Pontal da Barra, entre a laguna Mundaú e a orla marítima, suas minas localizam-se a 4km da fábrica, nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, ligados por 8km de tubovia (Figura 05).



Figura 05: Implantação da empresa em relação à área de mineração. Fonte: Agência Nacional de Mineração, 2019.

Embora recém instaurada quando o Plano de Desenvolvimento de Maceió foi elaborado, em 1981, a Braskem foi um dos destaques industriais da cidade: segunda posição de maior faturamento, terceira em número de funcionários e segunda em arrecadação de ICMS de Alagoas. A empresa demonstra, assim, sua relevância econômica no cenário local, estadual e nacional.

O Plano destaca a importância do local de implantação das atividades econômicas, para garantir o equilíbrio econômico-social, contudo, no período de sua concepção não havia um código de urbanismo que abordasse aspectos como ocupação e uso do solo urbano. O próprio Plano de Desenvolvimento não teve poder decisório, uma vez que não foi aprovado enquanto lei, logo, limitou-se a fazer prognósticos e recomendações não necessariamente seguidas no planejamento da cidade. (DANTAS et al., 2019)

A principal crítica à Braskem feita pelo Plano está relacionada à sua localização, devido ao risco associado à poluição gasosa. Sua atividade é indicada como responsável pelo esvaziamento e desvalorização do bairro, além de impedir seu desenvolvimento turístico devido ao impacto na paisagem e meio ambiente (MACEIÓ, 1981a).

Já o Plano Diretor vigente de Maceió, aprovado como lei em 2005, trata sobre questões importantes para a discussão sobre a Braskem. O Artigo 12 da seção de política e gestão e subseção do setor industrial, aponta medidas específicas para o desenvolvimento industrial da cidade e três dos seis incisos dizem respeito diretamente à Braskem:

IV – efetivação de maior controle e fiscalização das atividades industriais perigosas e causadoras de impactos ambientais; V – elaboração de um estudo sobre o impacto ambiental provocado pela exploração e beneficiamento do salgema no Município para definir medidas específicas em relação a estas atividades; VI – normatização da ocupação das áreas suscetíveis à poluição em decorrência da presença do complexo cloroquímico (MACEIÓ, 2005, p. 13).

Estes incisos evidenciam a preocupação com o impacto ambiental que a Braskem poderia estar causando, além do problema de poluição, presente desde o Plano de 1981. Entretanto, não foram realizados estudos sobre estes impactos, que poderiam ter revelado incompatibilidade da atividade com o local.

3. Descrição da Problemática

Desde a implantação da Braskem, pouco se discutiu no âmbito popular sobre os impactos negativos que a empresa proporciona à cidade. Contudo, no início de 2018, após a ocorrência de abalos sísmicos e colapsos estruturais de ruas e edifícios nos bairros de extração de sal-gema da empresa, fomentou-se um debate sobre as consequências causadas pela implantação da empresa (figura 06).



Figura 06: Linha do tempo dos acontecimentos no Pinheiro, Mutange e Bebedouro. Fonte: Autores, 2019.

Os primeiros sinais de subsidência[1] do solo, observados na região, aconteceram em fevereiro de 2018, com rachaduras no asfalto após um período de chuvas na cidade (figuras 7 e 8). No mês seguinte, novamente associado ao alto índice pluviométrico, tremores de terra de 2,4 na escala Richter foram sentidos no local. Estudos preliminares concluíram que os mesmos haviam ocorrido próximos à superfície, caracterizados pela liberação de energia em explosões ou desabamentos, excluindo questões tectônicas como causa. As Universidades Federais de Alagoas e do Rio Grande do Norte continuaram a analisar a região, mas sem conclusão sobre as causas do problema.



Figuras 07 e 08: Rachaduras nas vias, resultantes do processo de subsidência do solo. Fonte: (1) Fecomércio AL, 2019

(<http://jornaldealagoas.com.br/negocios/24230/2019/02/05/95-dos-empresarios-do-pinheiro-perderam-receita>); (2) Derek Gustavo/G1(<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/04/04/justica-de-al-determina-bloqueio-de-r-100-milhoes-das-contas-da-braskem.ghtml>).

Em junho de 2018 apareceram novas rachaduras na cobertura asfáltica das vias e nos imóveis (figuras 9, 10 e 11). Tal fato levou a Defesa Civil a iniciar o processo de monitoramento dos danos e, nos meses seguintes, até outubro, técnicos em hidrologia, geologia e outras áreas divulgaram recomendações de novos estudos a serem realizados na região.



Figuras

9, 10 e 11: Rachaduras identificadas no interior e exterior de imóveis do bairro Pinheiro. Fonte: (1) CPRM (<http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Acoes-Especiais/Galeria-de-Imagens---Bairro-Pinheiro-5347.html>); (2) Alessandra Tarantino/AP, G1, (<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1085533-5602,00-RECONSTRUCAO+APOS+TERREMOTO+NA+ITALIA+CUSTARA+BILHOES+DE+EUROS.html>); (3) Raul Spinassé/Folhapress. Folha de São Paulo (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/um-ano-apos-tremores-bairro-de-maceio-ganha-ares-de-cidade-fantasma.shtml>).

Em decorrência do aumento de áreas afetadas, em dezembro de 2018, foi decretada situação de emergência, reconhecida pelo Governo Federal através de publicação no Diário Oficial. A partir disso, a União liberou R\$ 480 mil reais[2] para o pagamento de aluguel social destinado às famílias que tiveram que deixar suas residências e a Prefeitura de Maceió suspendeu a cobrança do IPTU e Taxa de Serviços Urbanos do bairro do Pinheiro.

Em fevereiro de 2019, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) - Serviço Geológico do Brasil - divulgou quatro hipóteses para as rachaduras na região: características geotécnicas dos solos e forma da ocupação do bairro; presença de vazios (cavidades, cavernas) no solo e subsolo; estruturas/feições tectônicas ativas na região (falhas ou descontinuidades); e extração de água subterrânea.

Com novos estudos sendo desenvolvidos, a Prefeitura fez um decreto em abril suspendendo as licenças de construção nos três bairros afetados, até acabar o estado de calamidade pública, ou até quando os estudos realizados pela CPRM atestarem a estabilidade da área. No mês seguinte, a CPRM apresentou um relatório que descartou as hipóteses anteriores. A exploração de sal-gema, feita de forma inadequada, foi identificada como responsável pelo afundamento do solo e, conseqüentemente, pelo surgimento das rachaduras e crateras. Posteriormente, a Defensoria Pública e o Ministério Público enviaram um ofício ao Governo do Estado para a suspensão da Licença Ambiental de Operação da Braskem para a extração de sal-gema nos bairros atingidos e logo a empresa paralisou as atividades e o funcionamento da fábrica no estado.

A partir desse relatório, constatou-se que os danos ao solo foram agravados pela instalação de poços de extração em locais de falhas geológicas preexistentes na região. Ou seja, com o processo de reativação dessas fraturas do solo, provocou-se a perda da integridade estrutural das cavernas de exploração de sal-gema e o conseqüente desabamento das mesmas. Tal fato resultou no processo de subsidência do solo, no qual entre uma área instável (vermelho) e outra estável (verde), ocorre o processo de quebraamento, resultando nos danos verificados nas vias e imóveis (figura 12).

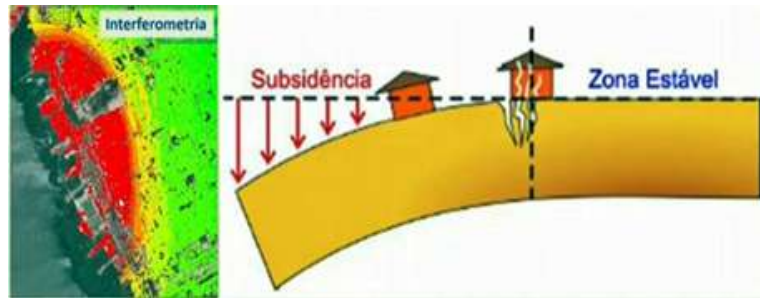


Figura 12: Processo de subsidência provocando afundamentos do solo. Fonte: CRPM / (<https://www.letrasambientais.com.br/posts/mineracao-comprometeu-solo-de-bairros-em-maceio.-e-agora->).

De acordo com a legislação brasileira, o licenciamento ambiental é obrigatório a qualquer empreendimento capaz de causar impactos ambientais significativos. É o caso das atividades ligadas à indústria da mineração (RUIZ et al, 2014). A Agência Nacional de Mineração falhou na fiscalização da segurança técnico-operacional destes empreendimentos, sendo também responsável pelo comprometimento dos bairros afetados.

Devido a importância de medidas mitigadoras, destaca-se a disponibilização de um novo Mapa de Danos (figura 13), emitido pela Defesa Civil em junho de 2019, indicando as áreas a serem evacuadas nos bairros Pinheiro e Mutange, em função do perigo de subsidência. O mapa também delimita os setores dos bairros, incluindo o bairro do Bebedouro, onde a população poderá continuar habitando, com o monitoramento das áreas de risco. Juntamente ao mapa, foram lançadas Linhas de Ações Prioritárias, elaborada pela Defesa Civil nacional e municipal, com apoio da CPRM, conforme identificado na imagem a seguir.



SETOR/CARACTERÍSTICA	CRITICIDADE	AÇÃO PRIORITÁRIA
Área de falhas ativas e processos erosivos	Colapso e infraestruturas comprometidas	Retirar moradores. Controle da erosão, monitoramento e alerta
Área de fraturas e processos erosivos	Área de possível expansão dos processos erosivos e danos às infraestruturas	População permanece na área, que será monitorada. Pode haver retirada de moradores
Movimento de massa	Encosta do Mutange e do Jardim Alagoas. Zona de deformação e falhas	Retirar moradores. Haverá monitoramento, alerta e alarme.
Movimento de massa	Gruta do Padre e Cardoso	População permanece na área, que será monitorada. Haverá monitoramento, alerta, alarme e possível retirada de moradores
Alagamento	Áreas já alagadas, insalubres e perda da função dos imóveis	Retirar moradores. Haverá monitoramento e alerta
Alagamento	Área pode ser alagada	População permanece na área, que será monitorada. Pode haver retiradas eventuais de moradores
Zona de dolina	Pode haver colapso nas minas de extração de sal	População permanece na área. Haverá monitoramento para possível retirada das famílias

Figura

13: Novo mapa de risco indica, nas cores rosa e verde cítrica, regiões do Mutange e do Pinheiro de onde famílias devem ser retiradas; Quadro de Ações Prioritárias. Fonte: Letras Ambientais (<https://www.letrasambientais.com.br/posts/mineracao-comprometeu-solo-de-bairros-em-maceio.-e-agora->).

Além de retirar moradores das regiões de maior risco, foram propostos planos de evacuação e o cadastramento dos moradores que permanecem habitando o local. Destaca-se, também, a atuação da Prefeitura em promover atendimento psicológico e social às famílias afetadas. Segundo a prefeitura, parte das famílias de Mutange vai receber 240 apartamentos recém construídos no bairro Rio Novo.

A Defesa Civil de Maceió anunciou no mês de novembro que vai interditar uma área de dois quarteirões no bairro do Pinheiro, pois apresenta rachaduras e afundamento com risco iminente de desabamento de cinco prédios residenciais. Veículos também foram impedidos de circular nesse trecho por tempo indeterminado.

Cabe ressaltar que segundo a Legislação Nacional de Mineração, a Política Nacional do Meio Ambiente

(PNMA) (Lei nº 6.938/81) previu a responsabilização e a recuperação dos danos pelo responsável pela iniciativa, bastando provar onexo causal (responsabilidade objetiva). Assim, com a comprovação dos danos causados pela exploração indevida pela Braskem, fica a cargo da instituição ressarcir as famílias afetadas. Neste caso, a Justiça de Alagoas emitiu o bloqueio de contas da empresa, a qual segue em trâmite na justiça.

A proposta emitida exige o bloqueio de R\$ 29 milhões de reais que serão repassados para o aluguel de cerca de 2,4 mil famílias do Pinheiro e para o atendimento de demandas emergenciais. [...] do montante bloqueado, será destinado para o ressarcimento de despesas com aluguel de aproximadamente 2.415 imóveis que estão nas áreas vermelha, laranja e amarela do bairro, em caso de evacuação. O restante do dinheiro será destinado para o atendimento de demandas emergenciais como obras de engenharia, prestação de serviços médico hospitalares e aquisição de insumos. (Roberta Batista, G1 AL, 2019).

Em novembro, a empresa apresentou o plano de evacuação a membros da Defensoria Pública do Estado de Alagoas, Ministério Público e Defesa Civil de Maceió propondo esvaziar cerca de 400 imóveis nos bairros atingidos que estão em uma zona de resguardo em torno de 15 poços de extração de sal-gema de propriedade da companhia.

4. Considerações Finais

Logo, percebe-se que os casos de subsidência descritos afetaram a população e a cidade de maneira ainda inestimável e a CPRM afirma que tanto a estabilização como a continuidade do processo de deformação do terreno são possibilidades e que apenas o monitoramento a médio e longo prazo irá responder.

Dentre as medidas estabelecidas estão “a interferometria pelos próximos dois anos, ações de nivelamento topográfico e monitoramento sismológico para subsidiar a tomada de decisão quanto ao futuro uso e ocupação do bairro, além de medidas de engenharia para a consolidação e estabilização do bairro” (CPRM, 2019). De acordo com a CPRM, as possibilidades de ocorrer colapso são altas, e não é descartada ocorrer um rebaixamento da margem da laguna, prejudicando uma área maior.

Vale ressaltar que os impactos sofridos pela população são maiores naqueles de menor renda, que habita a área do Bebedouro e Mutange, pois devido à falta de alternativas permanece habitando a região em uma escala maior do que se verifica no bairro Pinheiro. Até este momento, não há notícias ou declarações que apontem para a possibilidade de recuperação da área afetada. Neste cenário, a população permanece vivendo de incertezas frente ao futuro de toda uma região inserida na malha urbana da cidade de Maceió.

Agradecimentos

Este trabalho foi realizado com o apoio do Programa de Cooperação Internacional CAPES/COFECUB na Universidade Federal de Santa Catarina, no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ).

Notas

[1] A subsidência é um fenômeno de rebaixamento da superfície do terreno devido a alterações ocorridas nas camadas subterrâneas, ou seja, redução do nível do terreno devido à remoção de suporte subterrâneo (CABRAL, SANTOS & FILHO, 2006).

[2] Até o dia 22 de março, a União já havia liberado cerca de R\$ 14 milhões para o pagamento de auxílio-moradia aos habitantes que deixaram suas casas (PREFEITURA DE MACEIÓ).

Referências

CABRAL, J.J.S., DOS SANTOS, S.M., FILHO, I.D.D.P. (2006) Bombeamento Intensivo de Água Subterrânea e Riscos de Subsidência do Solo. *RBRH – Revista Brasileira de Recursos Hídricos*. 11 (3), jul-set, pp. 147-157.

- CARVALHO, M.L.S. (2007). *A evolução do parcelamento do solo em Maceió entre 1950 e 1970: uma análise dos bairros do Farol, Pinheiro, Pitanguinha e Gruta de Lourdes*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional. Depto. de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 172 p.
- COSTA, C. (1939) *Maceió*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.
- CPRM, SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. (2019) *Relatório de Análise de Subsidência dos Bairros Mutange e Pinheiro*. Acessível em: <<http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Acoes-Especiais/Apresentacao-dos-Resultados---Estudos-sobre-a-Instabilidade-do-Terreno-nos-Bairros-Pinheiro%2C-Mutange-e-Bebedouro%2C-Maceio-%28AL%29-5669.html>>
- DANTAS, M. E., MELLO, L. B., GOES, H., LIMA, V. R. A., GAMA, W. M. (2019) *Estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL)*. Rio de Janeiro: Serviço Geológico do Brasil – CPRM.
- DE MELO, C. M. P., DA GUIA, D.F., CAVALCANTI, F. L. B. A., MODESTO, M.G.S., FIREMAN, M. J. C. T., CARDOSO, P. O., MELO, R.C., MENEZES, Y. L. A. C. (2003) *Regularização fundiária como instrumento da política habitacional de Maceió*. Maceió. Monografia (Especialização em gestão da Cidade) Fundação Educacional Jayme de Altavila, Centro Universitário CESMAC.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2010) *Censo Demográfico 2010*. <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/maceio/panorama>> (acesso em: 23 de novembro de 2019).
- LINDSEY, A. B., DONOVAN, M., SMITH, S., RADUNOVICH, H., GUTTER, M. (2017) *Impacts of Technological Disasters*. Department of Family, Youth and Community Sciences, UF/IFAS Extension. <<http://edis.ifas.ufl.edu/pdf/FY/FY123000.pdf>> (acesso em: 28 de novembro de 2019).
- MACEIÓ. (1981a) *Plano de Desenvolvimento de Maceió*. COMPLAN, volume I. Maceió.
- _____. (1981b) *Plano de Desenvolvimento de Maceió*. COMPLAN, volume II. Maceió.
- _____. (2005) Lei Municipal nº 5.486 de 30 de dezembro de 2005. Institui o Plano Diretor do Município de Maceió/AL. Maceió, 88
- MARTINAIS, E. (2011) “L’émprise du Risque Sur Le Espaces Industriels”. Habiter Les Territoires à Risque. In: V; Penelas, M.; Viot, P (org.), *Lausanne, Presses Polytechniques et Universitaires Romandes*. November.
- RUIZ, M.S., CORREA, R., FIGUEIREDO GALLARDO, A.L., SINTONI, A. (2014) Abordagens de conflitos socioambientais em casos de subsidência de minas de carvão no Brasil e EUA. *Ambiente & Sociedade*. 17 (2), abr-jun, pp. 129-156. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Campinas, Brasil.

Quilombo das Guerreiras: as dimensões da territorialidade da ocupação carioca.

Juliana Varejão Giese, Universidade Federal de Viçosa, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Viçosa-MG, varejaoj@gmail.com

Leonardo Carneiro, Universidade Federal de Juiz de Fora, Departamento de Geociências, Juiz de Fora-MG, leo.ufjf@gmail.com

Antonio Colchete Filho, Universidade Federal de Juiz de Fora, Departamento de Projeto, História e Teoria da Arquitetura e do Urbanismo, Juiz de Fora-MG, arqfilho2@globocom

Luciana Bosco e Silva, Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Viçosa-MG, luciana.bosco@gmail.com

Resumo

A partir da década de 1990, os processos de regeneração urbana tenderam a ignorar o contexto histórico-social das áreas onde intervêm, gerando conflitos sócio-territoriais. A Zona Portuária do Rio de Janeiro, por exemplo, teve como expressão disso o desalojamento da ocupação urbana Quilombo das Guerreiras, liderada por integrantes do Movimento Sem-Teto, cujo estudo de caso registra o contexto das reivindicações atuais pelo direito à moradia. Caracterizando-se como uma pesquisa exploratória, foi realizado através de revisão bibliográfica onde, além da produção científica, foram também utilizados dados de jornais e publicações informais. O trabalho aborda, assim, o processo histórico de formação da região e os conflitos de territorialidade presentes em seu desenvolvimento urbanístico, além de apresentar a cronologia do grupo, desde sua apropriação do edifício da Companhia das Docas, em 2006, até seu desalojamento, em 2013. Conclui-se que as palavras de ordem “Minha casa, minha briga” evidenciam que a territorialidade se configura também pelas dimensões simbólica e afetiva, além da dimensão física, pois destaca-se a afetividade do grupo em relação ao edifício ocupado.

Palavras-chave: Regeneração urbana; direito à moradia; territorialidade; Zona Portuária do Rio de Janeiro; Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto.

1. Introdução

Comuns a partir da década de 1990, os planos estratégicos urbanos tentam criar novas centralidades ou resgatar antigas centralidades através do investimento em espaços de atratividade para o capital imobiliário-financeiro, muitas vezes desconsiderando a autenticidade, originalidade e história da cidade ou da região em questão. Para Rolnik é nesse contexto que “ocupar” se torna um ato tanto político quanto simbólico. A autora identifica que há um conflito entre os lugares que se desejam criar no espaço urbano por parte de diferentes atores sociais, visto que existe, basicamente, “de um lado, o lugar como forma de remuneração de um capital financeiro; do outro, o lugar como espaço de vida, um espaço de apropriação, um espaço de criação; um espaço, enfim, de defesa, de liberdade, de expressão e de experimentação” (ROLNIK, 2015a, informação verbal).

Os conflitos referentes a esses impasses entre diferentes visões sobre o espaço são gerados, sob um ponto de vista, pelo fato do espaço urbano comportar um número incalculável de territórios e territorialidades. Segundo Porto-Gonçalves (2002), o território é a apropriação de um espaço geográfico, onde aproximam-se diferentes estruturas e criam-se solidariedade, laços culturais e identidade. A dimensão simbólica, chamada de territorialidade, diante das novas percepções espaço-temporais, entra em tensão.

Os conflitos, assim, caracterizam-se tanto pela luta por bens materiais quanto por bens imateriais (PORTO-GONÇALVES, 2002).

De acordo com Santos (2010, p. 1), “o território se constitui num limite das práticas sociais circunscritas numa porção do espaço, sendo fruto e meio para que essas práticas existam”. Tais práticas, quando desiguais, incitam a criação de movimentos sociais que, estando condicionados às lógicas capitalistas, reivindicam o usufruto isonômico de seus territórios. Essas são as relações sociais apontadas também por Fernandes (2005) a partir das quais o autor afirma que os territórios são advindos.

Portanto, a Ocupação Quilombo das Guerreiras, na Zona Portuária do Rio de Janeiro, além de ilustrar a conceituação de territorialidade, traz à tona as discussões sobre a crise da moradia nas cidades contemporâneas. Advinda do movimento dos sem-teto, o coletivo de cerca de 150 famílias ocupou o prédio da Companhia das Docas do Rio de Janeiro, localizado próximo à Rodoviária Novo Rio, no Centro, que estava abandonado desde a década de 1980. A reivindicação do grupo se pauta na luta por moradia na área central da cidade (FALCÃO; FALBO, 2016).

Os fatos que antecederam o desalojamento efetivo da Ocupação Quilombo das Guerreiras foram iniciados em 2013, em virtude do processo de requalificação da zona portuária do Rio de Janeiro – a Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha. Porém o desalojamento indireto de famílias de baixa renda do centro da cidade veio ocorrendo desde a primeira grande reforma urbanística da cidade, gerida pelo prefeito Pereira Passos e idealizada pelo presidente Rodrigues Alves, em 1906. Ao demolir milhares de residências e concentrar na região o comércio e os serviços, o êxodo da população residente para áreas periféricas foi forçado. Fato o qual foi consolidado a partir dos anos 1950, traduzido na decadência e esvaziamento do Centro (INSTITUTO PEREIRA PASSOS, 2002). Este processo se repetiu a partir da década de 2009 com a implantação da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha, que reestruturou o uso do solo urbano da região portuária.

Junto à reelaboração da legislação urbanística, o projeto das Trump Towers, que viria a ser construído no terreno onde se deu a Ocupação Quilombo das Guerreiras, evidencia, ainda, as forças da especulação imobiliária e a desconsideração da autenticidade e historicidade locais presentes em tais processos. Por isso, este artigo tem como objetivo registrar o processo de formação e desalojamento do Quilombo das Guerreiras, perpassando pelo processo histórico de desenvolvimento da Zona Portuária do Rio de Janeiro, com ênfase na conexão dos negros com a região, de forma que sejam contextualizadas as motivações do grupo. Para isso, foram utilizadas a revisão de literatura e a investigação em bases documentais. As informações foram complementadas por dados em bases informais em consequência da insuficiência dos dados formais e da impossibilidade de um trabalho de campo, visto que no momento da elaboração deste trabalho a ocupação já havia sido desfeita.

2. Pequena África: a formação da cidade de herança negra

Decorrente da presença da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, a partir de 1808, a expansão em pequenos aterros e o desenvolvimento do comércio e das indústrias consolidou a região central da cidade, além de influenciar sua formação social, desejando que, aos poucos, a cidade do Rio de Janeiro se mostrasse liberta das estruturas e hábitos rudimentares coloniais (Abreu, 1988). Assim, a primeira grande intervenção, pautada no embelezamento da cidade, foi iniciada em 1871. Por sua magnitude, que abrangia não só o espaço físico, mas também a sociedade e os costumes, em um processo “civilizatório” (Motta, 2001), perdurou até 1914, sendo chamada de *Belle Époque*, sob influência da reforma de Paris por Haussmann, no século XIX.

A grande reforma urbana de embelezamento tinha como ponto central a modernização do Porto do Rio de Janeiro. O Cais da Imperatriz, área de embarque e desembarque de escravos, ainda apresentava as marcas da venda de escravos, as quais sentia-se a necessidade de eliminar. Em virtude disso, a região do centro do Rio de Janeiro se consolidou como área de comércio e serviços e a população residente foi retirada da região, impulsionando a expansão da malha urbana da cidade. A partir daí, os investimentos públicos

passaram a ser concentrados na zona sul, marcando a estratificação social e espacial do Rio de Janeiro (Kessel, 2001).

Com a transferência da capital do país do Rio de Janeiro para Brasília, em 1960, a cidade do Rio de Janeiro sofreu um esvaziamento político que foi determinante para a desocupação e deterioração de sua região central, juntamente com o processo de desindustrialização das cidades portuárias ao redor do mundo (Barandier, 2003). A partir dos anos 1990, a abordagem administrativa junto ao espaço urbano buscou o turismo cultural e a ascensão econômica das cidades através de estratégias de regeneração de espaços degradados e subutilizados (Sánchez, 2007). Esse é o caso do Plano Porto do Rio - Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária, de 2001, e da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha (OUC Porto Maravilha), instituída sob a forma da Lei n. 101, de 23 de novembro de 2009. O Plano Porto do Rio buscava a recuperação da Zona Portuária através da introdução de novos usos para a região e trazia questões sobre atratividade para investidores, valorização do patrimônio cultural e recuperação do uso residencial da região (Mello, 2003).

Já a OUC Porto Maravilha, elaborada pela administração municipal para que a cidade se candidatasse a sediar os Jogos Olímpicos de 2016 e a Copa do Mundo de 2014, teve como primeiro passo a definição da Zona Portuária da cidade como Área de Especial Interesse Urbanístico. Com isso, a região teve sua legislação de uso e ocupação do solo reformulada e deu-se ênfase aos pontos históricos da região, processo comum nesse contexto onde deseja-se “dinamizar a economia das cidades, revitalizar áreas degradadas, criar um efeito, normalmente superficial, de harmonia social e qualidade de vida” (Pio, 2017, p. 11).

Por seu passado histórico, a patrimonialização da região foi destacada. Assim, foi formado um circuito turístico com base na história da escravidão na cidade. Guimarães (2016) aponta, no entanto, que na região portuária a preservação foi particularmente associada às estratégias de expulsão indireta da população residente. A exemplo disso, a OUC Porto Maravilha, por mais que se apresente como atenta à herança africana e escravocrata da região, culminou em intervenções que revelaram mais uma vez a força destinada a expulsar direta e indiretamente da região a população residente de baixa renda.

Nesse cenário, os movimentos sociais pelo direito à moradia se tornam frequentes. Além da moradia propriamente dita, eles reivindicam o direito a ocupar seus territórios e a exercerem suas identidades culturais coletivas. O Quilombo das Guerreiras, ocupação urbana advinda do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, ilustra essa dinâmica na Zona Portuária do Rio de Janeiro.

3. O Quilombo das Guerreiras, territorialidades e direito à moradia

Atuando nas grandes cidades em luta pela moradia e pelo reconhecimento de sua territorialidade, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto organiza ocupações e atos contra os processos que partem de uma perda ou reconstrução de territórios, consequências comuns em grandes reformas urbanas contemporâneas. Junto a uma visão que compreende a moradia como mercadoria e ativo financeiro, os grandes projetos de regeneração urbana ligados a grandes eventos esportivos, como no caso da OUC Porto Maravilha, transformam a posse de terras e moradia em mecanismos de exclusão, onde o planejamento se volta às demandas de incorporadores. Nestes casos, a demanda por espaço é suprida através de expulsões, despejos e desapropriações. Neste contexto, as ocupações urbanas se tornam um caminho instintivo para a população de baixa renda, visto que estas não mais conseguem arcar com os custos de morar na região (Rolnik, 2015b).

O próprio Movimento dos Sem-Teto destaca a importância das ocupações:

Com elas pressionamos diretamente os proprietários e o Estado, denunciamos o problema social da moradia e construímos um processo de organização autônoma dos trabalhadores. As ocupações são sempre acompanhadas de uma pressão focada nos órgãos do Estado, com marchas e ocupações de prédios públicos (Teoria e Práxis, 2016, s/p.).

O fato das ocupações se darem em espaços obsoletos nas cidades é justificado pelo movimento por atribuir a eles novas funções e significados. Isso vem a proteger os manifestantes contra a remoção e realocação dos mesmos em lugares definidos pelo Estado nos quais o grupo não possui vínculo identitário e que, apesar de conceder a estrutura básica de moradia, não considera o viver comunitário e os laços afetivos do grupo entre si e com o espaço (Santos, 2010).

O território, conceitualmente, de acordo com Dantas e Moraes (2008, p. 5), “se ancora em aspectos vinculados a relações que a sociedade estabelece com a natureza, mediadas por mecanismos de apropriação, dominação, ocupação ou posse de uma fração do espaço”. Já a concepção de território em Santos (2000) parte de uma base materialista de fundamentação econômica. Além disso, Porto-Gonçalves (2002) acrescenta que a territorialidade, compreendida como uma trama de relações entre diferentes agrupamentos sociais com o território, possui uma dimensão simbólica que é inseparável da material, onde toda dominação espacial é também uma dominação simbólico-cultural e epistêmica. A imaterialidade é somada, portanto, ao território, conforme apontado por Fernandes (2005). De acordo com o autor, o conceito de território tem a ver com a apropriação de determinado espaço onde são exercidas relações sociais transformadoras do espaço e propícias aos conflitos de poder. Segundo o autor, o movimento pela moradia é uma das ações mais comuns em relação à reivindicação por território nas cidades. Para Santos (2010) é no acesso a moradia que o cidadão exerce sua territorialidade e sua individualidade, se inserindo na sociedade urbana.

A exemplo disso, Botelho (2007) expõe níveis de segregação urbana utilizando fatores hierárquicos do espaço. A reprodução das relações de produção capitalistas no espaço também é evidenciada, para o autor, pela dinâmica de produção dos espaços urbanos e tipologia dos equipamentos e edifícios construídos, comumente ligados ao consumo e ao turismo, e pela legislação urbana, que direciona os investimentos públicos para projetos de revalorização de regiões degradadas. Dessa forma, a população de baixa renda é direcionada para regiões periféricas menos valorizadas, onde não nutrem identificação coletiva, nem relações sociais (Botelho, 2007).

Por essas questões segregacionistas e excludentes, o Programa Minha Casa, Minha Vida se tornou uma alternativa insatisfatória para o grupo da Ocupação Quilombo das Guerreiras. A ocupação se deu em outubro de 2006 (Gomes, 2006), quando mais de 150 famílias se alojaram no número 49 da Avenida Francisco Bicalho, no antigo prédio da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ. Posteriormente, o Estado propôs que as famílias da ocupação fossem realocadas para casas do Projeto Gamboa, mas o coletivo tinha como principal reivindicação a moradia no edifício ocupado, o que, para eles, significava ter facilidade de acesso às atividades por eles prestadas e aos melhores serviços públicos (Falcão & Falbo, 2016). Esta foi a principal inspiração para a palavra de ordem da ocupação Quilombo das Guerreiras: “Minha casa, minha briga”. Ademais, a palavra evidencia a territorialização do espaço do habitar deixando clara a importância do viver comunitário e a sua relação com o espaço no qual se deu a ocupação.

Ou seja, a Ocupação Quilombo das Guerreiras caracteriza sua luta não só pela moradia, como também pela moradia no centro da cidade. Apesar de as cidades contemporâneas terem como uma de suas características a multacentralidade, as regiões originalmente centrais das cidades ainda carregam simbolismos que estão conectados às histórias e aos processos de formação das cidades, como no caso do Rio de Janeiro. O que ocorre nos processos de regeneração urbana é a tentativa de resgatar antigas centralidades para usá-las como potencializadores turísticos e de visibilidade global, como ocorreu com a Zona Portuária e a OUC Porto Maravilha. No entanto, para Pio (2017) por mais que estivesse baseado em seus aspectos históricos, econômicos e culturais, o projeto descaracterizou a região.

Neste caso específico, ainda podemos notar a discriminação étnico-cultural apontada por Rolnik (2015b, p. 187), onde a autora relembra o fato de que “as formas de habitação coletiva desenvolvidas por afro-brasileiros em cidades do Brasil, com raízes em práticas religiosas e sociais, foram sendo estigmatizadas e proibidas pelos códigos de edificação e leis de zoneamento das cidades”. No contexto contemporâneo, muitos dos locais desses assentamentos são convertidos em complexos hoteleiros, esportivos e residenciais ou em infraestruturas voltadas aos megaeventos esportivos que ditam os grandes projetos urbanos, como no caso da OUC Porto Maravilha.

O nome da ocupação traz também a identificação étnico-cultural do grupo. Historicamente, quilombos eram os lugares onde negros fugidos da escravidão encontravam refúgio e proteção. Atualmente, são comunidades de afrodescendentes que buscam a preservação de sua história e cultura. Ao ocupar, o grupo criou seu próprio território de resistência e de luta voltada à família e a horizontalidade das decisões em relação ao grupo, onde se organizaram para a limpeza, manutenção e sustento do edifício. Juntos, recuperaram as instalações elétricas, sanitárias e hidráulicas que estavam em desuso desde 1994, data da desativação do edifício, e uma horta comunitária (Catete, 2013).

No ano de 2013, as famílias da Ocupação Quilombo das Guerreiras foram expulsas para que no terreno do edifício ocupado, que tinha sua demolição programada, fosse construído o Complexo Trump Towers, um conjunto de cinco arranha-céus de 38 andares. O projeto, por fim, não foi construído, mas a ocupação não retornou ao edifício. As famílias não receberam auxílios para se alojarem em outros lugares e se dispersaram pela cidade, dissolvendo o grupo.

4. Conclusões

Este trabalho demonstra que a luta pela moradia é também uma luta pelo exercício de cidadania e usufruto da cidade. Habitar o centro, para o grupo, significava poder usufruir da cidade com plenitude, segurança e de forma inclusiva na sociedade urbana, pois para o grupo a moradia naquele espaço está ligada às questões de identidade e de laços afetivos tanto com o passado, quanto com o que haviam construído na ocupação. Mesmo que autores apontem a descaracterização da região consequente da OUC Porto Maravilha, o grupo ainda assim reconhecia a região como seu território identitário e de memória coletiva, evidenciando que o território não é apenas um lugar físico, mas também um lugar simbólico e afetivo.

As propostas em questão apresentam duas faces: renegando e impondo-se sobre o passado negro da região portuária, o projeto de construção de um forte símbolo capitalista foi determinante para o desalojo do grupo, ao mesmo tempo que caracteriza o circuito turístico e histórico da região portuária como a “celebração da herança africana”. A cidade mercantiliza o passado negro e escravocrata ao mesmo tempo que nega sua história de formação, sofrimento e resistência, quando se trata de respeitar as ocupações existentes frente à especulação imobiliária e a construção de um novo imaginário do Rio de Janeiro do século XXI.

Portanto, mais que se atentar às características locais de áreas que venham a ser palco de processos de regeneração urbana, é fundamental a participação popular nos processos de produção do espaço urbano. Afinal, grupos como esse apresentam olhares singulares sobre a cidade e os modos de apropriá-la. Além disso, ocupações urbanas são consequências de processos de planejamento urbano realizados de forma excludente no passado e, portanto, cabe-se questionar sobre o modo de produção do espaço urbano que repetimos. Deve-se repensar os esforços de intervenção voltados ao mercado imobiliário e turístico, olhando para as relações afetivas e simbólicas – ou seja, suas territorialidades – consolidadas.

Referências

- Abreu, M. (1988). *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPLANRIO/ZAHAR.
- Barandier, H. G. (2003). *Projetos urbanos na área central do Rio de Janeiro (1993-2000)*. Master thesis submitted to the Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 145 p.
- Botelho, A. (2007). *O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário*. São Paulo, Annablume/FAPESP.
- Catete, L. (2013). *Quilombo das Guerreiras: futuros à deriva e a reivindicação de um porto*. <<http://passapalavra.info/2013/03/73570>> (accessed 29 May 2018).
- Dantas, E., Morais, I. (2008). *Território e territorialidade: abordagens conceituais*. Brasil, UFRN/UEPB. E-Book. <http://www.ead.uepb.edu.br/ava/arquivos/cursos/geografia/organizacao_do_espaco/Org_Esp_A07_I_WEB_SF_SI_050805.pdf> (accessed 05 July 2017).

- Falcão, M., Falbo, R. (2016). Quilombo das Guerreiras e Zumbi dos Palmares: movimentos sociais pelo direito à moradia na cidade do Rio de Janeiro. *Revista de Direito da Cidade. Rio de Janeiro*, 08 (01), pp. 331-360.
- Fernandes, B. M. (2005). Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Observatório Social da América Latina*, 6 (16), pp. 273-283.
- Gomes, M. (2006). *Sem-teto invadem prédio da Docas na Zona Portuária*. <<https://oglobo.globo.com/rio/sem-teto-invadem-predio-da-docas-na-zona-portuaria-4557145>> (accessed 18 May 2018).
- Guimarães, R. S. (2016). O patrimônio cultural na gestão dos espaços do Rio de Janeiro. *Estudos históricos*, 29 (57), pp. 149-168.
- Kessel, C. (2001). *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.
- Mello, F. F. de. (2003). *A Zona Portuária do Rio de Janeiro: antecedentes e perspectivas*. Master thesis submitted to the Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 140 p.
- Motta, M. S. da. (2001). *Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- Pio, L. (2017). *Usos e sentidos no patrimônio cultural no Projeto Porto Maravilha*. Rio de Janeiro, Gramma.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2002). Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: Sader, E., ceceña, A. E. (orgs.). *La guerra infinita: hegemonia y terror mundial*. Buenos Aires, CLACSO.
- Rolnik, R. (2015a). *Guerra dos lugares*. Centro Universitário Maria Antonia, São Paulo, 09 December. <https://www.youtube.com/watch?v=gjXEgU5_PJg> (accessed 16 May 2018).
- Rolnik, R. (2015b). *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo, Boitempo.
- Sánchez, F. (2007). Cultura e renovação urbana: a cidade-mercadoria no espaço global. In: Lima, E., Maleque, M. (orgs.). *Espaço e cidade: conceitos e leituras*. Rio de Janeiro, 7Letras.
- Santos, M. (2000). O papel ativo da geografia: um manifesto. *Revista Território*, 5 (9), pp. 103-109.
- Santos, O. A. A. dos. (2010). Movimentos dos trabalhadores sem-tetos (MTST) e a questão da cidadania em Recife/PE. In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, Porto Alegre. *Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos*, pp. 1-10.
- Teoria e Práxis. (2016). Movimento dos trabalhadores sem-teto. <<https://praxisteoria.wordpress.com/2016/08/16/movimento-dos-trabalhadores-sem-teto/>> (accessed 25 July 2017).

Alternativas projetuais para problemas estruturais na América Latina: estudo de caso PICO Colectivo na Venezuela

Mariana Tealdi Sant'Anna, PUC-Campinas, POSURB ARQ, mariana.ts4@puccampinas.edu.br
Vera Santana Luz, PUC-Campinas, POSURB ARQ, veraluz@puc-campinas.edu.br

Resumo

O artigo apresenta a investigação de uma alternativa projetual e seus processos, o estudo de caso do PICO Colectivo, arquitetos venezuelanos que atuam em áreas precárias principalmente em seu país de origem, nos detendo na exemplarização da intervenção La Ye. O objetivo da pesquisa é a sistematização desta experiência considerando seu potencial de replicabilidade a outros cenários latino-americanos com carências socioespaciais, em que comunidades atingidas direta ou indiretamente pela intervenção são protagonistas das ações. Dada a característica de participação de grupos sociais vulneráveis em projetos arquitetônicos interdisciplinares no intento de criar laços entre a população e o território, a pesquisa em andamento associa os fundamentos teóricos de Freire e Sousa Santos em uma discussão dialética, buscando aproximações conceituais e analogias para o entendimento do alcance político e pedagógico das ações projetuais do coletivo, bem como pretende, como resultados esperados, a sistematização do acervo produzido mediante análise de seus múltiplos aspectos.

Palavras-chave: Direito à cidade; Lugar; Projeto Participativo; América Latina; PICO Colectivo

1. Introdução

O Estado comumente prioriza investimentos para determinadas áreas da cidade de interesse do mercado, cujo fenômeno de especulação imobiliária condiciona a expulsão das camadas pobres para as periferias, o que tem se articulado ao abandono de centros históricos pelas elites econômicas, causando a complementaridade da pobreza, por vezes extrema, em áreas providas de infraestrutura e serviços, porém em degradação e, ao mesmo tempo, a apropriação por moradores de rua, enquanto edifícios habitacionais paradoxalmente se mantêm desocupados

A classe trabalhadora ou, de modo mais dramático, o sub-proletariado, passa a ser subjugada aos interesses imobiliários e o Estado, no melhor dos casos em governos progressistas, se movimenta de forma tardia em sua tentativa de provisão e ordenamento do uso e ocupação do solo urbano, cujo desenho está em grande medida traçado segundo os interesses de grupos privados, regentes da ação governamental. Em certas circunstâncias, mormente em países dependentes, a aliança do Estado à hegemonia das classes dominantes se faz mais clara em positividade ao capital. “Devido à alquimia do setor imobiliário-construtor e à “neutralidade” tecnicista do planejamento público, [o Estado] converte-se em instrumento dos interesses dos estratos privilegiados” (Kowarick, 1983, p. 37). Para o capital, “a cidade e a classe trabalhadora interessam como fonte de lucro” e “o sistema capitalista pressupõe a destruição dos meios autônomos de vida, basicamente, na expropriação de terra e dos instrumentos produtivos” (Kowarick, 1983, p. 53-55). O pobre urbano, seguindo o plano maquiavélico do capital, sem insumos para viver em áreas infraestruturadas, tradicionalmente se afastou para áreas cada vez mais distantes, geralmente deficientes de condições urbanas básicas de provimento e qualidade espacial e, mais recentemente, como face da mesma moeda, busca ocupar determinadas áreas centrais paradoxalmente infraestruturadas porém abandonadas pelos setores de investimento imobiliário. Estudos mais recentes apontam para a persistência desses processos. Fix (2001) esclarece a “parceria da exclusão” entre o Estado e o capital imobiliário, agora em busca de

internacionalização, e a decorrente expulsão de ocupações de baixa renda, em um movimento contemporâneo de higienização e a apropriação privada de setores da cidade, incluindo a prerrogativa da gestão do espaço público, especialmente nos aspectos de limpeza, mobiliário e segurança, parodiando métodos de aliança praticados em países centrais, como um valor (Fix, 2007). Como tema constitutivo deste fenômeno, cidades periféricas se apresentam com aparência de cidades globais, como mercadorias em disputa. O cenário atual é preocupante. As forças neoliberais do capital internacionalizado submetem os estados nacionais aos moldes do livre mercado, priorizando o volátil capital financeiro e desmontando o patrimônio público pela privatização de empresas e serviços públicos. O reflexo urbano é evidente: a favelização global se torna a face tenebrosa deste fenômeno, de extensão imprevisível, onde hordas continentais não detêm garantia de trabalho, urbanidade e cidadania (Davis, 2006, p. 214). Estudos apontam para ações locais de resistência como em Luz (2018).

Guardadas as diferentes especificidades, a experiência venezuelana do PICO Colectivo se insere em territórios urbanos apartados, cujo fenômeno de dependência neocolonial se inscreve no que Furtado (2008) denominara de “subdesenvolvimento com abundância de divisas”, cuja persistência é confirmada por Barbosa Santos (2018), ao estudar, no período entre 1998 e 2016, os limites do que denomina como uma “onda progressista sul-americana”. O objetivo desta Pesquisa é o estudo dessa experiência, articulado ao referencial teórico de Souza Santos (2018) e Freire (1982; 2001), mediante investigação de referências bibliográficas e depoimentos realizados pelos integrantes do coletivo, cujos resultados pretendem articular hipóteses teóricas do alcance político das intervenções e a sistematização de suas características.

2. O lado de cá existe

Vivemos até atualmente, em grande medida, em sociedades marcadas por preconceitos coloniais em que uma pequena parcela detém privilégios sociais e de poder em detrimento da exploração da miséria das massas populares. O resultado não poderia ser diferente: o abismo entre o global e o parcial manipulado. Constituinte de relações excludentes, o pensamento moderno é regido pelo racionalismo em busca da eficiência e acumulação de capital. Belluzzo e Galípolo alertam para a dominância financeira, aumento da desigualdade, a queda do rendimento dos trabalhadores e da demanda, perante a reestruturação do capitalismo em que o “verdadeiro sentido da globalização é o acirramento da concorrência entre empresas, trabalhadores e nações, inserida em uma estrutura financeira global monetariamente hierarquizada, comandada pelo poder do dólar” (Belluzzo & Galípolo, 2019, p. 193), onde o desemprego, a concentração de renda e a precarização do trabalho e dos direitos sociais evidencia “mudanças de grande alcance na dinâmica da economia mundial, resultantes da fratura do arranjo geoeconômico erigido nos últimos 40 anos” (idem, p. 196) nos países centrais cujo estatuto os países periféricos nem conseguiram alcançar.

Segregacionista, essa lógica é formada por divisões - visíveis ou não -, políticas e sociais. Para Souza Santos (2018), essa separação é denominada como linha abissal o que, segundo Santos (2007) seria tão profunda que, quando o mundo é dividido entre “os de lá” e “os de cá”, o “outro lado”, o lado oprimido, torna-se excluído da realidade e, portanto, inexistente. Quando uma parcela da sociedade perde seu *status* de existência, tem toda sua produção ignorada. Segundo Lefebvre (1991), a integração para essa massa se torna uma aspiração sem objetivo. Para o autor, sendo um problema prático, a segregação é, portanto, um tema político. Essas classes, por um lado, em sua resistência, revelam uma estratégia de inserção na prática social e, por outro, conotador, sem objetividade, revelam apenas uma obsessão pela integração. As necessidades sociais em uma condição de estratificação, são opostas e compreendem dualidades como segurança e abertura, trabalho e lazer, isolamento e encontro, oprimidos e opressores e, segundo Lefebvre (1991), é preciso que haja uma ciência analítica da cidade que ainda não passa de um esboço. Nada mais atual.

O sistema de acumulação de capital quando potencializa a disparidade organizacional entre os lugares gera uma consequência perversa da segregação: o isolamento que julga e comprime a visão do outro (Bauman, 1999). Assim, qualidades únicas que deveriam ser evidenciadas no encontro entre pessoas, extenuam-se. Não é a globalização, entretanto, que exclui o particular. São as leis globais que, quando

pensam na resolução dos problemas de apenas uma parcela restrita da sociedade, agravam as desigualdades mantidas pelo capitalismo (Santos, 1997). Uma arma poderosa das elites contra a luta das massas por direitos é a disseminação de ideologias, com o objetivo de mudar a cabeça do dominado, ao invés de se transformar a lógica opressora e, quanto mais a maioria se adaptar às prescrições da minoria, mais controle esta tem sobre os limites. Quanto mais as minorias dividem as maiorias, mais conseguem determinar seu poder sobre elas. Definem conceitos como organização e luta como perigosos, alienando as classes dominadas e, conseqüentemente, as dividindo e dominando (Freire, 2001).

A “autodesvalia” (Freire, 2001, p.50) é uma característica comum entre os oprimidos. Os dominados veem no dominante um estilo de vida desejável, como um padrão a se seguir, daí a alienação constante da classe média e sua conivência com o sistema opressor. Assim, a educação, segundo Freire (2015), é dialética e contraditória, podendo tanto disseminar ainda mais a ideologia dominante como servir de ferramenta para o seu desmembramento.

O descaso racional com as demandas populares permite que, cada vez mais, as pessoas tomem consciência do momento em que estão vivendo, podendo produzir, em oposição ao pretendido, uma redescoberta dos seres humanos sobre eles mesmos; essa espécie de despertar, portanto, pode ocorrer pela desilusão de um sistema que é injusto e não serve a todos do mesmo modo. A insatisfação individual pode não acarretar mudanças radicais, mas este mesmo sentimento, em corrente, pode fomentar um discurso bem articulado desencadeando na *práxis* pela mudança. É nesta chave que, acreditamos, se insere o trabalho do PICO Colectivo, em sua experiência pontual na Venezuela.

3. Luta pela liberdade

Segundo Santos (2016), o preconceito colonialista ainda é muito forte na Europa e talvez isso explique sua dificuldade em aceitar novas formas de conhecimento. No entanto, devido às crises socioeconômicas em cadeia, este paradigma pode estar em vias de transformação. O sistema racional sem dúvida criará obstáculos para tal virada. Mas isso não impede que cada país com suas culturas e costumes encontre modos alternativos para que a nova globalização venha “de baixo para cima” “em que a busca de classificação entre potências deixe de ser uma meta, [o que] poderá permitir que preocupações de ordem social, cultural e moral possam prevalecer” (Santos, 2019, p. 154). Segundo Souza Santos (2018), um dos maiores desafios ao se pensar possíveis soluções para a sociedade vigente é saber quais são seus problemas fundamentais. É necessário o conhecimento da causa das crises para se analisar demandas e, como solução à polarização social, o autor defende a utopia da “exploração de novas possibilidades e vontades humanas, por via da oposição da imaginação à necessidade do que existe” (Santos, 2018, p. 193).

Revalorizando conhecimentos e práticas não hegemônicas e aprendendo com os oprimidos sobre os oprimidos para também se aprender sobre os dominadores, o autor sugere que se abandone o apego às teorias eurocêntricas e se tenha mais esperança de que as coisas podem tomar outro rumo, um caminho voltado ao bem comum em que talvez seja hora de “por um lado, ir às raízes da regulação social e, por outro, inventar ou reinventar não só o pensamento emancipatório como a vontade de emancipação” (Santos, 2018, p. 148).

O autor constitui a sociologia das ausências como um recurso para o entendimento das massas em suas lutas contra o capitalismo e colonialismo e seu enfoque está nas exclusões sociais e na resistência, denunciando o efeito negativo desse sistema de dominação, cujo principal papel é “produzir um diagnóstico radical das relações sociais capitalistas” (SANTOS, 2018, p. 324) e, a partir deste diagnóstico, com a sociologia das emergências, tornar este panorama negativo em um campo de experiência social “rica, animada e inovadora” (Santos, 2018, p. 324).

Podemos inferir, a partir do autor, que a ciência moderna e as sociais em geral estão passando por uma crise epistemológica e que atravessamos um momento de transição neste campo para um conhecimento pós moderno.

Freire (2001) já advertia que, para aqueles que se comprometem verdadeiramente com as massas

populares, é indispensável que revejam seus atos constantemente para que não ocorram comportamentos ambíguos, sendo necessário, como compromisso, aproximar-se das pessoas quebrando o pensamento de que são inferiores e de que “sabem menos” e essencial *conhecer o conhecimento* existente tanto quanto estar aptos à produção de conhecimento ainda não existente (Freire, 2015, p. 30). Analogicamente a Souza Santos (2018), o autor aponta para a necessidade de conhecer os saberes construídos na prática comunitária, aproveitando e discutindo as experiências tidas na prática. Resulta, para este estudo, que as teorias originais de Freire articuladas a Boaventura Souza Santos apontam para a compreensão dos procedimentos, métodos e da própria fundamentação que o PICO Colectivo apresenta em seu trabalho, desde sua inserção social aos procedimentos horizontais e participativos, técnicas e materiais empregados, decisões programáticas, uso e apropriação e articulações de financiamento.

4. PICO

Com a premissa de ação política territorial que aposta no desenvolvimento de estratégias e operações de infraestrutura em ambientes onde ocorrem conflitos urbanos não convencionais, o PICO Colectivo foi fundado por Marcos Coronel, Juan Carlos Castillo e Kenneth Gómez (Valencia, 2015). Coletivo de arquitetura venezuelano, destaca-se pela iniciativa Espacios de Paz, interdisciplinar e em conjunto com outros escritórios de arquitetura e engenharia, pela intensa participação das comunidades envolvidas com o objetivo de transformar física e socialmente áreas fragilizadas em lugares com memória e sentido para os moradores, fomentando novas formas de convívio e produção cultural (Figura 1).



Figura 1: Vista do bairro do Petare para a intervenção no Núcleo Cultural La Ye. Fonte: PICO Colectivo. Disponível

em: issuu.com/aparatoscontingentes/docs/projecto_de_inter__s_comunal__infra. Acesso 19 Setembro 2020.

À Tabela 1, abaixo - realizada para visualização do panorama executado pelo escritório -, percebe-se que a maior parte de suas obras foi realizada na Venezuela, tendo exemplares em Cuba e na Espanha. A forma de financiamento é diversa, podendo partir de investimento por parte de empresas do ramo de construção bem como de instituições como o caso do Banco de Desarrollo Económico y Social (BANDES), que financiou a Zona de Produção Cultural em Guácara, Venezuela.

	local	uso	equipe	investidor	ano
Casa Comunitaria "Restaurar pero reconvertir"	La Guaira-Venezuela	Centro de encontro cultural	PICO; CAPA; Asymetric; Abono; comunidades de La Guaira, Valle del Pino e Estado Vargas	Misión Saber, Frente Constructor Francisco de Miranda	2015
La Ye "Trincheiras contra-culturales"	Petare-Venezuela	Espaço de uso esportivo e cultural	PICO; PGRC; TXP; comunidade 5 de Julho.	Missão Saber e Trabalho, Frente Constructor Francisco de Miranda	2014
Navio de Parede Animal "Patrimônios instantâneos"	Havana- Cuba	Eixo de mobilidade	PICO	Centro de Arte Contemporanea Wilfredo Lam , Comissão Presidencial por la Paz y la Vida, Instituto de las Artes, de la Imagen y el Espacio	2015
Plaza Estacional "Granjas Urbanas"	Caracas-Venezuela	Sistema de Equipamentos comunitários	PICO, AGA estudio	Vice Presidência territorial; Instituto Nacional de Parques; Missão Bairro Novo Tricolor	2018
Parlamento Aberto "Artilharia Popular"	Caracas-Venezuela	Sistema de Equipamentos comunitários	PICO, AGA estudio	Vice Presidência territorial; Instituto Nacional de Parques; Missão Bairro Novo Tricolor	2015
Zona de Produção Cultural "Microeconomias Subversivas"	Guácara-Venezuela	Centro Cultural	PICO, La Vieja Escuela	BANDES, FONDEMI, Ministerio de Comunas y Movimientos Sociales.	2016
Polideportivo Reducido "Artilharia Popular"	Caracas-Venezuela	Sistema de Equipamentos comunitários	PICO, AGA estudio	Vice Presidência territorial; Instituto Nacional de Parques; Missão Bairro Novo Tricolor	2015
Workout el Risco "Resignificando o residuo"	Las Palmas-Espanha	Revitalização de espaços reiduais	PICO	Prefeitura de Las Palmas	

Tabela 1: Descrição dos locais, usos, participantes da equipe, investidores e ano de trabalhos elencados da iniciativa Espacios de Paz. Fonte: PICO Colectivo trabalhado por Sant'Anna (2019).

Para uma primeira análise de métodos e resultados, foi elencada a intervenção La Ye, localizada no Petare, favela da região metropolitana de Caracas, considerada a maior do país, contando com 372.470 habitantes em 2011. Trata-se de um ambiente coletivo administrado e frequentado por jovens do bairro, onde uma casa antes em condições precárias foi recuperada e transformada em um espaço para uso esportivo e cultural.

A intervenção é focada primeiramente na solução técnica das patologias existentes no edifício original, como a realização de reforços estruturais e limpeza, e sua preparação para a adição de suportes e instalações complementares – como o fechamento e a cobertura da quadra.

Pensado como um microrganismo híbrido de economias alternativas, em que se destacam as preexistências, tem como base a realização de disciplinas atípicas, através da reestruturação de uma construção desocupada, onde havia uma casa autoconstruída que funcionava como uma sala de apostas e uma loja de bebidas, considerada anteriormente como um local vulnerável para a convivência comunitária.

No subsolo, com 120m², existiam diversas saletas segregadas e separadas por um corredor com pouca iluminação e ventilação natural. No nível acima, inacabado, existiam vergalhões expostos para uma ampliação futura e uma escada perimetral que acessa os outros edifícios do bairro.

O ponto de partida foi a transformação da casa, antes em condições precárias, em um espaço multiuso que pudesse ser apropriado pela comunidade como um todo (Figura 2) e o nó do projeto foi a construção de uma quadra poliesportiva adaptada ao perímetro da casa para substituir o tabuleiro de vergalhões preexistentes, tornando a cobertura em um espaço que integra diferentes atividades recreativas.



Figura 2: Interior da intervenção Núcleo Cultural La Ye. Fonte: PICO Colectivo. Disponível em: issuu.com/aparatoscontingentes/docs/projecto_de_inter_s_comunal_infra. Acesso 19 Setembro 2020.

Para que o trabalho fosse realizado, foram criadas quatro equipes interconectadas, onde diferentes agentes agiram simultaneamente. A equipe de Desenho foi encarregada de definir o programa e os novos usos adaptáveis à construção, as estratégias de intervenção e o planejamento do trabalho. O grupo de Identidade definiu a imagem que representaria o projeto, assim como seus elementos simbólicos. A equipe Atividades foi o grupo que se encarregou de propor um programa de eventos que aconteceriam durante e após a reforma e a equipe de Comunicação foi responsável por desenvolver a documentação em forma de um diário do trabalho.

Durante a intervenção foram realizados diagnósticos e análises em conjunto com as quatro equipes, o que alavancou uma conversa horizontal que permitiu encontrar com maior facilidade as necessidades básicas da obra, assim como um consenso para trabalhar com objetivos comuns.

As ações e soluções foram tomadas durante um processo decisório em tempo real, o que as tornou flexíveis e adaptadas ao cenário, respondendo às perguntas conjunturais e de logística. Um fator muito importante para que a execução acontecesse dentro do prazo estabelecido foi a criação de tal método de trabalho, dinâmico e processual, regido pela máxima do “aprender a fazer”.

5. Conclusões

Mediante a sistêmica segregação socioespacial urbana e a convivência do Estado como um projeto, e suas diversas e perversas consequências, busca-se constituir a análise de alternativas horizontais de inserção social da arquitetura e do urbanismo, na esperança de um mundo mais digno. A proposição de novos paradigmas de enfrentamento da situação sistêmica nas periferias urbanas, por ações projetuais de

participação comunitária como hipótese de propostas conjunturais, para problemas estruturais cuja complexidade a atingir extrapola o âmbito disciplinar da arquitetura e do urbanismo, pode ser uma das formas de resistência na afirmação de identidade dos lugares, autonomia comunitária, qualificação de espaços coletivos e, por consequência desses processos, a indicação de uma direção de ampliação das reivindicações populares pelo direito de existir.

Aposta-se, como apontam as referências, que ações análogas às do Pico Colectivo possam colaborar para uma virada contra-hegemônica, de uma utopia realizável baseada em uma revolução epistemológica, com a qual objetivar-se-ia rebater as consequências do capitalismo em direção a um sistema horizontal e igualitário, onde as especificidades não sejam excluídas mas vistas como alternativas a problemas para os quais sempre foram dadas soluções semelhantes, racionais e mercantis. A estratégia urbana tem necessidade de um suporte social e político para tornar-se atuante, levando-se em conta as vontades da classe operária ou das camadas populares, considerando-as como únicas capazes de mudar sua realidade.

A Pesquisa busca entender uma metodologia de integração das populações, especialmente as em condição de opressão, nas decisões arquitetônicas como um todo, unindo seus saberes sobre os territórios e sobre elas mesmas, com o conhecimento dos profissionais, em um diálogo horizontal que busca ser livre da arrogância colonizadora. Entende-se que ninguém compreende melhor as dinâmicas e necessidades de um lugar do que quem o vivencia e este saber seria imprescindível para uma arquitetura igualitária que vise contribuir positivamente para a transformação de lugares fragilizados pela linha abissal que polariza a sociedade capitalista.

Tais projetos, conjunturais, para não ter poder de transformação estrutural, devem estar ligados a ações políticas, como contribuição para sistemas organizados de processos de apropriação, formação cívica e, no limite, constituição instrumental para reivindicação de direitos. Se população oprimida necessita tomar consciência de classe e unir a teoria à *práxis* para então planejar sua ação de tomada de liberdade e autonomia, considera-se a hipótese de que as ações do PICO Colectivo caminhem nesta direção que é contrária à de permanência somente em teoria, em que esforços podem se reduzir a pensamentos abstratos e, por oposição, a *práxis* mal fundamentada, pode não resultar em ações transformadoras.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Referências

- Bauman, Z (1999). *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Belluzzo, L. G., Galípolo, G. (2019). *A escassez na abundância de divisas*. São Paulo: Contracorrente.
- Davis, M. (2006). *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo.
- Fix, M. (2001). *Parceiros da exclusão*. São Paulo: Boitempo.
- Fix, M. (2007). *São Paulo cidade global: fundamentos de uma miragem*. São Paulo: Boitempo.
- Freire, P. (1982). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2001). *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (2015). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Furtado, C. (2008). *Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Kowarick, L. (1983). *Espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Lefebvre, H. (1991). *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes.

Luz, V. S. (2018). *Por uma autonomia concretizável: proposição de técnicas de arquitetura e infraestrutura de pequeno e médio porte para comunidades em regiões de fragilidade socioespacial e ambiental*. Anais V ENANPARQ. Salvador, BA. pp. 1082- 1104.

PICO Colectivo. <<https://picocolectivo.org.ve/>> (acesso 05 Fevereiro 2020).

Santos, B. S. (2018). *Construindo as epistemologias do sul: antologia essencial: para um pensamento alternativo de alternativas*. V. 1. Buenos Aires: CLACSO.

Santos, B. S. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos - CEBRAP*, (79). <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004&lng=en&nrm=iso> (acesso 05 Fevereiro 2020).

Santos, B. S. (2016). Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul. *Sociologias*, (18) (43), pp. 24-56. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222016000300024&lng=en&nrm=iso> (acesso em 05 de Fevereiro de 2020).

Santos, F. L. B. (2018). *Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)*. São Paulo: Elefante.

Santos, M. (1997). *Pensando o espaço do homem*. São Paulo, SP: Hucitec.

Santos, M. (2019). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.

Valencia, N. *Venezuelan urban acupuncture: Spaces of Peace by PICO Estudio*. <https://www.architectural-review.com/8686647.article?utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br>. (Acesso 03 Outubro 2019).

Habitar a Caixa Preta: Processo de Ocupação da Região Portuária Carioca

Alexsander de Paula Pereira, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFRJ, pps.alexander@gmail.com

Resumo

Busca-se, através de análises teóricas e ensaios práticos, compreender os processos de formação da Zona Portuária do Rio de Janeiro e como a mesma converteu-se no centro de transformação e criação da cultura e identidade carioca, configurando-se como a Pequena África brasileira. Para tal, adota-se um embate entre a paisagem programada por planos urbanísticos e a paisagem imaginada pelo vivido, a partir de três instâncias: a apresentação, que constitui um quadro de histórias, memórias e esquecimentos cartografados; a representação, elaborada através de uma investigação de projetos alternativos com um olhar desviado sobre a região; e a presentificação, que consistiu em um ensaio prático feito no local.

Palavras-chave: zona-portuária; memória; rio-de-janeiro; imagem; herança-africana

1. Introdução

A pesquisa faz parte de um projeto que adotou como campo de estudo as superfícies rugosas da Região Portuária carioca. As inquietações que dão origem ao trabalho surgem quando, ao realizar um levantamento de dados estatísticos, constatou-se uma discrepância entre a capacidade infraestrutural e a densidade populacional do local. Trata-se de apenas 32 mil habitantes em 5 km², um terço de toda Zona Central da cidade do Rio de Janeiro, a qual possui cerca de 7 milhões de habitantes. Em dados comparados, o bairro de Copacabana possui 7,8km² e abriga 160 mil pessoas. Ao questionar-se os motivos dessa configuração, um abismo de estratégias políticas, planos urbanísticos, memórias e esquecimentos se abre.

Um retorno aos primeiros traçados de ocupação dessa superfície se faz necessário. É quando, então, se esbarra na tragédia humanitária do Cais do Valongo, naquele que hoje é tombado como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, habitam os destroços que construíram a história desse país. Racismo, intolerância, desigualdade e marginalidade configuram o quadro atual do Brasil, contudo, muito mais do que um momento político, são resultados de um longo processo que reverbera os séculos de extermínio praticado na sociedade brasileira, e tudo foi gestado ali, nas palavras de Dodô Azevedo (2017), nesse "útero de pedra, sangue e rotina".

Os autores e conceitos relevantes adotados envolvem o discurso do escritor e cineasta Dodô Azevedo (2017) sobre o Cais do Valongo, o cruzamento dos discursos sobre memória de Halbwachs (1990), Ricouer (2003) e Huyssen (2000), as maneiras de caracterizar o cotidiano de Michel de Certeau (1998) e a Filosofia da Caixa Preta de Vilém Flusser (1985), objetivando produzir um material empírico que fricciona o agora e outrora, legitimando as tensões entre os conflitos urbanos como fundamentais para nossas investigações teóricas e práticas da construção e do planejamento urbano na formação de uma cidade mais democrática.

2. Apresentação

A invisibilidade social detém múltiplas dimensões, que, por assim dizer, são resultantes de um obscuro processo de recalque daquilo que não é digno de ser visto, reconhecido e afrontado pela sociedade.

Através de movimentos sociais ao longo do último século, certas visibilidades foram dadas aos mecanismos de exclusão de minorias, como negros, mulheres, homossexuais e indígenas. Durante muito tempo a inferioridade de raças e etnias era até mesmo justificada cientificamente, foi somente após a metodologia científica ocidental ser desafiada pela epistemologia do Sul é que sua neutralidade e universalidade foram

negadas (Santos e Meneses, 2009). Uma imersão de lutas por reconhecimento e direito à cidade começaram a ganhar maiores projeções, o que resultou na garantia de alguns direitos e maior aceitação. Contudo, novos meios de restrição e seleção vêm sendo adotados e a consolidação desses direitos vão se tornando cada vez mais distantes.

A Zona Portuária, mais especificamente o Cais do Valongo, nas palavras de Dodo Azevedo (2017) “é o útero do país”. Ela nos reflete e foi palco de grande parte dessas lutas por direitos à cidade, se configurando como uma grande extensão rugosa da memória de múltiplos povos, motivando a permanência dos descendentes e daqueles que se identificam com essas superfícies presentes ali. De acordo com o sociólogo francês Maurice Halbwachs (1990), o lugar herda as marcas de um grupo na mesma proporção que este grupo recebe as marcas do lugar, logo, todas as atuações do grupo podem se exprimir em termos espaciais, e o lugar habitado por ele é tão somente a junção de todos os termos.

O projeto Passados Presentes realiza, entre outras atividades, o levantamento de uma série de registros materiais e imateriais dos lugares de memória africana na região portuária do Rio de Janeiro. Os acontecimentos registrados datam de meados do século XVIII e se prolongam até o século seguinte. É notório que os mesmos ocorrem sempre em torno da atual rua Sacadura Cabral, sendo a mesma construída justamente para tornar mais viável a conexão da cidade em expansão com a região do Valongo, no qual localizava-se o maior porto de escravos do Brasil.

Com a abolição e esquecimento de um passado de horrores, a virada do século XIX para o século XX foi marcada por uma renovação da vida cultural tanto da cidade como também da, então denominada, Pequena África, com a chegada de migrantes negros vindos principalmente da Bahia e do Vale da Paraíba, e de imigrantes portugueses, italianos e judeus.

A partir desse período, a cidade é marcada por um processo de produção espacial urbana muito intensa, sendo remodelada diversas vezes pela sua posição política e econômica e com uma ideologia desenvolvimentista na busca da modernização e de uma imagem equivalente a ela. As mudanças impostas no tecido da cidade pelas reformas urbanas afetam diretamente a rotina dos antigos e novos moradores da região portuária, convertendo-a em um centro de transformação e criação da cultura negra carioca e, por consequência, também tornando-se um ambiente de mobilizações políticas.

Essa marcante evolução dos espaços geográficos da Zona Portuária é evidenciada pela constante construção e reconstrução de padrões de ocupação do ambiente por aqueles que resistiram aos processos de renovação da imagem da cidade, tornando-se a motivação para a cartografia a seguir.

2.1. Cronologia das ocupações

O que une corpos, tanto materiais como imateriais, são as relações subjetivas produzidas pelas memórias destes, já que, de acordo com Maurice Halbwachs (1990), o indivíduo que lembra está inserido em um grupo social e cultural que carrega consigo as marcas dessas lembranças. O autor ainda destaca que o que leva o sujeito a lembrar-se do fato não é apenas sua evocação por outros, mas sim a presença nesse sujeito de algum resquício da rememoração, fazendo com que os conjuntos de testemunhos exteriores despertem nele um sentimento de pertencimento.

A Zona Portuária é ilustrada por uma sucessão de acontecimentos cronológicos que são divulgados apenas de maneira esquemática e incompleta, explicitando interesses específicos, uma vez que a história apresentada é marcada pela descontinuidade e pela reunião de fatos que possuem maior relevância na memória da sociedade. A história explorada ignora um esquecimento que está contido na paisagem urbana da cidade.

As cartografias apresentadas a seguir desvendam como este processo de esquecimento pode resultar em ações reativas dos grupos lesionados, levando-os a um processo contínuo de luta e ocupação do território, motivados por uma rememoração que subverte as complexas estratégias dos planos urbanísticos.

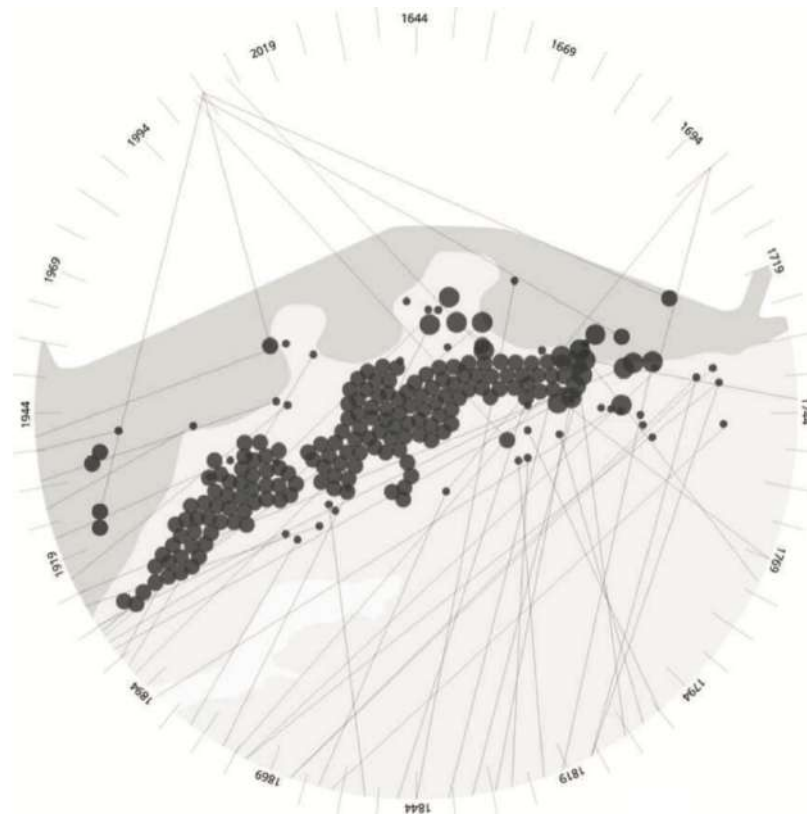


Figura 1: Cronologia das ocupações na Zona Portuária

2.2. Sobre a Pequena África

Logo no início do século XX, época marcada por diversas transformações urbanas na cidade, Heitor dos Prazeres, artista e sambista, batiza a Região Portuária como a Pequena África brasileira em homenagem a uma série de patrimônios culturais construídos pelas etnias africanas que ocuparam aqueles territórios. São marcas permanentes de um passado latejante.

O maior porto escravagista da história da humanidade se encontra no Rio de Janeiro, o Cais do Valongo. Os que desembarcavam no Cais e não resistiam ao horrendo processo de tráfico, eram desovados em uma vala aberta na região, descoberta recentemente e reconhecida como o Cemitério dos Pretos Novos, o registro de um passado de impunidades.

Já os que sobreviviam e permaneciam sendo escravizados na região e pela cidade, reconheceram pelas ruas da Região Portuária, a possibilidade de expressão cultural, que era extremamente reprimida em outros locais. Entre os séculos XIX e XX, milhares de migrantes e imigrantes de várias etnias começam a chegar à cidade através dos portos do Valongo, caracterizando a Pequena África como o centro da gênese cultural e identitária carioca e de uma série de novas maneiras de motivações políticas.

O mapa abaixo é adaptado da pesquisa realizada pelo projeto “Passados Presentes” e apresenta uma sucessão de patrimônios materiais e imateriais que resgatam a memória negra da cidade.

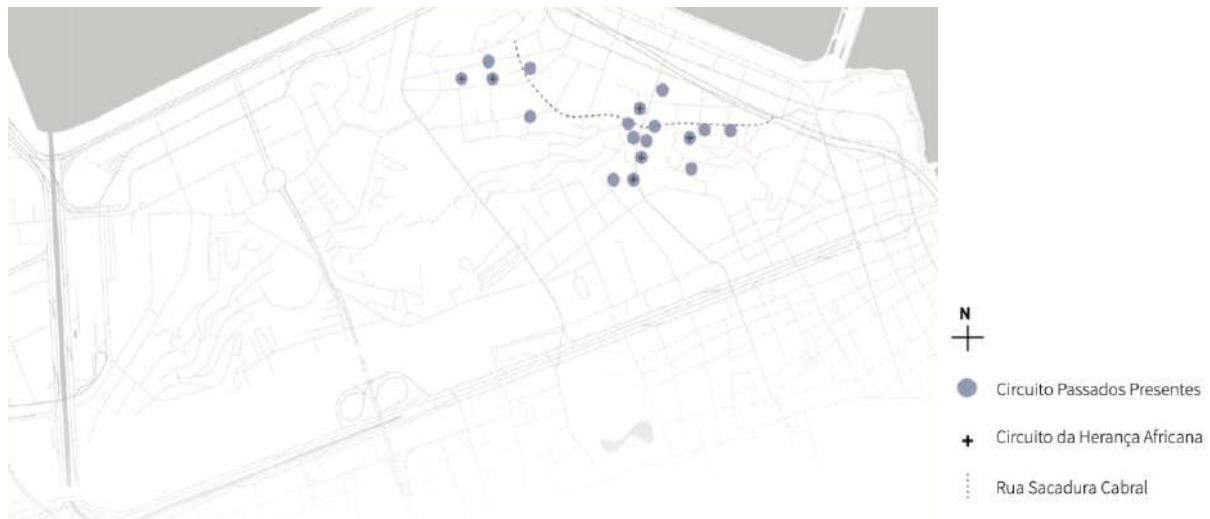


Figura 2: Locais reconhecidos como pertencentes a herança africana

2.3. Uma casa, muitas famílias

Os cortiços, a grosso modo, são aquelas habitações em que mais de uma família coabita um mesmo imóvel, seja de forma temporária ou permanente. As casas da região do Valongo tornaram-se cortiços ainda durante o século XVIII e, ao final do século XIX, com o aumento descontrolado da população carioca, atrelado a uma política habitacional escassa, os cortiços, já muito comum entre os ex-escravos, surgiram também como alternativa de moradia para a população de baixa renda que desembarcava na cidade.

Desde então, a população residente nesses cortiços luta pela permanência no local. Essas famílias correspondem a um total de aproximadamente 1120 pessoas, morando em cerca de 712 quartos, em 54 cortiços na região da Zona Portuária, de acordo com dados do projeto científico Prata Preta. A cartografia abaixo aponta a localização desses cortiços na região.

Apesar da importância histórica dessas habitações para a construção da identidade e da heterogeneidade da cidade, são poucas delas reconhecidas pelas políticas públicas e protegidas, estando grande parte submetidas às ameaças dos planos urbanísticos e arquitetônicos de remodelação dos bairros da Região.



Figura 3: Mapeamento de cortiços do projeto Prata Preta

2.4. Ocupar para resistir

Nos últimos anos, em uma evidente retomada de velhas estratégias de desterritorialização, a Zona Portuária foi palco, mais uma vez, de grandes intervenções urbanas que desprezam a importância das micronarrativas de personagens da construção da identidade da cidade, negando o direito ao lugar e moradia das populações de baixa renda, o que configura um quadro de ocupações de edifícios públicos abandonados na região portuária carioca. A motivação para tais ocupações se deve a uma necessária consequência de se habitar a centralidade, por diversas razões, principalmente uma rememoração que extrapola o tempo presente.

A cartografia apresenta graficamente a localização de algumas destas ocupações, que se iniciam com a ocupação do morro da Providência no final do século XIX, após o início das remodelações da cidade por Pereira Passos, e se intensificam ao longo dos primeiros anos do século XXI, devido ao grande abandono de edifícios públicos e a falta de investimento em habitação de interesse social na região.

As informações mapeadas foram extraídas dos dados da pesquisa realizada pela especialista em sociologia urbana Luciana Ximenes (2017).

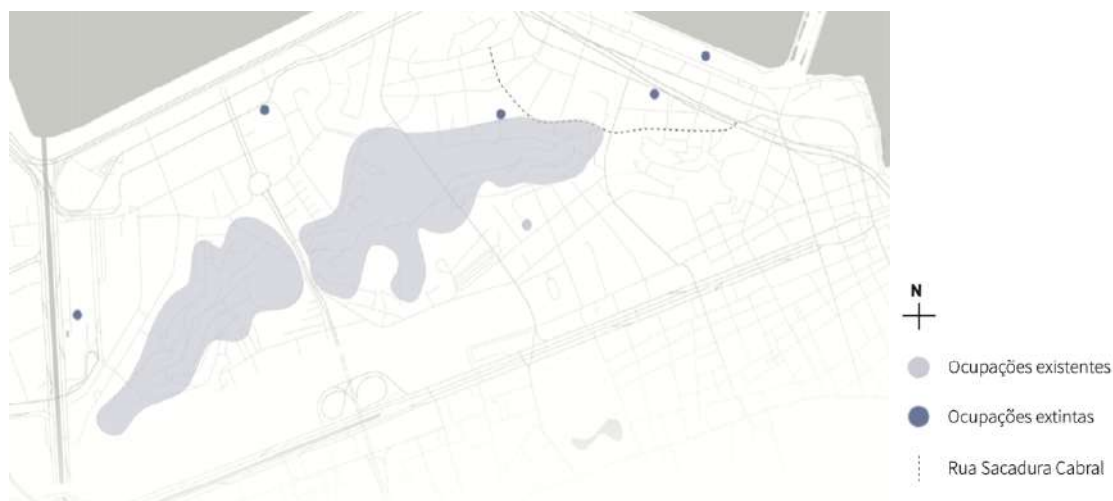


Figura 4: Edifícios ocupados na região portuária

2.5. Panorama atual

As análises apresentadas nas cartografias anteriores, não deixam dúvidas das diversas camadas de tempo presentes no tecido urbano da Região Portuária. Contudo, a mesma encontra-se num quadro atual alarmante: possui uma das melhores infraestruturas urbanas do Rio de Janeiro e contém míseros 32 mil habitantes, cerca de 5% dos moradores da cidade.

Os desejos dos planos urbanísticos por uma imagem diferente à sua paisagem, expulsando populações e elaborando estratégias de valorização imobiliária, a colocaram num processo de deterioração física e esvaziamento econômico. O discurso de que a paisagem urbana do local se associa ao empobrecimento, criminalidade, prostituição e violência é usado como justificativa para as estratégias de mudanças urbanas do projeto Porto Maravilha, o que retomou as velhas estratégias de territorialização por metanarrativas.

Porém, os múltiplos territórios reunidos na Região, a faz não ter uma identidade claramente definida, sendo o resultado de híbridas culturas, o que provoca um movimento de reterritorialização dos povos afetadas a cada novo projeto de desterritorialização, garantindo a sobrevivência das reminiscências.

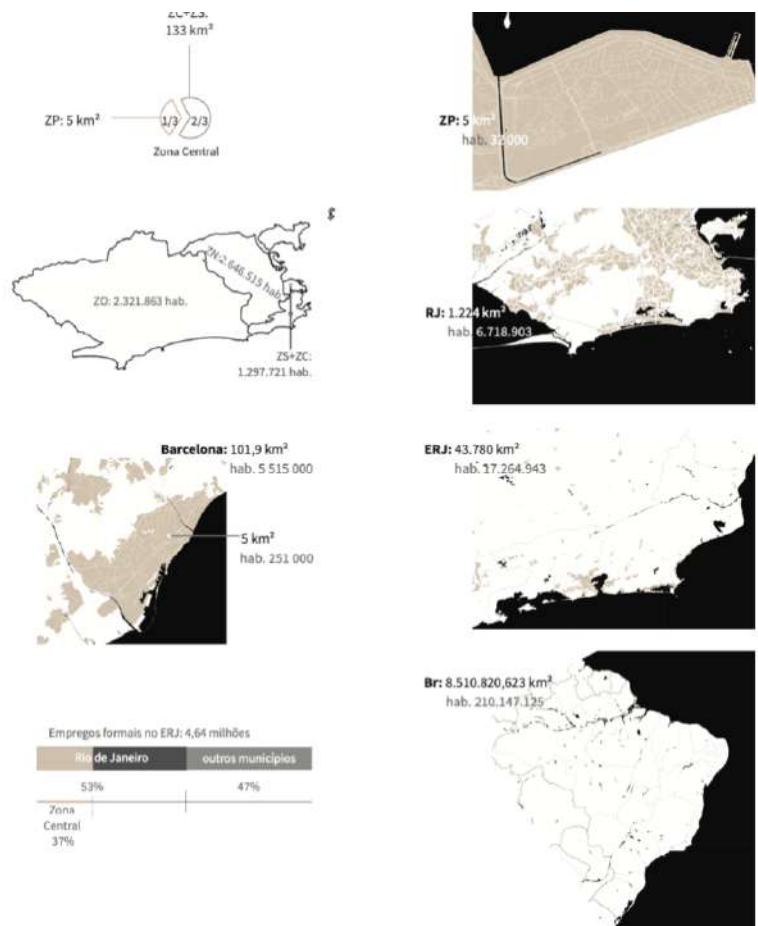


Figura 5: Comparativa do panorama atual

3. Representação

Nas últimas décadas, o mundo tem passado por um processo reverso ao do século passado, enquanto na época havia-se uma preocupação com o futuro e com a criação de uma imagem moderna para as cidades, agora inaugura-se um fenômeno de urgência da memória como centralidade das iniciativas urbanas, políticas e culturais das sociedades. Porém, sofremos com um estágio de comercialização global da memória, transformando os traumas do passado em uma fonte lucrativa do presente (HUYSSSEN, 2000). Segundo Paul Ricoeur (2003), o que ocorre é uma reapropriação do passado histórico por uma memória instruída pela história e muitas vezes lesionada por ela.

A memória é limitada pela capacidade de um grupo ou indivíduo de avançar no passado e se conectar ao que nele se registrou, este avanço pode ser mais ou menos longínquo, a depender da afetação que os corpos recebem dos acontecimentos passados. Quando esse retorno aos fatos vividos se esgota, os corpos já não são diretamente apreendidos, e é para o que se encontra além desse limite que a história se detém. É só na dissipação dos pensamentos e memórias dos grupos antigos que a história torna-se capaz de fixar uma imagem e segmentar a ordem dos fatos, conservando-os tal como acredita-se que devam ser (HALBWACHS, 1990).

Numa leitura sistemática das propostas políticas para o planejamento urbano da região portuária do Rio de Janeiro nos últimos anos, há nas estratégias um evidente esforço para dissipar memórias que contradizem os parâmetros desejados para a região, adotando medidas representativas que ocasionam em efeitos que vão além da imaginação de si e do outro, introduzindo uma ideia de preservação de identidades culturais como maneira de potencializar econômica e turisticamente o local (GUIMARÃES, 2019), o que tem levado a sociedade a um consumo de memórias imaginadas para serem comercializadas em massa e facilmente esquecidas (HUYSSSEN, 2000).

Para Ricoeur (2003), o esquecimento é um dos aspectos da condição humana, mas ele ainda destaca que de acordo com a psicanálise esquecemos menos do que acreditamos ter esquecido, basta uma situação que remeta a algum trauma do passado para que o que se encontrava inconsciente volte a nos afetar. Na Grécia antiga, uma prática comum era a da anistia, que se tornava vetado o direito de recordar os crimes políticos, chamados de infelicidades, daí o pronunciamento “não recordarei as infelicidades” feito pelo povo. Essa maneira de impor o esquecimento ainda é adotada por democracias atuais, com o cruel motivo de manter a paz social, mas que resulta em uma questão filosófica a ser debatida: a anistia passa a ser prejudicial à realidade.

Em contrapartida aos efeitos das estratégias dos planos urbanos, foram pesquisados alguns projetos realizados no âmbito do porto carioca como maneira de representar os afetos e memórias produzidas por atores invisíveis da região, um alerta para uma imaginação capaz de articular um novo método de representar a relação com o meio e com o outro, no qual a produção imagética ao invés de criar realismos, desdobra vias para uma ascensão do conhecimento local por meio da ficção. Um deles será discutido a seguir.



Figura 6:Imagens pinhole capturas pelo Coletivo FotoExpandida com moradores da Zona Portuária

3.1. Realidade retratada ou subvertida?

Em 2007, Roberta Guimarães deu início a uma pesquisa envolvendo as correlações instauradas entre os projetos de um filme, de um livro e de um projeto urbanístico. Ela relata como a forma em que um lugar é representado por produções simagéticas interfere diretamente na percepção que um observador externo terá dele, o que abre caminhos para estratégias políticas que fazem uso dessas imagens como ferramentas para aceitação de planos de remodelação urbana. O seu trabalho gira em torno do Morro da Conceição, na zona portuária do Rio de Janeiro.



Figura 7: Livro “Morro da Conceição, do passado o futuro”(à esquerda); cartaz do filme “Morro da Conceição...” (à direita)

A forma como um lugar é representado pode ir além da mera imaginação de si e do outro, provocando uma lógica mais ampla de preservação de identidades culturais e produção de potencialidades econômicas e políticas.

Quando no filme *Morro da Conceição...* a cineasta Cristiana Grumbach decide eleger oito moradores do morro para fazerem parte de uma série de entrevistas, os moradores mais velhos e descendentes de portugueses são selecionados, o filme acaba por definir uma imagem homogênea do que seria o morador do morro responsável por transmitir toda a carga de memórias que aquele lugar possui.

Análogo ao filme, no livro *Morro da Conceição: da memória o futuro*, Sigaud propaga uma classificação dos atuais moradores do morro. Segundo ele, esses moradores se classificam em três nichos: o primeiro diz respeito aos moradores tradicionais, estes seriam os descendentes de portugueses e espanhóis detentores de uma relação afetiva com a região;

em contrapartida, o segundo grupo é formado pelos imigrantes vindos de outros estados, mais especificamente do nordeste, e seriam os responsáveis por provocarem a degradação física e social da área, possuindo apenas uma relação conjuntural com ela; e por fim, o terceiro nicho é formado pelos comerciantes na base do morro, os quais, de acordo com o autor, não compartilham dos mesmos afetos e expectativas dos outros habitantes.

Quando ambos trabalhos julgam e classificam os moradores, eles produzem uma imaginação capaz de interferir e servir de justificativa para medidas como as adotadas pelo projeto do Porto Maravilha, que determina a preservação de parte dos atuais moradores da região portuária, e justamente os descendentes de portugueses são escolhidos para serem salvos do “progresso” da cidade. O que também atuou como uma maneira de evitar que a região fosse taxada de culturalmente inautêntica, como ocorrido em outros projetos de remodelação de regiões portuárias pelo mundo.

4. Presentificação

As cidades são uma expressão dos nossos corpos, o que nos leva a construção de uma linguagem própria, fabricada e contida nas paisagens urbanas. No ato de desenhar um percurso pela cidade, um corpo coloca-se exposto ao acaso dessas paisagens, logo, o que se torna legível para o sujeito no espaço é sua inerência ao mundo e que ele se encontra sempre situado. Podemos classificar duas instâncias de espaço: o espaço geométrico, aquele possível de ser apreendido através de um mapa ou plano cartesiano, sendo claro e objetivo; enquanto o espaço paisagem é o que constitui lugar ao corpo, o seu horizonte sofre deslocamento no percurso do sujeito, aqui se solidifica o subjetivo. Contudo, estes dois espaços não devem ser percebidos como conflituosos, ao contrário, ambos devem comunicar-se e exercer seus direitos relativos.

As paisagens são lugares de desejo, de Certeau (1990) valoriza nelas o quadro de itinerários múltiplos proveniente das práticas de habitar de seus cidadãos. Para o autor, a cidade é tida como uma língua, um campo de possibilidades, ela se estrutura como uma linguagem, e é na habitabilidade dos corpos que ela é inscrita e se atualiza. Quando no ato de habitar um lugar, de acordo com Ricouer (2013), uma recordação surge para um corpo sob o aspecto de uma imagem, ela se dá como signo de qualquer coisa ausente, porém vista como tendo existido no passado daquela paisagem. Um aspecto paradoxal, que reúne a presença, a ausência e a anterioridade em uma única imagem-recordação, a mesma encontra-se presente naquele corpo como alguma coisa que já não mais se encontra naquela paisagem, mas esteve.

Quando no projeto Porto Maravilha as dimensões dessa linguagem são limitadas por uma intenção clara de modelar a história e o futuro da cidade, os corpos que expressaram ali suas identidades, são também limitados, ou até esquecidos, e as imagens- recordações perdem a força de afetação do sujeito. Os planejadores idealizam então um novo imaginário para a área, setorizando seus usos e características (cultura, comércio e habitação) com funcionamentos individualizados e sem relação de influência. Em outras palavras, não se leva em conta as possíveis, e já presentes, articulações entre as formas de uso, isto ocorre, talvez, porque haja implícito no discurso do projeto o desejo por um sentido muito mais estético do que antropológico para a região.

Logo, as características históricas da paisagem da região portuária são introduzidas numa lógica de rotulação daquilo que deve ser preservado do patrimônio cultural como ferramenta estratégica de desenvolvimento urbano, progresso social e da resignificação dos espaços (Pio, 2014). Tal processo resulta em uma luta semântica com o objetivo de neutralizar ou desorganizar as mensagens inscritas por antepassados naquele tecido urbano e as lutas populares por sobrevivência, mudando seus significados e subordinando a imaginação dos demais às lógicas do mercado, da história e do Estado.

Como maneira de criar uma reflexão crítica sobre o funcionamento habitual, o conhecimento das estruturas da paisagem e a memorização das cenas urbana da zona portuária carioca pelos corpos que habitam seus espaços, foram executados três estratégias que buscam provocar reações de uma paisagem verdadeiramente vivida, sentida como presente e integrada como tal em nossas memórias.

Como resultado das análises anteriores, durante uma oficina na Região Portuária, o ensaio a seguir foi realizado como uma intervenção em lambe-lambe estampada no piso da praça do Cais do Valongo.

4.1. Predicado urbano

Valongo deriva do latim *vallis-longus*, o nome foi dado inicialmente pelos romanos a uma região de Portugal em que se explorava ouro, posteriormente os portugueses deram continuidade no uso da palavra como topônimo de locais geográficos em que se realizava o desembarque e comércio, especialmente, de escravos. Hoje, Valongo pode ser entendido como o lugar no qual diferentes culturas e etnias foram misturadas. Valongar é ação, processo e estado de se fazer passado e presente neste contexto de criação cultural e identitária da região portuária carioca.

valongar (v.)

INFINITIVO	valongar											
GERÚNDIO	valongando											
PARTICÍPIO	valongado											
INDICATIVO												
presente	eu	valongo	tu	valongas	ele/a	valonga	nós	valongamos	vós	valongais	eles/as	valongam
Pretérito imperfeito	eu	valongava	tu	valongavas	ele/a	valongava	nós	valongávamos	vós	valongáveis	eles/as	valongavam
pretérito perfeito	eu	valonguei	tu	valongaste	ele/a	valongou	nós	valongamos	vós	valongastes	eles/as	valongaram
pret. mais-que-perfeito	eu	valongara	tu	valongaras	ele/a	valongara	nós	valongaríamos	vós	valongáreis	eles/as	valongaram
futura do presente	eu	valongarei	tu	valongarás	ele/a	valongará	nós	valongaremos	vós	valongareis	eles/as	valongarão
futura do pretérito	eu	valongaria	tu	valongarias	ele/a	valongaria	nós	valongaríamos	vós	valongaríeis	eles/as	valongariam
SUBJUNTIVO												
presente (que)	eu	valongue	tu	valongues	ele/a	valongue	nós	valonguemos	vós	valongueis	eles/as	valonguem
Pretérito imperfeito (se)	eu	valongasse	tu	valongasses	ele/a	valongasse	nós	valongássemos	vós	valongásseis	eles/as	valongassem

Figura 8: Conjugação do verbo “valongar”



Figura 9: Intervenção lambe-lambe na praça do Cais do Valongo

5. Conclusões

As camadas de tempo contidas nos tecidos urbanos da Zona Portuária, a faz um lugar político de reflexão, sua paisagem urbana é muito mais intensa do que apenas seus edifícios e monumentos, é detentora de uma memória imaterial estabelecida pela geografia dos corpos, que articula a concepção e percepção dos espaços. Os projetos urbanísticos para a região são dotados de estratégias para causar um efeito sedutor sobre seus receptores, em prol de um interesse específico, as táticas usadas penetram símbolos, desejos e aflições sociais e criam um comportamento mágico programa na sociedade, distorcendo realidades.

Através da metodologia de apresentação, representação e presentificação adotada, um esquecimento que é concebido, estruturado e mantido no tecido urbano de nossas cidades ganha maior visibilidade. Espera-se que através deste estudo, outros desdobramentos sobre como micronarrativas atuam na construção dos territórios da Zona Portuária possam surgir, transformando as intervenções urbanas no local e trazendo à tona uma maneira mais sensível de se construir futuros.

6. Agradecimentos

Agradeço especialmente os professores Ayara Mendo, Gustavo Racca e Jeanine Geammal por todos os momentos dedicados a me orientar no desenvolvimento desta pesquisa.

7. Referências

Anon., 2019. *Coletivo Fotoexpandida*. [Online] Available at: <https://www.fotoexpandida.org/>

Anon., 2019. *Projeto Passados Presentes*. [Online] Available at: <http://passadospresentes.com.br/>

Anon., s.d. *III. Caracterização do Empreendimento*, Rio de Janeiro: Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio

AZEVEDO, D., 2017. Cais do Valongo é o útero do País. *O Globo*.

de CERTEAU, M., 1998. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis, Rio de Janeiro: VOZES.

DOSSE, F., 2013. *O Espaço Habitado segundo Michel de Certeau*, Uberlândia, MG: ArtCultura.

FALCÃO, M. & FALBO, R., s.d. Quilombo das Guerreiras e Zumbi dos Palmares: movimentos sociais pelo direito à moradia na cidade do Rio de Janeiro. *de Direito da Cidade*, pp. vol. 08, nº 1. ISSN 2317-7721 pp.331-360.

FLUSSER, V., 1985. *Filosofia da Caixa Preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. São Paulo: HUCITEC.

HALBWACHS, M., 1990. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais LTDA.

HUYSEN, A., 2000. *Seduzidos Pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano.

MARTINS, P. M., 2010. Entre visível e invisível, para além do entendimento: o tema da natureza no último Merleau-Ponty. *Filosofia, Aurora*, pp. 469-482 .

MATTOS, H. (., 2016. *História oral e comunidade: reparação e culturas negras*. São Paulo: Letra e Voz.

MENDES, P. M., 2015. *Potências e vazios: o caso Potsdamer Platz*, Rio de Janeiro: PROARQ - FAU - UFRJ.

MOREIRA, M. S., 2018. *Projeto Prata Preta: levantamento jurídico-urbanístico de cortiços da área portuária do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: IPPUR - UFRJ; CMP - RJ.

PIO, L. G., 2014. *Do Corredor Cultural ao Porto Maravilha: mudança de paradigma?*, Rio de Janeiro : V Seminário Internacional de Políticas Culturais .

RICOEUR, P., 2003. *Memória, história, esquecimento*, Budapeste : conferência internacional “Haunting Memories?History in Europe after Authoritarianism”.

SANTOS, A. M. G., 2014. *Comunicação e cidade: o habitar como invenção*, São Paulo: PUC - SP.

SEBRAE, 2015. *O porto maravilha e os desafios da reintegração econômica da região na dinâmica da cidade*, Rio de Janeiro: Observatório Sebrae/RJ.

VASSALLO, S. & CICALO, A., 2015. *Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a Institucionalização da Memória do Tráfico Negreiro na região portuária do Rio de Janeiro*, Porto Alegre: Horizontes Antropológicos.

XIMENES, L. A., 2017. *Ocupações na Zona Portuária do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro : IFCH - UERJ.

EIXO 04

Arquitetura de favela e suas dimensões

O imaginário da favela através do cinema: uma análise dos estereótipos reproduzidos no filme “Cidade De Deus”

Antônio Francisco dos Santos Neto, UFRJ, PROURB, Rio de Janeiro, antonionetoarqurb@gmail.com

Resumo

O presente estudo tem por objetivo a reflexão crítica do discurso fílmico como retrato construído por um espaço real ou virtual, com capacidade de moldar pensamentos, opiniões e ações. Partindo dessas observações, o trabalho discute as favelas por meio do filme “Cidade de Deus”, lançado em 2002, que relata a dinâmica da vida periférica da favela homônima da Zona Oeste do Rio de Janeiro e seus conflitos sociais em torno da ocupação de uma área segregada da malha urbana consolidada da cidade para aquela época. De tal forma, a discussão destaca o objeto da pesquisa como instrumento de reprodução de um imaginário homogeneizante. Assim, compreendendo o rebatimento de estigmas dogmáticos no discurso audiovisual, reflete-se também sobre a conveniência e permanência deles, que atuam como catalisadores da estrutura midiática capitalista, com base num discurso que constrói uma aproximação rasa entre indivíduo e espaço ao desenhar a narrativa do filme, sustentando um imaginário social e simbólico arraigado de estereótipos. Nesse sentido é preciso ampliar esse diálogo, em vista do papel social do cinema, como ferramenta de imersão por meio de sua narrativa simulada, de forma que se possa romper a bolha de preconceitos, ainda que essa seja uma tarefa difícil.

Palavras-chave: Favelas; Cinema; Filme; Estereótipo

1. Introdução

As favelas, historicamente, foram estigmatizadas como sinônimo de marginalidade, insalubridade, lócus de doenças e de outras mazelas sociais. Suas condições espaciais são reflexo de uma urbanidade espontânea de autoconstruções que não se enquadram na cidade formal, sendo elas resultado de um processo que desenha também uma exclusão socioeconômica e demonstra a falta de ações políticas do poder público que consigam oportunizar não só uma moradia de qualidade, mas também outros tipos de espaços e equipamentos urbanos necessários para as demais atividades do cotidiano humano com dignidade.

Entendendo então o valor simbólico da paisagem desses locais em meio aos seus aspectos físicos e culturais, como reflexo de um processo social, faz-se necessário entender a dinâmica das favelas e suas particularidades como parte da paisagem urbana, mesmo diante da negação desses espaços por parte da cidade que tende a negligenciá-las e marginaliza-las.

Diante da compreensão da informalidade desses espaços e estabelecendo um paralelismo com a cidade tradicional pode-se observar o discurso fílmico como instrumento utilizado para representar as favelas, que em associação com o imaginário social, a partir da construção de signos, têm o poder de influenciar e/ou reproduzir a realidade pelo meio simulacional do sistema audiovisual, no qual suscita uma reflexão de como o cinema pode ser uma ferramenta de caráter revelador desses cenários e de sua dimensão cultural.

Nesse sentido, o filme “Cidade de Deus” (2002), do diretor Fernando Meirelles, apresenta a favela de mesmo nome do título do filme, localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, a partir de uma narrativa que expõe seus moradores nos conflitos sociais em meio cotidiano de estudos, trabalho e relacionamentos.

Assim, o trabalho busca então refletir sobre o poder do cinema como catalisador de uma estrutura midiática da sociedade capitalista na construção do imaginário social e simbólico com relação às favelas e os seus

moradores. A discussão se dá por meio, inicialmente, da compreensão teórica da interdisciplinaridade dos assuntos aqui levantados, para que em seguida, através de uma descrição analítica, a obra em questão seja interpretada frente aos dogmas estigmatizantes das favelas, conceituados por Valladares (2006).

2. Cidade, cinema e espaço

A relação cidade e cinema é algo tão mais forte do que se pode imaginar, visto que este instrumento narrativo possui uma representação que se constrói em algum espaço, mesmo que na virtualidade de uma ficção criada, que insere o espectador num processo de imersão no enredo fílmico por meio de ferramentas de estímulos sensoriais.

Dessa forma pode-se destacar a importância do espaço urbano no cinema desde a sua criação que remonta o início do século XX quando os primeiros filmes exaltavam o fascínio do movimento da cidade pós revolução industrial e que colocava como questão mostrar como a cidade estava se desenvolvendo naquele momento.

Para entender essas questões é de extrema importância também colocar o cinema como um produto industrial que passa por processos físicos e químicos, e que está inserido numa máquina publicitária. Com efeito, esse contexto tem o dever de incentivar o consumo de vontades, desejos e opiniões, como marca da globalização percebida de maneira mais evidente nas grandes cidades e metrópoles.

A partir do estudo das representações que potencializam a relação cinema e cidade, e que certamente estão associadas ao desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação, bem como ao processo de globalização de problemas sociais e culturais, alguns autores defendem que se deve otimizar uma colaboração interdisciplinar para que o entendimento da conexão entre cinema, cidade, cultura e sociedade seja mais completamente entendida (COSTA, 2006, p. 34)

Nesse sentido pode-se entender que a representação se trata da mediação entre a consciência relativa aos processos de interpretação, cognição e memória, e o real relativo aos aspectos físicos, que se transformam com as sucessões de elementos que se superpõem socialmente durante o tempo (BARBOSA, 2000).

Assim o cinema pode ser ferramenta de exploração de narrativas que constroem pela relação de significados e significantes ao rememorar o passado, relatar o presente e questionar o futuro. Isso se deve à construção de símbolos por meio de uma linguagem audiovisual que entrecruza o que se vê e o que se sente, ou seja, forma e conteúdo (BARBOSA, 2000).

No Brasil, a força do cinema é marcada pelo período do fim dos anos 1990 e início dos anos 2000 denominado de 'cinema de retomada', que ganhou força pelas experiências de cinema urbano da década anterior (COSTA, 2006). É interessante destacar o poder do cinema no Brasil numa época onde a tecnologia o colocava voltado essencialmente para a massa dominante, em contrapartida do que acontece hoje, que graças ao desenvolvimento tecnológico da internet e do streaming há de se destacar uma diversidade de informações que possibilitam diferentes perspectivas sobre variadas questões. Não à toa, a produção midiática de hoje criou um nicho voltado especificamente para cidade em diferentes escalas, desde documentários, programas de televisão e séries em plataformas online que em diferentes escalas exibem a relação entre homem e espaço.

Diante então do cinema como tipologia de representação e ainda como parte de um vetor cultural, o filme tem possibilidade de contribuir para a formação de um imaginário social na direção de várias temáticas que podem ser abordadas, pois o cinema é capaz através do seu realismo, possibilitado pela dimensão temporal ausente nas representações artísticas anteriores, de produzir e/ou influenciar noções (SANTOS, 2004). Ou seja, o cinema detém forças para transformar “as bases do imaginário coletivo mapeando e re-mapeando visões e compreensões das mais diversas paisagens urbanas” (COSTA, 2006, p. 36).

A partir de tudo isso pode-se entender então o cinema como uma prática social multidisciplinar que traduz imagens, sons e signos, por meio de uma significação cultural recaindo diretamente nos processos de modo de vida e identidade de determinado nicho baseada numa linguagem de prazer que envolve o espectador

num processo de imersão de alto potencial.

A construção de um imaginário sobre a favela, não diferente de outras temáticas, foi diretamente influenciada pelo cinema, ao herdar a concepção de uma literatura elitista quando as discussões sobre assentamentos precários ainda eram muito primárias e arraigadas de preconceito, assim algumas experiências fílmicas, ao tematizar as favelas, consolidam um imaginário social de um público que de maneira geral ainda desconhece esses espaços sustentando uma imagem que se consolidou como estereótipo dessas áreas e de seus moradores.

3. Reforçando estereótipos

As definições de favelas permeiam comumente um mesmo caminho que se repete e se constrói como um ciclo marcado na literatura da área. Tornou-se comum encontrar autores que tratam as favelas a partir de uma visão estereotipada que segue um padrão observado e destacado por Valladares (2005) que reforça um imaginário social apoiado numa visão medíocre.

Diante disso, pode-se remontar ao processo de ocupação das favelas pela cidade do Rio de Janeiro no início do século XX quando os cortiços foram dando lugar às favelas na paisagem urbana carioca e no imaginário das classes de renda de alto poder aquisitivo sustentado principalmente pela mídia da época e pelo discurso higienista predominante, que as atribuía o símbolo de um lugar fétido, sujo e antro de vagabundagem (SOUZA E SILVA, 2005).

Dessa forma, pode-se observar o papel do cinema na política e na sociedade, que pode ser exemplificada quando, em 1927, Mattos Pimenta exibiu um filme expondo a narrativa das favelas como chagas da cidade, recinto de crime e pobreza, a fim de ganhar apoio das classes dominantes nas políticas higienistas que tinham como objetivo extinguir as favelas do cenário carioca.

Assim,

a exibição... deixou bem patente uma das grandes chagas que corroem a nossa linda capital, localizada em múltiplos e inacreditáveis locais, que se transformam em verdadeiras células da miséria e do crime. ... O filme... põe à mostra a miséria indescritível desses focos de imundice, de promiscuidade e de horror, que se multiplicam assustadoramente, ameaçando o sossego da população e a estética da capital (SOUZA E SILVA, 2005, p. 30 apud A SEMANA, 1927).

Nesse sentido, se consolidou de maneira anacrônica não apenas para os moradores da cidade formal, mas também para o poder público um imaginário de que a favela é um espaço de carências urbanas e sociais onde uma visão estereotipada se traduz por preconceitos e juízos generalizantes.

Em meio a mais de um século de favela pode-se se dizer que as inúmeras campanhas de recenseamento, as obras literárias e a mídia desenharam esse forte estereótipo que ainda que no final do século XX, com a ascensão da força dos movimentos populares de reivindicação do direito à cidade e o fracasso de políticas habitacionais que não deram conta da utopia de extermínio das favelas, planos de intervenções urbanísticas foram adotados para abastecer essas áreas de infraestrutura na medida do possível. Porém ainda que as transformações tivessem chegado a muitas favelas poucas mudanças puderam ser observadas no imaginário da classe dominante que ainda a representa com estigma hegemônico de caos urbano (SOUZA E SILVA, 2005).

Já no século XXI, Davis (2006) caracteriza favela pelo “excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado à água potável e condições sanitárias e insegurança da posse da moradia” (p.33). Definição esta advinda de uma reunião da ONU em 2002 que evidencia bastante as questões físicas das favelas, mas ainda trata pouco do seu aspecto social. É interessante temporalizar que nesse mesmo ano era lançado o filme “Cidade de Deus” que ganhou destaque internacional como reflexo também de uma representação social de um nicho urbano da cidade do Rio de Janeiro.

O filme se passa na favela homônima localizada na Zona Oeste da capital carioca e é baseado no livro de mesmo nome do escritor Paulo Lins, que viveu durante vinte anos no conjunto habitacional em questão.

Dirigido por Fernando Meirelles, o filme expõe a dinâmica das relações entre espaço e indivíduo nos embates sociais entre pobreza, violência e sobrevivência, traçados durante a trama de todo o filme reproduzindo uma visão ainda bastante limitada da totalidade de questões relativas às favelas em vista de vender o filme pelo impacto emocional da aversão às favelas ao continuar a dar forças ao seu simbolismo de pobreza e violência urbana.

Num primeiro momento o longa-metragem apresenta o início da comunidade, remontando aos anos 60, quando o conjunto habitacional forneceu habitação para diversas famílias que estavam sem casa devido às enchentes e incêndios em outras favelas do Rio de Janeiro. É preciso salientar como a representação é estabelecida nesse momento ao exibir uma sequência de habitações repetidas, sem uma infraestrutura adequada onde não há pavimentação, calçadas e energia elétrica, e ainda é possível identificar a paisagem natural do rio de janeiro, que tornou-se mercadoria para o mundo, ao fundo num contraste marcante com essa paisagem ainda pouco conhecida pelo público alvo da produção cinematográfica. (Figura 1)



Figura 1 – Complexo habitacional Cidade de Deus na década de 60. Fonte: filme "Cidade de Deus", 2002.

Pode-se dizer que todo o filme é baseado fielmente na representação do primeiro dogma que Valladares (2005) apresenta em sua obra, no tocante a especificidade das favelas, que se refere a singularidade de todas as características que lhe compõem, físicas e sociais, que se desenrolam a cada sessão do filme.

Nesse sentido, ainda no início do filme, o complexo habitacional Cidade de Deus, é apresentado em seu molde original, entregue pela prefeitura que já destacava a negligência do Estado ao alocar enormes contingentes populacionais sem uma infraestrutura básica que desse condições mínimas de moradia para esses grupos (Figura 2). Dessa forma, observa-se a representação de como a gestão pública pôde colaborar para a precarização do conjunto com o tempo, expressa posteriormente na segunda metade do filme (DENALDI, 2009).

Em meio aos vários elementos mostrados neste momento há de se destacar também, a distância desta área em relação à paisagem cartão-postal da cidade Rio de Janeiro marcado pelos momentos que o filme traz alguns recortes do conjunto habitacional ainda cercado de amenidades ambientais de rios e mata densa, evidenciando o caráter de uma periferia segregada de outras áreas da capital. Além disso, singularidades no tocante às relações sociais também se criam, seja pela quadra improvisada para as crianças brincarem, no peixe vendido de porta em porta, ou quando a comunidade é retratada numa íntima relação com assaltantes da região ao receber botijões de gás roubados e ao acobertar o esconderijo de um dos delinquentes com medo de represália das próprias organizações criminosas, ainda que a polícia também demonstre durante o filme uma atitude extremamente violenta para com os moradores (Figura 3).



Figura 2 – População chegando no conjunto habitacional. Fonte: filme "Cidade de Deus", 2002.



Figura 3 – Ladrões distribuindo botijões de gás para a população. Fonte: filme "Cidade de Deus", 2002.

No segundo recorte temporal da produção, remontando meados dos anos 70, é possível identificar como se construiu a expansão da Cidade de Deus, agora apropriada pelos personagens como favela. A área é então apresentada em meio ao conflito do domínio das partes que compõem todo o complexo por meio da ação de grupos criminosos que ditam as regras vigentes a partir da liderança de uma figura central, o que suscita a construção de uma ilegalidade em detrimento de uma gestão pública impotente. Aqui ainda é possível observar algumas individualidades, a exemplo dos bailes, que são tão fortemente difundidos como identidade da favela no qual se evidencia a criação de um evento de cultura e lazer local (Figura 4).



Figura 4 – Baile na favela Cidade de Deus. Fonte: filme "Cidade de Deus", 2002.

É importante observar aqui a relação estabelecida com a Zona Sul do Rio de Janeiro nos momentos que o filme mostra os jovens de classe média, vulgarmente chamados de cocotas no filme, que mesmo não morando na favela tornam-se consumidores das drogas, representada como produto básico da economia local. Essa caracterização marca mais uma vez uma visão elitista que o filme reproduz e destaca a herança de uma ótica de dualidade entre cidade sendo degenerada pela favela, o que remonta os estudos iniciais de quando a favela era tratada como recinto de pobreza urbana, vagabundagem e doenças, ainda na primeira metade do século XX, à luz do pensamento higienista que caracterizava as favelas como um problema essencialmente físico e que se solucionaria por meio de intervenções de remoções (Figura 5).



Figura 5 – Prática de lazer nas áreas afastadas da favela. Fonte: filme "Cidade de Deus", 2002.

Em meio a essas e outras questões, fica visível o perfil social, econômico e até mesmo racial, que se desenha durante o longa-metragem, com personagens, em sua maioria negros, não apenas num nível baixíssimo de pobreza econômica, mas personificado sobretudo por uma pobreza de dimensão social onde os mesmos são expostos a um contexto de escassez de serviços básicos de infraestrutura, transporte e segurança reforçando o estigma do segundo dogma colocado por Valladares (2005), que concebe as favelas como essência de uma sólida pobreza.

O filme ainda torna possível perceber as mudanças do antigo conjunto habitacional que transformou-se em um labirinto de becos e vielas sem um efetivo planejamento, e que mostra várias faces da expansão urbana da favela onde ainda é possível identificar as primeiras tipologias residenciais horizontais do início do conjunto, e ainda as intervenções posteriores com prédios de quatro pavimentos financiados pelo BNH (Banco Nacional de Habitação) como incentivo do Estado, mas também barracos de madeira evidenciando

as ocupações informais precárias que avançaram na área (Figura 6 e Figura 7).



Figura 6 – Placa do BNH na favela. Fonte: filme "Cidade de Deus", 2002.



Figura 7 – O contraste entre os barracos e prédios na paisagem da favela. Fonte: filme "Cidade de Deus", 2002.

Continuam a se estabelecer ainda, algumas relações com as outras zonas do Rio de Janeiro, expressas nos momentos que os personagens vão à praia buscando lazer, quando o protagonista precisa sair do bairro para conseguir um emprego formal, ou ainda quando um dos personagens busca vestimentas apenas vendidas no mercado formal fora da favela, o que sugere a informalidade predominante da região, não só no quesito habitar, mas no tocante a lazer, trabalho e ainda no comércio.

A partir dessas observações pode-se então colocar o terceiro e último dogma apresentado na obra de Valladares (2005) referente à homogeneização da favela como unidade, onde seus aspectos de diversidade interna não são levados em conta no discurso, ou seja, o filme Cidade de Deus contraria esse estereótipo em partes ao mostrar diferentes formas de ocupação da área, mas sustenta uma homogeneidade no tocante ao uso do espaço urbano se não para habitação ou domínio do tráfico.

Dessa forma, diante da caracterização expressa no filme, à luz da teoria colocada por Valladares (2005), ainda é possível refletir sobre a resistência da desconstrução desses estereótipos que se estrutura por uma cadeia de relações capitalistas que podem ser exemplificadas pelo turismo que se apropria da paisagem exótica das favelas, pelos políticos que ainda sustentam o discurso sobre uma utopia de equidade, pelas ONG's que atraem investidores, e ainda pelos pesquisadores que têm um imenso campo de estudos multidisciplinares. Ou seja, ainda que as favelas demonstrem tantas realidades, tornou-se conveniente constituir-las num discurso estereotipado de modo que elas deixem de receber investimentos diretos para que atores externos se beneficiassem de uma realidade congelada no vislumbre de um imaginário retrógrado.

4. Conclusões

Assim, observa-se que é em vista de ampliar o diálogo entre indivíduo e espaço que se desenvolve o papel do cinema, no qual o sistema de imersão utilizado consegue obter um forte convencimento através do discurso simulado do filme, pois a narrativa da produção audiovisual, ainda que documental, tem o objetivo de guiar seu espectador pelo enredo através de um caminho específico para passar determinada mensagem sobre uma referida questão.

Desse modo, torna-se evidente o poder do discurso fílmico ao sintetizar sentimentos e opiniões ao passo de reforçá-los simultaneamente, dando corpo a estigmas que se refletem na realidade cotidiana. Pode-se então dizer que se cria uma relação cíclica de engendramento entre o imaginário e a prática social.

Nesse sentido, o filme *Cidade de Deus*, ao representar o cenário da favela referida pelo título da obra, é percebido como objeto de personificação de uma realidade baseada numa ótica estereotipada na qual pôde-se categorizar os dogmas abordados na obra de Valladares (2005) relativos às favelas como clichê de uma dinâmica social específica, onde a pobreza é a característica central, marcada por uma unidade no tocante a todas as suas características físicas e sociais.

Por fim pode-se dizer que os estigmas generalizantes das favelas são hegemonicamente difundidos, ainda que sua dinâmica se afirme numa pluralidade de fatores espaciais e sociais que demonstram diversas iniciativas que colocam a cidade formal tão próxima do universo das favelas, onde se encontra também um mercado que destoa densamente da tônica densamente adotada no filme analisado.

Referências

- Barbosa, J. L. (2000). *A arte de representar como reconhecimento do mundo: o espaço geográfico, o cinema e o imaginário social*. GEOgraphia, v. 2, n. 3, pp. 69–88.
- Costa, M. H. (2006). *A cidade como cinema existencial*. Rua - Revista de Urbanismo e Arquitetura.
- Cidade de Deus*. (2002) Direção: Fernando Meirelles, Produção: Andrea Barata Ribeiro e Maurício Andrade Ramos. Rio de Janeiro: O2 Filmes, Globo Filmes e Videofilmes. Disponível em: <<https://www.netflix.com>>. (accessed 30 June 2019).
- Davis, M. (2006) *Planeta Favela*. Tradução de Beatriz Medina – São Paulo: Boitempo.
- Denaldi, R. (2009). *Assentamentos precários: identificação, caracterização e tipos de intervenção*. In: BRASIL.Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Curso à Distância: Planos Locais de Habitação de Interesse Social. Brasília: Ministério das Cidades, pp. 107-131.
- Santos, F.A. (2004). *A arquitetura como agente fílmico*. <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.045/616> >. *Arquitextos*, ano 04. (accessed 26 February 2019).
- Silva, J., Barbosa, J. L. (2005). *Favela: alegria e dor da cidade*. São Paulo/ Rio de Janeiro: SENAC / X – Brasil.
- Valladares, L. P. (2005). *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

Experiências de cocriação : sujeitos e espaços de participação e de luta no Morro do Papagaio

Maria Luiza Dias Viana, Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, mluizaviana@gmail.com

Maria Cecília dos Santos Loschiavo, Universidade de São Paulo, Departamento de Projetos - Faculdade Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, closchia@usp.br

Resumo

Este artigo apresenta reflexões acerca da dinâmica de articulação entre pessoas para solução de problemas

urbanos, tendo como referência iniciativas existentes em uma favela em Belo Horizonte. São experiências comunitárias auto-organizadas que envolvem moradores e parcerias com setores privados e diálogos com órgãos governamentais, para realização de ações de interesse público em espaços urbanos locais. Pretende-se refletir acerca da potência dessas ações, considerando a sua capacidade de incorporar pessoas, acolher interesses e de fortalecer as bases da ação territorial. O objetivo é apontar perspectivas para os campos do design e do urbanismo, no que tange a participação popular e a transformação de espaços urbanos, com o foco em abordagens e processos que incorporem arranjos já existentes no cotidiano. Entende-se design, neste estudo, não como um campo de produção de objetos, mas de produção de novas práticas. Fundamenta-se em entrevistas e conceitos do design, do urbanismo e das ciências sociais, para compreensão da forma como grupos agem na cocriação. Acredita-se na colaboração como forma futura da sociedade e no papel de designers e urbanistas, como desenvolvedores de novos conceitos, processos e ações que possam resultar em projetos que atendam demandas sociais reais.

Palavras-chave: espaços urbanos; favela; cocriação; design

1. Introdução

Este artigo apresenta reflexões acerca da dinâmica de articulação de grupos comunitários que se organizam para solução de problemas urbanos, no Morro do Papagaio, favela localizada na região Centro Sul de Belo Horizonte. Trata-se do estudo de iniciativas comunitárias, que revelam uma potente ação coletiva que mobiliza diversos atores, moradores, parceiros e poder público.

O Morro do Papagaio é um conjunto de cinco vilas localizado na região centro sul de Belo Horizonte, cuja população, segundo o censo do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010 é de 17 mil pessoas, e cujo IDHM - Índice de desenvolvimento Humano é considerado baixo, de acordo com a faixa de classificação, do ADH - Atlas do Desenvolvimento (ADH - acessado em 20/07/2019). Este trabalho está centrado numa experiência recente de revitalização de um espaço público no Morro do Papagaio que envolveu coletivos, moradores, empresas e poder público. Essas ações trazem à tona a ação de agentes locais como sujeitos políticos, que se mobilizam para atender demandas de interesse coletivo. Um deles é o "Grupo de Mulheres da Vila Estrela" que atua na busca de soluções para demandas da população local e o Projeto "Favela Bela", coletivo que mobiliza moradores, artistas e parceiros para propor intervenções artísticas urbanas.

O objetivo é refletir acerca da potência dessas ações, no contexto desse território no que tange a capacidade das pessoas em articular demandas e interesses coletivos para a transformação dos espaços e em fortalecer as bases territoriais locais. E revelar uma forte perspectiva de resistência que possa suscitar aspectos relevantes para os campos do Design e do Urbanismo. Aponta-se a seguinte questão: Pode haver mais circularidade entre estes campos e as experiências auto organizadas em comunidades, no que tange a sua potência participativa, política e coletiva?

O estudo fundamenta-se em conceitos das ciências sociais do design e da arquitetura a partir de autores(as) como Arturo Escobar, Carl DiSalvo Clarice Libânio, Elizabeth Sanders, Lícia Valladares, Marcos Rosa, Paola B. Jacques, M. M G Somarriba e Paulo Freire.

Acredita-se que as experiências geradas por iniciativas comunitárias podem ser fundamentais para as discussões do design e do planejamento urbano, pois revelam a existência de um potencial de articulação política, inerente à cultura e a dinâmica existentes nessas comunidades. Espera-se que este estudo possa trazer questões e auxiliar na revisão do modo como designers e urbanistas atuam nas comunidades, ao revelar aspectos que possam estimular uma melhor compreensão dos territórios, das relações existentes e do que se produz nele.

Entende-se que designers e planejadores contemporâneos precisam lidar cada vez mais, com uma gama cada vez mais ampla de questões sociais, estranhas às suas *práxis* profissionais, e isso inclui uma melhor compreensão, sobre as formas como os grupos e comunidades solucionam problemas por meio de suas ações coletivas.

O artigo baseou-se na imersão no campo a partir da Observação Participante tendo como referência Tereza M. Haguette (1992), Morris S. Schwartz e Charlotte G. Schwartz (1955), Aron Cicourel e James Clifford (2002) e em entrevistas semiestruturadas com moradores (as), com lideranças comunitárias, empresários e agentes públicos no Morro do Papagaio.

A Observação Participante, não se trata do pesquisador agir “objetivamente” no campo, com instrumentos quantitativos de coleta de dados, mas de criar experiências de engajamento, passando a atuar como integrante das ações. Não se refere a uma pesquisa sobre o campo ou para o campo, mas com o campo. Neste caso, ela envolveu a participação efetiva da pesquisadora em várias fases do projeto, como na organização, na logística das ações, em reuniões, na etapa de desenvolvimento das pinturas e no desenvolvimento de peças gráficas de divulgação do evento.

Este estudo integra a pesquisa de doutorado que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Design na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP – Universidade de São Paulo. E corrobora, nesse sentido, para a etapa de construção conceitual da tese, não se tratando de uma proposição efetiva e projetual.

2. Contexto e desenvolvimento

Belo Horizonte, assim como muitas metrópoles brasileiras, desenvolveu seu plano urbanístico espelhado em modelos das cidades europeias e dos EUA, amparados pelo interesse do capital privado e apoiados pelo Estado que priorizaram a industrialização, a construção de infraestruturas em larga escala e o uso de automóveis. Pode-se dizer que o projeto da capital do Estado de Minas Gerais, implantado em 1897, gerou o crescimento desordenado da população, provocando uma acirrada exclusão social e um processo de ocupação de espaços que reforçou ainda mais as desigualdades e a expansão das áreas periféricas, de assentamentos, favelas e ocupações. E tudo isso veio acompanhado da pobreza e conseqüentemente da precariedade de oferta de serviços e bens de consumo coletivo, de forma equânime, para toda a população, Somarriba (1984).

Para Lícia Valladares (2005) os desequilíbrios nas cidades se tornaram mais visíveis, na medida que o espaço urbano passa a traduzir a segregação sócio espacial. As favelas passaram a simbolizar o território dos problemas sociais, marcado pela pobreza ou pela ilegalidade, que acentuam ainda mais a exclusão social. Só nos anos 1960, por diversos fatores de macro escala, de políticas de intervenção pública e por pressões das bases organizadas de moradores e de suas associações que uma visão mais positiva das favelas começa a ser disseminada. E elas passam a ser vistas como solução, devido ao reconhecimento e à valorização do saber popular, Valladares (2005).

Frente às questões decorrentes dessa problemática, é importante aprofundarmos nas dinâmicas existentes nas favelas e para a potência ativa dos sujeitos políticos que atuam nesses territórios que buscam soluções compartilhadas para os problemas locais, criando espaços coletivos, linguagens, sociabilidades e estéticas de forte impacto social.

O que se pretende neste estudo é discutir as experiências sociais, como modos de interação em micro escala, iniciativas que indicam diferentes formas das pessoas forjarem parcerias para criarem um ambiente urbano melhor e com resultados em uma vida melhor para si e para suas comunidades, Rosa (2013).

2.1 Vila Estrela – Território de luta e de resistência no Morro do Papagaio

A Vila Estrela é uma das 5 Vilas do Morro do Papagaio, segundo moradores, é a região mais antiga do Aglomerado. *Sua ocupação teria se dado por um grupo de descendentes de escravos que chegaram juntos a essa região no início do Século XX.* (Gomes, 2011, p. 31).

Segundo Pe. Mauro coordenador do Muquifu - Museu dos Quilombos e Favelas Urbano – Localizado na Vila Estrela que atuou como pároco no Morro do Papagaio entre 2000 e 2018, existe dentro desta

comunidade, um forte legado de resistência. Ele relata a existência de um grupo de mulheres que ele conheceu ali, nos anos 1970, que se reuniam para rezar, conversar e tomar chá em um imóvel (uma cozinha), na qual tiveram que lutar para permanecer, pois ela seria vendida. No entanto, elas foram resistindo e ficando, porque não tinham para onde ir. Essa resistência feminina retrata a história dos favelados do Aglomerado que sempre tiveram que se opor aos diversos abusos dos poderes público e privado, Coan (2019).

2.2 O Grupo de Mulheres da Vila Estrela

Hoje, há vários outros grupos no Morro do Papagaio que atuam coletivamente, de formas diferenciadas. Um deles é o "Grupo de Mulheres da Vila Estrela". São 5 mulheres que reúnem-se semanalmente, participam de audiências públicas, redigem ofícios, articulam parcerias com empresas e com o poder público e mobilizam os moradores, com o objetivo de buscar soluções que garantam os direitos básicos das pessoas. Segundo Elaine, uma das integrantes, há muitos problemas na Vila Estrela, como a falta de projetos de formação profissional para jovens e de espaços de lazer para as crianças.

2.3 O Coletivo Favela Bela

O Favela Bela atua desde 2002, promovendo intervenções artísticas no Morro do Papagaio. Coordenado pelo artista e morador, Fabiano Valentino, conhecido como Pelé, o objetivo do Projeto é chamar a atenção da comunidade e dos órgãos públicos para o cuidado e a revitalização de espaços da comunidade. Envolve artistas, moradores e apoiadores, propondo pinturas, nos muros, escadarias, fachadas, becos, etc, sem recursos financeiros. Os locais escolhidos para as intervenções advêm de demandas importantes do Morro do Papagaio que são pintados para dar visibilidade e chamar a atenção das pessoas.

2.4 Experiências de cocriação no Morro do Papagaio

O Grupo de Mulheres da Vila Estrela e o Projeto Favela Bela se engajaram na proposta de uma intervenção urbana em uma área na Vila Estrela. O objetivo era transformar um espaço abandonado, conhecido como "Caixotinho", em área de lazer e convivência para os moradores. A área de encosta, na divisa do Morro do Papagaio com o São Pedro, bairro de classe média, apresenta alguns riscos, pois as crianças costumam brincar no local, sem nenhum tipo de proteção e vem sendo utilizada como depósito de lixo. E também, recebe um grande fluxo de água nos períodos de chuva que entra nas residências, trazendo muitos transtornos aos moradores.

Para solucionar estes problemas, o Grupo de Mulheres reuniu-se com outras lideranças comunitárias do Morro do Papagaio e a URBEL - Companhia Urbanizadora e de Habitação da Prefeitura, responsável pela implementação da Política Municipal de Habitação Popular em Belo Horizonte. E juntos, após muitas negociações, conseguiram que fosse realizada a obra pela URBEL que consistiu na instalação de canaletas para conter o fluxo de água de chuva no local, de acordo com Marina Azevedo, coordenadora social da Companhia. (M. A. entrevista concedida em 09/10/2020). As outras etapas foram resultantes das mobilizações do Grupo de Mulheres, junto às empresas privadas que doaram materiais, retiraram entulhos e se comprometeram com o plantio de árvores no local. Os moradores assumiram a construção do muro de proteção, a pavimentação e a limpeza do local. Após 1 ano e 6 meses do início da reforma, foram instaladas mesas de concreto, doadas por um vereador.

Uma das etapas foi a realização da pintura da escadaria existente no local, no limite da Vila Estrela com o Bairro São Pedro. O projeto foi coordenado por Fabiano Valentino e a equipe do Projeto Favela Bela com o intuito de dar visibilidade à ação e fortalecer os laços entre as pessoas de dentro e de fora da comunidade. O dia da realização da pintura foi um acontecimento e uma outra dinâmica assumiu o espaço que se transformou num local de partilha e de colaboração mútua. Todos participaram ativamente, as crianças, os(as) moradores(as) que cederam suas casas para o uso dos banheiros, forneceram água e espaços de apoio. Fabiano, destaca que o mais importante é a mobilização, pois para ele, qualquer transformação na comunidade, depende da participação de todos. *Favela é isso, um ajuda o outro* (F V., entrevista concedida em 20/04/2020). Para Elaine Rocha, a pintura mudou a lógica de circulação das pessoas entre os bairros, *alguns moradores de lá (do Bairro São Pedro) morriam de medo de passar por aqui, agora*

passam por aqui todos os dias...isso nunca aconteceu. Ela afirma que as novas cores pintadas na escadaria contribuem para a valorização do local. Todos gostaram de ver a Vila mais bonita. (E. R. entrevista concedida em 20/02/2020). O evento terminou com um lanche compartilhado por todos.

Hoje este espaço é um local de lazer e de convivência dos moradores da Vila Estrela e tornou-se referência para as crianças, jovens e adultos. *As crianças ficam agora, sempre ali, brincando, interagindo. As mulheres no fim da tarde se sentam nas mesas, colocam uma caixa de som e ficam ouvindo uma musiquinha e conversando*” (E.R., entrevista concedida em 20/02/2020).



Figura 1 : Obra de instalação de canaletas/URBEL (à esquerda) - Participação dos moradores à direita) Vila Estrela - Setembro de 2019. Fotos: Elaine Rocha



Figura 2 : Caixotinho (à esquerda). Projeto Favela Bela: Pintura da escadaria (ao centro e à direita). Outubro de 2019. Fotos: Camila Valente e Maria Luiza Viana



Figura 3: Projeto Favela Bela: Imagens da pintura da escadaria. Outubro de 2019.
Fotos: Camila Valente e Maria Luiza Viana

3. Conceitos e discussões

Segundo Sanders e Stappers (2008), cocriações em geral, são atos de criatividade coletiva ou compartilhada entre duas ou mais pessoas. Tem sido uma prática comum em diferentes etapas do Design e muito explorada pelas empresas para envolver designers e usuários em diversas etapas de concepção de produtos. Neste caso da intervenção urbana na Vila Estrela, a experiência de cocriação ocorre no sentido de ativar uma cadeia de sujeitos e relações e de diversos atores, possibilitando ações de interesse coletivo e propondo transformações que atendam às demandas locais. Não parte de modelos fixos e metodologias pré-definidas, mas das vivências e das dinâmicas coletivas existentes na cultura deste lugar.

É importante chamar a atenção para a ação coletiva do cidadão na transformação dos espaços públicos como aspecto fundamental hoje nas cidades. E rever o papel do design no contexto das práticas sociais e urbanas.

Este estudo ancora-se na abordagem político-ontológica do Design de Arturo Escobar (2016) que propõe ao Design imaginar caminhos para a sua própria prática, que contribuam para a defesa de territórios e culturas. A essa abordagem ele denomina design autônomo, com base no conceito de autonomia de Paulo Freire (1970) e no contexto dos povos indígenas e afrodescendentes na Colômbia. Para Escobar, pensar novos caminhos requer “sair do espaço epistêmico da teoria social ocidental e entrar nas configurações epistêmicas associadas às múltiplas ontologias relacionais do mundo em luta”. (Escobar, 2016, p. 94). Para ele, o design surge de uma tradição racionalista e cartesiana em que a razão predomina, nesse sentido, ele defende a ideia de um design ontológico concebido para e a partir da autonomia. E pergunta: É possível ao Design desconectar práticas modernistas insustentáveis e se reorientar para outros compromissos e conquistas ontológicas?

Escobar afirma ser a favor da criação de uma agenda de design a partir do espaço teórico-político das lutas sociais, propondo projetos mais próximos das comunidades. Escobar, (2016) Afirmando que as noções de autonomia e comunidade podem construir a base para um novo pensamento de design.

Para o autor, a autonomia possui uma forte dimensão territorial, derivada e reconstruída nos territórios de resistência e diferença, enfatizando a ideia de que nos movimentos urbanos, pode-se perceber a interação entre a organização territorial, as identidades coletivas e a criação de novas formas de vida social que muitas vezes está no cerne da noção de autonomia.

Nesse contexto, o design é visto como um campo autônomo, independente dos modos produtivo, industrial e comercial. Como um campo capaz de criar práticas autônomas que possibilitem novas relações e novas “condições de educabilidade”, articuladas com: Arquitetura, Artes, Antropologia, Ecologia, Geografia, Ciências Sociais, Cultura, etc. Arturo Escobar (2016), como intervenientes no processo de concepção, criação, de codesign de mundos e modos de habitá-lo. O autor complementa que para isso, é necessário um intenso envolvimento com comunidades, em vez de uma compreensão distanciada ou descontextualizada, característica de uma boa parte da ciência e dos debates na esfera pública. (Escobar, 1995, p.132).

Freire (1996) defende que o ponto de partida de qualquer projeto político tem que estar exatamente nos níveis de compreensão da realidade e nas formas de ação de lutas já existentes. Como forma de superar uma concepção messiânica de transformação social.

4. Considerações finais

4.1 Perspectivas para o design e para o urbanismo

A participação comunitária é um fator histórico e inerente à cultura e à vida do Morro do Papagaio, constituída a partir de laços familiares, vicinais e afetivos, envolve, memórias, lutas, conquistas, dores, sofrimentos, tensões e alegrias. Conforme relata um morador *tudo aqui, foi resultado de muita luta da comunidade, muita reunião, muito mutirão, muito abaixo assinado e muito conflito também. Tudo aqui é conquista coletiva.* (E. D em entrevista à autora em julho de 2018).

Isso abrange a práxis da vida cotidiana do lugar e diz respeito ao social e ao político, está associado à experiência vivida, afetada por regimes da produção no espaço, de visibilidade, de disputa, de inserção social, de afirmação, de diferentes regimes que não afetam outras regiões da cidade, onde a população não precisou lutar por direitos básicos.

É importante voltarmos nossa atenção para essas práticas coletivas que ocorrem nestes contextos e entendê-las como um modo potente de articular sujeitos, linguagens, sentidos, lugares e sociabilidades. Essas experiências de cocriação, ocorrem numa escala arquitetônica micro da cidade, no entanto, podem revelar perspectivas para os estudos urbanos e para o campo do design, no que tange a participação, a cidadania e a transformação de espaços públicos

Conforme nos sugere Paola B. Jacques são microresistências, “como desvios da lógica espetacular das cidades” (Jacques, *in Rosa*, 2013, p.162), são práticas coletivas capazes de alterar e potencializar a existência e a qualidades dos espaços e de convivência das pessoas nas comunidades, no sentido do quanto elas podem transformar o cotidiano e a formas de atuação coletivas.

No entanto, em que medida essas ações podem? O que se pretende neste estudo é ampliar o repertório de ações e de relações nos campos do Design e do Urbanismo, levantar aprendizados, elucidar formas de ação e provocar estes campos, para uma articulação nas suas práticas, a partir de elementos que são constitutivos das condições sociais, agindo à luz de experiências reais e fluxos já existentes nas comunidades. Trata-se da opção por uma ação e crítica do design de “considerar o design político, como aquele que trabalha para criar espaços para o enfrentamento das relações de poder e influência, pela identificação de novos termos e temas para contestação e novas trajetórias de ação”. (DiSalvo, 2010 s/n).

Isso significa envolver cidadãos, designers, técnicos e empreendedores, instituições e organizações da sociedade civil, agindo na conexão das partes, construindo pontes e competências. Nesta perspectiva, o design não é apenas uma ferramenta para o desenvolvimento de produtos funcionais inovadores, mas pode ser visto como parte de um processo de desenvolvimento de serviços, sistemas e ambientes.

Ressalta-se aqui a importância de um pensamento crítico dentro e fora das academias que aponte uma reinterpretação de conceitos e processos que possam contribuir para novas perspectivas e para superar as dificuldades dos profissionais do design e do urbanismo em lidar com os desafios e problemas sociais existentes nas cidades, por meio de suas abordagens tradicionais.

Referências

Atlas de desenvolvimento Humano - <http://www.atlasbrasil.org.br>. Acessado em julho 2019.

Coan, S and Silva, R. A. (2019). *Museu dos Quilombos e favelas Urbanos, Igreja das Santas Pretas e Guarda de Congo da Vila Estrela: O encontro pela Sá Rainha Dona Marta*. XX ENANCIB Florianópolis.

Clifford, J. (2002). *A Experiência Etnográfica. Antropologia e Literatura no Sec. XX*. Editora UFRJ.

DiSalvo, C. (2010). *Design, democracy and agonistic pluralism*. Design Research Society International Conference, University de Montreal, Montreal, Canada.

Escobar, A. (2016). *Autonomía y Diseño. La realización de lo comunal*. Cauca: Universidad del Cauca, pp. 92 – 136.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia; saberes necessários à prática da autonomia*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

- Gomes, J. L. (2011). *Condições de vida do passado, conquistas do presente: a luta das associações comunitárias do Aglomerado Santa Lúcia por cidadania*. Dissertação. Universidade de Coimbra. Portugal.
- Haguette, T.M. F. (1992). *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Editora Vozes: Petrópolis.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese Cidades*.
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-horizonte/panorama>. (Acessado: 13 July 2019).
- Libânio, C. (2016). *Favelas e periferias metropolitanas: exclusão resistência, cultura e potência*. Ed. Favela é Isso Aí. Belo Horizonte.
- Rosa, M. (2013). *Microplanejamento: Práticas urbanas criativas*. Editora Cultura: São Paulo. pp. 160-166.
- Sanders, E.N., Stappers, J.P. (2008). *Co-creation and the new landscapes of design, Co-Design*. *Codesign-International Journal of Cocreation*. Design And The Arts.
- Somarrriba, M. M. G. et. al. (1992). *Lutas Urbanas em Belo Horizonte*. Editora Vozes: Petrópolis.
- Valladares, L.P. (2005). *A invenção da favela: Do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

Qualidade de vida dos moradores de Rio das Pedras, uma análise acerca dos aspectos físicos e sociais da favela

Ana Beatriz Jardim Alves, Universidade Estácio de Sá, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Niterói,
biajardim.arq@gmail.com

Lilian Costa, Universidade Estácio de Sá, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Niterói,
lilianscosta.arq@gmail.com

Thayná Jerônimo, Universidade Estácio de Sá, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Niterói, e-mail

Vanessa Carla Sayão Cortez, Universidade Estácio de Sá, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,
Niterói, vanessacortez178@gmail.com

José Roberto Oliveira, Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro, Escola de Arquitetura e Urbanismo,
Niterói, prof.jose.roberto@soulasalle.com.br

Resumo

Este trabalho apresenta uma reflexão acerca da qualidade de vida dos moradores da favela de Rio das Pedras, no Rio de Janeiro. Almeja-se observar questões pertinentes às dimensões sócio-econômicas, a partir da ótica das tipologias habitacionais encontradas na favela, dos aspectos construtivos e ainda através das entrevistas realizadas na comunidade. Entende-se a relevância deste estudo em função da favela ser a segunda maior da cidade do Rio de Janeiro e pela diversidade e quantidade de usos, que apresentam-se na forma de uma forte vitalidade local e ofertas de comércios e serviços variados. Ao verificar tais particularidades visualiza-se uma certa formalidade na favela, tanto proporcionada através desses comércios formais de consolidadas empresas, bem como pelo bom acabamento de certas construções, e por último pelos formais pagamentos das contas de luz em toda comunidade, ocasionando um forte dualismo presente em toda comunidade: o formal versus, o informal.

Palavras-chave: [Rio das Pedras; Qualidade de vida; Favelas; Formalidade; Informalidade].

1. Introdução

É perceptível que a gênese da formação dessas áreas de classe baixa ocorra simultaneamente às de classes nobres, muitas vezes, por fornecerem subsídios à cidade formal como mão de obra barata e excedente (Alves, et al., 2019). O que ocorre similarmente com Rio das Pedras, pois sua formação não é desassociada do desenvolvimento do bairro Barra da Tijuca, conhecido por situar edifícios e condomínios fechados de luxo, apresentando-se como um parcela da 'cidade formal'. A lógica da formalidade no que concerne às cidades, estabelece-se através do Estado como autoridade legislativa; o ordenamento e segurança de posse no território são legalizados pelo mesmo; as edificações possuem estabilidade e bons acabamentos; e os serviços básicos necessários são supridos. Tal definição é oposta ao que Davis considera como informalidade (Davis, 2006, p. 33) vivenciada pela população favelada.

No entanto, em comparação com as cidades ditas 'informais' encontram-se similaridades entre ambas. Embora sejam carentes de serviços, as comunidades possuem suas próprias dinâmicas internas, lei e ordenamento em busca de suprir as diversas necessidades básicas existentes (Roy, 2010), visto que os planos e reformas tendem a priorizar as áreas nobres da cidade (Vasconcellos e Fernandez de Mello, 2003, p. 62). No caso de Rio das Pedras, percebe-se que o conceito de informalidade colide com sua realidade interna, pois possuem diretrizes e regras de território – ainda que contrárias ou divergentes as do Estado, compreendendo avanços no poder aquisitivo, que implicam no surgimento de uma nova classe média e um comércio muito ativo. Tal questão ocorre como uma resposta a discrepância de recursos advindos do Estado

de forma pontual, no qual as favelas transformam-se em autênticos locais de ‘empreendedorismo doméstico’ (Roy, 2017) desenvolvendo-se economicamente através de pólos de serviços e comércios que supram suas próprias necessidades.

Concernente à qualidade de vida, o conceito definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma percepção individual de vida no contexto cultural e de sistema de valores do indivíduo é uma ampla definição que abrange as preferências pessoais do homem (Fleck, 2000). Essas preferências são definidas por Bordieu (2007) como seu ‘capital cultural’. Isto é, as particularidades de cada indivíduo no que tange às suas preferências pessoais como lazer, alimentação e até a escolha de um revestimento para sua casa. As três dimensões capitais: econômico, cultural e social relacionados e incorporados determinam e associam as classes sociais (Alves, et al., 2007 apud Bordieu, 1979). A partir disso, almeja-se compreender a qualidade de vida sob os aspectos dessas dimensões, discutindo o processo de desenvolvimento da pesquisa e discussões relacionando os aspectos referentes à qualidade de vida em Rio das Pedras. Almeja-se, portanto, compreender o contexto, no qual a comunidade se insere sendo consonante a sua formação, evolução e modo de vida de seus moradores.

2. Objetivos

O presente artigo resulta de uma pesquisa para tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo que debate a Nova Classe Média e os impactos da elevação da renda familiar na produção de moradias em assentamentos informais. Pretende-se analisar as pertinências relativas às dimensões sócio-econômicas e culturais, a partir do reconhecimento das tipologias habitacionais existentes e seus aspectos construtivos, percorrendo também outras questões que tratem da qualidade de vida dos moradores. Justifica-se este estudo, em vista da comunidade ser a segunda maior favela do Rio de Janeiro e caracterizar-se pela consolidação de um pólo de serviços e comércios no decorrer dos anos, debruçando-se sobre o contexto de sua evolução e situação atual, além de aferir questões de formalidade e informalidade, levantando discussões a partir dos resultados desta análise.

3. Métodos

Em busca de trazer observações e reflexões acerca da qualidade de vida dos moradores de Rio das Pedras foram realizados levantamentos de campo, a fim de visualizar a formação do local, as condições habitacionais e urbanas da área. Além disso, através de um olhar mais aproximado iniciaram-se as entrevistas que visam compreender os hábitos e aspectos da vida desses moradores. A partir de tais premissas o trabalho passou a ter três escalas de análise: a urbana, observando principalmente a relação com a infraestrutura, o; a escala do edifício, visualizando as condições, uso, gabarito, parâmetros e aspectos construtivos; e a escala do morador, objetivando olhar seus bens, sua origem, hábitos, escolaridade e sua residência.

4. Resultado e discussões

A infraestrutura urbana é uma questão fundamental, pois abarca os serviços básicos necessários para o indivíduo possuir boas condições de vida. Através de observações in loco entende-se que Rio das Pedras é uma comunidade que possui deficiências graves no tocante ao saneamento básico, as rede de distribuição elétrica, água, além de boas condições de iluminação e ventilação, em função dos pequenos ou inexistentes afastamentos entre uma edificação e outra. Há distribuição de alguns serviços na região, entretanto, não existe uma regulamentação fiscalizada, mesmo ocorrendo o pagamento de taxas para a Associação de Moradores de Rio das Pedras para obter certos serviços básicos como alguns citados anteriormente.

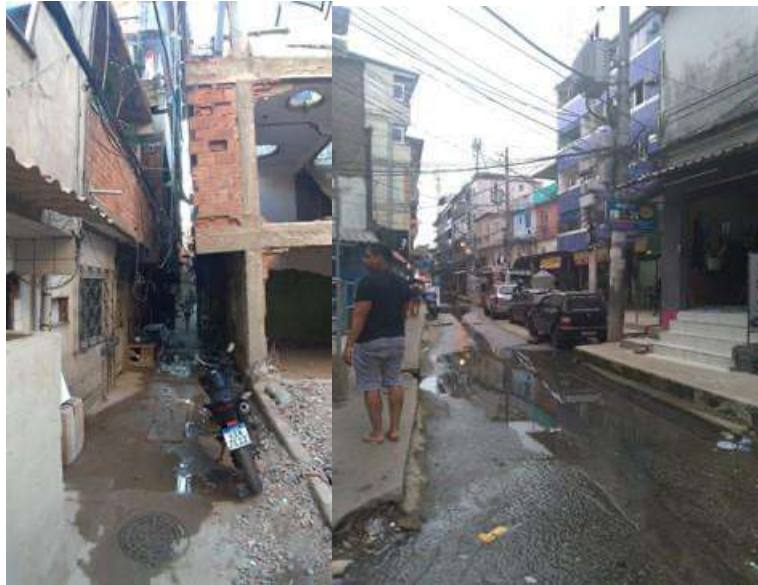


Figura 1: Problemas de infraestrutura urbana graves próximos às moradias da população (à esquerda) e carência de saneamento básico à frente de lojas em Rio das Pedras (à direita). Fonte: Acervo Pessoal, 2019.

Segundo Mendes (2006) em 1986 a CEDAE interveio por meio da PROFACE que implantou um sistema de esgotamento sanitário com redes coletoras nas principais vias e becos, além de uma elevatória de esgoto. Depois foi substituída pelos próprios moradores por galerias de águas pluviais, sem acompanhamento técnico. A situação entra em estado de calamidade principalmente em dias de fortes chuvas, nos quais o rio enche e transborda e as ruas também, em função da ineficiência do escoamento de água. No núcleo original este cenário piora, a área é mais irregular, possuindo problemas ainda maiores no tocante a falta de iluminação natural, dificuldade de acessibilidade e ventilação.

Através de visitas a campo realizadas e conversando com os moradores, foi possível observar a insatisfação deles principalmente quanto ao saneamento básico que é extremamente precário. Em épocas de chuvas há enchentes e não há para onde escorrer a água, ocorrendo acumulação em diversas ruas e pontos da área por semanas. Considerando-se isso, há riscos de doenças decorrentes de água parada e esgoto acumulado, o que torna-se um perigo para a saúde dos moradores e para quem frequenta a área. Eles tentam resolver essas problemáticas através do uso de caixotes de madeira, tornando-se uma espécie de ponte para facilitar acessibilidade aos locais quando ocorre as acumulações de águas nas ruas. E assim os comerciantes e moradores vão seguindo suas vidas, com suas tarefas diárias, convivendo com tais condicionantes e soluções temporárias. A lógica urbana segue sua rotina até que o Estado ou algum órgão tome devidas atitudes e enxerguem os grandes problemas de Rio das Pedras para, assim, trazer melhor qualidade de vida para seus moradores.

Em busca de uma melhor compreensão dos aspectos construtivos e das características da favela de Rio das Pedras, inicialmente buscou-se observar aspectos internos que historicamente produziram a conformação atual. Burgos (2002) aponta para uma padrão de organização fundiária que delimita seis áreas em Rio das Pedras, cada uma delas ligadas a um processo diferente de expansão e ocupação. A área do Centro de Rio das Pedras foi o núcleo original de ocupação espontânea, a Vila dos Caranguejos foi a primeira a ser loteada, definindo-se recuo máximo e dimensões. As demais áreas também tiveram essa preocupação, sendo doadas pela própria Prefeitura do Rio de Janeiro, exceto Areal II, que deveria ser uma ocupação provisória, contudo tornou-se permanente.



Figura 2: Subdivisão de Rio das Pedras em subáreas. Fonte: Os autores, sobre imagem do Google Earth, 2019.

Nesse cenário, aspectos da cidade formal já podem ser observados no loteamento, que buscavam delimitar e distribuir os lotes e as hierarquias viárias através de parâmetros orientados pela Associação dos Moradores. Atualmente a mesma incide sobre os gabaritos em função da consolidação e expansão da área que vive um momento de verticalização. Nesse sentido, são taxadas construções com gabaritos maiores de 3 pavimentos, situação esta que assemelha-se ao pagamento de um acréscimo de potencial construtivo que

ocorre nos locais formalizados da cidade onde a Prefeitura dita os parâmetros edífícios, apresentando novamente os dualismos existente entre locais formais e informais.



GABARITOS

LEGENDA

- 1 PAVIMENTO
- 2 PAVIMENTOS
- 3 PAVIMENTOS
- 4 PAVIMENTOS
- 5 PAVIMENTOS
- 6 PAVIMENTOS
- ACIMA DE 7 PAVIMENTOS

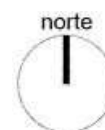


Figura 3: Mapa de gabaritos acima de 3 pavimentos na favela de Rio das Pedras. Fonte: Os autores sobre mapa do Google Earth Pro (2018), 2019.

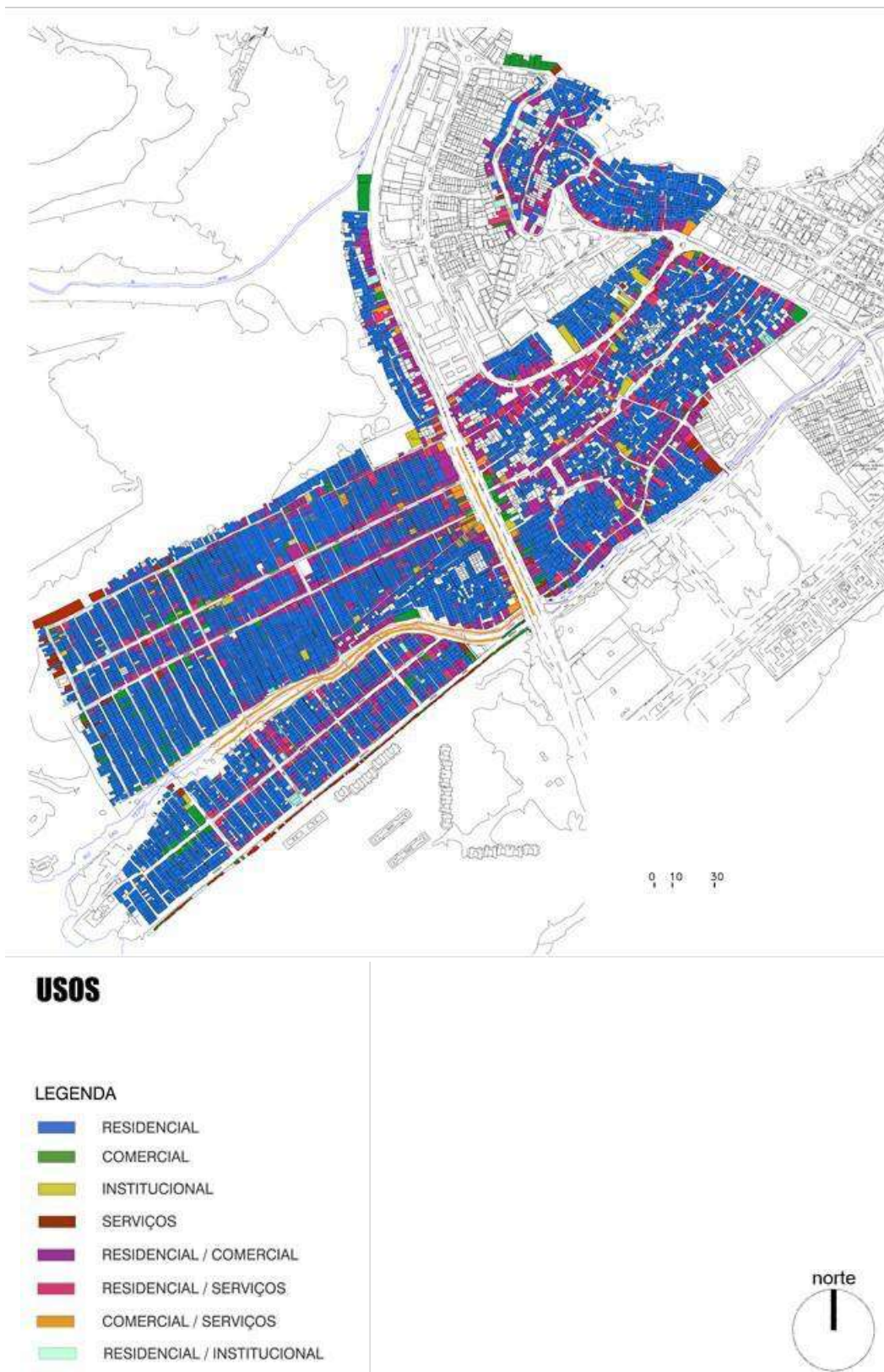


Figura 4: Mapa de uso do solo na favela de Rio das Pedras. Fonte: Os autores sobre mapa do Google Earth Pro (2018), 2019.

Foram observados edifícios com fundações profundas como estacas e houveram relatos de prédios de 3 pavimentos com fundações que custavam cerca de 30 mil reais. Nota-se que quando esse investimento não é possível, como em muitas edificações no local, a estrutura pode inclinar-se e, assim, coloca-se em risco a vida de seus moradores. Além disso, foram consideradas também a preocupação estética dos edifícios, que ocorre em geral na fachada principal, contemplando revestimentos como pastilhas, porcelanatos e outros materiais comumente vistos nas áreas formais. Novamente ressalta-se que isso ocorre lado a lado com o descaso urbano, presente nas vias através da baixa infraestrutura urbana.



Figura 5: Edifício inclinado que foi parcialmente demolido (à esquerda) e fachada de edifício com bom acabamento (à direita). Fonte: Acervo Pessoal, 2019.

Esta relação de informações colhidas através das entrevistas busca trazer uma percepção ampla do cotidiano deste usuário, relacionando tais aspectos a conceitos de capital cultural. Para Bourdieu (2007) cultura pode ser tratada num sentido amplo contemplando gostos, estilos, valores, vivências, atividades, entre outros que originam-se das condições de vida da classe pertencente, nesse sentido o capital cultural abrange recursos dos quais um determinado grupo tem acesso referenciados a partir do seu poder aquisitivo, assim parte destas categorias de análise justificam-se para entender quais são os aspectos que os moradores de Rio das Pedras vivenciam. Almejou-se com isso identificar aspectos que pudessem apontar o surgimento de uma “nova classe média” identificados em função de seus hábitos, buscando entender se esse acontecimento poderia suscitar um avanço na qualidade de vida da população.

A respeito do perfil dos entrevistados houve um certo equilíbrio entre as porcentagens de homens e mulheres, com estados de origem principalmente os do Nordeste. Estes advindos do Ceará, Paraíba, Maranhão, Piauí, Bahia e Alagoas totalizando 58% dos participantes, além de 28% que eram do estado do Rio de Janeiro. A respeito das faixas etárias, quase 60% tinham entre 18 e 34 anos, seguidos dos 32% entre 35 e 59 anos. Através desses dados algumas informações são obtidas como a presença forte da população nordestina que marca os comércios da área e a população relativamente jovem que é maioria.

No tocante a formação acadêmica e profissional observou-se que a maioria das pessoas cursou apenas até o ensino fundamental (42%) e médio (36%). Excetuando esse grupo 12% fizeram cursos técnicos

informática, eletrônica, mecânica, panificadora, datilografia e enfermagem. Além disso, 4 % cursaram o nível superior dentro dos declarados, os cursos foram de nutrição, educação física, pedagogia e letras, em sua maioria áreas ligadas também ao ensino. Essa formação apresentada pelos questionados em mais de 90% dos casos foi em instituições públicas e deste grupo formado mais de 60% atua em sua área de formação.

O exercício profissional em Rio das Pedras está ligado principalmente a trabalhos como os de: atendente/vendedor (23%), doméstica/diarista (9%), pedreiro/servente (6%), cozinheiro/padeiro (6%) e destaca-se os professores (1%). Além disso, 9% são estudantes e 4% “do lar” ou aposentados. Em geral, todas essas atividades podem ser realizadas ali em Rio das Pedras, nota-se a importância do polo de comércio e serviços, bem como do avanço da construção civil e processo de verticalização, relevantes na geração de emprego. A respeito da contribuição financeira desse grupo para sua família, mais da metade colabora com aproximadamente 1 salário mínimo e os demais entre 2 e 4 salários, que aponta o poder de compra das famílias desse último segmento, chegando a valores maiores que 4000 reais.

Em relação às atividades de lazer realizadas pelo grupo analisado, de 10 a 15% das pessoas veem novela ou série, vão a praia, a casa de amigos, shopping e cinema. Entre os locais frequentados por menos de 1% estão bibliotecas, museus e teatros. Esse dado aponta uma forte relação entre o capital cultural dos entrevistados, que não costumam fazer uso desses espaços, isso pode ocorrer também em função da baixa oferta de equipamentos culturais na favela, mesmo sendo esta a segunda maior da cidade do Rio de Janeiro.

A alimentação do grupo é marcada principalmente por arroz, feijão, macarrão, suco natural da fruta, cerveja nacional, biscoito, carne de segunda, filé de frango e sardinha para mais da metade dos entrevistados. Dentre os consumidos entre 50% e 30% estão manteiga, vinho nacional, queijo branco e minas, frango de granja e iogurtes. Entre 30% e 50% dos entrevistados também compram patês, macarrão e arroz integral, vinho importado, uísque, cachaça, filé mignon e peixe tipo atum. Percebe-se através deste quesito analisado que comidas e bebidas mais caras e de padrão alto são consumidas por parte da população favelada, mostram aspectos dessa nova classe que surge em meio às problemáticas das favelas.

Acerca dos bens duráveis e de consumo alguns dados são expressivos, praticamente todos têm celulares, mais de 80% tem geladeira e televisão, mais de 70% de wifi e mais de 60% tem máquina de lavar roupa. Além disso, ar condicionado de janela e microondas são artigos comuns em mais de 50% das casas. Entre 11 e 20% possuem playstation, computador, home theater, bebedouro elétrico e tablet e 30% dispõe de notebooks. Em apenas 1% das casas o morador conta com ar condicionado split e máquina de lavar louça. Dentro os bens de mobilidade, foram elencados o carro, bicicleta (16% ambos), moto (9%) e barco (1%). Ao observar principalmente os eletrodomésticos, percebe-se que estes são pontos de investimento das famílias, que possuem dos mais comuns como geladeira até playstation, sendo possível identificar um novo padrão de consumo que é ofertado dentro da própria comunidade.

Sobre as moradias dos entrevistados, a maioria é composta por uma cozinha em 84% dos casos, sala e quarto em aproximadamente 69% dos casos, apenas 13% possuem outras salas e 30% outros quartos. Vale ressaltar, que 1% não possuem banheiro e 25% contam com área de serviço e terraço. A respeito da materialidade, de 10 a 7% apresentando pintura externa/interna, emboco externo/interno, janelas de alumínio natural, porta de madeira e revestimento e piso no banheiro. De 3 a 2% dos entrevistados relatou também que seu imóvel possui rebaixo de gesso, box blindex, granito no peitoril da janela e nas bancadas. Averiguasse nesse cenário a presença de delimitações de imóveis que seguem o esperado para as classe médias em sua grande maioria, possuem áreas de lazer, suites, mais de um banheiros, entre outros. Os acabamentos também fortalecem esta visão com materiais de custo mais alto e uma preocupação estética com o imóvel.

5. Conclusão

Qualidade de vida é o conceito utilizado para se referir às condições de vida de um ser humano acerca de seu contexto vivenciado interrelacionado com seus aspectos físicos, psicológicos e culturais (Fleck, 2000). Cada indivíduo possui preferências para determinar o seu ideal, assim como lazer, alimentação, poder de

compra, acesso à saúde, infraestrutura, acessibilidade e demais condições que afetam seu estilo de vida direta e indiretamente.

Ao analisar Rio das Pedras percebemos uma infraestrutura precária e diversas carências devido a ausência de investimentos do poder público. Atualmente conhecida como a segunda maior favela do Rio de Janeiro, em suas dimensões, vê-se a necessidade de planejar um plano diretor, cabendo a este orientar a comunidade para o atendimento das necessidades dos moradores em prol de um crescimento urbano sustentável através de parâmetros que garantam o mínimo para viver dignamente. Atualmente é de responsabilidade da Associação de Moradores, as decisões para o bairro, onde regem de acordo com seus parâmetros, sem considerar a participação e opinião dos moradores.

Apesar da carência dos serviços básicos necessários para um indivíduo e outros graves problemas na favela, a procura por moradias no local não diminuiu e as empresas de grande porte se estabeleceram na região semelhantemente às cidades formais. Ademais, atualmente observa-se que Rio das Pedras é um polo comercial atrativo com edificações de gabaritos cada vez mais altos proporcionando um pólo mais aquecido economicamente.

A partir dos resultados obtidos com os mapas, percebemos um processo de ocupação diferente de acordo com seu período histórico, áreas antigas foram ocupadas de forma mais espontânea e já as mais recentes verificamos um traçado de lotes mais definidos semelhantemente às áreas ditas formais, embora não considerem as necessidades para obter uma qualidade de vida. Com as entrevistas realizadas a campo, traçamos perfis diferentes de moradores percebemos casas padronizadas, sendo estas constituídas de sala, quarto, cozinha e banheiro, havendo casos em que não existiam janelas. Os hábitos dos moradores limitam-se ao que é mais acessível ao seu poder aquisitivo, visto que há relatos de que lazer é assistir televisão. Tocando na economia, há indivíduos que recebem de 3 a 4 salários mínimos, mesmo que seja numa expressão mínima, começa a surgir o que seria a nova classe média encontrada na favela. E por fim, em resposta ao que é necessário para uma moradia ser adequada, as respostas permearam da infraestrutura urbana à divisão de cômodos e a aquisição de mobiliário.

Referências

- ALVES, A. B. J. et alli.. (2019). *A FAVELA CARIOCA, UMA ANÁLISE SOBRE FORMALIDADE E INFORMALIDADE: O CASO RIO DAS PEDRAS*. Belo Horizonte, Anais do 5º Fórum HABITAR 2019: Habitação e Desenvolvimento Sustentável.
- BORDIEU, P. (2007). *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre, Editora Zouk.
- DAVIS, M. (2006). *Planeta Favela*. São Paulo, Boitempo.
- FLECK, M. P. A. O instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100): características e perspectivas. *Ciência coletiva*, 5 (1), pp.33-38.
- MENDES, I. C. R.. (2006). *Programa Favela - Bairro: uma inovação estratégica? Estudo do Programa Favela - Bairro no contexto do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro*. Tese de Pós - Graduação em Arquitetura e Urbanismo submetida para a Universidade de São Paulo. São Paulo. <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-03052007-144846/publico/dissertacao.pdf>>. (acesso em 25 Agosto 2019).
- MENDES DE VASCONCELOS, L.; FERNANDES DE MELLO, M. C. (2003). Terminologia em busca de uma

identidade. *Revista de Arquitetura e Urbanismo*, 6 (1), pp. 60-63.

OLIVEIRA, J.R. et alli. (2019). *A nova classe média: um estudo de caso sobre os impactos na produção de moradia em assentamentos informais*. Pesquisa de Tese de Doutorado submetida para o PPGAU- UFF/EAU - UFF - Escola de Arquitetura e Urbanismo - UFF - EAUD - Escola de Arq. Urb. Design - Universidade Estácio de Sá.

ROY, A. (2017). Cidades faveladas. Repensando o urbanismo subalterno. *E-metropolis/Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais*, 31 (8), pp. 6-21.

EIXO 05

O papel de arquitetas/os e equipes mistas de ONGs nas favelas

Assistência técnica para habitação de interesse social: a experiência da ONG Habitat para a Humanidade em Heliópolis

Mariana Sylvia de Souza Silva, Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, marianassylvia@gmail.com

Resumo

Este artigo se insere no debate sobre assistência técnica em habitação de interesse social, e apresenta uma discussão sobre o trabalho desenvolvido pela Organização Não Governamental (ONG) Habitat para a Humanidade na favela de Heliópolis, no município de São Paulo. A demanda por habitação é uma constante no Brasil, e ao longo das últimas décadas observa-se um crescente interesse em discutir a função do profissional arquiteto e urbanista na provisão de assistência técnica para a população de baixa renda, em especial desde que a lei 11.888/2008 foi sancionada. O objetivo do presente artigo é examinar o funcionamento da ONG em questão, com o intuito de se analisar suas estratégias para viabilização de moradias adequadas para população de baixa renda, suas formas de financiamento e suas limitações. Para alcançar tal fim, o estudo é baseado na análise de dados empíricos coletados de fontes primárias e secundárias, observação in loco e revisão bibliográfica. A pesquisa, de caráter qualitativo, examinou arquivos e dados internos da ONG, como formulários, fichas cadastrais, fotos e balanços financeiros, além da experiência e conhecimentos práticos obtidos na época em que a autora atuou como arquiteta voluntária na instituição. Visa-se, assim, contribuir com o reconhecimento e disseminação de ações de melhorias habitacionais que, mesmo em menor escala, resultam em modificações relevantes na produção da cidade e na vida de pessoas que estão à margem das políticas públicas de habitação.

Palavras-chave: Assistência Técnica; Habitação de Interesse Social; Favela; Melhorias Habitacionais; Organização Não Governamental (ONG).

1. Introdução

Desde 2008, o Brasil possui uma lei que assegura a famílias de baixa renda o acesso gratuito ao trabalho técnico de profissionais especializados, conhecida como lei Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social - ATHIS (lei 11.888/2008; República Federativa do Brasil, 2008). Contudo, essa legislação ainda é pouco aplicada Brasil afora e de acordo com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR e DATAFOLHA, 2015), mais de 85% dos brasileiros constroem e reformam sem orientação de arquitetos e urbanistas ou engenheiros.

O presente trabalho foi desenvolvido com base em uma discussão mais ampla sobre a atuação de equipes que trabalham com assistência técnica para habitação de interesse social no município de São Paulo, tema de uma dissertação de mestrado que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Contudo, aqui realiza-se um recorte mais específico, e analisa-se como objeto de estudo a ONG Habitat para a Humanidade Brasil, com o intuito de contribuir com o reconhecimento e disseminação de ações de melhorias habitacionais voltadas à classe de baixa renda. Para o desenvolvimento da pesquisa de caráter qualitativo, foram examinados arquivos e dados internos da ONG, assim como revisão bibliográfica de publicações próprias ou de terceiros que versam sobre a sua atuação.

É importante esclarecer aqui que este artigo não visa discutir a pertinência de trabalhos voluntários

exercidos pela população, mas sim reconhecer o objeto em questão como organismo atuante na produção do espaço urbano – e da cidade – em um dos territórios mais pulsantes e instigantes de São Paulo: a favela de Heliópolis. De acordo com Sampaio (1991), essa favela se caracteriza por ser uma área carente que apresentou ocupação rápida e bastante homogênea. Muito representativa em números, Heliópolis passou a ter status de bairro em 2006, e é ainda hoje alvo de interesse em diversos projetos de intervenção do Estado, inclusive com assinaturas de alguns arquitetos de renome como Bisellie Ruy Ohtake, e objeto de estudo em publicações acadêmicas.

Apesar dessas intervenções em seu território, a maior parte da sua paisagem é marcada pela autoconstrução, com habitações geralmente com dois ou mais pavimentos (frutos dos famosos “puxadinhos”) construídas em alvenaria e com pouca presença de espaços públicos e locais de lazer. Conta com uma associação comunitária de forte atuação (UNAS Heliópolis), Rádio Comunitária e escola técnica (ETEC Heliópolis), além de sediar uma das mais reconhecidas escolas de música do estado de São Paulo, o Instituto Baccarelli. É nesse espaço que se desenvolve o trabalho da ONG Habitat para a Humanidade, foco de análise deste artigo.

2. Moradia adequada e assistência técnica

Atualmente, o panorama que vemos em nossas cidades é de ambientes extremamente insalubres e caracterizados pela escassez, com uma fragmentação territorial marcada por áreas extremamente densas que se intercalam com espaços vazios, misturando-se cidade formal e informal de maneira dispersa (Leite, 2012). A análise dos processos migratórios populacionais e do conseqüente adensamento dos territórios urbanos foi demonstrada em diversos estudos, que buscam explicar a formação do espaço urbano e metropolitano, principalmente ordenado pela lógica do capitalismo e do consumo de mercadorias (Lefebvre, 1999).

Sem alternativa de lugares para morar, grande parte da população improvisa com os poucos recursos que possuem, e encontram, por exemplo, na autoconstrução e na ocupação de edificações já consolidadas a única forma de “ter um teto”. Contudo, simplesmente ter um teto não é condição suficiente para se ter uma habitação digna.

O acesso à moradia vem sendo foco de debate nas últimas décadas, e a sua definição vai muito além do conceito de quatro paredes com uma cobertura. Mais especificamente, o direito à moradia está previsto desde 1948 como um direito fundamental pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, que inicia a Organização das Nações Unidas (ONU).

Ao se falar no caráter social da habitação busca-se esclarecer que ter um “lar” não está apenas relacionado ao aspecto de ambiente construído, mas também a questões psicológicas de pertencimento e bem-estar. Mais do que isso, o termo habitação social se refere à obrigação do Estado em ser atuante e provedor de condições adequadas de moradia a toda população. Bonduki (1998) traz as origens da utilização do termo, e esclarece que:

“[...] utilizamos o termo (habitação social) não apenas no sentido corrente, ou seja, habitação produzida e financiada por órgãos estatais destinada à população de baixa renda, mas num sentido mais amplo, que inclui também a regulamentação estatal da locação habitacional e incorporação, como um problema do Estado, da falta de infraestrutura urbana gerada pelo loteamento privado.” (Bonduki, 1998, p.14)

Para que a moradia seja considerada adequada, deve atender à algumas premissas, como: possuir condição de ocupação estável, ou seja, residir em um local sem o medo de remoção ou de ameaças indevidas ou inesperadas; ter acesso a serviços e bens públicos e infraestrutura (como energia elétrica, sistema de água, esgoto e coleta de lixo); ter acesso a bens ambientais, como terra, e a um meio ambiente equilibrado; ser financeiramente acessível, isto é, de baixo custo ou acessível mediante a concessão de subsídios e o estabelecimento de condições de financiamento compatíveis com o nível de renda das famílias; ter dimensões minimamente compatíveis, isento de riscos estruturais, protegido contra o frio, o

calor, a chuva, o vento e outras ameaças à saúde; priorizar acesso à grupos em situação de vulnerabilidade ou desvantagem; localização adequada, em áreas urbanas ou rurais, com acesso a serviços de saúde, escolas, creches e transporte público e; adequação cultural, ou seja, a construção deve ser feita com materiais, estruturas e disposição espacial que viabilizem a expressão da identidade cultural e a diversidade dos seus habitantes.

Visando proporcionar ao menos o mínimo cumprimento desses requisitos, alguns profissionais de diversas áreas de atuação vêm se mobilizando e se organizando em grupos e equipes que trabalham com habitação de interesse social, ações de melhorias habitacionais e construção de casas. As chamadas assessorias técnicas ganharam força na cidade de São Paulo a partir da década de 1990, com iniciativas que se formaram principalmente durante a gestão de Luíza Erundina (Lombardi, 2011).

A utilização do termo “assistência” e “assessoria” foi foco de alguns estudos, mas aqui iremos adotar o primeiro, por ser o mais utilizado em legislações que abordam o tema, em especial na Lei 11.888. Sancionada em 24 de dezembro de 2008 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a lei assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, e objetiva, além de assegurar o direito à moradia: otimizar uso e aproveitamento do espaço edificado e de recursos humanos empregados na construção; formalizar os processos de reforma perante o poder público; evitar ocupações em áreas que apresentem risco ou interesse ambiental.

Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social, segundo definição do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), envolve todos os serviços técnicos de arquitetura e urbanismo, engenharia, direito, serviço social, geografia, geologia, biologia e outras áreas afins, que são essenciais para garantir o direito à moradia digna.

O CAU também voltou o seu olhar para essas questões na última década, está apoiando iniciativas por meio de editais, seminários, campanhas e publicações. Prova disso foi a criação da Comissão Temporária de ATHIS em conjunto com o Plano Estratégico para Implementação da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social – PEI-ATHIS, ambos em 2018.

Com relação às equipes que trabalham com melhorias habitacionais, é essencial a diversidade de profissionais para que se possa analisar as ações necessárias de maneira holística, entendendo não apenas as condições físicas da moradia, mas também o contexto socioeconômico e cultural no qual a família está inserida. Segundo Caio Santo Amore:

“A interdisciplinaridade é condição preliminar para que se possa escutar, reconhecer e compreender necessidades das famílias e dos moradores (dentre as quais as necessidades habitacionais), compatibilizá-las a condições de financiamento, às políticas e programas públicos de produção, urbanização e melhorias da moradia e do assentamento, a instrumentos jurídicos de regularização e garantia de segurança da posse fundiária, a condições objetivas de produção (materiais e técnicas).”
(Amore, 2016, p.08)

Em nosso país, a inadequação dos domicílios constitui um gravíssimo problema. Principalmente nos grandes centros urbanos como São Paulo, a concentração populacional é intensa e os processos migratórios constantes. Dados divulgados pela Fundação João Pinheiro mostram que em 2015, o déficit absoluto de domicílios chegou a um total de 6.355.743 milhões, dos quais aproximadamente 40% corresponde apenas à região Sudeste.

O problema com a (carência de) habitação não surgiu agora, e o déficit habitacional de nosso país é muito significativo desde o século passado. Contudo, tão grave quanto a falta propriamente dita é a inadequação dos domicílios, tema muitas vezes à margem das políticas públicas. Devido a estratégias eleitoreiras de conquistar votos e por marketing político, programas de grande porte como o Minha Casa Minha Vida se destacam, mas produzem resultados muitas vezes duvidosos em termos de qualidade e gestão de recursos.

A escassez de habitações é um problema real, proveniente de um sistema socioeconômico profundamente segregador e excludente, e merece atenção extraordinária por parte do poder público e da população como um todo. Contudo, ao direcionarem a atenção apenas para a falta de moradia, órgãos

públicos negam os benefícios que as melhorias habitacionais podem resultar.

Bolaffi (1982) já percebia essa situação na década de 1970, e a descreve com intenção de criar um entendimento no sentido de que se alcance a verdadeira essência dos problemas ao se mostrar dificuldades básicas e critérios para a ação teórica e prática que expliquem os limites da mesma. Ele fala concretamente sobre a problematização da habitação popular, e elucida como os problemas vêm sendo formulados falsamente por não atenderem às suas características intrínsecas, mas sim a um caráter particular dos que estão no poder.

“Diversos argumentos vão sendo apresentados nesses processos, como a questão da responsabilidade técnica pelas reformas ou melhorias nas casas construídas irregularmente, ou mesmo o argumento de que imóveis nos quais tinham sido identificados problemas estruturais implicariam intervenções custosas, que não compensam se comparadas aos custo de uma edificação nova (ou melhor, do que os financiamentos atuais pagam por um edificação nova).” (BOLAFFI, 1982, p.16)

Ao analisar o tecido urbano, percebe-se que a produção informal da moradia é muito relevante e predominante na cidade, com materiais e técnicas por vezes improvisados e precários, resultando que acabam por não proporcionar qualidade de vida ao morador. Contudo, como salienta Amore (2014), as ações de melhorias habitacionais ainda são irrisórias na política brasileira, e ocupam um espaço residual. Ele ainda complementa:

“Melhorar ao invés de fazer o novo, identificar as necessidades e precariedades, encontrar soluções habitacionais particulares, considerar que os assentamentos precários são efetivamente a cidade... há argumentos e dados suficientes para justificar que esses fossem eixos centrais dos programas habitacionais, contudo, são ações que não logram estruturar-se nas políticas públicas.” (Amore, 2014, p.01)

A partir do panorama apresentado, percebeu-se a necessidade de investigar as mobilizações que trabalham em prol dessa causa, e, mesmo que em menor escala, produzem modificações relevantes na produção da cidade e na vida dessas pessoas que estão à margem das políticas públicas de habitação. Esse é o contexto no qual a Habitat para a Humanidade se insere e realiza suas atividades em São Paulo.

3. Habitat para a Humanidade

A Habitat para a Humanidade Brasil é uma organização não governamental (ONG) e sem fins lucrativos, que desenvolve ações que visam proporcionar moradia digna para pessoas que vivem em situação de pobreza. Faz parte de uma rede internacional denominada *Habitat for Humanity*, fundada em 1976 nos Estados Unidos e atualmente presente em mais de 70 países.

No Brasil, a organização iniciou seus trabalhos em 1989 com um projeto em Belo Horizonte, cujo objetivo era construir 200 casas para famílias que ficaram desabrigadas após uma enchente no Bairro Liberdade (Figura 1). Em 1992, é oficialmente fundada no país após a Eco-92, encontro internacional organizado pelas Nações Unidas e realizado em junho de 1992 na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de debater problemas ambientais. Desde então, ela desenvolveu ações em diversos estados, com ações em São Paulo, Bahia, Pernambuco, Tocantins, Ceará e Goiás.

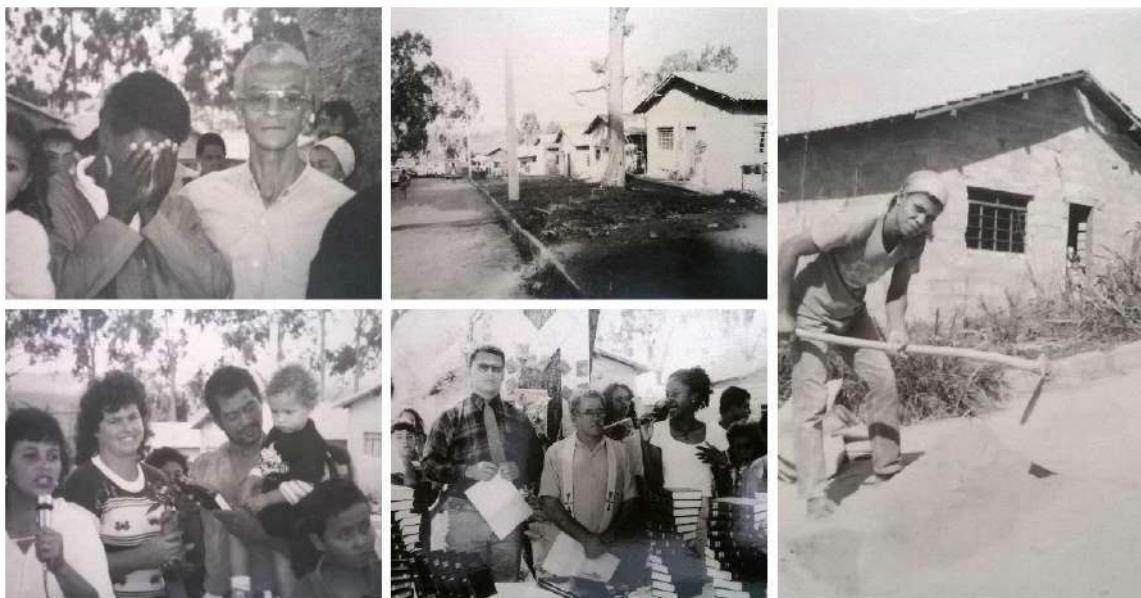


Figura 1: Primeiro projeto da Habitat no Brasil - construção de casas em Belo Horizonte em 1989. Fonte: Acervo Habitat para a Humanidade.

As ações da HPH (Habitat para a Humanidade) envolvem: construção de casas, melhorias habitacionais e acesso à água em regiões de seca. Em São Paulo, ela atua desde 2013, quando implantou o Escritório de Inovações Urbanas no bairro do Paraíso e iniciou seu projeto de melhorias habitacionais na comunidade de Heliópolis, criando também ali um escritório de apoio, no qual trabalham assistentes sociais e outros profissionais para o atendimento das famílias. Desde sua criação, o projeto de melhoria habitacional já beneficiou diretamente mais de 1070 pessoas na cidade de São Paulo, e mais de 600 moradias somente em Heliópolis.

A estrutura dessa ONG em São Paulo é formada por um corpo permanente de funcionários que recebem salário fixo por suas funções. Entre esses funcionários estão: assistentes sociais, arquitetos, técnicos de edificações e engenheiros, que atuam diretamente com a construção ou com operação direta da organização, em setores como voluntariado, imprensa e financeiro. Para as ações de reforma e construção, a HPH contrata mão-de-obra geralmente local, lançando mão de suas parcerias com a UNAS Heliópolis (associação de moradores de Heliópolis e região) e com a ETEC Heliópolis (Escola Técnica Estadual).

Além dessa mão-de-obra, a ONG conta com a ação de voluntários em mutirões organizados. Essa participação é realizada majoritariamente por funcionários das empresas que contribuem financeiramente para a existência da organização, e solicitam muitas vezes como contrapartida a participação de sua equipe na reforma das habitações. Em geral, essa participação é realizada em serviços que exigem um menor grau de conhecimento técnico, como pinturas e lixamentos, e sempre possuem a supervisão de um profissional que os orienta. Essas empresas contribuem atualmente com 80% do faturamento da ONG; para completar sua renda, 10% é realizado por doadores particulares fixos, e 10% se dá através de ações de captação realizadas por outros voluntários.

Além do apoio voluntário proveniente das empresas patrocinadoras da iniciativa, a HPH apresenta também ações que contam com voluntários individuais que buscam a ONG para desenvolver trabalho humanitário. Entre essas pessoas estão estudantes e profissionais de diversas áreas de atuação, auxiliando, principalmente, nas ações de captação de recursos e reforma de moradias.

O programa de reformas da HPH atende famílias em situação de vulnerabilidade que possuem renda de até 03 (três) salários mínimos. Para poder ser atendida, a família deve ir até o escritório de Heliópolis às terças-feiras ou quintas-feiras e se cadastrar, com preenchimento de formulários com questionário padrão.

Após esse primeiro contato a família receberá ao menos uma visita técnica realizada pelos profissionais da ONG para identificação dos serviços que devem ser realizados na residência. O que se vê é que, na maioria das vezes, as pessoas que buscam o serviço não sabem quais são suas reais carências e necessidades. Em alguns casos, por exemplo, elas solicitam serviço de pintura, mas não percebem que a casa possui problemas muito mais graves, como danos estruturais e pouca (ou nenhuma) ventilação, conforme exemplo demonstrado na Figura 2.

No atendimento com o assistente social algumas perguntas em relação ao estado de saúde dos habitantes são efetuadas com o objetivo de se buscar possíveis problemas que podem ser originados e potencializados devido à presença de patologias na edificação. Entre as patologias encontradas nas casas, têm-se: iluminação e ventilação naturais comprometidas, mofo e infiltração, instalações elétricas ou hidráulicas deterioradas, trincas e rachaduras, vazamentos e irregularidades na cobertura, e superlotação de cômodos.



Figura 2: Exemplo de estado de casa antes de ser atendida pela Habita. Fonte: Acervo próprio.

Após essa análise inicial, a escolha das famílias a serem assistidas se faz por meio de dois parâmetros principais: vulnerabilidade social e precariedade habitacional. A Habitat geralmente prioriza famílias que sejam lideradas por mulheres (que representam atualmente 85% do público que busca a assistência), com idosos, crianças ou pessoas portadoras de deficiência física ou mental, ou doenças crônicas. Segundo dados da própria ONG, a demanda de moradores que buscam o atendimento é muito grande, e eles conseguem atender em média apenas 20% das famílias que se cadastram por limitações de recursos. Além dessas premissas, a situação legal do imóvel também é analisada e o atendimento é realizado apenas a moradores que possuam a posse do mesmo e morem em assentamentos consolidados. Assim, no estado de São Paulo, a ONG não desenvolve ações de regularização fundiária junto à família, tendo esta que estar com toda a documentação em dia para requisitar a assistência.

Quando a família é escolhida, os técnicos estabelecem quais serão as ações necessárias para a habitação, e é gerada uma planilha com os recursos da reforma. 30% do valor final da obra é pago pelos moradores como um montante simbólico, que pode ser financiado em até 18 (dezoito) meses: a ONG argumenta que desta maneira, o futuro habitante terá mais zelo e cuidado com a sua casa, e não verá o serviço apenas como uma ação assistencialista gratuita. Esse valor não é utilizado pela Habitat, e volta para a comunidade por meio da associação de moradores UNAS, que o utiliza para outros fins. Visto que algumas famílias apresentam vulnerabilidade muito grande e não têm condições de contribuir com nenhum valor para a reforma, cogita-se acabar com a contribuição financeira por parte das famílias assistidas.

A HPH possui um calendário das obras que serão realizadas durante o ano. A assistência não é realizada por “ordem de chegada”, mas sim por análise de critérios de logística e de necessidade. Nos mutirões em que a captação de recursos depende de voluntários individuais, as datas são definidas com os mesmos a partir da disponibilidade da equipe montada (geralmente contendo 10 participantes) e, principalmente, da família que irá receber a reforma. As ações duram em média 8 dias, e os moradores preparam as refeições

dos trabalhadores com recursos fornecidos pela ONG, que valoriza os momentos de alimentação e os vê como catalisadores da conexão entre voluntários e família. Os valores das reformas e ações de melhorias variam entre R\$ 4.000,00 e R\$ 14.000,00, a depender da complexidade da obra.

A HPH afirma que o objetivo das reformas que realiza é proporcionar um ambiente saudável e seguro para as famílias. Além das ações de melhorias habitacionais, a Habitat também promove 6 vezes ao ano um workshop sobre Moradia Saudável, com o objetivo de conscientizar a população sobre a influência do ambiente construído. A HPH oferece ainda um programa de Educação e Capacitação Financeira em parceria com a ONG Bem Gasto, com aulas sobre planejamento financeiro e orçamentário, que contribuem com o planejamento do financiamento do valor pago pelas famílias beneficiadas. Na Figura 3, pode-se ver o exemplo de uma residência reformada pela Habitat.



Figura 2: Exemplo de casa antes e depois da reforma, em Heliópolis. Fonte: Acervo da HPH.

4. Conclusões

Intervenções em assentamentos e moradias precárias não possuem a mesma notoriedade que a produção propriamente dita de habitações, mas constituem demandas urgentes da população. Fica claro que apenas a construção de novas habitações não deve ser o único foco das políticas públicas efetivas que visem de fato responder à diversidade de problemas e necessidades existentes. Principalmente quando se fala de intervenção em favelas, as particularidades são muito grandes.

Solucionar a questão da moradia não é tarefa simples, e envolve políticas públicas com ações coordenadas inclusive de regularização fundiária, mas está atrelada ao problema de distribuição de renda e segregação espacial e socioeconômica. A nossa realidade é profundamente marcada pela ilegalidade e clandestinidade, e por uma população que sempre está à margem da sociedade.

Ações pontuais como as desenvolvidas pela ONG Habitat para a Humanidade mostram que existe uma conscientização por parte da população e interesse em se discutir e agir em prol de quem é mais vulnerável socialmente. Contudo, o fato de perceber que a maior parte dos recursos da HPH provém de empresas do setor privado demonstra o caráter “assistencialista” do trabalho no sentido de que depende da boa vontade dos outros para que ele ocorra. Essa boa vontade tem que estar também presente nos voluntários, que dedicam tempo e trabalho em ações pelas quais não são remunerados. Assim, o funcionamento geral da organização não é autossustentável, e ela não gera recursos para se manter, dependendo sempre do incentivo de terceiros.

Para quem recebe o benefício, contudo, o pagamento dos 30% do valor da reforma permite talvez uma maior valorização do que está sendo recebido, e do entendimento de que aquilo não foi apenas “oferecido gratuitamente”. As ações de conscientização financeira na comunidade também auxiliam nesse sentido.

Apesar das dificuldades, o trabalho realizado pela HPH em Heliópolis deve ser reconhecido, uma vez que atende à uma demanda real da população, e cria instrumentos que possibilitam as melhorias habitacionais em um país no qual o déficit quantitativo e qualitativo é tão expressivo.

Referências

- AMORE, C. S.; PEREIRA, R. B.; CASTRO, A. Q.; RODRIGUES, D. P.; RODRIGUES, F. N. (2014). *Entre a necessidade e a gestão: o lugar das melhorias habitacionais nas políticas de urbanização de favelas*. Anais do I UrbFavelas, São Paulo, 2014. <<http://www.peabirutca.org.br/wp-content/uploads/GT1-46-108-20140630235545.pdf>> (acesso em março de 2020).
- AMORE, C. S. *Assessoria e assistência técnica: arquitetura e comunidade na política pública de habitação de interesse social*. Anais do II UrbFavelas, Rio de Janeiro, 2016. < <http://www.peabirutca.org.br/wp-content/uploads/athis-2.pdf> > (acesso em março de 2020).
- BARROS, M. C. *Assessorias técnicas no processo autogestionário - possibilidades de atuação*. <<http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/83048>> (acesso em março de 2020).
- BOLAFFI, G. *Habitação e Urbanismo: O problema e o falso problema*. In: MARICATO, E. (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. (1982) São Paulo: Alfa-Omega.
- BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria*. (1998). São Paulo: Estação Liberdade/Fapesq.
- GETLINGER, Daniela C. Vianna. *Metodologias projetuais nos territórios informais: Heliópolis*. Dissertação (Mestrado de Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013.
- LEFEBVRE, H. *A cidade do capital*. (1999). Rio de Janeiro: DP&A.
- LEITE, C. *Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes*. (2012). Porto Alegre: Bookman / Grupo A editorial.
- LOMBARDI, M. R. *Políticas de habitação popular, trabalho associado e relações de gênero: A experiência da Usina*. (2011) <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/textosfcc/article/download/2450/2405>> (acesso em março de 2020).
- SAMPAIO, M. A. *Heliópolis – o percurso de uma invasão*. (1991). Tese de livre-docência. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Resistência no Espaço Urbano e Saúde Mental: O caso da Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, Salvador – Bahia

Adriana Teixeira Bahia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Campinas, abahia.arquitetura@gmail.com.

Luiz Augusto Maia Costa, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Campinas, luiz.augusto@puc-campinas.edu.br.

Resumo

O presente artigo busca estabelecer relações entre saúde mental e o espaço urbano. Assim, visa compreender como as condições socioespaciais podem interferir na saúde mental dos indivíduos, dando ênfase ao impacto aos contextos nos quais os cidadãos precisam resistir no espaço urbano. Portanto, o estudo de caso analisado se trata da comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, localizada no bairro do Tororó, Salvador-BA, composta por 41 famílias que ocupam o local há 15 anos, que, no entanto, estão sofrendo um processo de reintegração de posse movido pela Prefeitura Municipal de Salvador para sua remoção com o intuito de construir um equipamento comercial. Hipotetizamos, dessa forma, que o contexto vivido agrava a sensação de insegurança e o bem-estar diário dos moradores. Em busca da compreensão das relações entre as resistências no espaço urbano e a saúde mental, percorremos através de um referencial teórico interdisciplinar, caminhando pelos temas do urbanismo, sociologia, geografia e psicologia. O intuito é contribuir para a construção de um aporte teórico que possa elucidar as relações do espaço urbano com o bem-estar mental individual e coletivo, assim como evidenciando os processos urbanos vividos nas cidades brasileiras.

Palavras-chave: Urbanização; Favela; Salvador; Resistência; Saúde Mental.

1. Introdução

O presente artigo propõe investigar a relação entre espaço urbano e saúde mental. Entende-se que para compreender e correlacionar tais questões, a princípio tão distantes, a cidade de caráter global e a saúde mental de caráter individual, devemos primeiro compreender como se conforma o espaço urbano na contemporaneidade, suas características, dinâmicas, atores e agentes sociais. Seguindo para a compreensão de como tais aspectos influenciam as relações dos cidadãos com a cidade e dos cidadãos entre si, de forma a perceber a relação da cidade e o habitus do homem contemporâneo. Composto tais relações, busca-se então (através das teorias da psicologia e da geografia da saúde, que analisam da perspectiva psicológica a relação aqui construída na perspectiva urbanística) construir elos entre o espaço urbano e a saúde mental.

A compreensão dessa intrincada relação será construída através de uma revisão bibliográfica, que tem como principais autores Milton Santos (1994, 1996, 2006), Zygmunt Bauman (1998), Trudy Harpham (1994, 1995) e Paula Santana (2014, 2015). A interdisciplinaridade dos autores selecionados, além de necessária para a compreensão do problema, tem o intuito de dar consistência ao tema abordado ao olhar para a questão de ângulos variados. Estabelecida a base epistemológica, partimos para uma análise teórica de uma situação prática, olhando para a relação da questão urbana com a saúde mental, através da perspectiva de contextos de resistência dentro do espaço urbano.

Dessa forma, a comunidade escolhida é a da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, existente no bairro do Tororó, Salvador, Bahia. A cidade de Salvador, localizada na região do nordeste brasileiro, no litoral baiano. Fundada em 1549, é um dos primeiros centros urbanos do Brasil, seu crescimento segue uma lógica de

urbanização similar às grandes metrópoles brasileiras. Atualmente é a quarta cidade mais populosa do Brasil com mais de 2,8 milhões de pessoas. A comunidade escolhida se localiza em uma região central, próxima a estação da Lapa, terminal de ônibus e estação da linha 1 do sistema metroviário; a mesma é classificada pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador (2016) como uma centralidade metropolitana. Próximos à comunidade também se encontram o Dique do Tororó, a Itaipava Arena Fonte Nova, principal estádio de futebol da cidade, e áreas de intenso comércio, com facilidade de acesso a serviços e a equipamentos públicos. Na referida rua vivem 47 famílias que ocupam a área há 15 anos, mas que vem sofrendo com um processo de reintegração de posse do terreno pela Prefeitura Municipal de Salvador, fator que aumenta a insegurança dos moradores. Tal comunidade foi escolhida, primeiro pela escala que possibilita um maior aprofundamento na comunidade como um todo; devido às circunstâncias vividas trazer temas essenciais da cidade contemporânea, como a mercantilização do espaço urbano, a expulsão de populações pobres de áreas centrais e bem servidas, dentre outras questões. E ainda devido a possibilidade, ainda que mínima, de a pesquisa trazer alguma visibilidade à causa que poderia ser de ajuda para a Comunidade.

Isto posto, o intuito deste artigo é construir relações entre o habitar no espaço urbano contemporâneo, e as resistências que o envolvem, com a saúde mental e o bem-estar diário dos cidadãos. Para tanto faremos uma análise bibliográfica, construindo os elos entre as duas questões através de um percurso teórico, que no entanto tem rebatimento e pode ser exemplificado na prática.

2. Objetivos

2.1. *Objetivo geral*

Relacionar os espaços precários e de favela – entendidos como espaços contemporâneos globalizados – com a saúde mental individual e coletiva.

2.2. *Objetivos específicos*

- Compreender as dinâmicas dos espaços contemporâneos globalizados;
- Entender quais aspectos dos espaços contemporâneos podem influenciar e impactar a vida cotidiana individual;
- Analisar como tais impactos podem refletir na saúde mental individual, em particular os transtornos de depressão e ansiedade, sem que isso implique na elaboração de diagnóstico de tais enfermidades que cabem unicamente a profissionais da área;
- Analisar como esses impactos se dão no referido estudo de caso.

3. Métodos e Resultados

O presente artigo é uma análise teórica da pesquisa de mestrado em curso, portanto se utiliza das análises dos autores selecionados de modo a discorrer sobre o tema proposto. Os resultados surgem então de uma costura teórica e interdisciplinar que dialoga com autores como: Milton Santos, Zygmunt Bauman, Paula Santana e Trudy Harpham, já citados anteriormente.

Logo a metodologia de trabalho se deu através da análise das teorias dos referidos autores, buscando construir uma relação entre espaço urbano e saúde mental. Dessa forma, primeiramente foi analisado o espaço urbano contemporâneo; para então entender quais efeitos esse espaço tem na estrutura social e nas pessoas e vice-versa; e por fim dado que afeta as pessoas tem a capacidade de afetá-las a nível de bem-estar e saúde mental. O percurso teórico nos mostra, por fim, que é possível delinear essas relações e visualizá-las no espaço urbano.

4. Discussão

4.1. *O espaço urbano e a saúde mental*

De modo a estabelecer a relação entre saúde mental e urbanização, primeiro, é necessário compreender o espaço urbano contemporâneo, quais agentes atuam sobre ele e quais suas principais características. Em busca de tal compreensão a principal referência utilizada é Milton Santos (1994), e sua teoria de espaços globalizados e divididos em tecnoesfera e psicoesfera.

O autor compreende o espaço dividido em um sistema de objetos (tecnoesfera) e um sistema de ações (psicoesfera). O sistema de objetos diz respeito às forças produtivas, que se relaciona com o meio técnico, a ciência e a tecnologia. Já o sistema de ações diz respeito às relações sociais, às ideias e aos sentimentos. Neste contexto, o espaço é uma mescla de relações sociais e materialidades.

Assim referido, o espaço pode ser entrevisto através da tecnoesfera e da psicoesfera que, juntas, formam o meio técnico-científico.

A tecnoesfera é o resultado da crescente artificialização do meio ambiente. A esfera natural é crescentemente substituída por uma esfera técnica, na cidade e no campo.

A psicoesfera é o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo.

Ambos são frutos do artifício e desse modo subordinados à lei dos que impõem as mudanças. (Santos, 1994: 32)

Caracterizando, respectivamente, uma esfera global e uma esfera local, dado que "cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente" (SANTOS, 1996, p. 273). No entanto, de acordo com o autor, a esfera global tende a predominar em detrimento da local. Nos espaços globalizados, espaços da racionalidade, tem-se a construção de um mundo que não busca se unir e sim unificar, em um sistema hierárquico de dominação, onde a ação do mercado é soberana. O espaço global homogeneiza os lugares e corrompe a solidariedade, logo, nesses espaços não há um desejo de cooperação, mas sim de competição, tem-se as palavras de ordem do presente: racionalidade, fluidez e competitividade. "Nessas condições, o que globaliza separa; é o local que permite a união" (Santos, 1994: 36).

De forma análoga, Bauman (1997), que estuda os indivíduos e sua relação em um mundo globalizado, ao abordar as cidades, caracteriza-as como polarizadas através da renda e da riqueza, onde seus habitantes entendem o consumo como a medida de uma vida bem-sucedida. Relacionando os modos de vida contemporâneos à organização do espaço e ao estabelecimento da ordem, ambos controlados pelo mercado, que influencia as relações sociais e as individualidades.. A vida contemporânea, definida pelo dinheiro e pela competitividade, é, então, marcada pela insegurança e incerteza. Dessa forma, inicia-se a perceber como os espaços urbanos em um mundo globalizado poderão influenciar o ser humano, sua vida cotidiana, seu comportamento, emoções e conseqüentemente seu bem-estar psicológico.

Já a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1946, conceitua saúde como "um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade", expandindo a noção de saúde que se torna mais intrincada, incluindo aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais. Por se tratar de uma questão interdisciplinar, a conceituação de saúde mental perpassa pelas áreas da psicologia, da psicanálise, da filosofia e das ciências sociais. Dessa forma a saúde mental se entende como um conceito polissêmico, multifacetado e interdisciplinar.

Diversos esquemas e teorias foram produzidos para conceituar e compreender o que é saúde mental. No entanto, o conceito adotado para essa pesquisa, é o da psiquiatria existencial, que percebe o homem como um ser no mundo e a loucura como uma forma de projeção do homem no mundo, e logo sempre tem algum sentido. Essa linha de pensamento não exclui as bases biológicas da doença mental, mas entende que sempre deve ser considerada a relação com o meio.

Concebendo a existência como projeção do corpo na relação de sentido com o mundo (...). Neste caso, a estrutura da relação corpo-mundo pode se alterar em decorrência da lesão do próprio corpo, que deve, então, refazer sua relação com o mundo a partir da organização dos elementos de que dispõe. Não se fecha, assim, as portas para uma compreensão futura das 'bases orgânicas' da doença, embora estas devam ser vistas sempre na relação do organismo com o meio. (Vietta et al, 2001: 102-103).

Portanto, a saúde mental teria uma relação clara com o ambiente que as pessoas vivem. A partir disso, se inicia a delinear quais características do espaço urbano têm a capacidade de influenciar o bem-estar. O Plano de Ação para Saúde Mental (2010) da OMS, pontua o contexto local como condição capaz de aumentar a vulnerabilidade para desenvolver doenças mentais, dentre eles os agregados familiares vivendo em pobreza. Para tratar a esse respeito, a OMS disponibiliza um documento específico – *Mental health and development: Targeting people with mental health conditions as a vulnerable group, 2010* – para o que irá chamar de grupos vulneráveis. De acordo com a organização são vulneráveis aqueles com doenças mentais e aqueles que se encontram em situações com potencial de aumentar a possibilidade de os indivíduos desenvolverem problemas e distúrbios mentais. Dentro do segundo grupo, um dos critérios de vulnerabilidade é a pobreza e a vulnerabilidade social como fator de risco para desenvolver problemas de saúde mental.

Estabelecida essas relações entre o ambiente físico e a saúde mental, e entendendo a pobreza e a precariedade como agravantes para o desenvolvimento de distúrbios mentais, parte-se para a revisão de bibliografia que irá relacionar o ambiente físico e a saúde mental sob a ótica dos processos de urbanização e do meio urbano. A esse respeito, Paula Santana (2014), aborda a saúde mental como resultante de um conjunto de fatores biológicos, psicológicos, sociais e de contexto. Sua ocorrência se relaciona com uma soma do contexto social – características individuais, culturais, habitacionais, de trabalho e de organização do território, muito semelhantes àquelas categorias colocadas pela OMS – e com a perspectiva espacial e de urbanização. Dessa forma, a autora entende que o planejamento urbano pode tanto ter um papel negativo quanto positivo na saúde humana. E que o contexto da vivência pode promover perturbações mentais, dentre os fenômenos citados pela autora que aumentam a vulnerabilidade a problemas mentais estão,

o isolamento geográfico e social (contexto), as alterações nas estruturas familiares, os constrangimentos de vizinhança associados a espaços urbano desorganizados (contexto), o clima, as crises econômicas e financeiras relacionadas com fenômenos de pobreza, caracterizados por desemprego, condições precárias de habitação, mobilidade limitada, oportunidades de vida reduzidas (Santana, 2002), aumento de stress e pressão social, todos suscetíveis de impacto sobre a saúde e bem-estar (Marmot apud Santana, 2014: 61).

A respeito da sociedade brasileira, identifica-se que o processo de urbanização que se deu historicamente no Brasil pouco fez para diminuir a polarização da estrutura social, refletida na malha urbana e que a complexidade do espaço urbano atribui diversas variáveis entre a urbanização e saúde mental, no entanto o fator econômico é componente essencial para a saúde mental. (Ludermir, Harpham, 1998). Entendendo as favelas como parte significativa do espaço urbano contemporâneo globalizado, a elas estão atribuídas as questões discutidas anteriormente, pelos teóricos selecionados para esse artigo. Em acréscimo, nesses espaços, encontram-se a pobreza e a precariedade, entendida pela OMS e pelos teóricos da relação urbanização e saúde mental, como fatores de risco que aumentam a vulnerabilidade a problemas mentais. Dessa forma, tais espaços urbanos são entendidos como pertinentes para a análise empírica da revisão bibliográfica aqui colocada.

4.2. Estudo de Caso

O local de estudo escolhido é a comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, localizada no bairro do Tororó, Salvador, Bahia (Figura 1). A história da comunidade se inicia com a ocupação da Rua há 14 anos, onde havia um matagal e a fonte do Tororó. As famílias foram ocupando o local e através da autoconstrução

estabeleceram suas residências e, em conjunto, construíram calçamento, escadarias e drenagem. Da ocupação não houve impedimento da Prefeitura, assim como, esta não ofertou infraestrutura urbana, o espaço mantendo-se em esquecimento até o momento em que área se torna valorizada do ponto de vista mercadológico, com a chegada do metrô à estação da Lapa – anterior a 2014 a estação abrigava somente o terminal de ônibus. Atualmente, a Prefeitura de Salvador move um processo de reintegração de posse contra 41 famílias. Especula-se que para transformar a área em um estacionamento para o Shopping Nova Lapa, empreendimento que será construído no terreno em litígio. Portanto, a história da comunidade se dá através de uma série de resistências que precisam exercer para existir no espaço urbano.

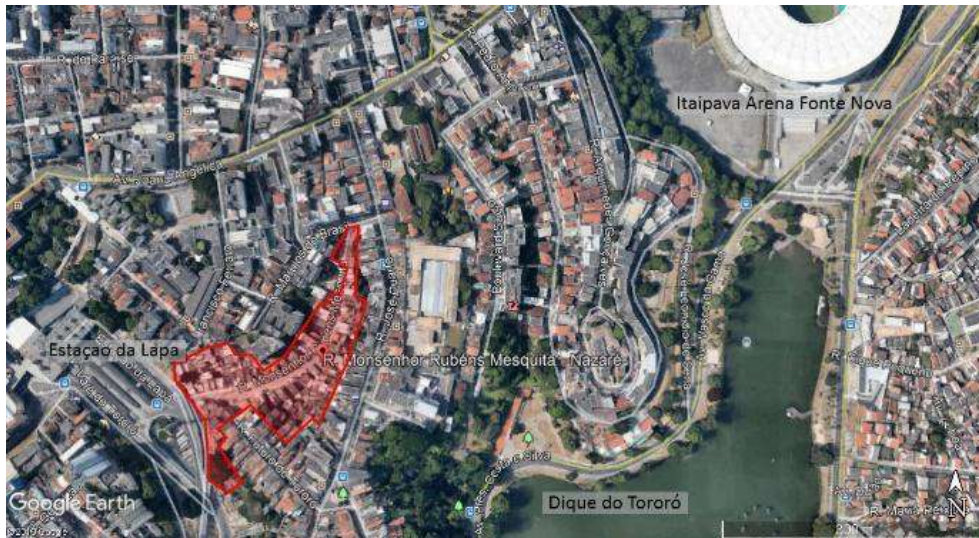


Figura 1: Localização da comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita. Fonte: Elaborada pela autora com base em imagem do Google Earth.

Como agravante, "a lei nº 9233/2017, desafeta e autoriza o Poder Executivo a alienar os bens imóveis nela citados e, neste caso, a área da Comunidade é citada para dar lugar a um Centro Comercial." (MOREIRA et al, 2017, p. 6). No entanto, a Prefeitura Municipal perdeu na primeira fase do processo ao alegar que a comunidade ocupa o local há menos de um ano, fato que não pode ser comprovado, ao qual a Prefeitura recorreu e o processo segue.

Entende-se que o processo vivido agrava a sensação de insegurança da comunidade e seu bem-estar diário, afetando sua saúde mental. No entanto, a percepção que se tem é que do processo de reintegração de posse houve um fortalecimento de um senso comunitário e união, dado que devido ao processo se iniciou a Associação de Moradores, por exemplo. Esse entendimento se deu do primeiro contato realizado com a Associação de Moradores, onde o presidente e o vice-presidente indicaram que a resposta primeira da comunidade ao processo de reintegração de posse foi a organização comunitária, com a realização de eventos para arrecadação financeira para enfrentar o processo e visibilizar a situação, dentre outras medidas que demandaram a organização coletiva. Logo, temos processos globais em contrapartida com processos locais, que têm diferentes efeitos na saúde mental. Cabe dessa forma, avaliar quais serão os efeitos.

5. Considerações finais

Conclui-se pontuando a importância de discutir o tema da saúde mental na contemporaneidade, inclusive sobre a ótica do urbanismo. Através dos teóricos estudados, começamos a delinear as relações entre cidade e saúde mental e a entender a precariedade urbana como agravante do bem-estar mental. No entanto, no atual estágio de pesquisa ainda não foram precisamente delineadas tais questões. Nesse momento, apontamos como algumas parcelas da sociedade, devido às resistências que precisam exercer no espaço urbano, têm um peso a mais atribuído ao seu estado mental.

É importante pontuar que a esse ponto de pesquisa entende-se que um dos grandes causadores de

transtornos advindos da sociedade capitalista globalizada são os padrões impostos. Entendemos que padrões mínimos de infraestruturas e salubridade devem ser garantidos como um direito constitucional, mas garantidas essas condições é nos questionamos a respeito dos abalos na saúde mental, na medida em que os parâmetros impostos pela sociedade capitalista, entende que a qualidade de vida é pautada na acumulação, o que não condiz com a realidade na comunidade.

Portanto, não pretendemos invalidar a construção coletiva do espaço urbano em estudo. Tem-se sim a precariedade, a vulnerabilidade e questões de infraestrutura, mas também identificamos os fatores positivos associados a viver em comunidade, inclusive apontados pela revisão bibliográfica. Acreditamos que o senso de comunidade que se construiu advindo dessa vulnerabilidade pode ter impactos positivos. Dessa forma, a essa altura da pesquisa, teorizamos que ainda que da perspectiva espacial, tecnoesfera, a comunidade precise de melhorias; na perspectiva da psicoesfera, as ações construídas em conjunto trazem aspectos positivos, a caminhada agora é de se descobrir como essas perspectivas antagônicas afetam o bem-estar mental. O objetivo final da pesquisa é entender a relação dos espaços de favela e a saúde mental, em sua completude, não apenas a partir de suas vulnerabilidades e precariedades, mas também de suas potências, dentro da perspectiva do bem-estar mental.

Referências

- Andrade, L., Baptista, M., Alonso, J., Petukhova, M., Bruffaerts, R., Kessler, R., Silveira, C., Siu, E., Wang, Y., Viana, M. (2013). Days out-of-role due to common physical and mental health problems: Results from the São Paulo Megacity Mental Health Survey, Brazil. *Clinics*, 68 (11), pp. 1392-1399 <<https://dash.harvard.edu/handle/1/11879166>> (accessed 13 April 2019).
- Bestetti, M. (2014). Ambiência: espaço físico e comportamento. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 17 (3), pp. 601-610.
- Bauman, Z. (1998). *O Mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bourdieu, P. (1996). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*, 9th ed., Campinas: Papyrus, 1996.
- Ministério da Saúde. (2005). *Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil*. Ministério da Saúde, Brasília. <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf> (accessed 30 May 2019).
- Coelho, M., Filho, N., Peres, M. (1999.) O conceito de Saúde Mental. *Revista USP*, 43, pp. 100-125.
- Harpham, T. (1995). *Urbanization and Mental Health in Developing Countries*. Winchester: Avebury.
- Harpham, T., Blue, I. (1998). Investing in mental health research and development. *British Journal of psychiatry*, 171, pp. 294-295.
- Harpham, T., Ludermir, A. (1998). Urbanization and mental health in Brazil: Social and economic dimensions. *Health & Place*, 4 (3), pp. 223 - 232.
- Harvey, D. (1992). *A condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*, 17th ed. São Paulo: Edições Loyola.
- Lume, J. (1999). O homem e o espaço urbano. *Revista Portuguesa de Psicossomática*, 1 (2), pp. 59-69.
- Maiolino, A., Mancebo, D. (2007). Estudos Urbanos e Psicologia Social. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de, 7 (2), pp. 174-177.
- Moreira, P., Oliveira, A.; Brasileiro, T. (2018). Limitações e superações: o caso da comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, bairro do Tororó, Salvador, Bahia. *Proceedings of the Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas – URBFAVELAS 3*. Salvador, 21-23 November. <<http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais2018a/ARQUIVOS/GT1-336-186-20180630222154.pdf>> (accessed 29 May 2019).
- Organização Mundial da Saúde (OMS). (1946). *Constituição da Organização Mundial da Saúde*, OMS, New York. <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswwho.html>> (accessed 30 May 2019).
- Santana, P.(2014). *Introdução à Geografia da Saúde: Território, Saúde e Bem-estar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

- Santana, P. (2015). *Geografia da Saúde da população: Evolução nos últimos 20 anos em Portugal Continental*. Coimbra: CEGOT.
- Santos, M. (1994). *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 4th ed. São Paulo: HUCITEC.
- Santos, M. (2006). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4th ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Santos, M. (2009). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 18th ed. Rio de Janeiro: RJ: Record.
- Simmel, G. (1967). A Metrópole e a Vida Mental. In: Velho, O. *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro.
- Vietta, E., Kodato, S., Furlan, R. (2001). Reflexões sobre a transição paradigmática em saúde mental. *Revista Latino-am Enfermagem*, 9 (2), pp. 97-103. <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692001000200014&script=sci_abstract> (acessado 30 May 2019).
- World Health Organization (WHO). (2010). *Mental health and development: Targeting people with mental health conditions as a vulnerable group*, WHO, Geneva. <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44257/9789241563949_eng.pdf?sequence=1> (accessed 04 April 2019).
- World Health Organization (WHO). (2010). *Mental Health Action Plan 2013-2020*, WHO, Geneva. <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/89966/9789241506021_eng.pdf?sequence=1> (accessed 04 April 2019).

Assistência técnica como ferramenta para redução do déficit habitacional no Distrito Federal

Alessandra Fonseca Masuda, Centro Universitário Planalto do Distrito Federal, Arquitetura e Urbanismo
Brasília/DF, e-mail: afgpi@uol.com.br

Ivana Almeida de Figueiredo Jalowitzki, Centro Universitário do Distrito Federal, Arquitetura e Urbanismo,
Brasília-DF, ivana.jalowitzki@gmail.com

Resumo

O artigo apresenta a Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS) como uma ferramenta capaz de promover uma melhor qualidade de vida a moradores inseridos em áreas de vulnerabilidade. Mostra a ATHIS como um processo de melhoria do contexto urbano, que vai além de apenas promover novas moradias. Está fundamentado em uma experiência aplicada na Cidade Estrutural do Distrito Federal (DF). A metodologia abordada foi a fundamentação teórica baseada em revisão bibliográfica e em uma experiência pessoal com a JATHIS (Jornada de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social) realizada em 2019. Os levantamentos feitos focaram no DF, uma vez que esse apresenta ocupações informais desde o início da sua construção. Todas as considerações levaram a formulação da problemática de “Como a

assistência técnica na arquitetura, aliada a um trabalho multidisciplinar pode proporcionar ações de combate ao déficit habitacional?”. Baseado em todo estudo, conclui-se que existe um processo lento de busca para melhoria das condições insalubres dos moradores das áreas periféricas de Brasília. Os entraves nesse processo ainda persistem, como a descontinuação dos projetos ocasionada pelas mudanças de governo, contudo o importante é que existem profissionais empenhados em fazer a democratização desses serviços.

Palavras-chave: Assistência técnica; Déficit habitacional; Melhoria de moradias; Trabalho multidisciplinar.

1. Introdução

É nítido no Brasil que, mesmo com alguns esforços para prover moradias, como por exemplo, programas federais como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado em 2009 e ainda em vigência. Adicionalmente, mesmo com o direito à moradia, garantido na constituição federal no art. 6º, observa-se que o Estado tem falhado continuamente na missão de sanar o déficit habitacional.

A falta de moradia é um fantasma que assombra parte considerável dos brasileiros, seja pela sua inexistência ou pela sua insalubridade. O fato é que o problema é complexo de ser solucionado. Além do problema da falta de moradia, existem também outros fatores que contribuem para esse déficit, como a prática de construção de unidades habitacionais de baixo custo por seus próprios usuários, deixando muitos moradores em situação de vulnerabilidade, habitações com estruturas comprometidas, péssimo conforto ambiental, entre outros fatores.

Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo da autora e da sua experiência com o projeto Jornada de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (JATHIS) 2019. De maneira geral, pretende oferecer ao leitor um panorama sobre a necessidade do desenvolvimento da Assistência Técnica (AT) na arquitetura. Paralelamente, também busca mostrar a sua eficácia no processo para que as habitações em situação de vulnerabilidade tenham melhoria considerável, contribuindo, assim, para redução do déficit habitacional. Entretanto, o processo é cercado de questões que precisam ser rapidamente respondidas para promover à população acesso a orientação técnica especializada. Com base em todas essas ponderações, o artigo busca caminhos para identificar a questão a de como a AT na arquitetura, aliada a um trabalho multidisciplinar pode proporcionar ações de combate ao déficit habitacional, promovendo segurança e bem-estar aos moradores de forma eficiente e sustentável?

Justificativa

Para fortalecer a escolha do tema proposto, a pesquisa da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (ABRINC, 2018) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), que teve como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que o déficit habitacional no Brasil só aumenta. O número cresceu 7%, entre 2007 e 2017.

O caso do Brasília apresenta o agravante que desde o início da sua construção já surgiam as ocupações informais. Posteriormente, foram denominadas RAs (Regiões Administrativas) do Distrito Federal (DF). Foram nessas RAs onde a população com menor poder aquisitivo foi forçada a se estabelecer. Outro problema que surgiu com essas ocupações, foram as autoconstruções, uma vez que os moradores não tiveram acesso aos serviços de arquitetura ou de engenharia. Muitas vezes, com a concepção errônea de que seria um luxo ao qual eles não teriam direito. A realidade dessas comunidades mostra que, muitas vezes, faltam condições até de comprar o material para a construção, utilizando refugio de outras construções, o que aumenta o grau de precariedade.

Muitas dessas construções foram erguidas sem nenhum critério técnico, apenas com o objetivo de ter um teto. Esta prática originou um processo perigoso que colocou muitos de seus moradores em risco. É o que

corroborar a Pesquisa do Datafolha de 2015, contratada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU). O resultado mostra que a maior parte das reformas ou construções no Brasil, são realizadas sem o auxílio de um profissional da área. A pesquisa revelou que 54 % dos entrevistados já reformaram, dos quais apenas 15% utilizaram serviços de arquiteto ou engenheiro.

Quanto à Cidade Estrutural, objeto desse estudo, as imagens 1 e 2 evidenciam a prática da autoconstrução como forma de erguer as habitações, com a convicção de que serviços como assistência de um profissional da área seria exclusivo a pessoas de alta renda.

IMAGEM 1 –Chácara Santa Luzia, na Estrutural/DF



Fonte: Vianey Bentes/TV Globo

IMAGEM 2 – Cidade Estrutural/ DF)



Fonte: Isabella Calzalari/G1

Dessa realidade, a AT surge como ferramenta capaz de desenvolver uma adequação da construção existente aos padrões de eficiência, promovendo melhores condições de habitação aos moradores.

Portanto, o objetivo deste artigo é evidenciar a importância da AT na arquitetura como forma de combate à vulnerabilidade em habitações localizadas nas RAs do DF, garantindo adequação das moradias nos padrões de conforto e segurança. Para tanto, se fez necessário evidenciar como a ATHIS pode promover melhorias tanto nas condições das moradias, como nas condições urbanas nas RAs do DF. Desenvolver estudos de caso, promove como objeto de estudo o processo relacionado à III JATHIS, realizada em Brasília, de 10 a 14 de setembro de 2019. A experiência proporcionou entendimentos, a partir da vivência e gerou a confirmação da eficácia da ferramenta AT.

2 - Fundamentação teórica

2.1 – Breve panorama da AT em habitação social no Brasil e em Brasília

O ponto inicial da ATHIS no Brasil ocorreu em 1975 na cidade de Vitória com uma resolução do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA). Pela primeira vez, é recomendado aos arquitetos a adoção de medidas para atuar em AT. A partir daí as experiências apareceram por todo território brasileiro.

Este processo desencadeou movimentações que resultaram na minuta da Lei 11.888/2008, que entrou em vigor em 2009. Todavia, até os dias atuais grande parte da população desconhece os benefícios dessa lei, que assegura às famílias de baixa renda AT pública e gratuita para o projeto e para a construção de Habitação de Interesse Social (HIS).

2.2 – Papel dos estados e municípios no processo de democratização da AT.

Com a regulamentação do Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001, deu-se um passo de extrema importância para as políticas urbanas no País. A partir de então, foram abertos caminhos para a implantação da ATHIS. Nele fica especificado, no Art.º 4, que as comunidades e grupos sociais menos favorecidos têm direito à AT e à jurídica gratuita.

Finalmente, em 2008, a Lei 11.888 foi estabelecida. Ela assegurou às famílias com renda até três salários mínimos, a AT pública e gratuita para o projeto e a construção de HIS. A mesma lei também estabelece no art. ° 4 que os recursos financeiros deverão ser garantidos pela União aos Estados, ao DF e aos municípios. Além disso, suas ações, no sentido de AT, devem ser planejadas e implementadas de forma coordenada e sistêmica.

Fica a cargo de cada município a seleção dos beneficiários dos serviços de AT, com parceria da sociedade civil, a AT deve ser prestada por profissionais da área, tais como arquitetos e engenheiros. Sendo assim, é essencial que os municípios tenham no quadro de funcionários esses profissionais.

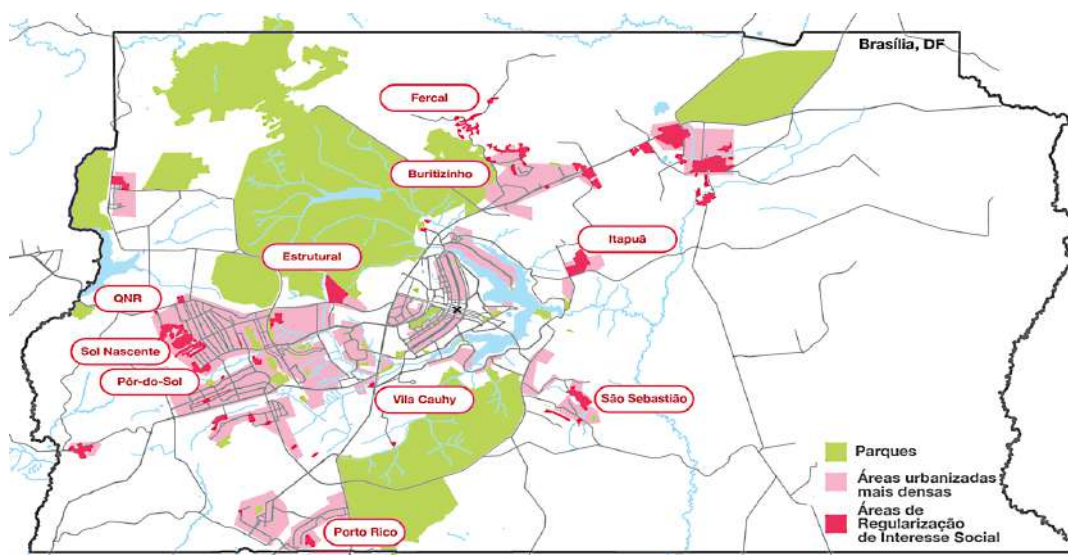
Diante do exposto, fica evidente que é necessário que os governos busquem efetivar esse programa, que ainda é pouco difundido, para a redução do déficit habitacional. Ainda hoje, a possibilidade ainda não ganhou relevância devido à cultura de que só produzindo moradias se trata dessa problemática.

2.3 AT¹⁵ no Distrito Federal

No DF a secretaria de Gestão do Território e Habitação (SEGETH) tem, entre suas funções, a elaboração e gestão da Política Habitacional do Distrito Federal. Nela, fica estabelecida, na sua lei Orgânica 3.877/2006, a promoção de políticas com objetivo de solucionar a carência habitacional, com prioridade para a população de baixa renda.

O programa Habita Brasília, criado pelo Decreto nº 37.438/2016, no qual são determinadas as ações a serem implantadas para a redução do déficit habitacional. Essas ações são apoiadas em três eixos: promover habitação, regularização fundiária e combate ao uso irregular do solo. A gestão desse programa fica a cargo da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB), que é vinculada a SEGETH. A CODHAB mantém, desde 2015, dez escritórios de AT nas RAs mais pobres de Brasília. Esses escritórios desenvolvem o “Projeto na Medida”, através do qual oferecem serviços gratuitos de arquitetos, engenheiros e assistentes sociais à população mais carente. Nesse programa, segundo a companhia, já foram executadas cerca de 132 reformas, com mais 32 em andamento. É um número muito pequeno se analisarmos o contexto do déficit habitacional no DF. Porém, já mostra-se como um uma ação positiva de enfrentamento dessa problemática. A Imagem 3 apresenta um mapa do DF com a localização de cada escritório de AT, disponibilizado pela CODHAB, para atender à população com maior necessidade.

IMAGEM 3 – Localização dos postos de assistência técnica no DF.



Fonte: CODHAB Apud Mariana Bomtempo/2018.

2.4 - Projeto na Medida

O Projeto na Medida é voltado para famílias de baixa renda que possuem moradia própria, porém não tiveram o acompanhamento de um profissional na área de construção. Esta condição gerou moradias com alguma precariedade e que demandam AT. O projeto conta com verba da CODHAB para custear os materiais e o projeto.

Essa iniciativa não se limita ao objetivo de promover melhorias em habitações, mas também desenvolve ações comunitárias em espaços públicos, qualificando a comunidade em geral. Ademais, esses projetos são desenvolvidos sob a forma de mutirão.

3. Estudo de caso

O estudo de caso escolhido foi um projeto do CAU em parceria com a CODHAB, fundamentada na AT para moradores em situação de vulnerabilidade no DF. Objetiva promover condições melhores de moradia.

Esse programa, conhecido como JATHIS, tem a particularidade de estar diretamente ligada à promoção de AT para moradores de baixa renda inseridos nas áreas mais precárias do DF. Proporciona uma experiência de vivência aos alunos de arquitetura, engenharia e profissionais formados, de serem inseridos na comunidade escolhida e de participarem de um trabalho multidisciplinar, que promove melhorias tanto nas moradias quanto no meio urbano do entorno.

3.1 *Experiência JATHIS 2019 no processo de entendimento do complexo contexto do déficit habitacional dentro da Cidade Estrutural/DF.*

O site da JATHIS define seu projeto como:

... um evento idealizado pela Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA), em proposição conjunta com o Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento do Distrito Federal (IAB/DF). É promovido pelo Colegiado de Entidades de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal (CEAU/DF) por meio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal (CAU/DF).

A JATHIS ocorre no Distrito Federal desde 2017, com intuito de incorporar e naturalizar as ações de ATHIS na atuação ordinária de profissionais ligados diretamente no planejamento e construção das cidades, desde a formação a nível de graduação até a formação continuada de profissionais em exercício.

Os principais objetivos do evento são:

1. Sensibilizar estudantes, professores e IES do DF para aspectos profissionais e sociais da Assistência Técnica e as atividades de extensão universitária;
2. Proporcionar um exercício projetual para Melhorias Habitacionais por meio da imersão em comunidades de Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS) do Distrito Federal, ilustrando as particularidades e dificuldades das práticas de Melhorias Habitacionais;
3. Influenciar uma reflexão profissional sobre o papel social do arquiteto e urbanista e as responsabilidades das instituições que podem conferir qualidade e dignidade à moradia de interesse social e à construção de nossas cidades. (JATHIS 2019)

Assim, o evento em questão ocorreu do dia 10 a 14 de setembro de 2019, com oficinas de melhorias habitacionais, ações urbanas e palestras temáticas. Nesta edição as ações de intervenção foram voltadas para a RA XXV (SCIA/ESTRUTURAL), na Cidade Estrutural do DF.

Neste contexto, a JATHIS se mostrou como uma oportunidade para o estudante vivenciar uma ação contra o déficit habitacional. A vivência mostrou que esse trabalho não foca em projetar novas habitações. Vai muito além dessa questão. Envolve conhecimento do local e das pessoas que ali habitam. Portanto, é preciso superar a realidade de investigação superficial de simplesmente fazer um levantamento e projetar, já que essa prática torna o processo engessado e, muitas vezes, deturpa as reais necessidades das pessoas para as quais se está projetando. Todo esse processo evidencia que o déficit habitacional não pode ser combatido

de uma maneira unilateral.

Portanto, a JATHIS apresenta justamente o diferencial de levar os participantes aos moradores, a ouvi-los e entender suas reais necessidades, para, assim, propor algo que esteja ligado às suas verdadeiras necessidades. A proposta visa não somente promover melhorias nas moradias, mas também gentilezas urbanas capazes promover mudanças no contexto urbano.

No primeiro dia de oficina, os participantes foram divididos em equipes multidisciplinares (Imagem 05A), na qual os estudantes de arquitetura, de engenharia, assistentes sociais e moradores, buscam, juntos, um objetivo comum. A ideia é propor soluções de melhoria habitacional e ações urbanas conforme a realidade econômica, sem deixar a qualidade e conforto em segundo plano. Posteriormente, a equipe embarcou em um ônibus e foi até a Cidade Estrutural fazer o primeiro contato com a família previamente escolhida para medições e entrevista (Imagem 05B).

IMAGEM 05 – Equipe de trabalho 8 (intervenções habitacionais)

A) Formação da equipe



B) Visita técnica



Fonte: Arquivo pessoal 2019

Após esse primeiro contato, as equipes voltaram para o local onde ficavam concentrados os trabalhos. No segundo dia de oficina foi dado início aos projetos (Imagem 06). Já no terceiro e último dia foi feita a apresentação do projeto para aos demais participantes (Imagem 07), com plantas e orçamentos que deveriam ficar em torno de 20 mil reais.

IMAGEM 06 – Desenvolvimento do projeto



Fonte: Arquivo pessoal 2019

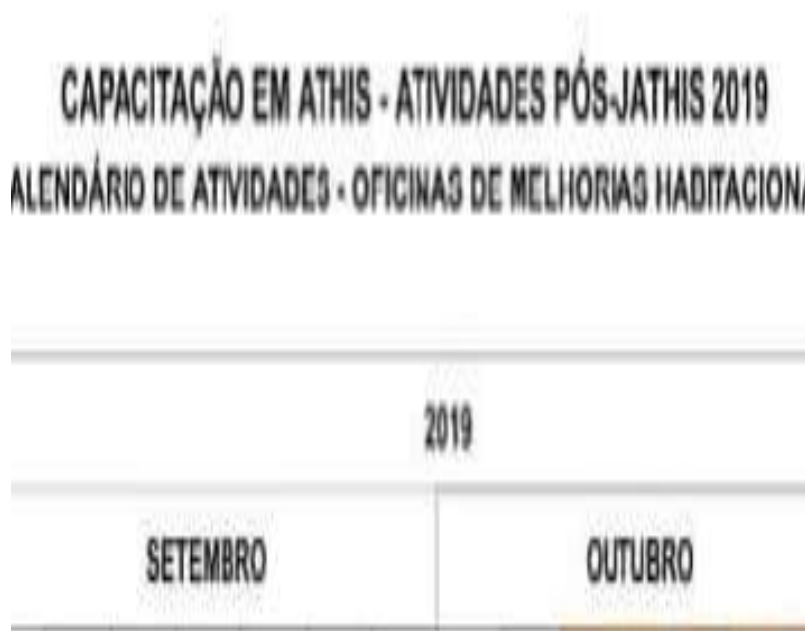
Fonte: JATHIS 2019

IMAGEM 07 – Apresentação dos Projetos



As atividades da JATHIS continuam até o final do ano de 2019. Os grupos desenvolvem a evolução do projeto e seguem um cronograma pré-estabelecido (Imagem 08). Ao final desse processo, foi iniciada a execução dos projetos previstos para Janeiro 2020. Toda essa experiência também foi fundamental para a escolha dos estudos de caso que melhor oferecessem embasamento para o desenvolvimento do projeto.

IMAGEM 08 – Cronograma de Atividades (intervenções habitacionais)



2020	
JANEIRO	FEVEREIRO
Etapa 4 retorno às casas para acompanhamento da empresa de engenharia que irá realizar a reforma. Fazer conferência da situação existente x projeto – data a definir	ETAPA 4 – previsão de início das obras de reforma (cronograma a ser definido conforme disponibilidade de recursos orçamentários)
LEGENDA	
	Oficina Pós-JATHIS 1 – alinhamento equipes JATHIS + CODHAB (presencial)
	Oficina Pós-JATHIS 2 – retorno às respectivas famílias para aprovação de estudos preliminar (presencial)
	Oficina Pós-JATHIS 3 – ajustes finais de projeto e orçamento.
	Envio de projetos executivos para comissão organizadora: Avaliação e aceite CODHAB
	Orientações para projetos + orçamentos com eventuais correções (presencial)
	Oficina Pós-JATHIS 3 – entrega final das propostas finais as 20 famílias (presencial)
	Envio dos produtos finais: Projeto, memoriais, orçamento e RRT

Fonte: JATHIS 2019

2. Conclusões

Tendo em vista a problemática deste artigo e considerando as dificuldades encontradas no enfrentamento

do déficit habitacional, não só no DF, mas em todo território brasileiro. A ATHIS apresenta-se como uma ferramenta eficiente e acessível, sendo também menos traumática para as famílias que já ergueram suas casas, pois possibilita a melhoria da habitação sem remoção da família, sem cortar os laços estabelecidos com o meio. Já que muitas residem no local há muitos anos, e mesmo enfrentando situações de vulnerabilidade, criaram um vínculo afetivo com o local.

É muito importante um trabalho contínuo e multidisciplinar para que a ATHIS seja cada vez mais conhecida e praticada. Ela possibilita a quebra de estigma e cria laços entre os moradores de regiões afetadas pela vulnerabilidade, já que a única opção disponível para eles era a autoconstrução.

Agradecimentos

Gostaria de conferir agradecimentos especiais ao Professor Arquiteto e Urbanista Orlando Vinícius Rangel Nunes pela oportunidade que me proporcionou de participar da JATHIS 2019.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15.220. Norma Brasileira de Desempenho Térmico para Edificações. Rio de Janeiro, 2005.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. *Análise social*, p. 711-732, 1994.

CODEPLAN. Distrito Federal: Cenários Demográficos, Educacionais e de Saúde. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais. DIPOS/CODEPLAN. Brasília. 2018.

CODEPLAN. Brasília. 2018. Disponível em: <http://www.observatorioterritorial.segeth.df.gov.br/documentos/>

DISTRITO FEDERAL. Lei Complementar Nº 715 de 24 de janeiro de 2006. Torna a Vila Estrutural Zona Especial de Interesse Social - ZEIS. Brasília, 2006.

_____. Lei nº 10.254, de 10 de junho de 2001. (Estatuto da Cidade). Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da urbanização e dá outras providências, 2001.

_____. Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a lei no 11.124 de 16 de junho de 2005, 2008.

SEGETH/CODEPLAN. Indicadores de Qualidade e Sustentabilidade Territorial - Relatório Geral de Resultados do Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Gestão do Território e Habitação – SEGETH e Companhia de Planejamento do Distrito Federal

EIXO 06

Geografias da saúde, do risco e o uso de novas tecnologias

Fitorremediação para precariedade urbana: estudo de caso como piloto aplicável

Vera Santana Luz, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Campinas, veraluz@puc-campinas.edu.br

Wesley da Silva, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, wesley96mec@gmail.com

Resumo

Apresentamos investigação de sistema de fitorremediação como alternativa de saneamento, em estudo de caso como inquirição teórica de possibilidades sua aplicação como piloto replicável: uma Escola de Educação Infantil localizada no Jardim Ângela - São Paulo, distrito periférico da RMSP, inserido na área de proteção de mananciais da Represa Guarapiranga, caracterizado por fragilidade socioespacial e ambiental, por vezes extrema. A impotência histórica do Estado em atender às demandas de baixa renda, mesmo em gestões progressistas, democráticas e participativas, indica hipóteses em constituir alternativas de saneamento de pequena e média escala em bases comunitárias associativas, como validade de suprimento. Sistemas de tratamento alternativos, destarte atualmente recomendados pela ONU como “soluções baseadas na natureza”, não constituem impedimento à associação a sistemas convencionais. Pretendemos que baixas tecnologias articuladas a altas tecnologias, em certas circunstâncias sejam uma possibilidade que contemple a proteção ambiental em situações de urgência.

Palavras-chave: fitorremediação; fragilidade socioespacial e ambiental; soluções baseadas na natureza; cidade educadora; pedagogia escola-comunidade.

1. Introdução

O “Fundão do Jardim Ângela”, situado no extremo sul do distrito do Jardim Ângela, está totalmente inserido na área de proteção de mananciais da Represa Guarapiranga. Sua ocupação por assentamentos, na maioria informais, remonta a meados da década de 1980, cujas populações serviam como exército de reserva para o processo de industrialização da região sul de São Paulo. Até hoje se caracteriza por estratos de população de baixa renda, com fragilidade socioespacial por vezes extrema, sem garantia fundiária, instalada em habitações precárias com ausência ou insuficiência de provimento pelo Estado de infraestrutura básica, especialmente de saneamento e transportes. Essa condição acentua os conflitos entre as relações urbana, rural e ambiental, dada sua localização às bordas finais dos tecidos urbanizados fronteiriços a áreas com potencial rural ou de proteção ambiental o que, paradoxalmente, pode indicar possibilidades de constituição de paradigmas alternativos aos sistemas centralizados de tratamento, caracterizados pela grande escala, distância significativa dos pontos de origem de coleta, processos complexos em várias fases e com adição de produtos químicos.

Esse artigo apresenta investigação cujo objetivo se pautou pela possibilidade de inserção de técnicas de saneamento de esgotos por fitorremediação, como Soluções baseadas na Natureza (SbN) recomendadas pela ONU (WWAP, 2018), aplicáveis a situações concretas, com custos relativamente baixos, como alternativa para a promoção de saneamento de modo imediato, para edificações sem coleta ou tratamento, como sistemas capazes de gerar certo grau de autonomia, tendo como estudo de caso a EMEI Chácara Sonho Azul, localizada no Fundão do Jardim Ângela (Figura 1), cuja ocupação informal por população em situação de fragilidade socioespacial e ambiental vive em condições insalubres, em grande parte vertendo efluentes nos córregos a céu aberto - condição sistêmica às áreas de proteção dos mananciais das represas Guarapiranga e Billings, incluindo aproximadamente duas milhões de pessoas, que vivem predominantemente em abrigos autoconstruídos, sem garantia fundiária, suprimento suficiente de infraestrutura, equipamentos e espaços públicos de qualidade, onde é notável a predominância de

mulheres sozinhas responsáveis pela família. Para tanto, o método de investigação partiu da consideração de aspectos sistêmicos de precariedade urbana, já extensamente sistematizados por estudos como de Kowarick (1979), Villaça (2005), Maricato (1982, 2000), Bonduki & Rolnik (1982), Rolnik (1997) e em especial referenciados à zona sul da Região Metropolitana de São Paulo (Sócrates et. al., 1984) (Santoro & Whately, 2009), para o que foram também cotejados os principais marcos legais, bem como realizado estudo do território de inserção e do edifício selecionado como estudo de caso e, em sequência, efetuada a investigação de sistemas de fitorremediação para seleção do mais apropriado para as circunstâncias. Finalmente, foram realizados cálculos e hipóteses de implantação do sistema no local e discussão dos resultados.

A seleção do edifício estudo de caso se deu a partir de Trabalhos Finais de Graduação (TFGs) realizados em 2016 e 2017 no território do Fundão do Jardim Ângela, coorientados pela autora Vera Santana Luz e pelo prof. Antonio Fabiano Junior (Luz & Fabiano Jr, 2017), que estabelece, como metodologia, a relação real com as comunidades envolvidas desde os levantamentos e primeiras identificações, mediante participação em grupos representativos locais, compreendendo ações voluntárias de alunos e professores, o que gerou como desdobramento posterior o trabalho aqui apresentado e a colaboração entre a Universidade de origem – a PUC de Campinas e o Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA/USP), onde este trabalho, entre outros, é tematizado, e se articula à pesquisa individual da autora (LUZ, 2018).

A Escola Municipal de Ensino Infantil EMEI Chácara Sonho Azul se localiza no bairro Vila Calu e, dada sua qualidade pedagógica - com atividades baseadas em sistemas de arte-educação e inserção como extensão da escola-comunidade, pautada por compromissos éticos e ambientais, de fortalecimento de cidadania e pertencimento -, se constitui como importante referência local, com ampla participação e reconhecimento comunitário, parcerias institucionais com entidades promotoras do conceito de cidade educadora e escola-comunidade. Essas determinantes, somadas aos laços de envolvimento acadêmico anteriores, forjaram a escolha do estudo de caso em se situar nesse equipamento público de ensino. Nossa hipótese é de que o conjunto de atividades acadêmicas se devam articular como indissociáveis nos campos de ensino, pesquisa e extensão, passíveis de fomentar contribuições efetivas em situações reais.

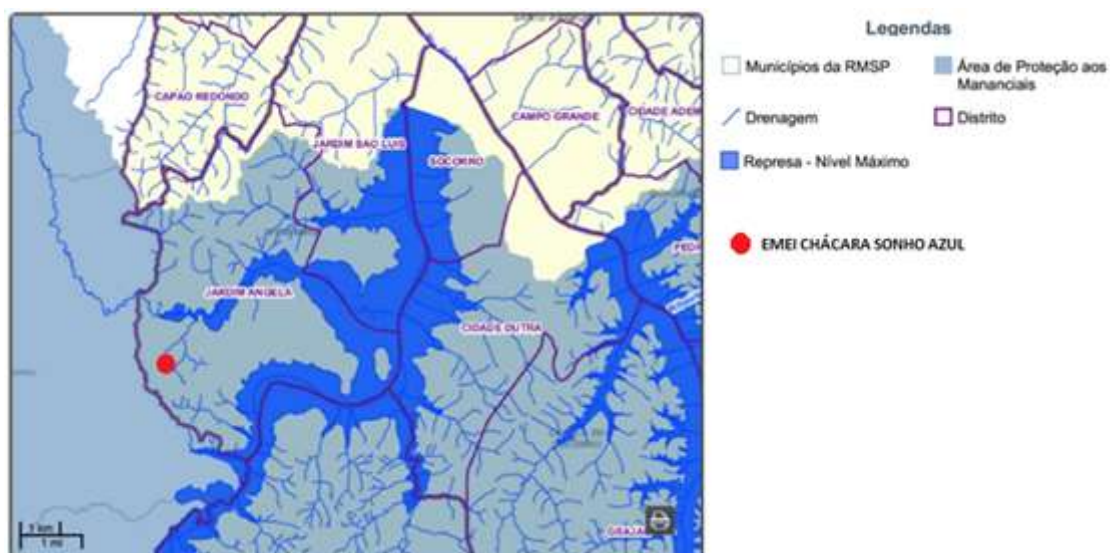


Figura 1: Localização da EMEI Chácara Sonho Azul. Região dos mananciais sul de São Paulo em porção envoltória da Represa Guarapiranga. Fonte: Geosampa PMSP trabalhada pelos autores. Acervo coletivo da Equipe de TFG 4ª. feira FAUPUC de Campinas.

2. O território periférico da RMSP: sua precariedade é um projeto?

A situação de vulnerabilidade e desprovisionamento de infraestruturas, equipamentos e qualidade espacial como processos brasileiros definem nossa urbanização e metropolização como fenômeno de país dependente em que, do advento da industrialização e chamada modernização decorreu segregação socioespacial, estratificação e espoliação urbanas, onde o Estado tem papel determinante – situação que apresenta dificuldades sistêmicas de superação mesmo em governos progressistas e socialmente comprometidos com as camadas de renda mais baixa. Nesse sentido, os espaços definidos como periféricos, localizados às margens finais dos tecidos urbanos consolidados, se caracterizam pela presença majoritária de loteamentos irregulares e ocupações informais, com habitações autoconstruídas, sem garantia fundiária em sua maioria, desprovidos do que é direito constitucional, não sendo, recorrentemente, alvo de políticas públicas suficientes perante sua trágica condição, o que é tema de estudos sistematizados desde a década de 1970 (Kowarick, 1979; Bonduki & Rolnik, 1982; Rolnik, 1997; Deák; Schiffer, 1999; Maricato, 1982; 2000).

As regiões periféricas da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), especialmente às bordas extremas do tecido urbano, são até hoje resultado dessa urbanização estratificada e de espoliação (Kowarick, 1979) que se revelam explicitamente na urgência por moradia e carência de infraestruturas, cujas condições de saneamento básico de lixo e esgotos talvez sejam a face mais gritante, problema que se anuncia de longa data.

A pobreza urbana não é exclusividade da periferia. Autores têm apresentado certa tendência à homogeneização da pobreza urbana por fatores como: o surgimento de enclaves a partir de empreendimentos urbanos fechados; ocupações de espaços intersticiais, como as linhas férreas, espaços sob pontes e viadutos e margens de rios, bem como certa presença do Estado nas periferias, melhorando os indicadores de acesso a serviços públicos, embora a qualidade de vida da população de baixa renda não se equivalha, em termos de serviços equipamentos e infraestrutura, às demais porções da cidade, por escassez, comparativamente, e mesmo devido à sua má qualidade (Torres et al., p. 100-101). Três fatores são consideráveis, segundo os autores: a pobreza urbana no Brasil - como consequência do mercado de trabalho e da estrutura social -, não seria mais um problema da integração na sociedade industrial moderna, mas sim um traço característico e estrutural da economia capitalista dos países dependentes; a produção de moradias, dentro da dinâmica do mercado imobiliário e seu poder de controle e especulação da terra urbana é abrangente e inclui até mesmo a competição do uso da terra pelos mais pobres e mecanismos microeconômicos de exploração; as políticas de Estado - onde o zoneamento é um mecanismo que se destaca -, têm a capacidade de setorizar os bônus da urbanização em porções determinadas das cidades, reservadas às camadas mais ricas, mesmo pelo incremento do valor da terra por ações diretas de investimentos ou obras públicas que são, em última instância, fator de expulsão, deslocamento compulsório de camadas de baixa renda e, como consequência, gentrificação (Torres et al., p. 101-110; Fix, 2007).

2.1. *Dois direitos em conflito: habitação e proteção ambiental*

De acordo com o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PMSP, 2014), a região estudada está inserida na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental, classificação que reconhece a região como território ambientalmente frágil, dada a presença de mananciais de abastecimento hídrico e de significativa biodiversidade, demandando o cumprimento de diversas determinações ambientais que definem cuidados conservação, respeito a critérios especiais de uso e ocupação do solo e contenção da expansão urbana bem como preconizam melhoria das condições urbanas e ambientais dos

assentamentos e garantia das moradias mediante regularização e correspondente eliminação de situações de vulnerabilidade. Em escala mais circunscrita, o Plano Diretor determina sua inclusão na Macroárea de Vulnerabilidade Urbana e Recuperação Ambiental, dados seus altos índices de vulnerabilidade socioambiental, tendo como objetivos o acesso às políticas públicas, a urbanização e regularização fundiária com compatibilização entre o uso do solo e tipologias em acordo com a legislação ambiental e a universalização do saneamento, inclusive para assentamentos isolados, conforme ilustra a Figura 2, abaixo:

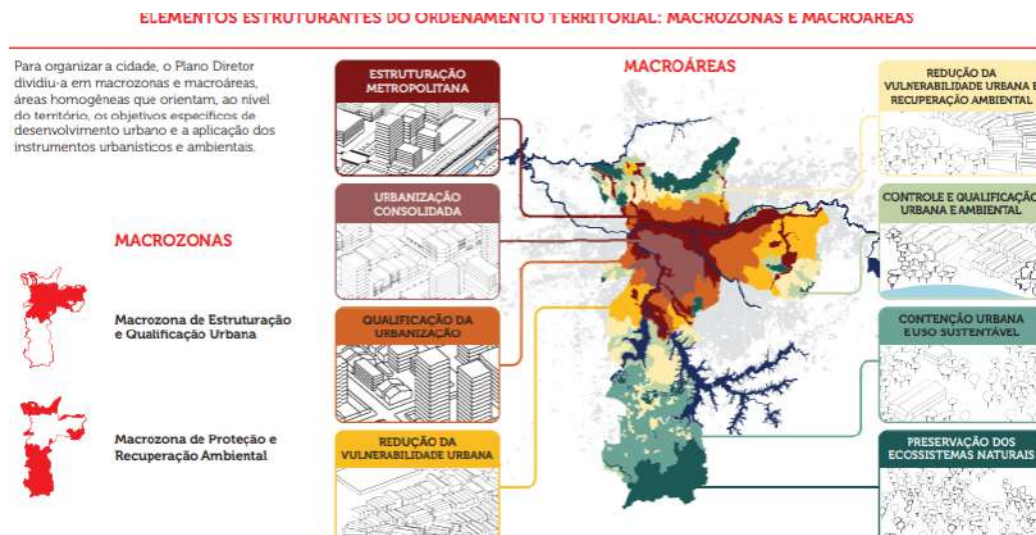


Figura 2:

Macrozonas e Macroáreas. Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Fonte: PMSP, 2014. Gestão Urbana SP.

Se a área de proteção dos mananciais é fundamental para o sistema de abastecimento sul da RMSP, paralelamente se caracteriza pela ocupação em moldes informais, conformando um conjunto extenso de bairros nas imediações das Represas Billings e Guarapiranga, cuja população atualmente se estima em aproximadamente 2 milhões de habitantes. A gravidade da situação expõe a contradição entre duas urgências legítimas – a preservação do meio ambiente e a urgência de habitação que afeta os mais pobres – o que se dá, neste território, como evidência. O problema não é de hoje, resulta de uma construção histórica de expulsão em ciclos, de tal gravidade que se constitui como um dos grandes problemas metropolitanos contemporâneos em São Paulo, cujo anúncio remonta a estudos desde a década de 1980 (Sócrates et al., 1985; Santoro et al., 2009). A ocupação da classe operária, que garantia mão de obra para as zonas industriais a sul de São Paulo - em busca emergencial por moradia, cuja pressão por demanda de terra urbana atingiu a área dos mananciais, tem como agravante de sua fragilidade socioespacial e ambiental a carência de água, energia, saneamento de esgotos, limpeza pública e transportes, equipamentos e espaços públicos de qualidade, como uma cidade desconsiderada perante outra, legalizada e provida de urbanidade.

Os marcos legais de habitação, meio ambiente, saneamento e transportes em todos os níveis – federal, estadual e municipal – contrastam com essa situação. Como evidência das referências utilizadas, o que é direito da população e responsabilidade do Estado não se efetiva concretamente por meio da gestão. Essa ausência de efetividade justifica, de per si, como medida de autonomia imediata, a implantação de técnicas de tratamento de esgotos em soluções baseadas na natureza, por fitorremediação, como alternativa realizável descentralizada, de baixo custo e promotora de controle ambiental, para a permanência do contingente populacional em região tão frágil. A hipótese em constituir um piloto de investigação em um equipamento público, com área disponível e com representatividade comunitária por suas práticas pedagógicas de arte-educação e ambiente-comunidade levou à eleição da EMEI Chácara Sonha Azul como exemplaridade.

3. A proposta de técnica de urgência como ação realizável e replicável

Estudo territorial e das diferentes técnicas de tratamento natural de esgotos, conduziu a eleição do tratamento de efluentes da EMEI Chácara Sonha Azul, mediante Tanque de Evapotranspiração, considerado como sistema mais adequado pelas razões de disponibilidade de espaço, segurança do equipamento perante a presença de crianças de pequena idade, baixo custo e simplicidade construtiva. Por não expelir resíduos contaminantes nem presença de líquidos, tão somente evaporado pelas plantas, o sistema se evidenciou como exemplo educativo perante apresentação em Fóruns locais organizados em conjunto - a partir do que a EMEI incorporou o tema Adote seu Rio -, podendo ser incorporado às dinâmicas constantes na escola, articulados a sua pedagogia baseada em arte e educação ambiental com representatividade, como hipótese desdobrável à comunidade. A escola havia conquistado recentemente um terreno público contíguo como área livre para suas atividades ambientais, inclusive com a colaboração da autora do presente artigo, mediante ações voluntárias junto ao Ministério Público. Foi possível articular o espaço disponível para a implantação do equipamento de fitorremediação, como hipótese de instalação, ilustrado à Figura 3, abaixo:



Figura 3: Foto aérea destacando a EMEI Chácara Sonha Azul, as áreas externas disponíveis e a localização proposta para o Tanque de Evapotranspiração. Fonte: Googlemaps trabalhada pelos autores.

O

Tanque de Evapotranspiração é uma técnica de tratamento de águas negras que pode ser facilmente instalada em zonas rurais, urbanas e periurbanas, difundida inicialmente pela permacultura (Pamplona & Venturi, 2004), adotada pela Embrapa bem como em diversas circunstâncias de saneamento ecológico cuja qualidade da água que retorna ao meio ambiente é garantida mediante a transpiração de vapor pelas próprias plantas e que alimenta com nutrientes a cadeia biológica envolvida (Winblad & Simpson-Hérbert, 2004). O tratamento é realizado por meio de degradações microbianas que ocorrem na câmara de recepção e nos substratos granulosos, com processos de digestão anaeróbia da matéria orgânica. Os processos anaeróbicos de decomposição orgânica são realizados em três etapas: a hidrólise dos compostos orgânicos complexos, a produção de ácidos (acidogênese, acetogênese) e a produção de metano (Galbiati, 2009). Conforme se acumula o volume dos efluentes no tanque, o líquido ascende às camadas superiores com granulosidade decrescente até atingir as raízes das plantas que se alimentam dos nutrientes e minerais decorrentes da decomposição da matéria orgânica realizada pelas bactérias próprias do sistema. A folhagem das plantas finaliza o processo por evapotranspiração da água envolvida no processo, absorvendo nutrientes como componentes de sua biomassa.

Para escolha da localização do tanque foi necessário considerar o tipo de solo, a profundidade do lençol freático e a incidência direta solar, para a conveniente evaporação da água, cujas plantas devem realizar o processo de fotossíntese dependente da luz solar (Vieira, 2010; Galbiati, 2009). Foi, portanto, decidida a implantação do TEVAP voltando-o para a face norte e evitando obstáculos cuja presença pudesse obliterar a insolação.

Como manutenção postula-se o necessário cuidado com a escolha de tipos de mudas, seu transplante, colheita de frutos, poda e remoção de folhagens secas, mantendo as plantas em estágio de crescimento acelerado para maior demanda de nutrientes e alta absorção de água (Galbiati, 2009), o que coaduna com os métodos e processos pedagógicos da própria escola, cuja premissa prevê a atividade educadora orientada para questões reais do território, em um processo abrangente de caráter ambiental e artístico.

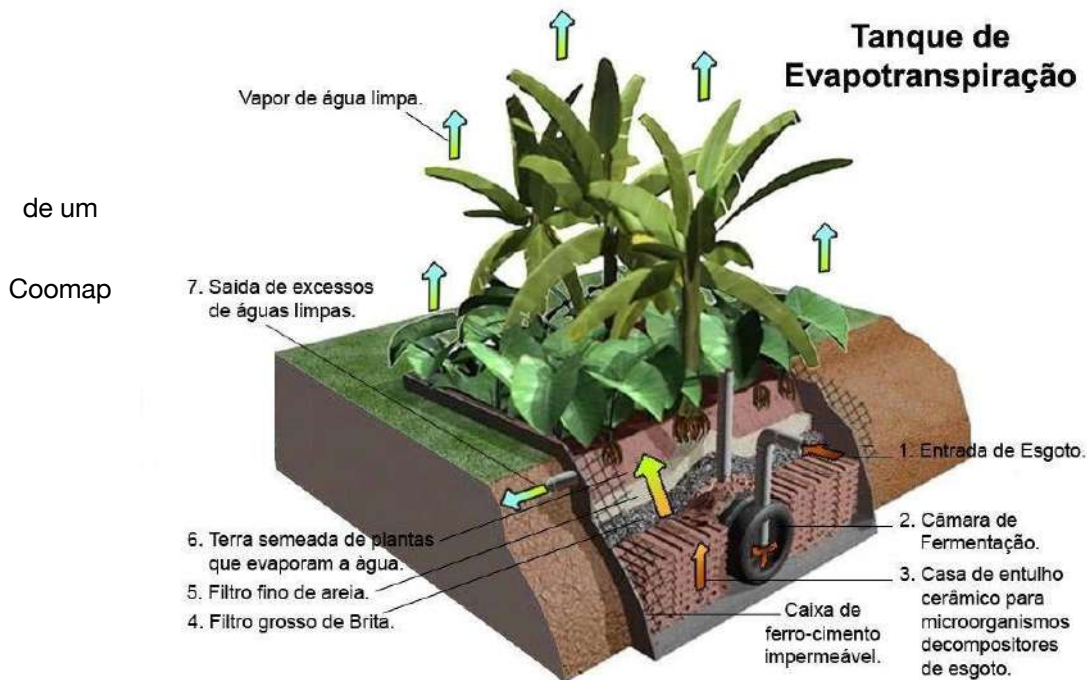


Figura 4: Ilustração esquemática TEVAP.

Fonte: <

<http://coomap.com.br/pt/agricultura/implantacao-de-fossas-de-evapotranspiracao>>

Os cálculos para dimensionamento do TEVAP foram baseados em Galbiati (2009) pela similitude de localização dos experimentos empíricos que envolveram o estudo desta autora e a situação de implantação do TEVAP no caso do presente trabalho. Para tanto, a área superficial do TEVAP (A) foi calculada levando em consideração o número diário de usuários (n), a vazão diária por usuários (Qd), uma constante denominada coeficiente do tanque, conforme condições geográficas, que no caso foi da ordem de 2,71 (K_{tevap}), a evapotranspiração média local (ET_o), a pluviosidade média local (P) e o coeficiente de infiltração (K_i), conforme a Fórmula 1 abaixo:

$$A = \frac{n \cdot Qd}{(ET_o \cdot K_{tevap}) - (P \cdot K_i)} \quad (1)$$

O volume útil do tanque é função do número de contribuintes (N), da contribuição de despejo por usuário/dia (C) e do tempo de detenção hidráulica em dias (T), que é determinado por faixa de vazão e temperatura do esgoto em dias, conforme ABNT NBR 13969/1997, como apresenta a Fórmula 2, a seguir:

$$Vu = 1,6NCT \quad (2)$$

O dimensionamento resultou, para a demanda e localização da EMEI Chácara Sonho Azul, em um sistema com área superficial útil de 332,90 m² e volume útil de 4.063,68 litros. Decorreu desses cálculos, mediante o estabelecimento da profundidade recomendada de 1,55 metros úteis, a medida em área de 26,00 x 13,00 metros.

4. Conclusões

Soluções baseadas na natureza são recomendações mundiais para situações de enfrentamento de carências ou urgências urbanas ou rurais, compreendendo a possibilidade de manejo de efluentes sem impacto ambiental. No estudo de caso apresentado, a eleição de um Tanque de Evapotranspiração como sistema de fitorremediação se apresentou como hipótese eficiente e aplicável em escala pontual, neste momento como estudo teórico, porém passível de amplitude territorial, dada a condição de urgência sistêmica condicionada pelos processos de estratificação urbana da RMSP mencionada, que decorreu em intensa ocupação da região de proteção dos mananciais sul. Possibilidades de realizar ações de pequeno porte em equipamentos de referência comunitária, como no caso estudado na EMEI Chácara Sonho Azul, com a desejável aliança entre academia e realidade concreta, podem configurar exemplaridades potentes, em processos pedagógicos comunitários, como contribuição para a conquista de autonomia imediata, ambientes saudáveis e qualidade de paisagem para comunidades carentes, para o que este estudo pretende desdobramentos.

Agradecimentos

A todos funcionários da EMEI Chácara Sonho Azul, que com tanta dedicação constroem um ambiente de educação e exemplaridade para toda comunidade no Fundão do Jardim Ângela. Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo investimento na presente Pesquisa.

Referências

- Brasil. Presidência da Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos (1981). *Lei no. 6.938 de 31 de agosto de 1981. Política Nacional do Meio Ambiente*. Brasília. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm> (accessed 30 September 2018).
- Brasil. Congresso. Senado Federal (2016). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Coordenação de Edições

- Técnicas. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> (accessed 01 09 2018).
- Bonduki, N., Rolnik, R. (1982). Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: Maricato, E. (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, pp. 117-154.
- Deák, C., Schiffer, S. R. (orgs.). (1999). *O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp.
- Fix, M. (2007). *São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo.
- Galbiati, A. F. (2009). *Tratamento domiciliar de águas negras através de tanque de evapotranspiração*. Master submitted to the Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 38 p.
- Governo do Estado de São Paulo (2006). *Lei nº 12.233, de 16 de Janeiro de 2006. Define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga, e dá outras providências correlatas*. São Paulo: Doe. <http://www.saneamento.sp.gov.br/Arquivos/Manancias/Legislacao/LEIS_ESTADUAIS/12233-06.pdf> (accessed 15 09 2018).
- Kowarick, L. (1979). *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Luz V. (2018). Por uma autonomia concretizável: proposição de técnicas de arquitetura e infraestrutura de pequeno e médio porte para comunidades em regiões de fragilidade socioespacial e ambiental. In: Gordilho, A. M., Baeta, R. E., Andrade, N. V. (orgs.). *Proceedings of V ENANPARQ – Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Arquitetura e Urbanismo no Brasil Atual: Crises, Impasses e Desafios. Volume I: Ideários, Projeto e Prática*. Salvador, 13-19 October. pp. 1082-1104. <<https://www.enanparq2018.com/copia-resultados>> (accessed 02 February 2019).
- Luz, V.; Fabiano Jr., A. (2017). Mundos e fundos: projetos e atos no Fundão do Jardim Ângela. *Arquitextos 208.04*. <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/18.208/6741>> (accessed 03 March 2019).
- Maricato, E. (2000). As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: Arantes, O., Vainer, C., Maricato, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Rio de Janeiro: Vozes, pp. 121-192.
- Maricato, E. (1982). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa Ômega.
- Pamplona S., Venturi M. (2004). Esgoto à flor da terra. *Permacultura Brasil. Soluções ecológicas*. 5 (16), pp. 18-19.
- PMSP. Prefeitura de São Paulo (2015). *Plano diretor estratégico do município de São Paulo. Lei 16.050 de 31 de junho de 2014*. São Paulo: Pmsp.
- Rolnik, R. (1997). *A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel/Fapesp.
- Santoro, P. F., Ferrara, N., Whately, M. (orgs.) (2009). *Mananciais: Diagnóstico e Políticas Habitacionais*. São Paulo: Instituto Socioambiental - Isa.
- Sócrates, J., Grostein, M. D., Tanaka, M. M.S. (1985). *A cidade invade as águas. qual a questão dos mananciais?* São Paulo: Fauusp.
- Torres, H. G., Marques, E., Ferreira, M. P., Bitar, S. (2003). Pobreza e Espaço: padrões de segregação em São Paulo. *Estudos Avançados*, 17 (47) pp. 97-128. <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n47/a06v1747.pdf>> (accessed 05 May 2019).
- Vieira, I. (2006). Bacia de Evapotranspiração. Criciúma: Setelombas. <<http://www.setelombas.com.br/2006/10/circulo-de-bananeiras/>> (accessed 02 February, 2019).
- Villaça, F. (2005). *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: StudioNobel/FAPESP.
- Winblad U., Simpson-Hébert M. (2004). *Ecological Sanitation –revised and enlarged edition*. Estocolmo: Stockholm Environment Institute – SEI.
- WWAP/ONU-Água (2018). *Informe Mundial de las Naciones Unidas sobre el Desarrollo de los Recursos Hídricos 2018: Soluciones basadas em la naturaleza para la gestión del agua*. París: UNESCO.

Memória urbana e o direito à cidade: o caso da trajetória da comunidade Marião em Contagem - Minas Gerais

Ettyenne Júnia Maia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, maiaenne@gmail.com,

Resumo

Este trabalho dedica-se a apresentar discussões sobre a memória urbana como dimensão básica do direito à cidade; A partir do estudo do caso da comunidade Marião localizada no município de Contagem, Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil; Como a maioria das periferias existentes foi relegada à sua própria sorte à margem da cidade oficial. A partir da história oral, foi colhido depoimentos de moradores da localidade, possibilitando o emprego da cartografia como representação das narrativas e da sua história.

Palavras-chave: Direito à Cidade; Memória; Cartografia; Geo-Narrativas

É na superfície habitável da terra que nos lembramos de ter viajado e visitado locais memoráveis. Assim, as “coisas” lembradas são intrinsecamente associadas a lugares. E não é por acaso que dizemos, sobre uma coisa que aconteceu, que ela teve lugar.
(Paul Ricoeur)

Essa história começa ao rés do chão, com passos (...) Os jogos dos passos moldam espaços, Tecem os Lugares
(Michel de Certeau)

1. Introdução

A questão sobre o espaço informal permeia um estigma negativo que associa a precariedade da estrutura urbana e moradia com a integridade de seus habitantes; Desde o século XIX a periferia “era considerada, acima de tudo, um lugar onde o “resíduo” social apodrecia num esplendor imoral e quase sempre turbulento” (Davis, 2013,p.198). Um século depois este pensamento continua o mesmo: excluindo, inviabilizando, não legitimando sua ocupação e história na cidade contemporânea.

Existe uma hegemonia que incide em torno da memória urbana e com ela a história das periferias, favelas e subúrbios, vão se dissipando com o tempo. Apesar do reconhecimento da identidade histórica e cultural, está nas diretrizes do Estatuto da Cidade (2001) para a implementação de planejamento urbano local; O que acontece é um negligenciamento das narrativas historiográficas destes lugares.

A memória é um instrumento com o qual a sociedade cria relações com o passado e não existe memória que não se ampara em um quadro espacial. Um dos primeiros teóricos sobre memória social, o sociólogo Maurice Halbwachs (1990) afirma a estreita relação entre memória e espaço, já que os processos que constroem a memória são acontecimentos *in loco*; Sendo assim a memória nos leva à formação do sentimento urbano. Emergindo os significados, afetividades e valores dos lugares, dados por aqueles que habitam e vivenciam o espaço físico.

A presente investigação objetiva responder como o espaço construído, as edificações, enquanto portadoras dos rastros e vestígios dos acontecimentos que as tiveram como palco, podem ser mobilizadas na construção de espaços de representação que sejam não só um suporte, mas que também permitam discutir estas memórias? A partir destas observações iniciais, o objetivo do presente trabalho foi delinear reflexões sobre o direito à cidade, a partir da memória sócio-espacial da comunidade Marião, localizada no município de Contagem, pertencente à região Metropolitana de Belo Horizonte, conjunto de municípios que faz /parte do estado brasileiro de Minas Gerais. A análise aqui apresentada foi oriunda do meu trabalho de conclusão de curso na PUC- Minas. Para tanto, optei por uma abordagem qualitativa, tomando como base os depoimentos dos moradores antigos da localidade em questão. Com os depoimentos, foi possível buscar a história da ocupação urbana e a construção de uma cartografia da suas memórias.

2. Da memória urbana ao direito à cidade

A memória é a base para a construção da consciência do lugar, ela que vai registrar todo o processo de pertencimento dos sujeitos com o espaço em que se inserem e suas relações vão se estabelecer a partir destas convergências. A memória é um elemento que estabelece o sentimento de identidade, tanto individual quanto coletivo; Com isso ela também atribui sentido e valores simbólicos ao espaço e o espaço transforma-se em uma referência destas memórias, Segundo Anna Cauquelin (1982) a matéria urbana é um transmissor de memórias.

A ligação entre indivíduos, coletividade e o universo material ao seu redor constitui-se como fator potencialmente significativo no estabelecimento dos processos da memória. Esta associação se estabelece de modo que nossa capacidade de lembrança está diretamente determinada por referentes espaciais. Esta é dependente e determinada pela aderência dos indivíduos e dos grupos sociais dos quais fazem parte, aos espaços e ao meio material circundante, não há, portanto, memória que se desenvolva fora de um quadro espacial (HALBWACHS, 1990). O meio material se estabelece, por excelência, como nosso suporte temporal.

Não é uma simples harmonia e correspondência física entre o aspecto dos lugares e das pessoas. Mas cada objeto encontrado, e o lugar que ocupa no conjunto, lembram-nos uma maneira de ser comum a muitos homens [...] De fato, as formas dos objetos que nos cercam têm muito essa significação. Não estávamos errados ao

dizer que estão em torno de nós como uma sociedade muda e imóvel. Se não falam, entretanto os compreendemos, já que têm um sentido que deciframos familiarmente (HALBWACHS, 1990, p.132).

Os habitantes são os sujeitos históricos do espaço urbano, portanto a memória faz parte da formação do cidadão e de seu cotidiano, “o cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia”. [...] “O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior”. [...] “É uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada”. [...] (CERTEAU, 1996, p. 31). O espaço urbano com suas construções, paisagem e movimento faz parte deste cotidiano, representando “fisicamente uma concepção de mundo concebida por determinada cultura. Sua dimensão simbólica configura-se como uma rede de significações agregada aos espaços, conferindo-lhes sentido” (RIBEIRO, 2003, p.19).

Mas a história oficial exclui a memória dos espaços informais e a exclusão destes espaços das narrativas da cidade é uma estratégia para o mercado higienista, ao negar a história silencia seus habitantes e assim reforça as relações de domínio de classe na própria paisagem física da cidade. Este domínio espacial pode eliminar a existência destes espaços informais de acordo com o seus interesses, seja por desapropriação, especulação imobiliária e gentrificação; onde os “pobres estão indo para novas periferias, porque o capital disputa as terras da primeira periferia” (MARICATO,2015, p.112).

Ao longo do tempo a memória foi sempre o instrumento de poder dos vencedores, para destruir a memória dos vencidos e para impedir que uma percepção alternativa da história fosse capaz de questionar a legitimidade de sua dominação. Então como potencializar esta memória da cidade que não foi contada? Vemos que os suportes sociais da memória espacial, que sempre foram os elementos principais de criação do sentimento de pertencimento e de preservação, encontram-se em lugares poucos visíveis, preservados por um cotidiano ordinário. As lembranças se apóiam nas pedras da cidades. Se o espaço, para Merlau-Ponty, é capaz de exprimir a condição do ser no mundo, a memória é onde o significado acontece.

Pode-se dizer que a questão da memória é uma dimensão fundamental de cidadania e aparece aqui como um eixo fundamental para a realização do direito à cidade. O conceito de direito à cidade foi definido por Henri Lefebvre em 1968 como sendo um “direito à vida urbana, condição de um humanismo e de uma democracia renovada” (Lefebvre, 2015, p.7); Um direito que é fomentado pelos lugares de encontro e de trocas com a vida cotidiana e suas variadas formas de experimentar a cidade, reivindicando uma cidadania que alcança todos os sujeitos que habitam a cidade.

Para Lefebvre a cidade não é somente o espaço construído ela é um produto da luta de classe, da vida social, sensorial e emotiva. Por isso o direito à cidade evoca a rememoração coletiva do espaço urbano por grupos marginalizados; O direito à cidade está intrinsecamente ligado à memória sócio-espacial e sem a memória o direito à cidade acaba sendo cada vez mais excluído da vida urbana.

3. Território Marião

O Marião está localizado na cidade de Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte, cidade que até os anos 40 tinha um perfil bucólico e teve seu território modificado com a criação do primeiro distrito industrial do Brasil. Esta nova atividade precisou de mão de obra e com isso uma imigração voltada para o trabalho direto e indireto destas industrial começa a ocupar a cidade. O processo de industrialização na cidade pode ser dividido em 3 fases: 1- Cidade Industrial Juventino Dias nos anos 40, 2 Cinco (Centro

Industrial de Contagem) nos anos 70 e o Distrito Industrial Cincão (Cinco-Perobas) nos anos 90. O território aqui estudado antes uma fazenda de café nos anos 50 começa a ser loteado e nos anos 60 começa a ser ocupado de forma informal com a potencialização industrial no seu entorno. Como explica Lefebvre a industrialização é o motor de transformações das cidades segundo as necessidades da produção do mercado e estas necessidades vão dissipando a história do lugar .

A questão do acesso a água talvez seja o ponto mais forte das narrativas; As nascentes, bicas, lagoas estão presente em todas as histórias coletadas, a água encanada implantada só depois dos anos 80 e até lá eram longas caminhadas nas trilhas com bilhas e bacias na cabeça. A energia elétrica também demorou, assim como as ruas, escolas e transportes coletivo, este último ainda problemático para a comunidade.

Aqui não tinha luz e nem água, a gente buscava água na bica que tinha lá embaixo na mata, a gente pegava a estradinha de terra e depois a trilha na mata, a água era uma maravilha, hoje é suja. Meu pai tinha uma bilha d'água, ele gostava que buscasse a água de tardinha pra ela ficar geladinha, a gente buscava água umas 18:30 à 19h que ainda estava cedo e quando a gente enrolava e não buscava ele fazia a gente buscar a noite mesmo, naquela época na escuridão o que iluminava o caminho era os vaga lumes nem vela; tinha. Quando mudamos lá pra cima perto da igreja, tinha uma vizinha que tinha cisterna e deixava a gente pegar água lá, mas não dava pra pegar muita aí tinha que descer pra pegar também na bica. (depoimento Rosângela, moradora desde 1973, 20/04/2016 - grifo nosso).

Construída pelos próprios moradores, sem regularidade fundiária e à margem da cidade oficial, com sua rotina cheia de desafios e afetos; A comunidade formada pelos bairros: Vila Santa Edwiges, Jardim Marrocos, Beatriz e Maria da Conceição, união oriunda da luta por equipamentos urbanos nos anos 80 com a criação de uma Associação de Moradores comum. É um território invisível para quem está de fora, uma "ilha" como é denominada pelos seus moradores. A despeito da espera de uma resposta do poder público para seus direitos básicos, que ainda são negligenciados, os moradores do Marião auto constroem suas casas e seu no cotidiano, com recursos escassos, mas conferindo uma identidade própria. A História do Marião e da produção do seu espaço é ignorada pelo poder público, mas vemos que essa mesma história pode ser potencializada pelos próprios habitantes do território e foi amparada neste ponto que este trabalho foi construído.

As particularidades da história da comunidade desde os tempos da fazenda de café até a construção do primeiro conjunto habitacional vão moldando o seu cotidiano onde seus personagens são nominais e locais: o Senhor Manuel do bar, a Kátia costureira, o Ronaldo da farmácia, a Geralda do brechó, a Priscila cabeleireira, a Iza Maria da Santa Margarida, a Mirlene do Restaurante, a Elizete da banca de revista, a Jaqueline da Rua A, a Suzana da igreja Batista, o Rodrigo do supermercado, o Vandinho do sacolão e tantos outros protagonistas do cotidiano deste lugar.



Figura 1: Fotografia /acervo moradores.

4. Geo - narrativas como caminho

A História Oral, como referencial teórico-metodológico qualitativo, apresentou-se como uma forma profícua para a realização desta pesquisa, já que o objetivo deste trabalho foi investigar a trajetória do espaço urbano da comunidade Marião. Segundo a perspectiva da história oral, a reconstrução da memória sócio-espacial é possível através dos depoimentos orais, por ser um método que se ampara nas lembranças como fontes de conhecimento.

A História Oral é uma metodologia de pesquisa que busca ouvir e registrar as vozes dos sujeitos excluídos da história oficial e com isso inseri-los dentro dela. Assim, foi recolhidos depoimentos da experiência espacial dos moradores mais antigos para obter informações sobre o processo da ocupação, uma vez que não foram encontrados registros nos arquivos oficiais que trouxessem a história da formação da comunidade.

A memória aqui é o elemento fundamental da história oral, onde os sujeitos retomam o passado, mesmo que recente. Segundo Ecléa Bossi (1995) a memória demanda uma elaboração do presente para que possa ser evocada e assumida, por isso ela é uma determinante constante da relação que o indivíduo tem com o espaço que ocupa.

Assim, estas narrativas sobre o espaço além de contarem a história também foram mapeadas como uma outra forma de registro. Para isso foi usado o método da Cartografia da Ação Social, uma cartografia que trata das bases populares, das manifestações culturais, dos espaços marginalizados, do ordinário, com o objetivo de revelar o invisível.

O mapa aparece aqui como uma ferramenta de sustento da memória do uso do espaço, somente com o uso o território tem valor social e político, como metodologia esta cartografia permite experimentar outros modelos de mapeamentos que são construídos a partir do cotidiano de quem vive, dos sujeitos

comuns. Milton Santos (1996) afirma que a estas novas possibilidades cartográficas possibilita redesenhar o mundo, baseado na história do povo.

Com a junção destas duas metodologias a pesquisa foi desenvolvida de fevereiro de 2016 a junho de 2016, a coleta de dados ocorreu em três fases, como descrita na tabela a seguir:

Tabela 1: Desenvolvimento da coleta de dados

Coleta de dados		
Fase	Técnica	Ferramenta
1ª Comunicação	Copartilhamento de material gráfico	Cartazes e redes sociais
2ª Abordagem	Entrevista não estruturada, Coleta de fotografias	Gravações e reprodução das imagens
3ª Cartografia da memória	Representação material do espaço vivenciado	Base cartográfica

A primeira fase, constituiu-se em criar uma comunicação com a comunidade para encontrar onde residiam os antigos moradores. Para isso foi criado um material gráfico que foi distribuído em lugares de uso coletivo, como padarias, bares, igrejas e a associação de moradores, com o objetivo de encontrar as narrativas sobre o Marião:

Figura 2: Material gráfico/ memória (à esquerda) e material gráfico / Fotos (à direita).

A Segunda fase, conduziu nas entrevistas não estruturada que focava na experiência espacial e nas mudanças do território com o tempo, o espaço estudado é o cenário da vida daqueles moradores e por isso suas histórias acaba se conectando nas suas lutas:

Quando eu vim pra cá era tudo mato, a gente vinha da avenida pelas trilhas, igual trilha de boi, quando chovia era uma dificuldade; aqui não tinha

nada a gente tinha que ir lá na linha do trem no Pedrosa comprar comida e querosene; aí depois o Sr. Tião comprou um lote e montou a primeira vendinha, nessa época também não tinha luz e a gente passou a comprar lá, querosene e batata. Era um tempo difícil, mas era bom... (depoimento de Dona Luzia, moradora desde 1974, 07/05/2016).

As primeiras abordagens foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa, pois eram indicados outros moradores antigos, que poderiam contribuir com suas narrativas. Neste contato também foi recolhido fotografias, para um melhor reconhecimento da trajetória espacial da comunidade.

A terceira fase, da elaboração do mapa, constitui-se em geo-referenciar as narrativas colhidas na fase dois com base na cartografia oficial da comunidade no período da pesquisa, para isso foi usado uma base da prefeitura impressa na escala 1:500, em formato A2. O objetivo da elaboração deste mapa foi de reconhecer a história local e como o espaço foi apropriado conforme as narrativas coletadas. Permitindo uma compreensão das suas dinâmicas sócio-espaciais.

A elaboração do Mapa da Memória criou uma imagem particular de uma perspectiva não homogênea, onde passamos a conhecer a cidade através destas narrativas, é como uma retificação cartográfica necessária para que percebemos a cidade no seu viés ordinário e nas suas potencialidades mais humanas. Uma tentativa de representar identidades através de histórias contadas e de geografias praticadas. Todos os lugares aqui representados foram rememorados em mais de um relato, o que cria um elo social comum com o espaço investigado.



Figura 3: Mapa da Memória.

5. Conclusões

O estudo desenvolvido nesta pesquisa teve como objetivo a busca da memória urbana como um direito básico de cidadania e identidade; Uma pesquisa desenvolvida a partir de uma série de encontros com os moradores, os relatos que foram colhidos expressam uma trajetória de luta pela sobrevivência, pela igualdade de condições de acesso à infraestrutura urbana que a cidade deveria oferecer a todos. O que reflete diretamente em um modelo de urbanismo segregado que não é capaz de resolver a questão do direito à cidade.

Ao buscar a memória se aproximava-se da urgência de se trabalhar coletivamente a identidade urbana, para a partir dali se fazer uma cidade mais humana, mais democrática como deliberada por Lefebvre; Não pode haver direito à cidade se a história e a memória não integrarem este direito e o tempo da memória é o agora.

E a partir destas colocações e inquietações sobre a ocupação daquele espaço, fomos desvendados os lugares mais importantes da formação do território, suas potências e fragilidades que solidificaram a comunidade como tal. O cotidiano, a socialização voltada para a vizinhança, a partilha. O Marião é mais uma comunidade estratificada pela industrialização, mas sua história não pode deixar de ser contada, ela informa, engaja e fortalece sua identidade para futuras gerações. Em ambas as abordagens o espaço construído apresenta então a potencialidade de ser utilizado como forma de despertar emoções e sentimentos. Revela também o entendimento da memória como instância de resistência e obstáculo à ocultação.

Todo grupo imprime de algum modo sua marca sobre o espaço e evoca suas lembranças no interior de um quadro espacial:

O espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito no meio material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço [...] que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que apareça esta ou aquela categoria de lembranças (HALBWACHS, 1990, p.143).

Após o fechamento do mapeamento, foi decidido que este produto tinha que voltar pra comunidade de uma forma que seria fácil sua leitura, então foi feito uma cartilha do mapa com os relatos coletados e o arquivo de fotografias, hoje um documento que pode ser consultado na Associação de Moradores.

Em se tratando de espaços informais, a memória urbana é essencial para o seu reconhecimento, haja vista a tradicional omissão do estado, quando se trata das questões destes territórios marginalizados para a manutenção das desigualdades. Os registros e a busca da história do Marião significa o reconhecimento da comunidade como parte legítima da cidade. Encerro este artigo com extremo sentimento de gratidão pela generosidade com que fui recebida pelos moradores e pela oportunidade que me foi dada de conviver e aprender com todos eles.

Agradecimentos

Rita Liberato e Eduardo Bittencourt pela ajuda na participação deste seminário; Viviane Zerlotini da Silva por orientar esta pesquisa.

Referências

- Abreu, M. (2013). Sobre a Memória das Cidades in: A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto.
- Agier, M. (2011). Antropologia da Cidade: Lugares, Situações, Movimentos. 1 ed. Tradução por Graça, C. São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- Abrahão, S. (2008). Espaço Público: do Urbano ao Político. 1 ed. São Paulo: Annablume Editora.
- Berman, M. (2007). Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade. 1ed. Tradução por Carlos, M. Ana, I. e Marcelo, M. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda.
- Bosi, E. (1995). Memória e Sociedade – Lembrança de Velhos. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Cançado, W. e Márquez, R. (2011). Atlas Ambulantes. 1 ed. Belo Horizonte: Instituto Cidades Criativas.
- Canuto, F. (2015). Geo – Grafias da Comunidade: Investigações a Partir do Excesso da Vida e a Margem da Multidão. 1 ed. Curitiba: Editora Appris Ltda.
- Cauquelin, A. (1982). Essai de Philosophie Urbaine. 1 ed. Paris: Presses Universitaires de France.
- Davis, M. (2014). Planeta Favela. 1 ed. Tradução por Beatriz, M. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Geertz, C. (2000). O Saber Local: Novos ensaios em antropologia interpretativa. 3 ed. Tradução por Vera, J. Petrópolis: Vozes.
- Halbwachs, M. (2013). A Memória Coletiva. São Paulo: Ed. Vértice, 1990. Harvey, D. (2014). Cidades Rebeldes: do Direito à Cidade à Revolução Urbana. 3 ed. Tradução por Jeferson, C. São Paulo: Martins Fontes.
- Leeds, A. e Leeds, E. (1978). A Sociologia do Brasil Urbano. 1 ed. Tradução por Maria, C. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Lefebvre, H. (2015). O Direito à Cidade. 5 ed. Tradução por Rubens, F. São Paulo: Centauro Editora.
- Maricato, E. (2015). Para Entender a Crise Urbana. 1 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular.
- Merleau-Ponty, M. (1994). Fenomenologia da percepção (C. Moura, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Ribeiro, C. (2003). A Dimensão Simbólica da Arquitetura: Parâmetros intangíveis do Espaço Concreto. 1 ed. Belo Horizonte: Editora C/ Arte.
- RICOEUR, P. A memória, a história, o esquecimento. Tradução: Alain François. –Campinas, Sp: Editora da Unicamp, 2007
- Rolnik, R. e Saule, N. (2001). Estatuto da Cidade: Guia para Implementação pelos Municípios e Cidadãos. 1 ed. São Paulo: Instituto Pólis.
- Santos, B. (2015). O direito dos Oprimidos: Sociologia crítica do direito. 1 ed. São Paulo: Cortez.
- Santos, M. (1987). O Espaço do Cidadão. 1 ed. São Paulo: Nobel.
- Santos, M. (1996). A Natureza do Espaço: Técnica e tempo – razão e emoção. 2 ed. São Paulo: Hucitec.
- Zibechi, R. (2015). Territórios em Resistência: Cartografia política das periferias urbanas Latino – Americanas. 1 ed. Tradução por Eduardo, T; Rodolpho, N e Timo, B. Rio de Janeiro: Consequência.

Inundações urbanas: a vulnerabilidade social como efeito da (re)produção urbana excludente

Virignia Amaralinda Calabrez Martins, Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Juiz de Fora, viamaralinda@gmail.com

Miguel Fernandes Felipe, Universidade Federal de Juiz de Fora, Departamento de Geociências, Juiz de Fora, miguel.felippe@ich.ufjf.br

Resumo

O presente trabalho pretende debater sobre o conceito de vulnerabilidade social nos estudos de riscos, focando nas inundações urbanas na bacia hidrográfica do córrego Humaitá na cidade de Juiz de Fora – MG. Buscou relacionar as áreas suscetíveis à inundação na área de estudo com as realidades encontradas em trabalho de campo e seus diferentes grupos sociais espacializados de forma desigual. Desta forma, o objetivo do trabalho foi investigar como o fenômeno da inundação assola de maneira assimétrica os grupos sociais. O texto evoca, assim, o debate sobre a (re)produção do espaço urbano e as conseqüentes injustiças ambientais produzidas, visando contribuir para o enfrentamento da vulnerabilização social e uma reflexão sobre uma cidade mais democrática.

Palavras-chave: inundação; vulnerabilidade social; urbanização; justiça ambiental.

1. Introdução

A inundação é um fenômeno natural, pois o rio ocupa suas áreas de planícies periodicamente. Cada rio possui um comportamento diferente em resposta às chuvas; alguns transbordam sazonalmente, outros com intervalos de anos ou décadas. Porém, as mudanças ambientais promovidas pela apropriação do espaço intimamente ligada à reprodução do capital alteram sobremaneira o comportamento hidrológico dos rios. Com o crescimento das cidades, os leitos e as planícies dos rios passaram por transformações como canalizações, arruamentos, edificações, entre outras. Essas mudanças acabam por agravar a intensidade e até aumentar a ocorrência das inundações. Desta forma, Tucci (1995) afirma que o processo de inundação urbana pode ocorrer de forma integrada, ou seja, de processo natural e por causa da urbanização.

Para Sausen e Narvaes (2015), a inundação é considerada o desastre natural que mais ocorre no mundo e assim mais provoca perdas e danos tanto econômicos, materiais quanto humanos. Portanto, se faz necessário o debate acerca desse fenômeno englobando os impactos gerados e também sua espacialização; ou seja, quais são as áreas e quem são os sujeitos que mais sofrem com os danos de uma inundação.

Hummel, Cutter e Christopher (2016, p. 111) afirmam que “a exposição ao risco entre grupos sociais diferentes pode até ser a mesma, entretanto o impacto gerado dependerá da capacidade de cada grupo em lidar e se recuperar dos efeitos de um desastre natural”. Estes autores denominam essa capacidade de vulnerabilidade social. Ou seja, a partir das condições econômicas e sociais dos sujeitos e das características dos ambientes em que estão inseridos se entende de que maneira serão sentidos os efeitos de um evento como uma inundação.

Já para Acselrad (2015), a vulnerabilidade social é construída socialmente e vai além de uma caracterização sociodemográfica e locacional. Este autor defende que os recursos urbanos e ambientais necessários para que as pessoas se protejam de eventos danosos possuem acesso desigual. Desta forma, a produção social da vulnerabilidade é submetida a “regulação”, ou seja, a “mecanismos destinados a prevenir que, dada a desigualdade, certos grupos sociais venham a desencadear conflitos capazes de

desestabilizar o terreno político” (Acsehrad, 2015, p. 58). Deste modo, faz-se necessário afirmar que a vulnerabilidade social é produto da desigualdade social.

A cidade de Juiz de Fora, localizada na Zona da Mata mineira, teve o início de sua ocupação na margem esquerda do rio Paraibuna, sendo este um tributário da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul. Sua expansão se deu primeiramente como ligação entre as cidades mineradas e a cidade do Rio de Janeiro – RJ e posteriormente tornou-se um polo cafeeiro. Foi este último que permitiu a cidade de Juiz de Fora desenvolver sua indústria e assim expandir-se (Machado, 2016). Desta forma, já na década de 1970 se observa uma ocupação intensa na área de estudo, a bacia hidrográfica do córrego Humaitá, afluente do rio Paraibuna. Com o surgimento de um polo industrial, possui, hoje, um maior número de habitantes com ocupação urbana no médio e baixo curso (Fernandes, Costa e Zaidan, 2016).

A ocupação dos bairros que compõem a bacia do rio Humaitá avançou em áreas precárias, de riscos e de proteção permanente. Percebe-se que a produção do espaço urbano nessas áreas se deu de forma excludente, com as relações capitalistas degradando a natureza e os próprios seres humanos. Desta forma, as mudanças realizadas no ambiente, principalmente a impermeabilização da terra, acabam por agravar os episódios de inundação na bacia. Os efeitos e os danos sofridos pela população ocorrem de forma assimétrica, pois a construção do espaço urbano se dá de forma excludente e desigual.

Assim, esses bairros sofrem com, como Acsehrad (2002) discorre, a desigualdade do poder, onde são visíveis as posições de cada classe social sob o ambiente. Ou seja, os sujeitos que possuem mais capital (econômico e social) possuem um maior poder de decisão e também de mobilidade, isto é, podem escolher seus espaços e seus ambientes.

Desta forma, o trabalho teve o objetivo de investigar como o fenômeno da inundação assola de maneira diferente cada camada social da população a partir das observações feitas em trabalho de campo e reflexões de leituras sobre inundação urbana, vulnerabilidade social e justiça ambiental.

2. Metodologia

Em termos de método, o trabalho partiu de uma revisão bibliográfica crítica acerca das discussões feitas sobre as inundações urbanas dialogando com os conceitos de vulnerabilidade social e justiça ambiental. Esta revisão deu bases conceituais para a realização de um trabalho de campo na bacia do córrego Humaitá. O campo foi realizado no dia 27 de abril de 2019 com o objetivo de observar a morfologia do canal, os padrões construtivos das habitações que o cercam, o reconhecimento das áreas com maiores modificações urbanas e, além disso, buscou-se aplicar os conceitos estudados aqui. Assim, foram percorridos oito pontos, sendo apenas cinco na área urbana da cidade (foco do trabalho), traçados anteriormente com base no relatório do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) sobre as áreas mais suscetíveis à ocorrência de inundação (Serviço Geológico do Brasil, 2014) (Figura 1). As áreas urbanas visitadas compreendem aos bairros Jardim Natal, Milho Branco, Encosta do Sol e Pedra Bonita.



Figura 1: Imagem de satélite localizando os pontos visitados no trabalho de campo seguindo as áreas mais suscetíveis a inundação mapeadas pelo CPRM

3. Resultados e discussões

Os rios ao serem ocupados pelos seres humanos passam por diferentes alterações desde a qualidade de suas águas até a impermeabilização de suas planícies de inundação e retificação de seus canais. Essas mudanças, segundo Cunha (2012), indicam o grau de degradação do canal interferindo na dinâmica de funcionamento do rio e na sua morfologia. No canal do rio Humaitá observou-se partes com alto nível de alterações em variáveis importantes para sua dinâmica, como impermeabilização das margens, canalizações, e despejos domésticos irregulares. Além disso, encontrou-se impermeabilização da planície de inundação afetando a capacidade de infiltração dos solos (Cunha, 2012).

Essas intervenções são demonstradas na Figura 2, com águas poluídas, casas construídas até no leito, muros moldando os canais e ruas impermeabilizando a planície de inundação. Nessas duas localidades observa-se também uma diferenciação de construção das casas: no bairro Jardim Natal (Figura 2 à esquerda), mesmo tendo menos casas ocupando as margens do rio, há mais casas inacabadas, com construções mais simples. Já no bairro Encosta do Sol (Figura 2 à direita), os padrões de construção das casas são superiores aos do outro bairro: casas mais altas e com melhores acabamentos.



Figura 2: Rio Humaitá no bairro Jardim Natal, com suas margens parcialmente ocupadas por casas e matagal (à esquerda) e em sua passagem pelo bairro Encosta do Sol, com suas margens inteiramente ocupadas por casas retificando o canal e jorrando resíduos em suas águas (à direita).

Em todo o caminho percorrido em trabalho de campo pelo rio Humaitá, percebeu-se a diferenciação de ocupação das suas margens. A partir da investigação das áreas mais ocupadas e dos seus padrões construtivos, refletiu sobre a produção do espaço urbano dos bairros visitados, bem similar aos bairros periféricos das cidades brasileiras. Observou-se características de segregação socioespacial de duas maneiras: a autosegregação com os condomínios fechados e a segregação provocada pela ausência do Estado, a partir da falta de infraestrutura em alguns bairros.

Desta maneira, visualiza-se o debate feito por Acselrad (2002), em que o autor traça dois mecanismos do capital que resultam em segregação: a desigualdade social, base do processo de degradação ambiental, e o controle ambiental que transfere instrumentos urbanos mais predatórios para áreas de menor resistência populacional e de maior desigualdade ambiental.

Na cidade de Juiz de Fora encontram-se em áreas mais afastadas do centro condomínios fechados de médio a alto padrão econômico, afastados do caos das regiões mais centrais, entretanto sem abrir mão dos instrumentos urbanos. Além disso, seus moradores buscam uma beleza natural e uma melhora na qualidade de vida. Entretanto, essas características, segundo Laschefski e Costa (2008), agregam aos valores de troca da propriedade, encarecendo o lote urbano. Desta forma, encontrou-se no caminho percorrido alguns desses condomínios em localidades apontadas pelo CPRM como áreas suscetíveis a inundação.

A partir dessas percepções, o trabalho trouxe duas áreas apontadas pelo relatório do CPRM como suscetíveis a ocorrências de inundações e com realidades econômicas, sociais e ambientais distintas para elucidar o debate de vulnerabilidade social. A primeira área está localizada no bairro Jardim Natal, periférico de renda mais baixa, com predominância da população negra e mulheres. Nesse ponto encontrou-se algumas casas completamente destruídas e abandonadas à margem do rio (Figura 3).



Figura 3: Margens do rio Humaitá repletas de lixos, mato, casas mal acabadas e algumas até destruídas e abandonadas (à esquerda) e casa destruída e abandonada na beira das margens do rio Humaitá, onde sede cada vez mais (à direita).

Já na segunda área é a entrada do condomínio Vivendas das Fontes com casas de alto padrão, com regulamentação de construção e segurança próprias. No planejamento do trabalho de campo foi observada uma imagem (datada de 2016) com a destruição da estrada que liga os bairros à entrada do condomínio pelo rio. Após três anos o que se observa é a estrada completamente reconstruída e com uma canalização retificada para aumentar a velocidade da vazão em períodos de chuvas, como se observa na Figura 4.

Assim, observa-se nessa área não somente um poder econômico, mas também o poder de escolha, de interferir e regulamentar sua própria ocupação.

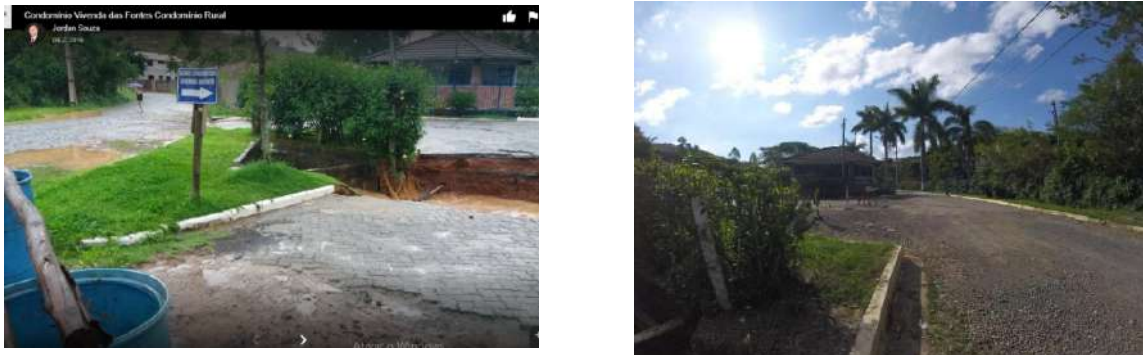


Figura 4: Imagens do Google Street View de 2016 mostrando a destruição da rua pelo aumento de fluxo das águas do rio Humaitá em frente ao Condomínio Vivendas das Fontes (à esquerda) e a mesma rua reconstruída, em 2019 (à direita).

Desta maneira, conseguimos refletir que a população que mais depende do Estado e de suas intervenções acaba se tornando mais vulnerável a sofrer maiores consequências com as inundações. A reconstrução do ambiente após a ocorrência do evento de inundação não depende somente de possuir ou não o capital, mas sim da interferência do poder público disponibilizando condições mínimas de infraestrutura.

Desta forma, defende-se o conceito de vulnerabilidade social para estudos de riscos em uma análise qualitativa, sendo um componente das estruturas sociais, políticas e do ambiente construído. Nesse caminho, há ferramentas que analisam as características da sociedade em risco, entre eles, o Índice de Vulnerabilidade Social proposto por Cutter (1996), que engloba parâmetros socioculturais, econômicos e ambientais de cada grupo social. No Brasil foi aplicado por Hummel *et al.* (2016), Armond (2018) e Rodrigues (2016).

4. Conclusões

A vulnerabilidade social é entendida em uma análise para além da capacidade dos grupos sociais se prepararem e se recuperarem do risco. O que foi percebido no trabalho de campo e nas reflexões teóricas é que a vulnerabilidade social também é produzida pela carência do Estado e agravada pelo poder de influência e de escolha de cada grupo social.

Considera que o conceito de vulnerabilidade social contribui para o estudo de riscos a inundações em um debate crítico da dialógica sociedade e natureza, no qual os riscos são socioespacialmente desiguais, gerados pelas injustiças sociais e ambientais presentes na reprodução capitalista do espaço urbano. Assim, o trabalho visou mostrar que em algumas áreas mais suscetíveis à inundação ocupadas por grupos sociais mais vulneráveis sofrem com as consequências da lógica histórica de construção social e política do espaço urbano.

Sugere-se a utilização de ferramentas que possam relacionar os grupos sociais mais vulneráveis e sua espacialização com a ocorrência de eventos como de inundação para auxiliar as avaliações críticas e contribuir para um planejamento urbano menos exclusivo e mais comprometido com uma justiça ambiental.

Desta forma, pode-se investigar como os sujeitos se tornaram socialmente vulneráveis e visualizar o papel do Estado, das empresas, dos movimentos sociais e da própria população excluída, na construção da vulnerabilidade para assim auxiliar no enfrentamento da vulnerabilização de certos grupos sociais e contribuir para a democratização da cidade, dando vozes a esses grupos, que também não estão representados nas esferas do poder.

Referências

- Acsehrad, H. (2002). Justiça ambiental e construção social do risco. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 5, pp. 49-59.
- Acsehrad, H. (2006). *Vulnerabilidade ambiental, processos e relações*.
- Acsehrad, H. (2015). Vulnerabilidade social, conflitos ambientais e regulação urbana. *O Social em Questão*, 1(33), pp.57-68.
- Armond, N. (2018). *Dinâmica climática, excepcionalidade e vulnerabilidade: Contribuições para uma classificação geográfica do clima do estado do Rio de Janeiro*. doutor. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- Cutter, S. (1996). Vulnerability to environmental hazards. *Progress in Human Geography*, 20(4), pp. 529-539.
- Cutter, S. (2011). A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 93, pp. 59-69.
- Hummell, B., Cutter, S., Emrich, C. (2016). Social vulnerability to natural hazards in Brazil. *International Journal of Disaster Risk Science*, 7(2), pp. 111-122.
- Laschefski, K., Costa, H. (2008). Segregação social como externalização de conflitos ambientais: a elitização do meio ambiente na APA-Sul, Região Metropolitana de Belo Horizonte. *Ambiente & Sociedade*, 11(2), pp. 307-322.
- Sausen, T., Narvaes, I. (2015). Sensoriamento Remoto para Inundação e Enxurrada. In: Sausen, T., Lacruz, M. (eds.). *Sensoriamento remoto para desastres*, 1ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, pp.118-147.
- Serviço Geológico do Brasil (2014). *Cartas de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundações*. São Paulo: IPT.
- Tucci, C. (1995). Inundações urbanas. In: Tucci, C., Porto, R. (eds.). *Drenagem urbana*, 1ª ed. Porto Alegre: ABRH, pp.15-29.

EIXO 07

O papel da Universidade
na construção de uma cidade
mais igualitária

Escritório Público de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São João del-Rei (MG): Primeiras ações e resultados

Lívia Ribeiro Abreu Muchinelli, liviamuchinelli@ufsj.edu.br
Dafne de Castro Faustino, dafne_faustino@hotmail.com
Luiza Queiroz Barroso, luiza_qb@hotmail.com
UFSJ, Arquitetura e Urbanismo, São João del-Rei, Minas Gerais, Brasil

Resumo

O presente trabalho apresenta as primeiras ações do ‘Grupo de Estudos e Proposições sobre Habitação de Interesse Social’ (GEPHIS) do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) na implementação do “Escritório Público de Arquitetura e Urbanismo”, para prestar assessoria técnica na reforma e construção de habitações no bairro Senhor dos Montes, partindo da Lei de Assistência Técnica (LATHIS); em parceria com o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). O bairro tem problemas urbanos e situações de risco físico e social, contra o que seus habitantes estão acostumados a lutar, além de construir suas casas sem auxílio técnico. Por meio de oficinas, com presença majoritária de mulheres, o GEPHIS procura entender essa realidade, discutir a Lei e outros direitos, além de realizar levantamentos junto com a comunidade; ao mesmo tempo, vem introduzindo o papel da Arquitetura e Urbanismo. Destas surgiram as demandas de projetos, sendo uma de infraestrutura - provando que os problemas não se relacionam somente às moradias – e é o que se pretende mostrar neste artigo, além de destacar como a atuação do Grupo é uma possibilidade de aproximar a população da política urbana e minimizar o afastamento entre Universidade e sociedade.

Palavras-chave: Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo; Projetos de Extensão; Papel da Universidade; Participação Popular.

1. Introdução

Este trabalho aborda ações do ‘Grupo de Estudos e Proposições sobre Habitação de Interesse Social’ (GEPHIS) - projeto de pesquisa e extensão do Curso de Arquitetura da UFSJ - na implementação de um “Escritório Público de Arquitetura e Urbanismo” - que surgiu em 2015 dos estudos sobre as condições da habitação de interesse social no município sede da UFSJ e ações locais sobre o tema; visando desenvolver um elemento para dar suporte aos órgãos públicos na aplicação de assessoria técnica.

A assessoria técnica relaciona-se à atuação de arquitetos urbanistas e engenheiros na reforma e construção de habitações, com base na Lei de Assistência Técnica (Lei Federal nº 11.888/ 2008) - LATHIS. Vale destacar que, apesar de a Lei conter as palavras “assistência técnica”, o termo é discutido por estudiosos da área – por se referir à assistencialismo – e tratado como “assessoria técnica” por aqueles que acreditam numa troca de experiências entre pessoas que constroem suas próprias moradias (saber empírico) e os que estudam as questões técnicas envolvidas (saber teórico) (Baltazar e Kapp, 2016).

Ciente da ausência de um instrumento na cidade voltado à prestação de assessoria técnica e de que as ações na área de HIS no município se restringiam à construção de conjuntos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), do governo federal, o Grupo procurou a prefeitura - que demonstrou desconhecimento da Lei. Foi então encaminhado pelos gestores municipais a se reunir com os funcionários dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), que indicou a área Senhor dos Montes - devido à sua alta vulnerabilidade socioespacial – para sediar o Escritório.

1.1. As cidades e suas periferias

Durante o processo de crescimento urbano brasileiro, a construção sem auxílio técnico-profissional foi a forma encontrada pela população de baixa renda para edificar suas casas (Maricato, 1979); pois, enquanto a industrialização do país se acentuou na década de 1970, a urbanização não veio acompanhada de infraestrutura. O planejamento das cidades, pensado pelas elites, previu serviços para locais que já os tinham; enquanto as periferias ficaram prejudicadas, privada do acesso a uma habitação com qualidade e do direito à cidade (Carlos, 2014). Essas propostas foram ainda justificadas por um discurso político, já que o mesmo está ligado ao Estado - que, quando capitalista, volta-se à criação de espaços que visem o mercado, sobrepondo o valor de uso pelo de troca. O planejamento não soluciona a questão da habitação, mesmo quando se realizam programas habitacionais governamentais, como o citado PMCMV; pois eles não apresentam uma produção relevante quantitativamente, nem obtiveram resultados satisfatórios, para conter o aumento do déficit habitacional (Nascimento, 2011). A maioria destes empreendimentos é construída em locais periféricos - onde o custo de implementação é menor, favorecendo a especulação imobiliária -; enquanto poderiam ter sido implementadas ações de requalificação das moradias ou implantada infraestrutura em áreas precárias. Dessa forma, a autoconstrução se mantém como a forma mais comum de acesso à moradia.

1.2. São João del-Rei e o Senhor dos Montes

Em São João del-Rei, a situação não é diferente. O município, nascido no início do século XVIII, com a descoberta de ouro na região, teve o primeiro núcleo urbano às margens do córrego do Lenheiro (atual centro histórico), servindo como foco do crescimento da cidade. Depois passou por um processo de industrialização ao fim do século XIX, com a chegada da ferrovia e de grandes indústrias têxteis - o que foi determinante na expansão urbana (Gaio Sobrinho, 2008).

Graças às suas particularidades históricas, São João del-Rei não seguiu o mesmo padrão de urbanização da maior parte dos municípios brasileiros, pois apresentou um processo de expansão urbana antecipado - cerca de 85% da população era urbana, já na década de 1970. Daí, passou a atrair imigrantes da zona rural e municípios menores, pautando um dos caminhos de formação e ampliação de suas periferias, agravado na década de 1980 (Carneiro, p.05, 2009). A cidade cresceu ao longo do eixo ferroviário, reservando das áreas centrais aos mais ricos, criando uma segregação socioespacial, com a periferização dos pobres.

A região do Senhor dos Montes é uma destas áreas. Está localizada a oeste do Centro Histórico, na parte final da Serra do Lenheiro, numa região acidentada - com residências em áreas com declive acima de 45° e movimentação de massa em determinados pontos (Almeida e Ventorini, 2014) -; apresentando dificuldades de acesso, em razão desse relevo, e necessita restrição da ocupação no sentido da serra - como apontado no Plano Diretor Participativo do município (2006). Ela também aparece no Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) (2010), como ocupação irregular, gerada pelo crescimento desordenado da cidade e pela busca da população por melhores condições de vida. Comporta, além do Senhor dos Montes, os bairros: Araçá, São Geraldo, São Dimas, Bela Vista, Dom Bosco e Alto das Mercês.

A história do bairro se conecta com a origem da cidade, pois foi o primeiro local onde se encontrou ouro, em 1704 e até o século XX foi essa a atividade responsável pelo seu povoamento. As famílias se estabeleceram e permaneceram, mesmo com o declínio da extração aurífera, firmando raízes culturais e afetivas com o bairro; trabalhando, inicialmente, nas indústrias próximas” (Queiroz et al, 2019). Atualmente a região apresenta 6.260 habitantes, 7,4% da população do município, com média de 2,92 habitantes por domicílio (IBGE, 2010); e a renda da maioria (56%) das famílias está distribuída na faixa de 1-2 salários mínimos, e as ocupações mais comuns são de pedreiro, faxineira, aposentados e donas de casa.

Em relação às construções, pode-se dizer que a maioria é composta por residências permanentes, feitas de bloco cerâmico, com laje sem cobertura, e a autoconstrução é extensiva. É comum encontrar casas abaixo do nível da rua, que sofrem com enxurradas e dificuldade de acesso, ou implantadas em becos e travessas sem pavimentos. O desenho das ruas e quarteirões foi criado sem planejamento, resultando em ruas

tortuosas e quadras irregulares, ruins para circulação de pedestres - sendo comum encontrar caminhos alternativos para se transpor níveis (Santiago, 2010).

Com base nessa clara demanda por assessoria técnica e após reuniões na prefeitura, o GEPHIS propôs o “Escritório Público de Arquitetura e Urbanismo”; e no começo de 2019 se estabeleceu no CRAS Senhor dos Montes para coletar demandas na área. E, por meio de oficinas, vem procurando entender a realidade local pelo ponto de vista dos moradores e possibilitar uma atuação integrada - tanto que deste processo surgiram demandas reais no bairro (urbanas e habitacionais), que foram concretizadas em projetos pelo Escritório. Paralelamente, foi desenvolvida uma pesquisa, financiada pelo CNPq, de levantamento das condições das moradias do bairro, com a qual os “Bate Papos Construtivos” foram essenciais para aproximar a Universidade da comunidade e facilitar a aplicação de questionários, além de ratificar as pesquisas anteriores.

2. As oficinas

As oficinas – “Bate-Papos Construtivos” – foram o meio de o GEPHIS visualizar a realidade local por meio da ótica de quem vive lá, e abrir caminhos para trocas futuras, numa construção de mão-dupla. Elas tinham como objetivo inicial, apresentar o “Escritório” e a LATHIS para que se pudesse iniciar a coleta de demandas. Eram divulgadas por meio de cartazes colados em pontos estratégicos e mídias sociais e tiveram dinâmicas variadas.

O 1º “Bate-Papo Construtivo se deu no dia 30/04, na Escola Estadual Idalina Horta Galvão, após o horário comercial. Além dos moradores – em sua maioria mulheres - e membros do GEPHIS, a oficina contou com a participação de um representante do CRAS e outro da Escola. Nesse primeiro encontro, por meio de uma conversa, as pessoas ratificaram a história de luta da população e trouxeram à tona a distância em que se encontram do poder público na efetivação de conquistas, fazendo o Grupo programar um segundo bate-papo sobre direitos sociais em si.

O 2º “Bate-Papo Construtivo” aconteceu no dia 14/05; como programado, com uma apresentação sobre a temática de direitos sociais – como a própria LATHIS, entidades representativas, etc. Após a mesma, pela avaliação do que foi mostrado, o Grupo teve uma ampliação do panorama de demandas do bairro – em sua maioria urbanas, de infraestrutura e contenção de riscos – que deveriam ser tratadas como direitos. Com isso, surgiu a necessidade de se visualizar o bairro, de modo a definir a área e prioridades de atuação e Escritório - considerando-se que o Senhor dos Montes envolve mais de um bairro.

Foi marcada, então, no dia 08/06, um sábado, uma atividade para percorrer o bairro junto com os moradores e realizar um mapeamento afetivo. Foram impressos mapas do bairro, onde se foram anotando questões de destaque e apontamentos que surgiram. Na conversa com os participantes foram fornecidas informações essenciais sobre condições gerais, ao mesmo tempo que pontos específicos do bairro: delimitação; pontos de referência; coisas que gostam/não gostam; condições de infraestrutura; relações interpessoais - sintetizadas no mapa abaixo:



Figura 01: Mapa afetivo realizado com moradores. Fonte: GEPHIS.

Este mapa serve para destacar a importância de se ouvir a população na realização de ações pelos profissionais de arquitetura e urbanismo - ou qualquer outra área - de modo a definir o território da atuação, evitar incoerências e, principalmente, respeitar identidades e aspirações. Da mesma forma, mostra a relevância das pesquisas realizadas pelas universidades públicas nas cidades onde estão sediadas, pois conseguem representar as comunidades não atendidas pelas ações do poder público local; assim como subsidiar futuras intervenções destes mesmos órgãos.

Na sequência, foi realizada uma intervenção artística, juntamente com o Programa Saberes da Terra, no dia 14/06 - dia de paralisação nacional, no contexto de greve pela educação que se vive desde 2018 - para revitalização de um ponto de ônibus da região. Esta foi pensada para divulgar a atuação do Escritório no bairro, assim como chamar atenção para a importância das universidades públicas nos municípios onde estão situadas, e da força da coletividade para realizar transformações. Neste dia foi feita a pintura da guarita do ponto de ônibus e construção de mobiliários para espera do transporte coletivo. A ação serviu não só para conquistar os objetivos propostos, quanto para atingir crianças e jovens, que ainda não tinham participado de nenhuma atividade do GEPHIS; e firmar contato com algumas lideranças que aparecerem por lá - um representante da igreja católica e o de uma das ruas com demanda de projeto urbano - que nos foi informada num dos “Bate-papos” anteriores, da qual falaremos a seguir.

Ainda foram realizadas mais dois “Bate-papos construtivo” onde foram apresentados e debatidos exemplos de metodologias de projeto participativo numa roda, de modo a reforçar a importância de ações em conjunto com a população, apesar das dificuldades da mobilização popular. Foram convidados agentes do poder público municipal, entre outros; e os exemplos de assessoria técnica - urbana e habitacional - mostrados visavam esclarecer as possibilidades de atuação do “Escritório”.

Nesse momento se torna relevante fazer um recorte sobre as relações de gênero intrínsecas à nossa sociedade que moldam o papel da mulher como agente de transformação do espaço. Numa análise geral, as mulheres são responsáveis pela manutenção do interior doméstico, enquanto os homens dominam a tomada de decisões quanto à produção do espaço - como o mercado da construção civil e na autoconstrução não é diferente. Elas acabam, portanto, tendo pouca autonomia sobre a decisão de suas moradias, acentuando a invisibilidade do papel feminino.

Rosa (2007) discute que a casa tem maior importância para mulheres, devido a estes papéis. Além do trabalho doméstico, por vezes, as mulheres se voltam à participação cidadã, se colocando como responsáveis tanto por

seus lares quanto pelo bairro. O espaço da moradia tem a capacidade de se tornar um lugar de controle da mulher, extremamente significativo na busca por um lugar de poder feminino. À medida em que as oficinas aconteceram, percebeu-se a adesão majoritariamente feminina, auxiliando o GEPHIS na identificação de problemas na região - tendo em vista que elas percorrem mais o bairro; além do eixo casa-trabalho, possuem múltiplas tarefas na rua: supermercado, farmácia, escola dos filhos, por exemplo.

2.1. “O Morro do Zé” e as questões urbanas

Das oficinas surgiu uma demanda de infraestrutura; que seria uma possibilidade de aproximar a população da política urbana, a fim de que ela própria reivindicasse ao poder público a efetivação de seus direitos pela realização de obras, entre outras benesses, como efetivação do direito à cidade.

A demanda foi incorporada pelo “Estúdio Intermediário Cidade: Construção Coletiva I” - disciplina do curso de Arquitetura e Urbanismo, ministrado pela coordenadora do GEPHIS e abarcou o período de julho a setembro de 2019 e contou com a participação de membros do Escritório e estudantes externos.

A área da intervenção abarca as ruas Nossa Senhora de Belém, Três Pontas e Travessa Três Marias – nas proximidades do Rio São Francisco Xavier; de grande declividade e sem drenagem pluvial eficiente, submete a população à inúmeras dificuldades pois a velocidade da descida da água gerou uma erosão no terreno. O local foi apelidado como “Morro do Zé” e já constava no Plano de Contingência de 2015, como área de risco de deslizamento.



Figura 02: Área da Intervenção.

Fonte: Dafne Castro e Guilherme Peixoto, 2019.



Figura 03: Área da Intervenção.

Fonte: Sarah de Paula, 2019.

O projeto foi elaborado a partir de uma reunião com a comunidade da área – para que ela se apropriasse dele – onde se deu o levantamento das demandas dos moradores; e resultou em um projeto de drenagem pluvial. Este buscou guiar a água da chuva diretamente para o rio, por meio de mecanismos que reduziram a velocidade da mesma; e, ao mesmo tempo, propôs áreas de circulação, descanso e contemplação por todo o trecho. O projeto priorizou, ainda, o uso de sistemas de custo reduzido – por ser uma obra pública – com materiais duráveis e de fácil manutenção.

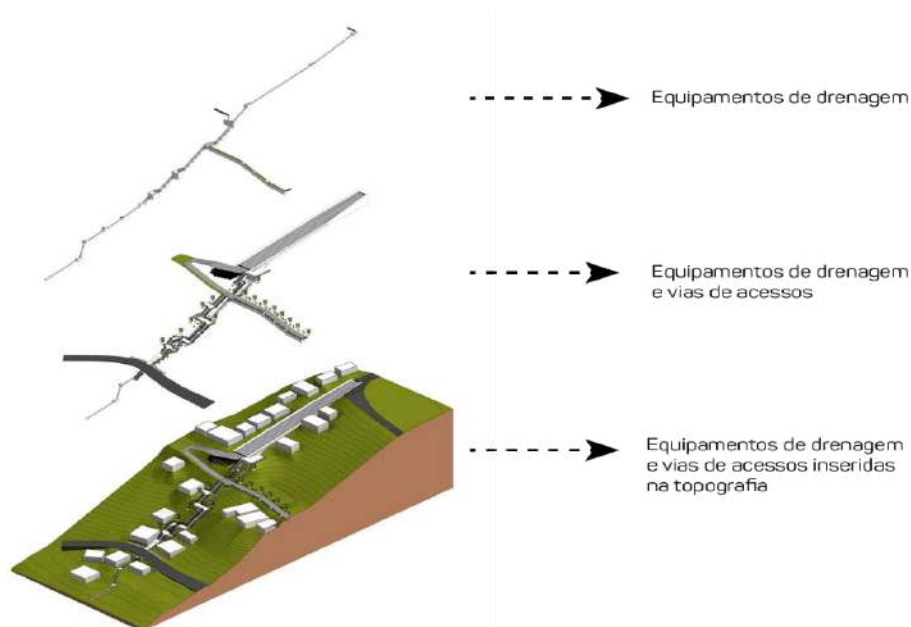


Figura 04: Projeto elaborado. Fonte: EIN Cidade: Construção Coletiva I, 2019.

Após a concepção do projeto, foi feita uma apresentação das etapas de execução, identificando as possíveis soluções para cada trecho. Ela contou com a presença dos moradores, como uma roda de conversa, onde se debateu o resultado final, apontando o trabalho coletivo desenvolvido entre a comunidade e a Universidade. Foram convidados representantes do poder público para essa apresentação; no entanto, por causa de outros compromissos, nenhum pôde comparecer. Por causa disso, foi marcado um dia para se apresentar o projeto à Prefeitura, de modo a torná-la ciente do que foi desenvolvido e pudesse interceder pela área.

Isso se deu em reunião com uma engenharia civil da Secretaria de Governo, que ficou responsável por levar o material à Secretaria de Obras. Neste encontro, além de apresentar o projeto, os membros do GEPHIS destacaram a urgência de uma intervenção na área, devido aos riscos a que está submetida; além disso. Nela foi firmado um contato para que qualquer avanço na questão fosse comunicado ao Grupo; além de levantados outros pontos sobre os quais o Escritório tomou conhecimento no que diz respeito à infraestrutura urbana, surgidos nas oficinas ou espontaneamente. A representante do poder público explicou que o município carecia justamente de pessoal para fazer levantamentos como os que tinham sido apresentados, para o quê os membros do Grupo presentes se ofereceram em aprofundar, fornecendo à prefeitura subsídios para ações de melhorias nestas áreas – ressaltando a relevância do conhecimento técnico que a Universidade tem o poder de desenvolver. E isto pode ser considerado um princípio de aproximação ao debate da política urbana, ao qual a população está sendo capacitada a participar.

3. Conclusões

As primeiras conclusões deste trabalho são que, assim como em outros eventos, pode-se divulgar a existência do Escritório Público de Arquitetura e Urbanismo da UFSJ - introduzindo o papel da Arquitetura e Urbanismo e divulgando a LATHIS. Ao mesmo tempo, faz refletir sobre as condições do início da sua atuação e, embora seja um projeto de extensão, embasa a futura atuação profissional de seus integrantes na área.

Algumas reflexões geradas dizem respeito aos “Bate-papos construtivos”: ficou nítida a necessidade de incorporá-las ao espaço físico do CRAS - identificá-la como uma atividade daquela instituição -, o que pode atrair adesões; ao mesmo tempo, pode-se dizer que as oficinas foram essenciais para aproximar a Universidade da comunidade, criar um vínculo de confiança mútua, o que se esperava desde o princípio. Elas facilitaram a assimilação das outras atividades do GEPHIS, como a aplicação dos questionários foco da pesquisa financiada

pelo CNPq - entretanto, esse em particular é um processo lento e que exige adequação às circunstâncias encontradas. Eles também foram essenciais à coleta de demandas para projetos. Foram recebidas, além da demanda de infraestrutura urbana, 6 demandas habitacionais – que foram trabalhadas por integrantes do Escritório, junto a outros estudantes de Arquitetura e Urbanismo da UFSJ, no Estúdio Intermediário Cidade Construção Coletiva II, e entregues às famílias em uma reunião no CRAS. E, por meio destas discussões foi possível compreender a necessidade primordial do bairro - a infraestrutura urbana precária - e discutir o acesso à moradia e direitos sociais. O protagonismo feminino nos debates foi fundamental - visto que as mulheres compreendem a necessidade dos espaços em que vivem de forma singular – e contribuíram para incluir a participação delas em ambientes de debates políticos - rompendo com a dominação machista em que vivemos. Além de tudo isso, possibilitou subsidiar os moradores para cobrar ao poder público uma atuação no local na solução de questões de infraestrutura – iniciadas na apresentação destes problemas à prefeitura. O que vai continuar no GEPHIS, assim como continuar atuando como Escritório Público, buscando contemplar mais famílias e fortalecê-las na luta pelo direito à cidade.

Agradecimentos

Agradecemos ao CNPq pelo financiamento da pesquisa citada neste artigo, a todas e todos participantes das oficinas, e às funcionárias e funcionários do CRAS Senhor dos Montes, especialmente ao psicólogo João Vitor Santana.

Referências

- Almeida, Gustavo Pyra; Ventrini, Silvia Elena. *Mapeamento participativo de áreas de risco a movimento de massa no bairro Senhor dos Montes - SJDR, MG*. In: I SIMPÓSIO MINEIRO DE GEOGRAFIA, 2014, Alfenas.
- Baltazar, A. P.; Kapp, S. *Assessoria técnica com interfaces*. In: IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ), 2016, Porto Alegre. Anais eletrônicos: Porto Alegre: ANPARQ, 2016. Disponível em: <<https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-4/SESSAO%2022/S22-01-BALTAZAR,%20A;%20KAPP,%20S.pdf>>. Acesso em: out. 2020.
- Brasil. *Lei nº 11888/2008 - Lei de Assistência Técnica Gratuita para Arquitetura e Urbanismo (LATHIS)*.
- Carlos, A. F. A. *A lógica do planejamento versus a dialética do mundo*. In: Limonad, E; Castro, E. R. (Orgs.). Um novo planejamento para um novo Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, p.25-39, 2014.
- Carneiro, E. *Formações territoriais urbanas em São João del-Rei (MG)*, in Anais XXV Simpósio Nacional de História: História e Ética (ANPUH), 2009, Fortaleza.
- Gaio Sobrinho, Antônio. *Retalhos de uma cidade. São João del-Rei*: Gráfica TGB, 2008
- Maricato, E. *Autoconstrução, a arquitetura possível*. In: MARICATO, Ermínia (org). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- Nascimento, D. M.. *A autoconstrução na produção do espaço urbano*. Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, p. 217-230, 2011.
- Rosa, E. *Gênero e Habitação: participação e percepção feminina na construção de viveres*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Catarina. 2007.
- Santiago, O. *Do bairro ao homem: o caso das populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica-espacial em SJdR*. Trabalho Final de Graduação. SJdR, Universidade Federal de São João del-Rei, 2014.
- São João del-Rei. Prefeitura Municipal. *Plano Diretor de Desenvolvimento do Município*. 2006.
- _____. *Plano Local de Habitação de Interesse Social de São João del-Rei (PLHIS)*. 2010.
- Queiroz, L.; Magalhães, A.L.; Pereira, B. *Bairro Passado e Presente: O futuro é agora: Senhor dos Montes*. São João del Rei, 2019.

A resignificação da Empena cega como elemento de transformação da paisagem urbana através da arte e inclusão social

Mariana Fernandes Mello Vieira, UFRJ, IPPUR, Rio de Janeiro, marianamello.arq@gmail.com

Laís de Andrade Costelha, POLI/UFRJ, Rio de Janeiro, laiscostelha@poli.ufrj.br

Resumo

Neste trabalho propõe-se inicialmente uma análise dos aspectos sociais e econômicos que delineiam a ocorrência das empenas cegas nas cidades a partir da permissividade da legislação urbanística. Em seguida, busca-se analisar o potencial paisagístico da empena cega na configuração da cidade, correlacionando à arte urbana e inclusão social através do uso do grafite. Para tanto, pretende-se compreender o processo de formação das empenas cegas a partir do estudo de caso de Duque de Caxias, Baixada Fluminense. Foi realizada a pesquisa de campo com levantamento fotográfico e mapeamento das principais empenas cegas de edifícios no centro de Duque de Caxias. Dessa forma, de acordo com os resultados encontrados e da experiência de outras cidades, este trabalho possibilitou o melhor entendimento de como a legislação urbanística atua na configuração final da cidade. Ademais, foi possível compreender que Duque de Caxias detém um cenário social e histórico propenso a resignificação das empenas cegas através do grafite, considerado neste contexto como uma ferramenta de incentivo à experiência urbana, um convite à apropriação do espaço público e ao empoderamento social, ao invés de mais uma estratégia de marketing para o incentivo à competitividade interurbana.

Palavras-chave: Empena Cega; arte urbana; paisagem, inclusão social.

1. Introdução

As empenas cegas, faces externas dos edifícios sem abertura alguma, tornaram-se presentes nas cidades médias e grandes, em decorrência da permissividade da legislação urbanística. Somado a isso, a intervenção do mercado imobiliário, visando o máximo aproveitamento dos lotes, corroborou para a lógica da construção sem afastamentos e consequentemente sem aberturas, sacrificando em muitos casos a qualidade da arquitetura.

Como efeito, a paisagem urbana ganhou superfícies inexpressivas que impactam negativamente na percepção da cidade e na experiência urbana. A ausência de apelo paisagístico pode levar o observador a ignorar a forma arquitetônica individualmente, e consequentemente na escala urbana a cidade torna-se um local de passagem e circulação. Neste sentido, o grafite, expressão artística historicamente de resistência de camadas sociais populares, surge como opção de resignificação das empenas cegas a partir de um novo olhar sobre o ambiente urbano que, além de possibilitar que questões sociais e políticas sejam expostas, também transforma a paisagem e incentiva a permanência e apropriação do espaço por parte de seus usuários.

As Empenas cegas de edifícios do centro de Duque de Caxias, consideradas simplesmente superfícies invisíveis sem nenhuma interação com o urbano, carregam em si grande potencial paisagístico, tanto individualmente quanto em conjunto pela proximidade em que se encontram. Além disso, a cidade é sede do maior evento de grafite voluntário do mundo o “Meeting of Favela – MOF”, que ocorre anualmente na Favela da Vila Operária e reúne artistas de várias cidades, inclusive de outros países, confirmando a tradição da arte urbana no município.

2. Objetivos

2.1 Objetivo geral

O objetivo geral do trabalho é analisar o potencial paisagístico e artístico da empena cega, como estratégia urbana de ampliação da experiência urbana e valorização cultural e social.

2.2 Objetivo específico

Investigar o contexto urbano, histórico e social do centro da cidade de Duque de Caxias. Além de analisar a relevância do potencial paisagístico de suas empenas cegas, bem como discutir a pertinência da concretização da estratégia de ressignificação na cidade como ferramenta de valorização da história e cultura local.

3. Métodos

A pesquisa qualitativa resume-se a um estudo de caso, que foi iniciado com a revisão da bibliografia existente sobre a temática de forma abrangente, a fim de fundamentar as discussões sobre a pertinência da exploração da empena cega. Foram abordadas obras clássicas sobre paisagem e experiência urbana e produção da cidade. Além de referências complementares com temas que também permeiam a questão urbana correlacionada a percepção do espaço. Posteriormente, serão citados casos de diferentes cidades da América Latina que utilizaram a arte urbana para ressignificar suas empenas cegas. Por fim, o estudo de caso com a análise do contexto urbano e social da cidade de Duque e Caxias, com enfoque na conformação das empenas cegas e em seus desdobramentos relacionados à experiência urbana.

4. A Legislação urbanística a serviço do mercado

A prática do planejamento urbano não é neutra em relação às demandas econômicas, pelo contrário, as políticas públicas e legislação são influenciadas pelos interesses privados. Assim afirma Topalov:

“Se a cidade é um produto social, tem-se que começar pelo estudo de seu processo de produção, e para tanto ultrapassar sua representação neoclássica como um conjunto de mercados independentes da ação planejadora. Tem-se que analisar ao mesmo tempo a acumulação do capital nas produções urbanas e o papel das políticas públicas nesse processo” (Topalov, 1988).

Historicamente, o planejamento urbano surgiu a fim de tratar das questões que a produção capitalista transferiu às cidades. Políticas públicas foram criadas no intuito de atenuar esses efeitos negativos provenientes da produção, e sua resolução era atribuída ao Estado (Lojkine, 1981). Portanto, foi iniciado um novo processo, pelo qual a cidade se adequou às novas práticas sociais e econômicas em curso (Choay, 1965). Era necessário o provimento de infraestrutura urbana e social, devido às aglomerações urbanas, em crescente escala. Desse modo pode-se argumentar sobre a dependência histórica entre o Estado e mercado, bem como suas implicações para o urbano.

A legislação urbana, considerada por Rolnik (1998) como uma teia invisível que recai sobre a cidade, atua muito além da regulação da produção do espaço e suas formas de apropriação. Ela maximiza os paradigmas político-sociais estabelecidos a partir das relações de poder, à medida que se mostra condescendente com as pressões do mercado imobiliário ao definir parâmetros construtivos, que em muitos casos contribuem para o máximo aproveitamento da área disponível dos terrenos, atribuindo indiretamente ao Estado o provimento de infraestrutura compatível com o adensamento.

A legislação brasileira que trata sobre o tema é o código civil, que determina que a abertura de vãos só ocorra em paredes laterais limítrofes construídas a partir de 1,50m de distância do limite do terreno, portanto é permitida a construção até os limites laterais do lote desde que não haja abertura de vãos nas

paredes divisórias e, assim são geradas as empenas cegas. A permissividade da legislação ao liberar a construção nos limites laterais do terreno combinada a coeficientes de aproveitamento elevados potencializam os efeitos das empenas cegas sobre o urbano, pois são gerados grandes volumes na paisagem, transformando a percepção do espaço e induzindo determinadas experiências urbanas, principalmente nas regiões centrais, onde o preço da terra é mais elevado e por conta disso há maior ocorrência de grandes empenas cegas nessas áreas.

5. A paisagem urbana na perspectiva da experiência

A experiência humana é definida por Tuan (1983) como uma combinação de sentimentos e pensamentos pela qual o indivíduo conhece e constrói a realidade. De acordo com este autor, a experiência está relacionada para além do ser individual, referindo-se ao exterior, ou seja, ao espaço. A aptidão humana em achar-se ora num plano racional ora num plano de fantasia e sentimento demonstra a complexidade na compreensão da experiência humana, principalmente em relação ao espaço. Logo, Tuan (1983) descreve da seguinte forma a experiência:

“Assim, a experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência. Experenciar é aprender, significa atuar sobre o dado criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é uma realidade que é um constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento.” (Tuan, 1983).

Um dos fatores que pode ser destacado como condutor da experiência espacial é a relação entre espaço e lugar, em que o espaço tem um significado mais abstrato, amplo, já o lugar, resultado da experiência, é dotado de valor e se difere pela relação de intimidade e habitualidade (Tuan, 1983). Os sentidos e a memória são componentes que conduzem o fluxo da experiência. Os sentidos são responsáveis pela percepção espacial em diversas escalas na construção da experiência. A visão, responde a estímulos do ambiente que se organizam em estruturas espontâneas e correspondem com sinais ao cérebro humano (Tuan, 1983). O autor reforça o argumento da influência dos sentidos na construção da experiência, sobretudo a visão, com a seguinte citação:

“A dependência visual do homem para organizar o espaço não tem igual. Os outros sentidos ampliam e enriquecem o espaço visual.” (Tuan, 1983).

As pessoas não tendem a olhar grandes objetos em branco ou fachadas sem detalhes. Assim afirma Ann Sussman e Janice Ward, autoras da pesquisa de rastreamento ocular direcionado à arquitetura. Além disso, o estudo constatou que a fixação do olhar leva à exploração, isto é, o local onde a visão é atraída gera um tipo de conexão, o que traz a sensação de conforto e leva a maior permanência no espaço (Sussman; Ward, 2017). Logo, o edifício, individualmente ou em conjunto como paisagem urbana, propicia uma forte influência na percepção do espaço e na construção da experiência urbana, podendo levar à permanência no lugar ou apenas à passagem pelo espaço.

6. O grafite como ferramenta de transformação

Acredita-se que o surgimento do grafite, como é conhecido hoje, ocorreu na cidade de Paris, no final da década de 60 e início de 70. A grafiteagem de muros foi utilizada no movimento de contracultura em reação à visão conservadora que era imposta na época. As inscrições de caráter político-poético eram empregadas

como meio de comunicação entre os protestantes, e mais tarde inspiravam jovens a se organizarem pela busca por transformações sociais. (Vila-Forte, 2017)

O grafite, utilizado como manifestação artística e social para além de espaços fechados de exposição de arte, com o passar dos anos ganhou visibilidade nas cidades e reconhecimento artístico, rompendo o preconceito com essa atividade antes marginalizada. Existem inúmeras discussões sobre a conceituação do grafite e da pichação e suas correlações, entretanto não é o objetivo do estudo adentrar nesse debate.

Embora o grafite seja uma manifestação artística relacionada a movimentos populares, a proposta de utilizá-la nas empenas cegas, em muitos casos, adquiriu um caráter muito mais publicitário. Seja por iniciativa da administração pública ou do ramo empresarial, essa proposta vem sendo bastante difundida com a intenção de tornar a imagem das cidades mais vendável e atraente, uma estratégia de marketing urbano, considerado pelo Planejamento estratégico como uma tática para o enfrentamento das questões econômicas e urbanas, baseada na competitividade interurbana através da ação do Estado empreendedor (Harvey, 2005).

Nesse contexto, o espaço urbano deve estar em concordância com as tendências internacionais, aderindo a estratégias urbanas semelhantes de autopromoção e requalificação. A intenção não é invalidar todas as propostas provenientes do Planejamento estratégico, entretanto cabe a discussão, caso a caso, sobre a efetividade da valorização da imagem das cidades na elevação dos padrões de vida de sua população ou se na verdade ocorre a priorização de interesses privados (Duarte, 2007). A questão principal é pra quem e por quem a proposta é executada, quais as motivações e objetivos envolvidos.

Com o intuito de ilustrar a estratégia de ressignificação das empenas cegas, foram elencadas referências de cidades, como: São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, e Rosário, na Argentina, que implementaram propostas semelhantes de ressignificação de suas empenas cegas através da arte urbana. As propostas apresentadas das cidades de São Paulo (Figura 01) e Belo Horizonte (Figura 02) ocorreram a partir de eventos de arte urbana de grande porte, que receberam artistas de diversas cidades. Já a cidade do Rio de Janeiro (Figura 03) aderiu à proposta durante as obras dos jogos olímpicos, apresentando um apelo mais turístico.



Figura 01: Carpa japonesa, por Binho e Suiko ao lado do viaduto Santa Efigênia, no Centro de São Paulo. Fonte: Veja SP.



Figura 02: Rua Sapucaí, grande mirante de arte urbana de Belo Horizonte. Fonte: Cura.

Figura 02: Rua Sapucaí, grande mirante de arte urbana de Belo Horizonte. Fonte: Cura.



BRUNO BIG JOÃO NICTHO MATEU VELASCO NICOLAU MELLO THIAGO TARM

Figura 03: Pinturas muralistas do Projeto Rio Esporte Arte, no Rio de Janeiro. Fonte: Rio Esporte Arte.

O exemplo argentino (Figuras 04 e 05) também foi executado num Festival de arte, o Festival Triangulo, porém o diferencial quanto às outras propostas está no local e contexto que foi realizado. Os Bairros Fonavi, Rouillon e Segui, localizados na região oeste da cidade de Rosario, estão inseridos num programa de gestão participativa (Plan Abre), buscando melhorar a qualidade de vida da população mais carente, que participa da construção do plano e da tomada de decisões. A intervenção artística é uma das estratégias do plano, que busca o fortalecimento territorial e valorização da cultura local.



Figura 04: Imagem antes da intervenção urbana no Bairro Rouillon e Segui. Fonte: Google Maps



Figura 05: Foto tirada após a intervenção do Festival Triângulo no Bairro Rouillon e Segui. Fonte: Medium

A transformação que o grafite causa na paisagem urbana é evidente, contudo, sua transformação vai mais a fundo, impactando sobretudo a realidade de pessoas socialmente vulneráveis. Portanto, o grafite pode ser considerado como um elemento de inclusão social, pois além de dar voz a uma parcela esquecida da sociedade, ele pode apresentar uma nova perspectiva sobre arte, cultura e educação, com projetos sociais em áreas carentes.

7. Empenas cegas em Duque de Caxias

O município de Duque de Caxias pertence à Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e está situado na Baixada Fluminense. Seu território está dividido em 4 distritos: Duque de Caxias (1º distrito), Campos Elíseos (2º distrito), Imbariê (3º distrito) e Xerém (4º distrito). No último censo do IBGE, em 2010, a população do município era de 855.048 pessoas (IBGE, 2019). Desse total, mais de 50% da população estava concentrada no 1º e 2º distritos, mais próximos da capital.

No 1º distrito situa-se o centro principal do município e é onde está localizado o conjunto de empenas cegas estudado neste artigo. A densificação desse trecho da cidade intensificou-se com o crescimento do setor de serviços do município, correspondente a maior parte da economia caxiense, 88,31%, contra 11,65% da indústria e 0,04% da agropecuária, segundo dados IBGE Cidades 2015 (Da Silveira e Ribeiro, 2017). Assim, a demanda do mercado na região central iniciou o processo de verticalização e a formação das empenas cegas se deu em decorrência da legislação urbanística.

No que tange à legislação, como já mencionado, o Código Civil brasileiro, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, estabelece no artigo 1.301 da Seção VII (Do direito de construir) que “é defeso abrir janelas, ou fazer eirado, terraço ou varanda, a menos de metro e meio do terreno vizinho”. Na legislação urbanística municipal de Duque de Caxias o Código de Obras (decreto nº 2.185 de 04 de dezembro de 1990) estabelece no artigo 9º:

Art. 9 - Em cada zona ou Área do Município, as edificações obedecerão às disposições de uso predominante do solo, do índice de conforto habitacional e afastamentos mínimos fixados na legislação de uso do solo.

Desta maneira, os afastamentos laterais mínimos estabelecidos variam de acordo com o zoneamento do município, que possui parâmetros definidos em diferentes decretos. Na área estudada é possível verificar três tipos de zonas: Zona Especial 4 (ZE4), Zona Especial 5 (ZE5) e Zona Mista 1 (ZM1), que abrangem as 16 empenas cegas destacadas na Figura 06. Nestas três zonas o afastamento lateral é 0,00 m (Tabela 01), o que conseqüentemente gera a empena cega, tendo em vista o artigo 1.301 do Código Civil.

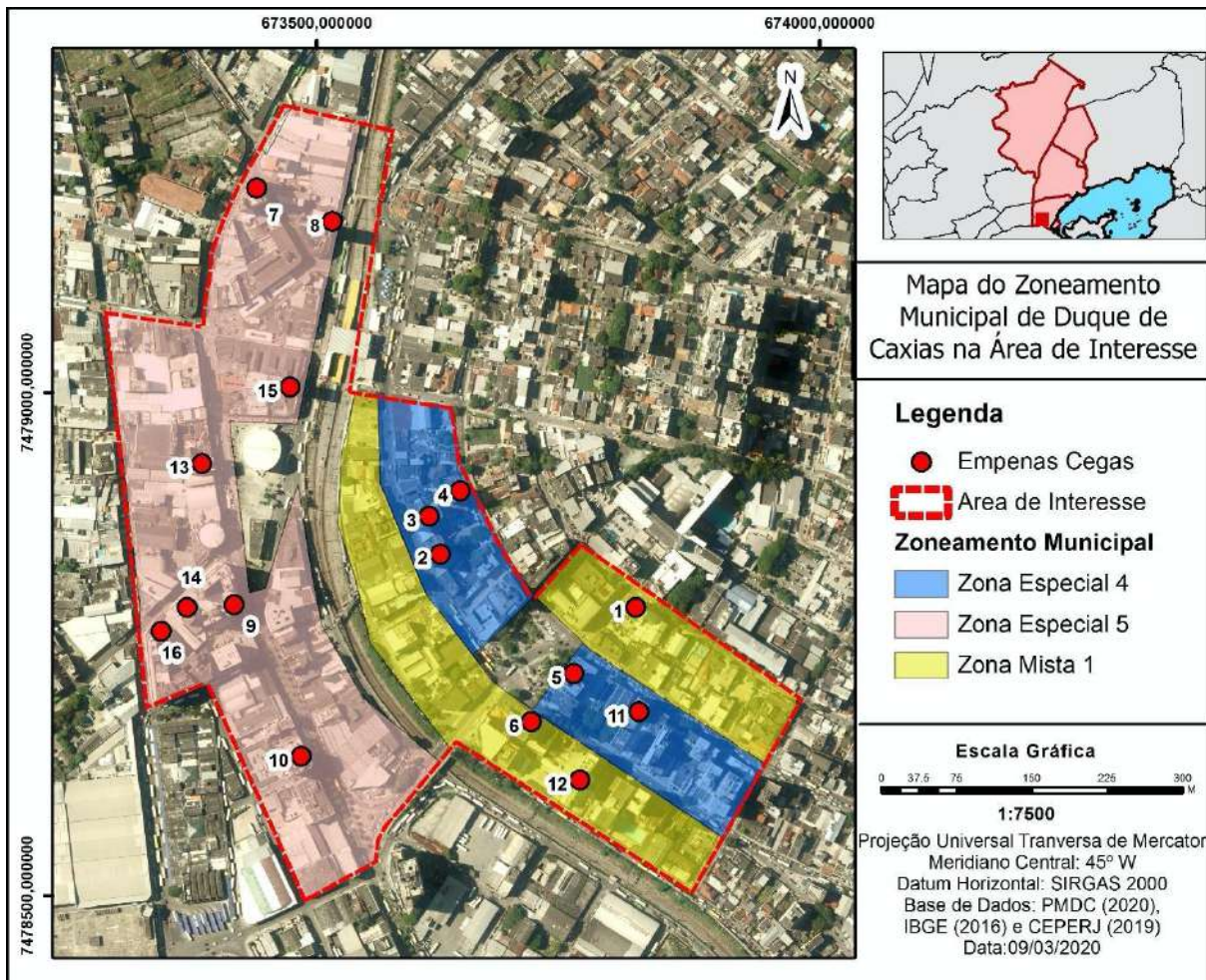


Figura 06: Mapa da área de estudo com identificação do zoneamento e empenas cegas . Fonte: Autoras

Tabela 01: Zonas urbanas e afastamentos laterais conforme decretos municipais.

Zona	Edifícios	Uso	Afastamento lateral (m)	Legislação	Texto
ZE4	2, 3, 4, 5 e 11	Indiferente	0,00	Artigo 4º, alínea “d” do Decreto nº 2.244, de 28 de junho de 1991	Aos afastamentos laterais – em ZE4 e ZE5 as construções deverão atingir as divisas laterais do lote, de modo a não sofrerem solução de continuidade entre as edificações;
ZE5	7, 8, 9, 10, 13, 14, 15 e 16	Indiferente	0,00	Artigo 4º, alínea “d” do Decreto nº 2.244, de 28 de junho de 1991	Aos afastamentos laterais – em ZE4 e ZE5 as construções deverão atingir as divisas laterais do lote, de modo a não sofrerem solução de continuidade entre as edificações;
ZM1	1, 6 e 12	Comercial	0,00	Artigo 1º do Decreto nº 4590, de 14 de março de 2005	Ficam aprovados os novos parâmetros fixados para os quadros mencionados no Artigo 1º do Decreto nº 1.610, de 06 de Maio de 1985. Parágrafo Único – Os quadros mencionados no caput deste artigo, passam a fazer parte integrante do presente Decreto.

Diante disto, vê-se que o centro de Duque de Caxias possui legislação urbanística que o torna propenso à formação das empenas cegas e desenvolvimento de intervenções artísticas semelhantes as das cidades anteriormente citadas. Reforçando esse potencial, o município possui uma geração de talentos no grafite atuante no cenário artístico nacional, integrante do extinto coletivo Posse 471. Além disso, o município abriga todo ano o evento “Meeting of Favela” (MOF), maior encontro voluntário de arte urbana do mundo iniciado em 2006 na Favela da Vila Operária, próxima ao centro, e que hoje integra o calendário artístico urbano nacional e reúne vários artistas de todo o Brasil e do exterior (Figuras 7 e 8). É interessante destacar que a Vila Operária é estigmatizada pela violência e pobreza como muitos outros locais da Baixada Fluminense. Contudo, ao longo dos anos, recebeu o MOF de maneira amistosa, haja vista a legitimidade das intenções do evento em levar cultura e arte aos moradores da favela de forma integrada e respeitosa. Por

consequência, atualmente esta favela é conhecida como uma galeria de arte gratuita e inclusiva a céu aberto, pois além de valorizar a cultura e os cidadãos proporciona esse intercâmbio de experiências.



Figura 7: Evento *Meeting of Favela* Foto: Clarissa Piveta. Fonte: meetingoffavela.org



Figura 8: Evento *Meeting of Favela*. Foto: Clarissa Piveta. Fonte: meetingoffavela.org

Neste contexto, vê-se o enorme potencial poético e plástico para o uso do grafite nas empenas cegas de Duque de Caxias, tanto socialmente como em função da configuração urbana da área central. Os diferentes gabaritos dos edifícios nesta região manifestam a descontinuidade da paisagem urbana e ausência de unidade arquitetônica, fato que reforça o potencial paisagístico das empenas cegas pela proximidade e frequência em que são encontradas. Na área de estudo selecionada constam 16 empenas cegas, que podem ser exploradas individualmente ou como conjunto paisagístico, trazendo unidade e força ao centro da cidade.

Por fim, cabe ressaltar que no contexto do uso de empenas cegas para realização de grafites é necessário que os municípios redijam leis que versem sobre o tema. A legislação de Duque de Caxias não faz referência a intervenções artísticas em empenas cegas ou afins, portanto, é importante a implementação de uma lei ou decreto que aborde o assunto. Na legislação do município as empenas cegas são observadas somente sob a perspectiva da publicidade, segundo o artigo 115 do Código de usos e posturas urbanas (Lei nº 1.618 de 28 de dezembro de 2001) transcrito a seguir:

Art. 115. Os painéis instalados em empenas cegas não

poderão ultrapassar os seus limites.

Conforme explicitado acima, em Duque de Caxias é permitido a instalação de painéis nas empenas cegas dos edifícios, assim como no Rio de Janeiro (Decreto nº 29.881 de 18 de setembro de 2008). Entretanto, alguns municípios vetaram a utilização das empenas cegas para publicidade, como ocorrido em São Paulo através da Lei Municipal nº 14.223, de 26 de setembro de 2006, conhecida como Lei Cidade Limpa. Apesar deste município ter proibido a publicidade, promoveu o incentivo ao uso de empenas cegas para inserção de arte pública ao liberar da aprovação prévia da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana (CPPU) as intervenções artísticas em empenas cegas com menos de 5m de altura. Neste sentido, é interessante notar a partir do exemplo de São Paulo como a proibição da publicidade nas empenas cegas somada ao incentivo ao uso do grafite promoveu a disseminação deste tipo de intervenção urbana, estratégia que pode ser adotada também em Duque de Caxias.

Além da criação de leis que regulamentam o uso de empenas cegas para intervenções de arte urbana, é importante que Duque de Caxias também reavalie a legislação urbanística municipal, a fim de evitar que futuramente os murais executados sejam cobertos pelas novas construções. Isso é possível através da alteração do limite do gabarito ou através da implementação da Transferência do direito de construir, instrumento do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001) prevista no Plano Diretor Urbanístico do município de Duque de Caxias (Lei Complementar nº 01, de 31 de outubro de 2006), porém ainda não regulamentado por lei específica.

8. Conclusões

Com base nos aspectos citados sobre experiência humana e a percepção do espaço através dos sentidos, a empena cega “não explorada” não integra de maneira relevante a paisagem urbana por não ser amplamente percebida devido a ausência de detalhes e/ou conteúdo. Independentemente do local que o observador se encontrar, se não houver um apelo visual/artístico que atraia o olhar, as empenas cegas serão resumidas a superfícies mudas e inexpressivas, que não incrementam a experiência urbana e contribuem para que cada vez mais os espaços públicos sejam utilizados apenas para circulação. Logo, a transformação das superfícies invisíveis da cidade pelas intervenções artísticas em grafite sugerem uma percepção conjunta da ambiência e evocam o sentido de lugar em seus usuários. Os bairros abrangidos pelo recorte espacial estudado, Centro e Jardim 25 de agosto, são as áreas mais caras e valorizadas do Município e, portanto, para muitos dos caxienses um local de trabalho, estudo, acesso a serviços ou apenas passagem. Intervenções artísticas neste local significaram uma expressiva transformação na percepção do espaço com amplo alcance, tendo em conta a sensação de não pertencimento do cidadão caxiense devido à ausência de elementos ou símbolos que criem uma conexão entre a cidade, sua história, cultura e seu povo. Duque de Caxias clama por espaços públicos que não sejam apenas de passagem. Busca-se significado para uma população à procura da sua identidade. É preciso pertencer, é preciso metamorfosear o não lugar em lugar.

Referências

Brasil. *Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2020

Choay, F., 2005. *O Urbanismo*. São Paulo: Perspectiva.

Cura.art. 2020. *CURA – Circuito Urbano De Arte*. Disponível em: <<https://cura.art/#mapa>>. Acessado em: 09 de março de 2020.

Da Silveira, L. A.; Ribeiro, M. A., 2017. *Situando Duque de Caxias no contexto metropolitano da Baixada Fluminense: de cidade dormitório a cidade plena*. In: Marafon, G.J; Ribeiro, M.A (Org.). *Revisitando o Território Fluminense*. Rio de Janeiro: FAPERJ.

Duarte, F; Júnior, S. C., 2007. *Cidade à venda: reflexões éticas sobre o marketing urbano*. Revista de Administração Pública, v. 41, n. 2, pp. 273-282.

Duque de Caxias. *Lei nº 1.618 de 28 de dezembro de 2001*. 2001. Cria o código de usos, funções e posturas urbanas do município de Duque de Caxias, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/d/duque-de-caxias/lei-ordinaria/2001/161/1618/lei-ordinaria-n-1618-2001-cria-o-codigo-de-usos-funcoes-e-posturas-urbanas-do-municipio-de-duque-de-caxias-e-da-outras-providencias>>. Acessado em: 09 de março de 2020.

Duque de Caxias. *Decreto nº 2.185 de 04 de dezembro de 1990*. 1990. Código de Obras. Disponível em: <<https://sogi8.sogi.com.br/Arquivo/Modulo113.MRID109/Registro63747/documento%201%20-%20cod%20obras.pdf>>. Acessado em: 09 de março de 2020.

Duque de Caxias. *Decreto nº 2.244, de 28 de junho de 1991*. 1991. Excluem da ZH8 do Bairro Jardim Primavera, as áreas que menciona, e dá outras providências. Duque de Caxias: Câmara Municipal.

Duque de Caxias. *Decreto nº 4590, de 14 de março de 2005*. 2005. Modifica dispositivo de Decreto nº 1610/85, e dá outras providências. Duque de Caxias: Câmara Municipal.

Harvey, D. and Szlak, C., 2005. *A Produção Capitalista Do Espaço*. São Paulo: Annablume.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2019. *IBGE Cidades: Panorama de Duque de Caxias*. Disponível

em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/panorama>>. Acesso em: 09 de março de 2020.

Lojkin, J., 1981. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes.

Medium. 2020. *Streetart En Rosario: Hola Roullón Y Segui, Me Encantás*. Disponível em:

<https://medium.com/@Favita_/streetart-en-rosario-hola-roull%C3%B3n-y-segui-me-encant%C3%1s-10473197d582>. Acessado em: 10 de março de 2020.

Meeting of favela. 2020. Disponível em: <<https://www.meetingofavela.org/>>. Acessado em: 10 de março de 2020.

Rio Esporte Arte. 2020. *Rio Esporte Arte _ Pintura Muralista Em Grandes Painéis No Rio De Janeiro*. Disponível em: <<https://www.rioesportearte.com/2016/>>. Acessado em: 10 de março de 2020.

Rolnik, R., 1999. *Para além da lei: legislação urbanística e cidadania (São Paulo 1886-1936)*. In: Maria Adélia A Souza; Sonia C. Lins; Maria do Pilar C. Santos; Murilo da Costa Santos. (Org.). *Metrópole e Globalização- Conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: CEDESP.

Sussman, A., Ward, J., 2017. *Game-Changing Eye-Tracking Studies Reveal How We Actually See Architecture*. [online]

Common Edge. Disponível em:

<<https://commonedge.org/game-changing-eye-tracking-studies-reveal-how-we-actually-see-architecture/>>. Acessado em: 10 de março de 2020.

Topalov, C., 1988. *Fazer a história da pesquisa urbana: experiência francesa desde 1965*. Espaço & debates, n. 23.

Tuan, Y., 1983. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel.

Veja São Paulo. 2020. *Painéis Gigantes Em Laterais De Prédios Multiplicam-Se Pela Capital*. Disponível em:

<<https://vejasp.abril.com.br/cidades/grafites-laterais-predios-sao-paulo/>>. Acessado em: 10 de março de 2020

Villa-Forte, L., 2020. *Políticas Do Grafite - Blog Do IMS*. [online] Blog do IMS. Disponível em:

<<https://blogdoims.com.br/politicas-do-grafite/>>. Acessado em: 9 de março de 2020.

Risco e resiliência em arquitetura humanitária e incremental housing- o papel da academia e dos concursos

A. Nuno Martins

Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitetura, CIAUD, Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design

Abstrato

A entrega formal do prémio Marielle Franco Community Design Award constituiu o pretexto para a realização, no Rio de Janeiro, em início de Dezembro, do primeiro seminário em *Arquitetura Humanitária, Risco e Resiliência em favelas, o papel dos arquitectos, dos trabalhadores sociais e das maris&marielles*. Duas semanas antes, em Izmir, na Turquia, a ONG Building 4Humanity e a sua congénere de Taiwan Architecture for People anunciam os vencedores da 2ª edição da Building 4Humanity Design Competition. Este artigo explora o papel das referidas competições, que envolveram mais de duas centenas de equipas multidisciplinares de arquitetos e ONGs, em conjunto com a sessão de conferências sobre Arquitetura Humanitária (HA), na 8ª ICBR em final de 2018 e o seminário no Rio de Janeiro na consolidação de uma área de exercício profissional que se vem afirmando com um corpo de conhecimento próprio. Tanto os concursos como os eventos científicos contribuíram para o debate sobre uma prática arquitetónica realizada em cenários de crise junto aos mais vulneráveis, nomeadamente os pobres, os deslocados à força ou os afetados por desastres. O conceito de arquitetura humanitária é discutido a partir de leituras selecionadas e da abordagem das competições e eventos promovidos pela ONG B4H em parceria com universidades, associações profissionais e diversos parceiros públicos e privados locais. O artigo conclui com uma definição provisória de HA e sugestões para a consolidação desta emergente orientação no seio da secular prática arquitetónica e no quadro do direito à cidade e à habitação condigna.

Palavras-chave: Arquitetura Humanitária, Urbanização de Favelas, Habitação Incremental, Tipos de Edifícios Residenciais, Risco de Desastres e Resiliência, Comunidades Vulneráveis

Introdução- dois eventos separados por um ano e unidos nas problemáticas

Em novembro de 2018, as universidades de Lisboa e Coimbra e outros parceiros como a ONG Building 4Humanity, Design and Reconstructing Communities Association (B4H, com sede na cidade de Coimbra, Portugal) co-organizaram a 8ª edição da conferência global International Conference on Building Resilience (8ª ICBR). Em linha com a 4ª prioridade da Estrutura de Sendai (UN 2015, UNISDR 2015) e com base em estudos de caso decorreu uma sessão temática especial sobre arquitetura humanitária. O objetivo desta secção, que reuniu uma dezena de comunicações, era identificar padrões de repetição em práticas contemporâneas, bem como realizações e falhas nesta abordagem particular do trabalho de arquitetos. A partir da análise comparativa, a pesquisas apresentadas destacaram como incorporar ferramentas de inovação social, ferramentas de redução de risco e construção de resiliência no planeamento e projeto arquitetónico humanitário (Martins e Rocha 2019b). Os temas discutidos abrangiam, entre outros: o papel desempenhado pela Academia, ONGs e partes interessadas na reconstrução pós-desastre; métodos de projecto para abordagem de risco em cenários de ajuda humanitária; projetos arquitetónicos e planeamento urbano abordando a vulnerabilidade das comunidades locais em áreas propensas a desastres; arquitetura pós-desastre e o uso do conceito de habitação incremental; aprendendo com a arquitetura vernacular e práticas tradicionais de redução de risco de desastres em áreas rurais; risco e resiliência em processos de urbanização de favelas; contribuições da arquitetura humanitária para a governança de risco de desastres e

políticas públicas; revisão de códigos de construção para lidar com riscos e resiliência em áreas propensas a desastres e avaliação de reassentamento com foco em questões de habitação. (Martins, 2020b)

Em início de Dezembro de 2019, numa co-organização com a Universidade de Lisboa, a Pontifícia Universidade Católica acolheu na cidade do Rio de Janeiro o primeiro seminário em *Arquitetura Humanitária, Risco e Resiliência em favelas, o papel dos arquitectos, dos trabalhadores sociais e das marias&marielles*. A par de apresentações plenárias, com oradores internacionais e mesas de debates integrando académicos e líderes comunitários, tiveram diversas secções temáticas, focando o papel dos arquitetos, dos trabalhadores sociais, das mulheres e das ONGs. O evento reuniu mais de duzentos participantes em dois dias de intenso trabalho, um de comunicações e debates na PUC-Rio, outro de visita à favela da Maré (visita guiada pela ONG local Redes da Maré). Os trabalhos culminaram com a entrega do Marielle Franco Community Design Award na sede do Instituto dos Arquitetos Brasileiros / RJ. Quer o protagonismo conferido a representantes das comunidades de favelas de Rio e de S.Paulo, quer o conjunto de temas adotados no seminário, com inclusão de submissões não científicas (como documentários e filmes) evidenciaram uma clara ruptura com os encontros científicos convencionais. O objectivo central, abraçado por organizadores e participantes, foi o de transpor fronteiras disciplinares e institucionais no sentido de explorar ferramentas de tradução no diálogo entre arquitetos, trabalhadores sociais e membros das comunidades. Justifica-se por isso recordar os sete eixos temáticos desenhados para o seminário e os principais subtemas neles debatidos pelos conferencistas.

Melhoria habitacional e do espaço público, com ênfase no papel de mulheres da comunidade encorajava estudos sobre os processos de emancipação feminina e envolvimento comunitário na urbanização de favela e auto-construção; Incremental housing ('construção de laje') (Martins e Saavedra, 2019a) e alargamento de becos e vielas como estratégia de redução de risco de desastre, saúde e segurança pública via programas públicos ou iniciativas comunitárias ou particulares. *Direito(s) na cidade e espaços de diversidade: o papel e demandas de minorias* estimulava em particular estudos relacionados com afrobrasileiros, indígenas, quilombolas, imigrantes, refugiados, ciganos/Roma e LGBT+ na configuração de áreas precárias e de favelas. *Insurgências urbanas associadas ao aumento da vulnerabilidades, à exposição ao risco e à produção de cidade* acolhia pesquisas sobre processos de invasão de áreas livres (baldios urbanos) e ocupação edifícios degradados; *transformações arquitetônicas e expressões artísticas da resiliência e do ativismo pelo direito à cidade*. *Arquitetura de favela e suas dimensões* sublinhava as dimensões etárias, sociais, culturais, artísticas, espirituais, de mobilidade, de participação comunitária, de violência (em particular sobre mulheres), de bem-estar e qualidade de vida. *O papel de arquitetas/os e equipes mistas de ONGs nas favelas* buscava dar visibilidade à reflexão crítica de trabalhos sobre Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social, confrontando formalidade e informalidade; e discutindo a relação entre saúde, bem-estar da família e ambiente construído. *Geografias da saúde, do risco e o uso de novas tecnologias* integrava a temática das infraestrutura e dos serviços essenciais, nomeadamente o saneamento, a água potável, gesto de resíduos, censo social, mapeamento colaborativo, sistemas de informação e aplicativos para celular na urbanização de favelas, na reformas e ampliações de casas e segurança pessoal dos moradores. Finalmente, o eixo *o papel da Universidade na construção de uma cidade mais igualitária* destacava o empoderamento, em particular de mulheres, e a circulação de conhecimentos conduzidos a partir da academia, bem como alianças e ações colaborativas que vem promovendo o estudo e a replicação de boas práticas. (Martins et al 2020a)

2. Dois concursos e o papel das competições de arquitetura endereçando risco e resiliência.

Paralelamente à 8ª ICBR, teve lugar a primeira edição de um concurso de arquitetura humanitária : a Building 4Humanity Design Competition (B4H DC). Esta competição aparece em linha com competições anteriores com foco em risco e resiliência (DRIA 19, 19b; iRec 2008, 2019) mas apresentando diversos aspectos inovadores, tais como propor três categorias de candidaturas. Assim, convidava não apenas a ideias de

estudantes mas também a projetos de profissionais, construídos e não construídos. O concurso recebeu mais de 60 submissões de todo o mundo e atraiu patrocinadores nacionais e internacionais (que atribuíram mais de dez mil euros em prémios monetários). Duas etapas de avaliação envolveram noventa profissionais e acadêmicos de todo o mundo. Os projectos concorrentes foram exibidos durante a ICBR (nas instalações da universidade ISCTE-IUL, em Lisboa) e as submissões pré-selecionadas publicadas nos sites da conferência e da B4H (Martins et al 2020b). A B4H DC voltou em 2019 para uma segunda edição, desta vez numa parceria entre as ONG B 4H e Architecture for People (de Taiwan) focando em uma problemática específica, o abrigo de transição para refugiados, e um caso concreto. Assim o concurso buscou ideias de arquitetura que somadas à noção de abrigo, contribuíssem para a inclusão social e integração dos refugiados de guerra sírios em Reyhanlı, cidade fronteiriça da Turquia. Mais um vez o concurso aceitou inscrições de equipas de alunos e recém-formados em arquitetura, cooperando com outros de áreas afins, bem como de equipas de profissionais experientes lideradas por arquitetos. Mais de 120 candidaturas foram avaliadas por um júri internacional que incluía académicos e arquitectos da talha de um Juhani Pallasmaa (membro do júri do Pritzker Architecture Prize, 2008-2014) ou Suha Oskan (antigo director do Aga Khan Award for Architecture). (Martins, 2020c)

A equipe organizadora da ICBR organizou ainda uma segunda diferente competição, em certa medida complementar à B 4H DC, que pretendeu reconhecer o trabalho de arquitectos e equipas de ONGs lideradas por arquitectos junto de comunidades vulneráveis (Martins, 2020b). O prémio tem o nome da defensora dos direitos civis e vereadora eleita do município do Rio de Janeiro (RJ), Marielle Franco. Apesar de nascida e criada nas favelas do RJ (no enorme conglomerado de favelas chamado complexo da Maré) Marielle era uma socióloga formada numa das melhores universidades do Brasil (PUC-Rio), graças a uma bolsa para a qual concorreu e ganhou do então governo do Presidente Lula da Silva. Quando foi assassinada, em 14 de março de 2018, Marielle tentava implementar, com o apoio da seção regional do Conselho Brasileiro de Arquitetura e Urbanismo do município do RJ, a conhecida Lei de Assistência Técnica (aprovada em 24 de Dezembro de 2008, Lei 11888). Este diploma é uma originalidade no panorama do ordenamento jurídico internacional do urbanismo e da arquitetura. Nele, o estado assegura serviços técnicos gratuitos de arquitetos e demais profissionais da área de construção a famílias de baixa renda. Com esta visão legislativa a arquitetura ganha estatuto de serviço público essencial, tal como a saúde e a educação. O objectivo desta lei é promover, a partir do corpo técnico municipal, a melhoria ou ampliação de habitações precárias e a fruição de espaços públicos em áreas de favela ou precárias (Kapp, 2018). O Marielle Franco Community Design Award procurou reconhecer o trabalho de arquitetos e arquitetas que prestam apoio a comunidades pobres ou afetadas pela guerra, fome, perseguição política ou desastres. Presta naturalmente um tributo a uma mulher que ganhou a admiração internacional na luta pelos direitos humanos, em particular das mulheres negras e moradoras de favelas. Com um prémio pecuniário associado de 10 mil euros, o prémio especial recebeu mais de 20 candidaturas de todo o mundo, reunindo um grupo extraordinário de arquitectos humanitários com provas dadas em projetos e assistência técnica a famílias e comunidades. Diferentemente do B 4H, os critérios de avaliação do Marielle Award acentuam os processos e os métodos, sua coerência, consistência e nível de sustentabilidade, com destaque para o envolvimento na capacitação das populações locais. Para além do elevado nível de qualidade das candidaturas ressalta a presença massiva de mulheres concorrentes. As sete candidaturas seleccionadas para a fase final eram de resto todas elas lideradas por mulheres-arquitectas, e em na maioria tinham trabalhado especialmente com mulheres-chefe de família.

3. A definição da arquitetura humanitária e a formação nas escolas de arquitetura

Para explorar uma definição de HA, tentamos, em primeiro lugar, estabelecer ideias sobre dois ou três conceitos subsidiários que podem funcionar como os alicerces do edifício da HA. Considerando o seu envolvimento na formação e pesquisa em arquitetura, seleccionamos alguns autores e publicações, bem como momentos cruciais para a estruturação desse edifício. Os livros e artigos referidos a seguir analisam os papéis dos arquitetos em pós-desastres ou outros cenários de crise. Enquanto retratam arquitetos bem-

sucedidos, que às vezes compartilham suas próprias realizações, eles também destacam as limitações mostradas pelas novas gerações de arquitetos em se engajar na resposta de emergência e causar um impacto positivo (Aquilino 2011, Charlesworth 2014, Smith 2011, Boano 2012). Em geral, os autores concordam que os currículos atuais dos cursos de graduação das escolas de arquitetura não preparam arquitetos para fazer o trabalho exigido no setor humanitário (Acar 2016, Aquilino 2011, Charlesworth 2016, Martins, 2020b, Wagemann e Ramage 2013).

Tauber (2014), em particular, refere-se a vários autores que nos últimos quinze anos têm sublinhado essa desconexão entre a teoria e a prática, ou seja, entre a educação e a profissão. Entre eles, o consultor líder na área de redução do risco de desastres, o acadêmico Ian Davis (2016). Embora nenhum deles investigue completamente por que as escolas são tão relutantes em incorporar uma abordagem focada na arquitetura em contexto humanitário, a maioria destes autores refere aos preconceitos usuais contra a chamada *arquitetura baseada em recursos locais* (Aquilino 2011). Verifica-se que todos estes autores com frequência fazem corresponder ao uso de materiais e técnicas de construção tradicionais locais uma abordagem voltada para as pessoas. Os arquitetos imersos em cenários pós-desastre parecem assentar a sua atividade exatamente nesse princípio. Com muito poucas exceções, estes autores não estão falando sobre arquitetos trabalhando para grandes corporações ou ONGs, mas aqueles arquitetos independentes integrados (ou não) em ONGs pequenas ou locais (Charlesworth 2015, Sinclair 2011, Tauber 2014).

Aquilino (2011) e Charlesworth (2014) referem-se a algumas escolas que oferecem treinamento avançado ou cursos de pós-graduação em questões relacionadas ao risco de desastres. No entanto, não exploram em detalhes essas ofertas, não aprofundando a relação entre arquitetura humanitária e educação de nível superior. Conforme mencionado acima, concentram-se principalmente nas melhores práticas de HA em todo o mundo. Os líderes da conhecida ONG Architecture for Humanity, um momento de crescimento de sua atividade em todo o mundo, publicou dois livros que no início da segunda década do século XXI significaram uma ruptura com os códigos convencionais de ovação da arquitectura. *Design like you give a damn I e II*, são contudo, basicamente um catálogo de projectos e obras que ilustram com algum glamour a oferta de design da ONG. Enfatizam o *poder (curativo) do design* e defendem, com exemplos de boas práticas dos seus centenas de arquitetos associados espalhados por todos os continentes, o princípio do *design para todos* (Sinclair 2011). Deixam por esclarecer como trabalhar com comunidades na preparação e redução do risco de desastres e como envolver os locais nos processos de projeto e obra. E não refletem ainda sobre as dificuldades dos jovens arquitetos e a inoperância de formação em arquitetura para se trabalhar em cenário de emergência ou extrema pobreza em plena sintonia com as comunidades. (Tovivich 2010)

No caso do livro *Design for the 90%* (Smith, 2011), podemos observar vários exemplos de arquitetos trabalhando com sucesso em comunidades vulneráveis. No entanto, apenas um capítulo específico acorda o tema da academia e empresta uma visão pertinente sobre a formação de futuros arquitetos. O trabalho de campo foi conduzido por Christian Werthmann (2011) com seus alunos de arquitetura paisagística no Brasil (S. Paulo) traduz-se numa série de propostas selecionadas por meio de um concurso interno de ideias. A análise do líder da equipe (composta por alunos de arquitetura paisagística de Hannover), sublinha de que forma as ideias disruptivas surgiram durante a visita ao local, e desenvolvidas ao longo de um semestre inteiro, podem contribuir com visões singulares para futuras discussões entre os residentes e agências locais de habitação, bem como desencadear iniciativas de base.

4. Discussão - por uma arquitetura de crise

O quadro geral é portanto desarticulado, com falta de diálogo entre a academia, as instituições e as associações profissionais. Neste sentido, as competições de arquitetura com foco em risco e resiliência podem ser vistas como uma oportunidade para estudantes e profissionais se testarem em relação às

competências necessárias para entrar no setor de ajuda humanitária e ter sucesso (Ovink 2016). Se o programa de concurso estiver em sintonia com os requisitos de uma abordagem abrangente de arquitetura humanitária, tanto os alunos quanto os arquitetos envolvidos nessas competições terão oportunidade de desenvolver suas melhores capacidades e dar suas asas à imaginação. Um programa arquitetônico que exija um bom equilíbrio entre os aspectos técnicos, ambientais, sociais, econômicos e de participação da comunidade, ao mesmo tempo que proporcione a liberdade de divagar, morfológica e esteticamente, pode desencadear ideias poderosas que resultam em projetos criativos, para não dizer inovadores. (Martins, 2020b, 2020c)

Mas uma competição de design não é apenas sobre a vontade (legítima) dos participantes de brilhar e a capacidade de responder às demandas do programa. Refere-se também à avaliação realizada pela comissão de avaliação, que por sua vez reflete a formação, experiência e competência de seus membros. Um bom projeto, potencialmente ganhador, será um projeto sustentável. A sustentabilidade no seu amplo sentido envolve uma ampla gama de conhecimentos em diferentes áreas. Tais como redução do risco de desastres, resiliência da comunidade, cultura e recursos locais, biologia, paisagem, sociologia, psicologia, engenharia, adaptação às mudanças climáticas e, claro, urbanismo e arquitetura. Mas como um bom projeto poderia ser reconhecido sem um comitê de avaliação com o mesmo nível de preparação e diversidade em termos de formação disciplinar? Combinar pessoas com diferentes formações e experiências tanto nas equipes concorrentes quanto nos júris será crucial para um bom resultado final da competição.

Um encontro entre um determinado problema bem formulado sugerindo questões e demandas bem formuladas, uma equipe multidisciplinar de solução de problemas capaz de conhecer o lugar, interpretar o programa de concurso e respondê-lo de forma criativa e, finalmente, um grupo de estudiosos habilitados e profissionais experientes prontos para identificar cuidadosamente a qualidade, inovação e relevância. Estes, a par da indispensável divulgação junto de escolas e associações profissionais, parecem ser os elementos essenciais para assegurar um impacto positivo de uma competição. Assim, os concursos de arquitetura podem se tornar uma oportunidade única de destacar o que de melhor os melhores arquitetos tem para oferecer à ciência e à prática da arquitetura humanitária.

Na última década, estudos de caso focando práticas coerentes e consistentes em ambientes de urbanização de favelas e pós-desastres vêm fornecendo pistas valiosas para se estabelecer um conjunto de princípios para o exercício de uma arquitetura *humanitária* e resiliente: : (1) Priorizar as culturas, conhecimentos, técnicas, tecnologias e recursos locais; (2) prestar atenção às minorias e ao papel das mulheres (3), investigar estratégias de projeto urbano e arquitetônico e também modelos de participação que estimulam a participação e fortalecem o componente social e cultural da sustentabilidade, bem como a resiliência da comunidade, (4) incorporar na arquitetura humanitária o diálogo intercultural e interdisciplinar, (5) integrar na prática arquitetônica ferramentas digitais e analógicas para a inovação social (Martins e Guedes (2015). Por fim, (6) trazer resultados de pesquisas inovadoras e práticas disruptivas que abordam e afirmam conceitos e temas clássicos e da actualidade , tais como (i) tipo edificatório (Muratori, 1960; Durand 1981) (ii) habitação incremental (Martins, 2019), (iii) resiliência da comunidade, (iv) risco de desastres, (v) questões de gênero, (vi) paisagem cultural, (vii) mapeamento e design comunitário colaborativo (vii), adaptação às mudanças climáticas.

5. Perspectivas para o futuro, novos caminhos de prática e pesquisa.

Em relação à consolidação do corpo emergente de conhecimento de HA, algumas questões permanecem contudo sem uma resposta cabal:

- No contexto de desastres urbanos, melhoria de assentamentos informais e questões de risco e resiliência, qual a melhor forma de preencher a lacuna entre *humanitários*, arquitectos e populações locais tendo em vista melhorar a assistência às comunidades vulneráveis?

- Como as ferramentas de mapeamento e projecto, como 'habitação incremental,' *design-charrettes* (workshops de projecto comunitário) e mapeamento colaborativo, podem ser melhoradas pela inovação social e tendências das ciências de desastres, como construção de comunidade, aprendizagem experiencial, resiliência adaptativa, questões de género e prática de RRD (redução do risco de desastres) ?

No panorama internacional cresce o número de eventos concebidos para discutir e entender melhor o papel desempenhado por arquitectos e humanitários em cenários de crise e pobreza (Sanderson, 2010). Ainda assim, são ainda escassos os fóruns pensados para explorar a relação cooperativa entre arquitectos, planeadores urbanos, ONGs e todas as partes interessadas na redução de riscos e construção de resiliência na recuperação pós-desastre e processos de reconstrução. Aos arquitectos e urbanistas coloca-se o desafio de compreender em toda a sua extensão e incluir nas suas propostas temas normalmente não vistos como arquitectónicos. Temas transversais como as questões associadas aos meios de subsistência, à sustentabilidade social e às alterações climáticas. O papel das lideranças femininas nas práticas de arquitectura humanitária, por exemplo, emergiu do Marielle Award, suscitando reflexões que podem ajudar a compreender a importância de dimensões como a empatia e a cumplicidade no exercício da profissão em contextos de crise, pós-desastre e pobreza.

Referências

Acar, E., & Yalçinkaya, F. (2016). *Integrating disaster management perspective into architectural design education at undergraduate level: A case example from Turkey*. Paper presented at the 5th World Construction Symposium: Greening Environment, Eco-Innovations & Entrepreneurship, Colombo, Sri Lanka.

Retrieved from

https://www.researchgate.net/publication/303988576_Integrating_disaster_management_perspective_into_architectural_design_education_at_undergraduate_level_-_A_case_example_from_Turkey

Aquilino, M. (Ed.) (2011). *Beyond shelter: Architecture for crisis*. London: Thames and Hudson.

Boano, C., & Hunter, W. (2012). *Architecture at risk (?): The ambivalent nature of post-disaster practice*. *Architectoni.ca*, 1(1), 1–13. doi:10.1108/IJDRBE-07-2013-0025

Charlesworth, E. (2014). *Humanitarian architecture: 15 stories of architects working after disaster*. Oxford: Routledge.

Charlesworth, E. (2015). *Humanitarian Architecture: Seeking spatial solutions for complex global challenges*.

In Davis, I., & Alexander, D. (2016). *Recovery from disaster*. Abingdon, Oxon: Routledge.

DRIA. (2019a). *Designing Resilience in Asia International Design Competition | 2019 DRIA | Growing Cities, Shrinking Waters* [Design brief]. Retrieved from

<https://drive.google.com/file/d/1bBBJrkG1Ty0XhVg-P4yuCHdFqCVUepCg/view>

DRIA. (2019b). *DRIA 2019 NCKU* [Book]. Retrieved from https://www.dropbox.com/s/cwsr6blcagbl2fe/2019_DRIA_BOOK_2019.pdf

Durand, J.-N.-L. (with Moneo, R.). (1981). *Compendio de lecciones de arquitectura*. [Summary of architecture lessons.]. Madrid: PRONOS (in Spanish). (Original work published in French in 1809.)

Harris, V. (2011). *The architecture of risk*. In M. Aquilino (Ed.), *Beyond shelter: Architecture for crisis* (pp. 12–24). London: Thames and Hudson.

i-Rec. (2008). *i-Rec program*. Retrieved from <http://www.grif.umontreal.ca/pages/i-Rec-program.pdf>

- i-Rec. (2019). *9th student competition – Iatrogenesis. Disrupting the status quo: Resisting disaster risk creation* [Jury report]. Retrieved from http://membresirec.umontreal.ca/student_competition/9th/20190610_CompetitionReport.pdf
- Lizarralde, G., Johnson, C., & Davidson, C. (Eds.) (2010). *Rebuilding after disasters: From emergency to sustainability*. Oxford: Spon Press.
- Martins, A. N., & Guedes, M. C. (2015). 'Humanitarian' or 'resilient architecture' for vulnerable communities? in J. Mackee, H. Giggins, T. Gajendran, & S. Herron (Eds.), *Proceedings of the 5th International Conference on Building Resilience held at Newcastle City Hall, Newcastle, New South Wales, Australia*. Retrieved from https://www.newcastle.edu.au/_data/assets/pdf_file/0008/202967/FInal-5th-BRC-Proceedings-23-07-15.pdf
- Martins, N. and Saavedra, J. (2019a) *Inclusive Sustainability in Slum upgrading and Incremental Housing . The case of the Rocinha, in Rio de Janeiro*. Sustainable Development journal DOI: 10.1002/sd.1879.
- Martins, A. N., & Rocha, A. (2019b). *Risk and resilient architectural practices in informal settlements: The role of NGOs*. International Journal of Disaster Resilience in the Built Environment, 10(4), 276–288. doi:10.1108/IJDRBE-09-2019-0063
- Martins, N.; Hobeica, L.; Hobeica, A., Collacios, R. (2020a) *Lessons for Humanitarian Architecture Practice and Education through design contests - the case of the Building 4Humanity Design Competition*, <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-819078-4.00006-X> in *Enhancing Disaster Preparedness: Humanitarian Architecture and Community Resilience* Elsevier imprinted and ebook indexed to SCOPUS, <https://www.elsevier.com/books/enhancing-disaster-preparedness/martins/978-0-12-819078-4>
- Martins, A.N. (2020b) *Humanitarian Architecture in practice: reducing risk and building resilience in incremental housing and post-disaster reconstruction*. 8th ICBR Lisbon Book of Papers, University of Lisbon
- Muratori, S. (1960). *Studi per una operante storia urbana di Venezia*. Rome: Istituto Poligrafico dello Stato.
- Kapp, S. (2018). *Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica [Socio-spatial groups or whom technical advisory practice serves]*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 20(2), 221–236. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n2p221>
- Ovink, H. (2016). *Redesigning the design competition*. Urban Solutions, 9, 42–51.
- Narayanan, N. P. (2013). Design as understanding: Illustrations from an academic experiment. In D. Ramirez-Lovering,
- Sanderson, D. (2010, March 3). *Architects are often the last people needed in disaster reconstruction*. The Guardian. Retrieved from <http://www.theguardian.com>
- Sinclair, C. (2006). *Introduction*. In *Architecture for Humanity (Ed.), Design like you give a damn: Architectural responses to humanitarian crises* (pp. 11–45). New York, NY: Metropolis Books.
- Smith, C. (Ed.) (2011). *Design with the other 90%: Cities*. New York, NY: Smithsonian Cooper-Hewitt, National Design Museum.
- Tauber, G. (2014). *Architects and post-disaster housing: A comparative study in South India*. Bielefeld: Transcript.
- Tovovich, S. (2010). *Architecture for the urban poor, the 'new professionalism' of 'community architects' and the implications for architectural education: Reflections on practice from Thailand* (Doctoral thesis, University College London, London, United Kingdom). from <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/1306880/1/1306880.pdf>
- UN (United Nations). (2015). *Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. Retrieved from https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E
- UNISDR (United Nations Office for Disaster Risk Reduction). (2015). *Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015–2030*. Retrieved from https://www.preventionweb.net/files/43291_sendaiframeworkfordrren.pdf

Werthmann, C. (2011) in Smith, C. (Ed.) (2011). *Design with the other 90%: Cities*. New York, NY: Smithsonian Cooper-Hewitt, National Design Museum. pp. 78-93.

Wagemann, E., & Ramage, M. (2013). Relief for the curriculum: Architecture education and disaster recovery. *Scroope: The Cambridge Architecture Journal*, 22, 129–133. doi:10.17863/CAM.6437